



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA
LINHA DE PESQUISA: MUSEOLOGIA E DESENVOLVIMENTO
SOCIAL**

RAFAELA CAROLINE NORONHA ALMEIDA

**FOMENTO PARA A ÁREA DO PATRIMÔNIO MUSEOLÓGICO
BRASILEIRO: O INCENTIVO FISCAL, A LEI ROUANET E OS
MUSEUS DA REGIÃO NORDESTE**

**SALVADOR
2018**

RAFAELA CAROLINE NORONHA ALMEIDA

**FOMENTO PARA A ÁREA DO PATRIMÔNIO MUSEOLÓGICO
BRASILEIRO: O INCENTIVO FISCAL, A LEI ROUANET E OS
MUSEUS DA REGIÃO NORDESTE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Museologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Mestra em Museologia.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Nascimento
Bernardo da Cunha

**SALVADOR – BA
2019**

A447 Almeida, Rafaela Caroline Noronha.

Fomento para a área do patrimônio museológico brasileiro: o incentivo fiscal, a Lei Rouanet e os museus da região Nordeste. / Rafaela Caroline Noronha Almeida – Salvador, BA, 2018.

200 f.: il.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2018.

Orientação: Prof. Dr. Marcelo Nascimento Bernardo da Cunha

1. Museus. 2. Incentivos Fiscais. 3. Nordeste. 4. Lei Rouanet. 5. Patrimônio Museológico. I. Almeida. Rafaela Caroline Noronha. II. Cunha, Marcelo Nascimento Bernardo da. III. Título.

CDU 069: 336.2

RAFAELA CAROLINE NORONHA ALMEIDA

**FOMENTO PARA A ÁREA DO PATRIMÔNIO MUSEOLÓGICO BRASILEIRO:
o Incentivo Fiscal, a Lei Rouanet e os museus da região Nordeste**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Museologia, Programa de Pós-Graduação em Museologia, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia.

Aprovada em 21 de janeiro de 2019.

Marcelo Nascimento Bernardo da Cunha – Orientador
Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil.
Universidade Federal da Bahia

Carlos Alberto Santos Costa
Doutor em Arqueologia pela Universidade de Coimbra (UC), Portugal.
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

José Roberto Severino
Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP)
Universidade Federal da Bahia

Sabrina Damasceno Silva
Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil.
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Às minhas vidas, os meus amores: Zury,
Painho, Jaque, Bua e B. Amor pleno e
confiança nos une. Gratidão.

AGRADECIMENTOS

Em um país marcado pela exclusão étnica e social posso afirmar que sou privilegiada por ter chegado até aqui. Nesse momento, em que além de ameaçada, a nossa democracia se mostrou tão frágil e sem recursos para não se submeter ao grande acordo nacional, eu posso afirmar que é também um ato de resistência chegar até aqui. E que isso, não seria possível sem o apoio de tantos amigos, que me estimularam a trilhar esse caminho.

Esse exercício é o mais complexo de todos. Sou sempre grata ao universo e a um projeto de governo (retirado a golpe), que me permitiu buscar esse título quando a maior parte da população não consegue nem sequer acessar o ensino superior. Permitiu ainda, que a desigualdade regional que por longos anos nos deixou de fora das estatísticas dos centros formadores de mestres e doutores desse país fosse minimizada.

Pois bem, cá estou, contrariando as estatísticas e impulsionando os índices da Bahia, um estado que segue em disparado na superação destes. Estamos respondendo a altura para corrigir um erro histórico dado por finalizado por uma elite ignorante.

Dito isso, eu preciso reforçar, que só aqui chegamos (no plural) pela parceria e esforço coletivo. Cercada de pessoas inspiradoras, maravilhosas mesmo, que acreditaram nessa conquista muito mais que eu. Sou grata por todos vocês na minha vida. E para não correr o risco de esquecer alguém, vou apenas lembrar das figuras centrais, que me serviram de alicerce nos momentos de descrença.

Em todos esses momentos eles disseram: “Esse título é nosso”. E esse é o meu sentimento. Alê (deusa dos gráficos); Amadinho e Pri (menina do Acre e da metodologia), Fau e Dig, pelas horas de escuta e crença no trabalho em desenvolvimento. Sei que vocês encontraram e criaram tudo que eu precisei pra chegar até o final.

A Carol, coletora e revisora dos dados, tabelas, planilhas, gráficos, normas e tudo mais que foi preciso, que praticamente me amarrou ao computador e me conduziu com afeto para que eu não desistisse, que esteve ao meu lado em todos os momentos. A Rafa Gueiros, incansável revisora da grafia e da ABNT, parceira de trocas infinitas: “Quê isso flôr, não tem como dar errado”, não fosse a sua paciência dificilmente teria chegado até aqui. Vocês são incríveis.

Agradeço aos amigos do Programa/UFBA: Tati, Irá e Manu pelo companheirismo; do Ibram: Rê, Ana, Mari e Yris pelo ombro diário; da Comunidade da Pedrinha: Silviabella, Dupla, Marilinha e Nany minha família do coração; Luz, Mau, Vavá, Tacy, Poia, Manu (CEAT), Nita, Dina, Lud, Nasci e Poio, pelo otimismo e confiança e, a revisora das normas,

Suelen. Esse processo foi mais fácil por todo carinho, atenção e disponibilidade que vocês tiveram em me ajudar.

A professora Suely Ceravolo, que acreditou no projeto desde o início e me contagiou com a sua euforia museológica e perspicácia em relacionar o objeto de estudo a museologia; ao professor Marcelo Cunha pela coragem e generosidade em continuar o processo de orientação mesmo com todas as suas atribuições; as professoras Graça, Joseania e Anna Paula pelo carinho e entusiasmo.

Aos professores Carlos Costa e Sabrina Damasceno, pela generosidade com que se debruçaram na leitura e discussão do trabalho.

Foi assim, sustentada por tantas gentilezas, afetos e gente fantástica, que só pude escolher em seguir adiante e chegar até aqui convicta de que o trabalho intelectual é coletivo. Não somos os únicos a desenvolver conteúdo sobre um tema, em todas as circunstâncias, sob algum aspecto, alguém já nos antecedeu e essa troca nos enriquece. Agradeço a vocês por esse trabalho não ter sido individual e acredito que nenhum seja.

ELE NÃO!!
ELE NUNCA!!

ALMEIDA, Rafaela Caroline Noronha. **Fomento para a área do patrimônio museológico brasileiro: o incentivo fiscal, a Lei Rouanet e os museus da região Nordeste.** 2018. 200 f. Dissertação (Mestrado em Museologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 2018.

RESUMO

Os projetos apresentados pelos ou para os museus da região Nordeste são o ponto de partida desta dissertação, cujo objetivo é analisar o impacto do Incentivo Fiscal via Lei Rouanet na salvaguarda do patrimônio museológico brasileiro, que está sob a custódia desses museus. Para identificar quais são os projetos válidos para a pesquisa, tomamos o total de propostas apresentadas em todas as áreas culturais e os gastos atribuídos aos estados: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe – compreendendo o período de 1991 a 2016, que corresponde a 25 anos da Lei Rouanet. Posteriormente, selecionamos os projetos válidos e identificamos as despesas recorrentes em cada rubrica, que se tornaram as áreas definidas pela própria pesquisa: edificação, exposição, acervo e outras. A pesquisa também elucida a participação de museus na trajetória de construção de políticas públicas no Brasil; discute o avanço no conjunto de leis que moldaram o campo museológico; a criação de marcos regulatórios para a construção de legislação específica para sustentação e autonomia do setor; as dificuldades em adaptar o marketing cultural realizado pelos museus às exigências do mercado; e o desenvolvimento de uma política setorial (Política Nacional de Museus).

Palavras-chave: Museus. Nordeste. Patrimônio museológico. Política Cultural. Marketing cultural. Incentivo Fiscal. Lei Rouanet.

ABSTRACT

The projects presented by or for the museums of the Northeast region are the starting point of this dissertation, which aims to analyze the impact of the Fiscal Incentive via Rouanet Law in the safeguarding of Brazilian museum heritage, which is under the custody of these museums. In order to identify which are the valid projects for the research, we took the total of proposals presented in all cultural areas and expenditures attributed to the states: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte and Sergipe - comprehending the period from 1991 to 2016, which corresponds to 25 years of the Rouanet Law. Later, we selected the valid projects and identified the recurrent expenses in each item, which became the areas defined by the research itself: edification, exhibition, collection and others. The research also elucidates the participation of museums in the trajectory of the construction of public policies in Brazil; discusses the advance in the set of laws that shape the museological field; the creation of regulatory frameworks in order to build specific legislation for sustentation and autonomy of the sector; the difficulties in adapting the cultural marketing carried out by museums to the requirements of the Market; and the development of a sectorial policy (National Museum Policy).

Palavras-chave: Museums. Northeast. Museological heritage. Cultural Policy. Cultural Marketing. Fiscal Incentive. Rouanet Law.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Os 10 maiores incentivadores fiscais no setor museal em 2015, Brasil	85
Figura 2 - Série histórica dos investimentos (R\$) no setor museal realizados pelo Sistema MinC 2001-2015, por fonte de recursos (valores nominais), Brasil, 2015	100
Figura 3 - Quantidade de projetos de incentivos fiscais apresentados por Região – Brasil, 1991-2016.....	105
Figura 4 - Porcentagem (%) de Projetos de incentivos fiscais apresentados e atribuídos a museus por Região – Brasil, 1991-2016.....	105
Figura 5 - Tela de busca na aba “Projeto” do SalicNet	113
Figura 6 - Porcentagem (%) de projetos de incentivos fiscais atribuídos a museus por área - Alagoas, 1991-2016.....	115
Figura 7 - Valores de acordo com situação da proposta - Alagoas, 1991-2016.....	118
Figura 8 - Porcentagem (%) de projetos de incentivos fiscais atribuídos a museus por área - Bahia, 1991-2016	124
Figura 9 - Valores de acordo com situação da proposta - Bahia, 1991-2016	128
Figura 10 - Porcentagem (%) de projetos de incentivos fiscais atribuídos a museus por área - Ceará, 1991-2016	134
Figura 11 - Valores de acordo com situação da proposta - Ceará, 1991-2016	136
Figura 12 - Porcentagem (%) de projetos de incentivos fiscais atribuídos a museus por área - Maranhão, 1991-2016.....	141
Figura 13 - Valores de acordo com situação da proposta - Maranhão, 1991-2016	143
Figura 14 - Porcentagem (%) de projetos de incentivos fiscais atribuídos a museus por área - Paraíba, 1991-2016	145
Figura 15 - Valores de acordo com situação da proposta - Paraíba, 1991-2016	147
Figura 16 - Porcentagem (%) de projetos de incentivos fiscais atribuídos a museus por área - Pernambuco, 1991-2016.....	150
Figura 17 - Valores de acordo com situação da proposta - Pernambuco, 1991-2016.....	153
Figura 18 - Porcentagem (%) de projetos de incentivos fiscais atribuídos a museus por área - Piauí, 1991-2016.....	159
Figura 19 - Valores de acordo com situação da proposta - Piauí, 1991-2016	162
Figura 20 - Porcentagem (%) de projetos de incentivos fiscais atribuídos a museus por área - Rio Grande do Norte, 1991-2016	163
Figura 21 - Valores de acordo com situação da proposta - Rio Grande do Norte, 1991-2016	165
Figura 22 - Porcentagem (%) de projetos de incentivos fiscais atribuídos a museus por área - Sergipe, 1991-2016.....	167
Figura 23 - Valores de acordo com situação da proposta - Sergipe, 1991-2016	169
Figura 24 - Municípios que tiveram captação	173
Figura 25 - Quantidade de projetos de incentivos fiscais apresentados por Região – Brasil, 1991-2016.....	175
Figura 26 - Porcentagem (%) de projetos atribuídos a museus por total de projetos apresentados - Nordeste, 1991-2016	176
Figura 27 - Porcentagem (%) de projetos apresentados por área e atribuídos a museus - Nordeste, 1991-2016	177
Figura 28 - Valores de acordo com situação da proposta - Nordeste, 1991-2016.....	177

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quantidade de museus nas Regiões, população, e relação população/quantidade de museus, Brasil, 2010.....	28
Tabela 2 - Quantidade de museus nas capitais, nas UF's e porcentagem de concentração de museus nas capitais, Nordeste, 2010	28
Tabela 3 - Quantidade de Ano e Legislação voltada aos museus brasileiros.....	60
Tabela 4 - Maiores Incentivadores por Região – Brasil, 2016.....	85
Tabela 5 - Incentivos fiscais das estatais (grupos) - Brasil, 2000-2016.....	89
Tabela 6 - Maiores Incentivadores – Brasil, 2016	90
Tabela 7 - Quantidade de museus por estado, Brasil, 2017	94
Tabela 8 - Quantidade de museus por Região, Brasil, 2017	96
Tabela 9 - Investimento no Campo Museal	100
Tabela 10 - Quantidade de Projetos e Valores por Ano – Brasil, 1993-2016	102
Tabela 11 - Valores captados por ano e Região – Brasil, 1993-2016.....	102
Tabela 12 - Projetos de incentivos fiscais – Brasil, 1991 - 2016.....	104
Tabela 13 - Total dos projetos validados apresentados atribuídos a museus no Estado de Alagoas, 1991-2016.....	116
Tabela 14 - Áreas de Execução dos Projetos com Captação - Alagoas, 1991-2016.....	119
Tabela 15 - Total dos projetos validados apresentados atribuídos a museus no Estado de Bahia, 1991-2016	124
Tabela 16 - Áreas de Execução dos Projetos com Captação - Bahia, 1991-2016	128
Tabela 17 - Total dos projetos validados apresentados atribuídos a museus no Estado de Ceará, 1991-2016	134
Tabela 18 - Áreas de Execução dos Projetos com Captação - Ceará, 1991-2016	137
Tabela 19 - Total dos projetos validados apresentados atribuídos a museus no Estado de Maranhão, 1991-2016.....	142
Tabela 20 - Áreas de Execução dos Projetos com Captação - Maranhão, 1991-2016	143
Tabela 21 - Total dos projetos validados apresentados atribuídos a museus no Estado de Paraíba, 1991-2016.....	146
Tabela 22 - Áreas de Execução dos Projetos com Captação - Paraíba, 1991-2016.....	148
Tabela 23 - Total dos projetos validados apresentados atribuídos a museus no Estado de Pernambuco, 1991-2016.....	151
Tabela 24 - Áreas de Execução dos Projetos com Captação - Pernambuco, 1991-2016.....	154
Tabela 25 - Total dos projetos validados apresentados atribuídos a museus no Estado de Piauí, 1991-2016.....	160
Tabela 26 - Total dos projetos validados apresentados atribuídos a museus no Estado de Rio Grande do Norte, 1991-2016.....	164
Tabela 27 - Total dos projetos validados apresentados atribuídos a museus no Estado de Sergipe, 1991-2016.....	168
Tabela 28 - Áreas de Execução dos Projetos com Captação - Sergipe, 1991-2016.....	169
Tabela 29 - Relação Estado, Municípios e número de Museus – Nordeste, 2010.....	172
Tabela 30 - Ranking de Estados por números de projetos apresentados atribuídos a museus, Nordeste, 1991-2016	173
Tabela 31 - Projetos de Incentivos Fiscais – Nordeste, 1991 - 2016.....	177
Tabela 32 - Valores solicitados, aprovados e captados por UF - Nordeste, 1991-2016.....	178

LISTA DE SIGLAS

ABM – Associação Brasileira de Museologia
ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
AMAB – Associação de Museus de Arte do Brasil
AMAFRO – Sociedade Amigos da Cultura Afro-Brasileira
AMB – Associação dos Museólogos da Bahia
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
CCBB – Centro Cultural Banco do Brasil
CESES – Coordenação de Estudos Socioeconômicos e Sustentabilidade em Museus
CF – Constituição Federal
CFC – Conselho Federal de Cultura
CNC – Conselho Nacional de Cultura
CNIC – Comissão Nacional de Incentivo à Cultura
CNM – Cadastro Nacional de Museus
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
CPAI – Coordenação de Produção e Análise da Informação
CPF – Cadastro de Pessoa Física
DAC – Departamento de Assuntos Culturais
DCSP – Departamento de Cultura e Recreação da Cidade de São Paulo
DDFEM – Departamento de Difusão, Fomento e Economia dos Museus
DEMU – Departamento de Museus e Centros Culturais
Disoc – Diretoria de Estudo Sociais
DPHAN – Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura
FCRB – Fundação Casa de Rui Barbosa
FDPI – Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados
FESP-SP – Fundação Escola de Sociomuseologia e Política de São Paulo
FHC – Fernando Henrique Cardoso
Ficart – Fundos de Investimento Cultural e Artístico
FNC – Fundo Nacional de Cultura
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNARTE – Fundação Nacional de Arte

FUMDHAM – Fundação Museu do Homem Americano
IBAC – Instituto Brasileiro de Arte e Cultura
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ibram – Instituto Brasileiro de Museus
ICOM – Conselho Internacional de Museus
IEMH – Inspetorias Estaduais de Monumento Históricos
IF – Incentivos Fiscais
IMN – Inspetoria de Monumentos Nacionais
INBCM – Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados
IN – Instrução Normativa
INL – Instituto Nacional do Livro
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPTU – Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana
IR – Imposto de Renda
ISS – Imposto sobre Serviços
IJNPS – Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros
MAC – Museu de Arte Contemporânea, de Niterói
MAM-BA – Museu de Arte Moderna, de Salvador
MAM Rio – Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro
MAM-SP – Museu de Arte Moderna de São Paulo
MAO – Museu de Artes e Ofícios
MAR – Museu de Arte do Rio
MASC – Museu de Arte de Santa Catarina, de Florianópolis
MASP – Museu de Arte de São Paulo
MASPE – Museu de Arte Sacra de Pernambuco
MEC – Ministério da Educação e Cultura
MES – Ministério da Educação e Saúde
MHN – Museu Histórico Nacional
MinC – Ministério da Cultura
MIS-RJ – Museu da Imagem e do Som, do Rio de Janeiro
MIS-SP – Museu da Imagem e do Som, de São Paulo

MNBA – Museu Nacional de Belas Artes
MON – Museu Oscar Niemeyer, de Curitiba
MP – Medida Provisória
ONU – Organização das Nações Unidas
PAC – Plano de Ação Cultural
PAC-Cidades Históricas – Programa de Aceleração do Crescimento – Cidades Históricas
PCH – Programa de Cidades Históricas
PEC – Proposta de Emenda à Constituição
PNC – Plano Nacional de Cultura
PNM – Política Nacional de Museus
PNSM – Plano Nacional Setorial de Museus
PPA – Plano Plurianual
Pronac – Programa Nacional de Apoio à Cultura
RM – Registro de Museus
Salic – Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura
SBM – Sistema Brasileiro de Museus
Sefic – Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIPS – Sistema de Indicadores de Percepção Social
SNIIC – Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais
SNT – Serviço Nacional do Teatro
SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SUG – Sugestão
TCU – Tribunal de Contas da União
UFBA – Universidade Federal da Bahia
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco
UFRB – Universidade Federal do Recôncavo Baiano
UFS – Universidade Federal de Sergipe
UNE – União Nacional dos Estudantes
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	17
1.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	17
1.2. PROBLEMA DE PESQUISA.....	20
1.3. ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO.....	24
1.4. METODOLOGIA	25
2. OS MUSEUS E AS POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL	31
2.1. REVISÃO DE LITERATURA	31
2.2. CONCEITOS DE POLÍTICA CULTURAL E SUA ASSOCIAÇÃO AO CONCEITO DE CULTURA ...	36
2.3. OLHARES SOBRE OS MUSEUS E AS POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL	37
2.4. AS LEIS DE INCENTIVO À CULTURA	53
2.5. A CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA NACIONAL PARA OS MUSEUS NO BRASIL	56
3. O INCENTIVO FISCAL VIA LEI ROUANET	67
3.1. ANTECEDENTES	67
3.2. A LEI Nº 8.313/1991 – LEI ROUANET	70
3.3. OS PERCURSOS DA LEI ROUANET	73
3.4. CRÍTICAS – DISTORÇÕES DA LEI ROUANET.....	75
3.5. OS MUSEUS NO BRASIL E O FOMENTO VIA LEI ROUANET.....	77
3.6. MARKETING CULTURAL.....	81
3.7. ESTATÍSTICAS DOS MUSEUS BRASILEIROS – UM PANORAMA.....	94
3.8. INCENTIVOS FISCAIS.....	98
4. INCENTIVO FISCAL AOS MUSEUS NA REGIÃO NORDESTE (1991 – 2016) .	110
4.1. METODOLOGIA OPERACIONAL DA COLETA DE DADOS	110
4.2. DADOS DOS ESTADOS	114
4.2.1. <i>Alagoas</i>	114
4.2.2. <i>Bahia</i>	122
4.2.3. <i>Ceará</i>	133
4.2.4. <i>Maranhão</i>	140
4.2.5. <i>Paraíba</i>	144
4.2.6. <i>Pernambuco</i>	149
4.2.7. <i>Piauí</i>	158
4.2.8. <i>Rio Grande do Norte</i>	163
4.2.9. <i>Sergipe</i>	167
4.3. ANÁLISE DA REGIÃO NORDESTE	171
4.3.1. <i>Um balanço do Incentivo Fiscal na região Nordeste</i>	173
5. CONCLUSÃO	182
6. REFERÊNCIAS	189

1. Introdução

1.1. Considerações iniciais

Em um país de contexto político e social como o nosso, uma breve análise histórica é importante para lançar olhares críticos sobre as mudanças ocorridas na gestão dos equipamentos culturais. Em decorrência disso surge uma nova conjuntura para os museus, impondo a necessidade de melhor observação das modificações teórica, metodológica e prática da própria museologia. Pensar na criação de mecanismos para a desburocratização do campo museal e na elaboração de leis que dialoguem com o amplo entendimento do conceito de cultura é impreterível na contemporaneidade do país.

Decorridos 25 anos da sua criação e ainda vigente, a Lei Federal de Incentivo à Cultura ganhou status de política pública cultural, e em muitos dos casos é a única possibilidade de financiamento à cultura. Promulgada durante o Governo Collor, em 23 de dezembro de 1991, ficou popularmente conhecida como a Lei Rouanet, que institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) que, por sua vez, é formado por três mecanismos de financiamento: o Fundo de Investimento Cultural e Artístico (Ficart), não implementado; o Fundo Nacional de Cultura (criado para corrigir distorções previstas na distribuição dos incentivos fiscais), com recursos sempre insuficientes; e o Incentivo Fiscal¹ (Mecenato), em que pessoas físicas e jurídicas podem financiar projetos culturais, uma vez autorizados pelo Ministério da Cultura, através da dedução de um percentual no imposto de renda devido. Esse, por sua vez, se tornou maior que a própria Lei.

Substituiu a Lei Sarney, a primeira lei de Incentivo Fiscal implementada no Brasil, em 02 de julho de 1986. Ambas criadas no intuito de suprir a ausência do Estado, no financiamento direto à cultura e atender a política vigente do estado mínimo. Com esse novo modelo, produtores e criadores culturais tiveram que se adaptar e passaram a buscar, junto à iniciativa privada, recursos para desenvolver as suas atividades, geralmente advindos do Incentivo Fiscal previsto na Lei (isenção fiscal).

No entanto, tendo em vista que existem mais de 3 mil unidades museológicas hoje no Brasil e, dentre essas, 67,2% são públicas, cerca de 5,7% estão fechadas e apenas 22,3% declaram ter fonte de recursos próprios (IBRAM, 2011b), o Estado mantém a sua responsabilidade natural por ser o responsável direto pela gestão – e, conseqüentemente, pelos

¹ Quando grafado com iniciais maiúsculas – “Incentivo Fiscal” –, o termo se refere ao mecanismo da Lei Rouanet.

recursos – de mais da metade do universo de museus. Esses dados mostram que, apesar do Estado utilizar a renúncia fiscal como política pública de financiamento da cultura, isso não transfere sua responsabilidade e o papel de financiador que lhe pertence.

Pesquisas como as realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) fornecem dados que subsidiam na elaboração de políticas públicas no Brasil, além de evidenciar as desigualdades provocadas pelas variáveis econômicas e sociais (renda, cor/raça, idade, escolaridade), entre outras, mas, também as provocadas pelo próprio acesso à cultura² através de alguns elementos como: teatro, cinema, biblioteca. Indicam também o baixo consumo cultural³, no qual se destaca a pouca frequência, ou ausência de pessoas que vão aos museus, como o demonstrado na pesquisa sobre “O Consumo Cultural das Famílias Brasileiras”, realizada em 2007 pela Diretoria de Estudos Sociais (Disoc), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o Ministério da Cultura. A pesquisa demonstra que “o poder público tem se mostrado bastante despreocupado no que se refere à ação ordenada nas cadeias de produção de bens culturais, embora sua intervenção na forma de financiamento e fomento tenha se ampliado” (BARBOSA, 2007, p. 21). Ousaria inquirir se tratar de uma ampliação nos valores sem que as formas tenham se desvencilhado do modo de financiamento e fomento via incentivos fiscais.

Até dezembro de 2016, os números extraídos e atualizados no Portal de Visualização do Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura (Salic), do Ministério da Cultura, apontam para dados expressivos que vem sendo movimentados pela Lei Rouanet. São mais de 200 mil propostas⁴ submetidas à aprovação, 80 mil projetos⁵ enviados, 40 mil proponentes⁶

² Entendida como o própria produção cultural e/ou o bem cultural.

³ O consumo é um conjunto de processos socioculturais nos quais as pessoas se apropriam e usam produtos e serviços de forma a dizer algo sobre si mesmas, a sociedade, os grupos e as localidades em que vivem. Portanto, o consumo diz respeito à totalidade das interações sociais, desde a distinção entre grupos, até o estado do sistema educacional e das inovações tecnológicas. Consumir é participar dos cenários da vida social, de suas disputas e significados. A escassez de bens impõe certa lógica: a de que alguns se apropriem dos bens e outros não, em um processo que permite a distinção e união, o reconhecimento do valor dos bens ou sua desvalorização, assim como daqueles que os consomem. Disponível em:

https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=12660&Itemid=1. Acesso em: 22 out. 2018).

⁴ “Requerimento apresentado pelo Proponente, por meio do Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura (Salic), com o objetivo de obter aprovação pelo MinC para captar recursos via incentivo fiscal da Lei Rouanet”. Disponível em: <http://versalic.cultura.gov.br/#/home>. Acesso em: 29 nov. 2017.

⁵ “Conjunto de ações/atividades culturais que buscam alcançar objetivos específicos, dentro dos limites de um orçamento e tempo determinados. O Projeto recebe um número de registro Pronac, após aprovação da Proposta junto ao MinC”. Disponível em: <http://versalic.cultura.gov.br/#/home>. Acesso em: 29 nov. 2017.

⁶ “Pessoa física com atuação na área cultural ou pessoa jurídica de direito público ou privado, com ou sem fins lucrativos, cujo ato constitutivo ou instrumento congênere disponha sobre sua finalidade cultural e com atuação na área. Responsável por apresentar, realizar e responder pelo Projeto cultural”. Disponível em: <http://versalic.cultura.gov.br/#/home>. Acesso em: 29 nov. 2017.

cadastrados, 80 mil incentivadores⁷ e 57 mil fornecedores⁸. Além de mais de 11 bilhões de reais captados pelos mais de 40 mil projetos aprovados pelo MinC.

Entre os anos de 2010 e 2011, o Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS)⁹ desenvolveu uma pesquisa¹⁰ aplicada presencialmente em domicílios brasileiros que, entre outros dados, tratam sobre a frequência de práticas culturais no Brasil e suas regiões. Quanto a visita a museus e centros culturais, os números indicam que nas regiões Centro-Oeste e Sul o percentual compreendido entre 87% e 94% são de pessoas que raramente ou nunca visitam esses espaços e os que o fazem, aparecem na faixa-etária adulta e com maior nível de escolaridade.

Em oposição aos baixos índices, entre os anos de 2010 a 2016, alguns museus brasileiros foram destaque no *The Art Newspaper*¹¹: o Museu de Arte de São Paulo (MASP), o Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM-SP), o Museu Histórico Nacional (MHN), do Rio de Janeiro, o Museu de Artes e Ofícios (MAO), de Belo Horizonte, o Museu Imperial, de Petrópolis, Rio de Janeiro, o Museu Nacional da República, de Brasília, o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (MAM Rio), o Museu Oscar Niemeyer (MON), de Curitiba, o Museu de Arte Contemporânea (MAC), de Niterói, o Museu da Imagem e do Som (MIS), de São Paulo, o Museu de Arte de Santa Catarina (MASC), de Florianópolis, e o Museu de Arte Moderna (MAM-BA), de Salvador. Esses espaços receberam por dois meses em média, mostras nacionais e internacionais, com visitação acima de 700 pessoas por dia, algumas entraram no “top 100” mundial. Entre janeiro e março de 2011, o Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), no Rio de Janeiro, recebeu obras do artista holandês M. C. Escher para a

⁷ “Contribuinte do Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer natureza, pessoa física ou jurídica, que efetua doação ou patrocínio em favor dos Projetos aprovados pelo Ministério da Cultura, com vistas a incentivos fiscais, conforme estabelecido na Lei nº 8.313, de 1991”. Disponível em: <http://versalic.cultura.gov.br/#/home>. Acesso em: 29 nov. 2017.

⁸ “Pessoa física ou jurídica que teve bens ou serviços contratados pelo Proponente para a execução do Projeto cultural”. Disponível em: <http://versalic.cultura.gov.br/#/home>. Acesso em: 29 nov. 2017.

⁹ O SIPS pertence ao IPEA e visa “captar a percepção das famílias acerca das políticas públicas implementadas pelo Estado, independente destas serem usuárias ou não dos seus programas e ações” (Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=12660&Itemid=1. Acesso em: 22 out. 2018).

¹⁰ Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/101117_sips_cultura.pdf. Acesso em: 29 nov. 2017.

¹¹ Periódico britânico, que anualmente elabora um levantamento das exposições mais visitadas no mundo, desde 1996. A visitor figures, compreende um ranking, entre outras categorias, das exposições mais visitadas ou mais populares e de melhor atendimento em museus de arte. O Brasil passou a participar da pesquisa em 2010, com a criação do Ibram, seu principal correspondente. Fundada em 1990 por Anna Somers, The Art Newspaper é uma publicação online e impressa com escritórios em Londres e Nova York. Fornece um serviço de notícias sobre o mundo da arte, alimentado por sua rede de edições irmãs, que juntos contam com mais de 50 correspondentes trabalhando em mais de 30 países, com redações em Londres, Turim, Nova York, Paris, Moscou, Pequim e Atenas. Disponível em: <http://theartnewspaper.com/information/about>. Acesso em: 4 de dez. 2017.

exposição “O mundo Mágico de Escher”. Em 2011, essa mostra foi a mais visitada do mundo, segundo o *The Art Newspaper*, com quase dez mil visitantes por dia¹².

A maioria dessas exposições só se realiza graças aos recursos patrocinados pelos incentivos fiscais da Lei Rouanet. Essas entradas e, em alguns casos, permanência no ranking só são possíveis com elevados custos orçamentários, voltados às grandes exposições de artes visuais ou as já famosas exposições *blockbusters*¹³, que contam com sucesso de público antes mesmo da sua estreia. Infelizmente, isso não representa a realidade da maior parte dos museus brasileiros.

Dada sua importância, a Lei Rouanet é o ponto de partida da presente Dissertação, que objetiva investigar qual o impacto da distribuição do fomento, via Incentivo Fiscal, na preservação do patrimônio museológico brasileiro sob a guarda dos museus da região Nordeste, durante seus primeiros 25 anos de vigência (1991-2016).

1.2. Problema de Pesquisa

O interesse neste tema se deu porque o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) tem sido apontado frequentemente como falho pela desigualdade na distribuição de recursos no plano regional. Entre os museus brasileiros, essa desproporcionalidade ocorre para além dos incentivos fiscais, promovendo o exercício reflexivo aqui proposto de buscar (re)conhecer esse universo, o Nordeste, no âmbito do Incentivo.

A constatação da diferença dos valores atribuídos e movimentados no exercício da Lei, e a ausência de avaliações por parte dos órgãos federais de acompanhamento e fiscalização sobre os valores solicitados, captados e utilizados pelas regiões, sinalizam para a necessidade de um levantamento ou até mesmo uma análise mais abrangente sobre o impacto das ações que foram ou deixaram de ser realizadas pelos museus com o uso do Incentivo Fiscal, provindo da Lei Rouanet.

Ressalte-se, que não há critérios para avaliação qualitativa da proteção ao patrimônio museológico, não havendo inclusive métodos que definam quais características são essenciais para a avaliação da qualificação e quantificação desse aspecto. No entanto, aspectos como preservação, conservação, restauração, documentação, modernização, aquisição e manutenção de acervo, museografia, acessibilidade (física e motora), democratização do acesso de

¹² Estes dados foram fornecidos para fins desta pesquisa pela Coordenação de Produção e Análise da Informação (CPAI, Ibram).

¹³ Expressão utilizada para definir produções de grande sucesso de público e financeiro.

visitantes, entre outros, podem ser verificados. Nesses quesitos, o financeiro não deve se sobrepor aos resultados, que deveriam ser acompanhados ao longo ou ao término da execução dos projetos. No entanto esse acompanhamento é impossibilitado pelo baixo orçamento e pelo *déficit* de servidores do Ministério da Cultura.

Mais do que dimensionar o impacto direto das atividades dos museus na economia brasileira, é preciso tentar mensurar o que esses recursos do Incentivo Fiscal têm proporcionado para a pretendida salvaguarda museológica especialmente a dos museus nordestinos, foco deste trabalho. É preciso refletir sobre museus, por meio de uma abordagem até então pouco explorada pelas políticas públicas e econômicas dos mesmos, uma vez que a observação crítica sobre a preservação do patrimônio museológico brasileiro, no âmbito da Lei Rouanet, pode contribuir com novos conhecimentos para a área.

A pesquisa se justifica, portanto, por se constatar a pouca incidência de trabalhos acadêmicos cujo enfoque esteja na área dos investimentos em museus. São poucos os estudos desenvolvidos sobre o mecanismo de Incentivo Fiscal federal no âmbito dessas instituições. Ainda que não seja objeto específico desse estudo, foi necessário abordar questões na área da economia da cultura dos museus, para que se tivessem parâmetros criteriosos de distribuição dos fomentos frente ao acesso limitado desses recursos.

Nesse particular, tem-se como ponto de partida a carência de informações consistentes que apontem indicadores de avaliação do uso da Lei Rouanet para os museus, investigando o valor financeiro e identificando quais atividades são privilegiadas com os recursos destinados, além de verificar se de alguma forma contribuíram para preservação do patrimônio museológico brasileiro de maneira adequada.

A Lei Rouanet, que já foi apontada em crescimento nas últimas décadas como provedora orçamentária da área, é responsável em grande parte pelo êxito no alcance de resultados da Política Nacional de Museus (PNM)¹⁴, parecendo assim, ser a principal, senão a única, política pública de fomento específica para os museus brasileiros. Por outro lado, existe um amplo e diversificado leque de trabalhos que se tornaram referência em temas como políticas públicas, leis de incentivo, gestão nas áreas da cultura, entre outros, que não evidenciam os museus. Dados levantados por pesquisadores que participaram do Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (ENECULT) e do Seminário Internacional de Políticas Culturais, da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), mostram o crescimento da produção

¹⁴ Primeira política nacional voltada para o setor de museus, lançada em 16 de maio de 2003.

acadêmica sobre o tema. Entretanto, os estudos sobre incentivos fiscais estão concentrados em segmentos como teatro, dança e audiovisual.

Por isso, torna-se necessário investigar sob a perspectiva dos museus e da museologia, quais são as áreas de preservação em que são desenvolvidas ações nos museus, quais as contribuições realizadas a partir da Lei Rouanet, assim como também o que tem sido incentivado. Surgem então questões como a efetiva participação do Nordeste na Lei Rouanet em relação a outras regiões do país (quantitativa e qualitativamente), e quais as propostas apresentadas pelos museus nordestinos que tiveram aprovação e captação. Isso porque sabe-se que há grande concentração de recursos na região Sudeste, mas não se conhece ao certo o quão essa distribuição é desequilibrada e quanto afeta à preservação do patrimônio museológico brasileiro encontrado em outras regiões, particularmente na região Nordeste.

Lacunas nesse sentido tornam necessária uma abordagem que destaque os aspectos monetários, no entanto sem que estes estejam relacionados à gestão ou ao marketing dos museus. Também é preciso discutir sobre a disparidade de distribuição do fomento para museus da região Nordeste via Lei Rouanet, respondendo se isso é decorrente da ausência de propostas para a captação de recursos, ou se as propostas apresentadas não atendem aos critérios definidos pelo mercado do marketing cultural almejado pelas empresas patrocinadoras. Cabe também responder se os objetivos estabelecidos pelas políticas museológicas (alcance de público em geral, democratização de acesso, promoção da diversidade, entre outros) atendem às motivações dos patrocinadores (nova clientela, divulgação em novas mídias, promoção da marca, entre outros).

Quanto aos museus da região Nordeste, é necessário responder se: os mesmos carecem de maiores atrativos, ou as exigências do mercado financiador não são atendidas, portanto não consegue se relacionar com as características atribuídas à missão da maior parte dos museus brasileiros? Acredita-se que após a implementação da Política Nacional de Museus estes apresentaram um crescimento na apresentação de propostas e captação de recursos. Teriam os museus nordestinos acompanhado esse crescimento? Os recursos aportados por meio da Lei nos museus do Nordeste são (in)suficientes para salvaguarda do acervo/patrimônio musealizado? Se existem impactos na captação de recursos via Lei Rouanet, onde eles contribuem? Na criação de museus? Na elaboração de Planos Museológicos? Na realização de exposições, aquisição de acervo, documentação de acervo, atividades educativas, entre outras ações que contribuam no aprimoramento da PNM e as especificidades demandadas pela área museal?

Para responder as questões acima, será necessário identificar os projetos culturais que buscaram captação do Incentivo Fiscal, via Lei Rouanet, apresentados ao MinC pelos Estados da região Nordeste e quais deles se relacionam com a instituição “museu”. Além disso, também são objetivos específicos: fazer uma seleção para se verificar quem são esses museus e como fazem uso do incentivo para salvaguardar o patrimônio museológico brasileiro sob sua guarda; saber qual o quantitativo aprovado e captado por essas instituições, bem como qual a intenção dos gastos nos orçamentos apresentados; identificar as demandas e avaliar se foram ou são priorizadas pelos museus na preservação de seu acervo; e o percentual despendido após captação de recursos.

Criar e manter o foco na averiguação sobre qual foi a contribuição do uso desses recursos na salvaguarda do patrimônio museológico brasileiro favorecerá o estudo sobre o impacto dessa política pública na Região. Com isso, ter-se-á atingido o objetivo geral do presente trabalho: delinear o perfil dos museus que apresentam propostas e os que são priorizados pelos investidores, além de aferir se os recursos captados impactam ou não na preservação do acervo desses museus, a partir da Lei Rouanet.

Procura-se saber se há uma relação eficaz e produtora com a Lei e se, dentre suas finalidades, ela contempla a preservação do patrimônio museológico brasileiro e a democratização do seu acesso. Também busca-se lançar olhares críticos sobre o mapeamento das ações realizadas pelos museus nordestinos com o Incentivo Fiscal, selecionando, entre todas as propostas apresentadas pelos museus, as da região Nordeste, de 1991 a 2016. Ainda, há que se identificar em quais áreas, segmentos e enquadramentos (artigo 18¹⁵ ou 26¹⁶ da Lei)

¹⁵Art. 18. Com o objetivo de incentivar as atividades culturais, a União facultará às pessoas físicas ou jurídicas a opção pela aplicação de parcelas do Imposto sobre a Renda, a título de doações ou patrocínios, tanto no apoio direto a projetos culturais apresentados por pessoas físicas ou por pessoas jurídicas de natureza cultural, como através de contribuições ao FNC, nos termos do art. 5º, inciso II, desta Lei, desde que os projetos atendam aos critérios estabelecidos no art. 1º desta Lei.” (BRASIL, 1991)

¹⁶Art. 26. O doador ou patrocinador poderá deduzir do imposto devido na declaração do Imposto sobre a Renda os valores efetivamente contribuídos em favor de projetos culturais aprovados de acordo com os dispositivos desta Lei, tendo como base os seguintes percentuais:

I - no caso das pessoas físicas, oitenta por cento das doações e sessenta por cento dos patrocínios;

II - no caso das pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, quarenta por cento das doações e trinta por cento dos patrocínios.

§1º A pessoa jurídica tributada com base no lucro real poderá abater as doações e patrocínios como despesa operacional.

§2º O valor máximo das deduções de que trata o **caput** deste artigo será fixado anualmente pelo Presidente da República, com base em um percentual da renda tributável das pessoas físicas e do imposto devido por pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real.

§3º Os benefícios de que trata este artigo não excluem ou reduzem outros benefícios, abatimentos e deduções em vigor, em especial as doações a entidades de utilidade pública efetuadas por pessoas físicas ou jurídicas.

§4º [\(VETADO\)](#)

§5º O Poder Executivo estabelecerá mecanismo de preservação do valor real das contribuições em favor de projetos culturais, relativamente a este Capítulo.” (BRASIL, 1991)

esses projetos estão inseridos, fazendo um levantamento quanto ao número de museus da região Nordeste que já fizeram uso do Incentivo Fiscal e aos valores solicitados, aprovados e captados por essas instituições.

Também no escopo dos objetivos específicos, a elaboração de um quadro com levantamento situacional e descritivo (planilhas, gráficos e estatísticas) de cada um dos estados da referida Região no âmbito da Lei Rouanet, demonstrando os valores atribuídos à área museal nordestina e como são despendidos (em quais áreas e ações os museus investiram os recursos captados), permitirá que se pesquise qual a representatividade do Incentivo Fiscal no total de investimentos do Governo Federal na preservação de acervos museológicos das instituições nordestinas.

1.3. Estrutura da Dissertação

A dissertação, portanto, encontra-se estruturada em 4 capítulos que sucedem à apresentação do contexto em que o problema da pesquisa está inserido, além de sua delimitação, justificativa e objetivos; à fundamentação teórica, dividida entre reflexões sobre políticas culturais no Brasil, a formação de políticas públicas e a legislação para a área de museus; à metodologia, em que se explica a natureza exploratória e os métodos quantitativo e qualitativo implementados na pesquisa, a coleta bibliográfica e a análise de dados, além do detalhamento operacional utilizado na coleta dos dados. Os capítulos se apresentam da seguinte forma:

Capítulo 1: traz discussões sobre os conceitos de política cultural e sua associação ao conceito de cultura na implementação de uma política pública para o setor; a participação dos museus na trajetória da construção das políticas públicas no Brasil; uma análise das políticas de preservação do patrimônio, seus aspectos ideológicos e as motivações que orientam à formulação de uma política para a cultura que beneficia os museus. Apresenta também os avanços no conjunto de leis que modelam o campo museológico e a criação de marcos regulatórios que visam à legislação própria para sustentação e autonomia do segmento até o desenvolvimento e institucionalização de uma política setorial (Política Nacional de Museus). **Capítulo 2:** com um olhar crítico sobre o Incentivo Fiscal via Lei Rouanet e seus números, este capítulo traz um retrato da Lei e seus mecanismos; dados oficiais do MinC, com o panorama brasileiro das propostas apresentadas por e para os museus; o marketing cultural, visto através da relação entre empresas investidoras e museus; e a profissionalização da cultura. **Capítulo 3:** este capítulo busca elucidar a cronologia dos valores solicitados,

aprovados e captados pelos museus nordestinos entre os anos de 1991 a 2016, assim como o perfil dos museus proponentes, o aporte financeiro real, as áreas de utilização dos recursos e as ações (não) realizadas. **Capítulo 4:** trata-se da consolidação dos dados da Região por meio da análise dos impactos, desdobramentos e efeitos resultantes da distribuição dos recursos. Procurando com isso responder ao problema mais imediato que a pesquisa se propõe que diz respeito ao alcance e representatividade ou não da política de Incentivo Fiscal federal no cenário museológico nordestino, concluindo por demarcar o impacto da Lei Rouanet nas ações de proteção e preservação do patrimônio museológico brasileiro que se encontram como acervos nos museus da região Nordeste.

1.4. Metodologia

As características dos processos de análises dos dados direcionaram essa pesquisa na utilização do método exploratório com abordagens quantitativa e qualitativa que se complementaram para a melhor análise e interpretação nesse estudo. A aproximação inicial do objeto deu-se a partir da análise documental por meio da utilização de fontes oriundas de página *web*.

A pesquisa documental é constituída pelo exame de materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou que podem ser reexaminados com vistas a uma interpretação nova ou complementar. [...] Esse tipo de pesquisa permite o enfoque de pessoas a que não temos acesso físico (distantes ou mortas). Além disso, os documentos são uma fonte não-reativa e especialmente propícia para o estudo de longos períodos. (NEVES, 1996, p.3).

Inicialmente, os dados foram coletados quantitativamente, mas os resultados apresentados limitavam a compreensão do problema inicial deste trabalho quanto ao uso dos recursos incentivados na preservação do patrimônio museológico brasileiro sob a guarda dos museus do Nordeste. Ainda que os resultados tenham sido relevantes pela capacidade de serem quantificados, foi preciso interpretar os números, descrevê-los e traduzir seus significados.

A objetividade da análise quantitativa permitiu consolidar dados previamente estabelecidos, além de mensurar com maior precisão as seguintes variáveis: (v1) quantidade de vezes que os museus da região Nordeste recorreram ao uso do mecenato; (v2) número de instituições que obtiveram a captação de recursos por esse instrumento; (v3) segmentos que os museus mais têm apresentado propostas; (v4) enquadramento dos projetos apresentados pelos

museus; (v5) valores solicitados, aprovados e captados pelos museus; entre outros aspectos quantificáveis em que a quantidade de dados brutos é satisfatória e nos permitem classificá-los para futuras análises.

Para explicar a utilização dos recursos na salvaguarda do patrimônio, os aspectos abordados se voltaram para um aprofundamento do estudo dos projetos executados e que, por isso mesmo, não poderiam ser apenas quantificados. Conforme aponta Neves (1996), dentre as características na investigação da pesquisa qualitativa estão a “obtenção de dados descritivos mediante contato direto e interativo do pesquisador com a situação objeto de estudo” (NEVES, 1996, p. 1), um mapeamento descritivo do tempo e espaço do objeto.

O levantamento dos documentos analisados (qualificados nesta dissertação como “projetos”) foi feito a partir de informações extraídas do Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura (Salic). Em seguida, a partir dos relatórios por Estado exportados em planilha *Excel*, mapeou-se de que maneira e em qual contexto a categoria “museu” aparece nos campos “Nome do projeto”, “Segmento”, “Resumo” e “Proponente”. A classificação e sistematização utilizadas (filtros¹⁷) resultaram no agrupamento das informações em gráficos, tabelas e novas planilhas, com análise estatística.

As diferentes técnicas auxiliaram no entendimento e descrição dos dados coletados. Ambas são passíveis de revelar e esconder significados, mas quando usadas complementarmente, “permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente” (FONSECA, 2002, p. 20).

Entretanto, partimos do total de propostas apresentadas no Brasil entre os anos de 1991 a 2016. Inicialmente, foram coletados os dados sobre valores e ações das propostas que faziam referência aos estados da região Nordeste. Com relação às propostas, essas foram separadas por área, conseqüentemente, foram selecionadas aquelas atribuídas aos museus, em cada uma das áreas para, a partir disso, pormenorizar os dados de cada uma delas. Entre os dados estão: identificação do museu relacionado; enquadramento da proposta; valores aprovados e percentuais captados, além da identificação dos valores demandados pelos proponentes para realização do objeto. Ao término desse levantamento, diagnosticou-se a necessidade de estender a coleta de dados às outras regiões brasileiras devido à ausência de informações que pudessem estabelecer parâmetros comparativos. Sendo possível, dessa forma, reconhecer o panorama das propostas apresentadas no Brasil para melhor inferir a situação da região Nordeste.

¹⁷ Os filtros utilizados serão detalhados no item **4.1. Metodologia operacional da coleta de dados**, do Capítulo 4 dessa Dissertação.

A principal metodologia utilizada no desenvolvimento da pesquisa se deu pelo método exploratório que, de acordo com Amado Luiz Cervo, serve na ampliação do conhecimento e:

[...] não requer a elaboração de hipóteses a serem testadas no trabalho, restringindo-se a definir objetivos e buscar mais informações sobre determinado assunto de estudo. Tais estudos têm por objetivos familiarizar-se com o fenômeno ou obter uma nova percepção dele e descobrir novas ideias (CERVO, 2007, p. 63).

Os métodos quantitativo, qualitativo, bibliográfico e documental também serviram na coleta dos dados. A pesquisa bibliográfica e documental foi realizada em livros, revistas impressas e eletrônicas, teses, dissertações, trabalhos de conclusão de curso de graduação, artigos, comunicações em eventos, entrevistas em jornais, relatórios de gestão do Ministério da Cultura e do Instituto Brasileiro de Museus, Plano Nacional Setorial de Museus, Legislação Brasileira de Cultura e Museus, entre outros.

Tal arcabouço subsidiou a construção teórica e conceitual da pesquisa por trazer elementos que antecedem o principal aspecto da pesquisa, qual seja, museus nordestinos que apresentaram propostas para captação de recursos via Lei Rouanet, a exemplo da participação dos museus na trajetória da construção das políticas culturais no Brasil, bem como a formação de uma política específica para o setor.

A revisão bibliográfica se deu na busca de indicadores de políticas públicas e legislações federais que contemplem os museus brasileiros ou que mencionem a relação destes com a elaboração de instrumentos governamentais. Em seguida, os estudos sobre recursos financeiros para museus que apontam a carência dos dados sobre orçamentos dos museus no país.

As análises, tanto quantitativa quanto qualitativa, foram baseadas na coleta de dados de propostas apresentadas via Lei Rouanet – somente o Mecanato ou mecanismo de Incentivo Fiscal Federal. Para o levantamento e análise dos dados de museus da região Nordeste, foram consideradas as propostas cadastradas nos sistemas SalicNet¹⁸, SalicWeb¹⁹ e NovoSalic, que

¹⁸ SalicNet é um sistema criado pela Coordenação-geral de Normatização e Orientação do Ministério da Cultura com o objetivo de “garantir maior transparência dos atos praticados pelo Ministério da Cultura na gestão dos mecanismos da renúncia fiscal [...]. Trata-se de ferramenta sistêmica para acessar e tratar informações sobre os projetos beneficiados pela Lei Rouanet, por meio de consultas, relatórios e extração de dados, de forma dinâmica e rápida sobre os dados relacionados às pessoas físicas e jurídicas que participam dos projetos”. Retirado de <http://sistemas.cultura.gov.br/SalicNet/SalicNet/SalicNet.php#>, acesso em 29/09/2016, às 10:31 horas.

¹⁹ O SalicWeb é um sistema disponível na internet para consulta pública aos projetos inscritos na Lei Rouanet. O acesso às informações é fornecido de maneira ampla sem filtros específicos. Para serem aprovados na Lei, os projetos devem atender às normativas da Lei nº 8.313/91, que não contempla uma área específica para os “museus” e isso faz com que em todos os segmentos identificados possa haver projetos de museus. O SalicWeb é um sistema unificado, utilizado para apresentação e acompanhamento de propostas culturais.

foram transformadas em projetos²⁰ entre os anos de 1991 e 2016. Essas plataformas estão disponíveis ao público em geral e possibilitam aos usuários fácil acesso aos dados gerais das propostas, promovendo maior transparência na checagem desses dados.

Foram considerados para os objetivos da presente pesquisa, todos os projetos cadastrados pelos Estados do Nordeste no referido período. Em seguida, foram identificadas as unidades museológicas nordestinas que tenham enviado propostas ao MinC, cuja finalidade principal era o favorecimento permitido pelo Incentivo Fiscal da Lei Rouanet, para captação de recursos.

Um primeiro mapeamento (Tabela 1) diz respeito aos dados da população, quantidade de museus e proporção na relação população *versus* quantidade de museus nas regiões do país e os mesmos dados para o Brasil.

Tabela 1 - Quantidade de museus nas Regiões, população, e relação população/quantidade de museus, Brasil, 2010

Região	População	Quantidade de museus na Região	População / Quantidade de Museus
Nordeste	51.334.406	632	81.542
Centro-Oeste	13.222.854	218	60.655
Norte	14.623.316	146	100.160
Sudeste	77.873.120	1.151	67.657
Sul	26.733.595	878	30.448
Brasil	183.987.291	3.025	60.822

Fonte: Elaborado pela autora com base no “Museus em Números” (IBRAM, 2011b).

A Tabela 2 indica para os Estados da região Nordeste (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe) a quantidade geral de museus e nas capitais, além da porcentagem de concentração de museus nas capitais em relação ao total da UF (%).

Tabela 2 - Quantidade de museus nas capitais, nas UF's e porcentagem de concentração de museus nas capitais, Nordeste, 2010

UF	Quantidade de museus na capital	Quantidade de museus na UF	Porcentagem de concentração de museus nas capitais em relação ao total da UF (%)
AL	27	61	44,3
BA	71	152	46,7
CE	31	113	27,4
MA	17	23	73,9
PB	22	63	34,9

²⁰ A diferença entre propostas e projetos, para a Lei Rouanet, consiste na fase em que se encontram. Enquanto propostas tratam de intenção de ações cadastradas no sistema do MinC (Salic) e que passam pela análise de admissibilidade, se os projetos representam as propostas que foram admitidas pela equipe do MinC e se caracterizam com ações culturais.

UF	Quantidade de museus na capital	Quantidade de museus na UF	Porcentagem de concentração de museus nas capitais em relação ao total da UF (%)
PE	44	98	44,9
PI	6	32	18,8
RN	22	65	33,8
SE	15	25	60,0

Fonte: Elaborado pela autora com base no “Museus em Números” (IBRAM, 2011b).

Foi utilizado como critério o uso da nomenclatura “museu” em um dos filtros da pesquisa, detalhado a seguir. Essa categoria refere-se à autodenominação e/ou autorreconhecimento institucional por parte daquele que propõe, ou para aquele a quem o projeto foi proposto. A denominação é a principal referência para sua definição e, portanto, indicativa da identidade institucional assumida. Em pesquisa realizada em Museusbr – maior plataforma de informações sobre os museus brasileiros – são mapeadas 3.786 instituições, das quais 2.567 trazem a palavra museu no nome²¹.

Como ressaltado anteriormente, durante décadas, os guias de museus serviram como instrumento de referência para o mapeamento do cenário dos museus brasileiros. Em 1997, foi publicado o “Guia de Museus Brasileiros” pela Universidade de São Paulo, considerado um dos principais, devido à abrangência informativa e geográfica dos dados apresentados, contendo um total de 529 instituições. O último guia nacional de museus foi lançado em 2011, resultado de pesquisa realizada pelo Cadastro Nacional de Museus (CNM), indicando o total de 3.025 museus (IBRAM, 2011a), os quais passaram por dois tipos de classificação: mapeamento, aqueles identificados por profissionais da área, e cadastramento, os que preencheram formulário auto declaratório elaborado pelo Ibram.

Com o objetivo de identificar como os museus aparecem nos projetos inscritos e selecionados pela Lei Rouanet, dentre as opções de plataforma digital para a pesquisa, a plataforma SalicNet foi a escolhida por apresentar acesso a informações básicas dos projetos já em 1991. Esse sistema permite que os dados sejam coletados por meio de filtros de pesquisa. Por isso, escolheu-se o campo “área cultural” que abarca patrimônio cultural, artes visuais, artes integradas, artes cênicas, humanidades, música e audiovisual.

A coleta de dados indica que os projetos relacionados ao campo dos museus são apresentados majoritariamente nas áreas de Patrimônio Cultural e Artes Visuais. Contudo, pode-se encontrar a palavra “museu” nas demais áreas artísticas como: Música, Humanidades, Artes Integradas, Audiovisual, Artes Cênicas. É preciso salientar o procedimento empregado e

²¹Disponível em:

[http://museus.cultura.gov.br/busca/##\(global:\(enabled:\(space:!\)filterEntity:space.map:\(center:\(lat:-15.792253570362446,lng:-47.87841796875\),zoom:5\)\)\)](http://museus.cultura.gov.br/busca/##(global:(enabled:(space:!)filterEntity:space.map:(center:(lat:-15.792253570362446,lng:-47.87841796875),zoom:5)))). Acesso em: 7 jun. 2017.

os respectivos filtros de busca na plataforma SalicNet, de modo a explicitar quais enunciados foram utilizados na captura e cruzamento de dados para que chegássemos aos museus a fim de elucidar que as coletas realizadas por buscas distintas poderão alcançar resultados diferentes.

2. Os museus e as políticas culturais no Brasil

2.1. Revisão de literatura

Entendemos as dificuldades no levantamento da bibliografia existente sobre o tema tratado nessa dissertação, pelo caráter transversal e multidisciplinar que abarca quaisquer outros temas que dialoguem com a cultura.

É recorrente a dispersão desses estudos em diferentes áreas de conhecimento e no caso específico tivemos que recorrer ao entendimento das políticas culturais no Brasil e o uso do Incentivo Fiscal pelas mesmas, o marketing cultural (empresas patrocinadoras e museus patrocinados), a construção de uma política museológica e de fomento aos museus a fim de alcançarmos melhor entendimento na relação estabelecida entre os museus e o mecenato.

Não tivemos por objetivo nessa pesquisa apresentar, e muito menos aprofundar, aspectos descritivos e conceituais. Mas, identificar como essas temáticas estão sendo trabalhadas pela Museologia, em suas transformações teórica, metodológica e prática e como estas se relacionam no contexto dos museus nordestinos na captação de recursos via Mecenato (Lei Rouanet) para salvaguarda do acervo museológico sob seus cuidados.

Portanto, foram tomados como pressupostos teorias e propostas de autores estruturantes. Como o dicionário crítico de verbetes sobre políticas culturais, de Teixeira Coelho, que mostra a quantidade de estudiosos dos fenômenos culturais e a ampla discussão na economia, antropologia, sociologia, entre outras disciplinas. Para Coelho (1997), as intervenções nas políticas culturais se dão nas formas de normas jurídicas ou intervenções diretas na própria ação. Essas políticas são percebidas

[...] como programa de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitários com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas. Sob este entendimento imediato, a política cultural apresenta-se assim como o conjunto de iniciativas, tomadas por esses agentes, visando promover a produção, a distribuição e o uso da cultura, a preservação e divulgação do patrimônio histórico e o ordenamento do aparelho burocrático por elas responsável. (COELHO, 1997, p. 292)

Para identificar como e quando os museus se inserem nas políticas públicas culturais e para fomento à cultura, que antecedem as leis de incentivo, foi preciso estudar a formação das políticas culturais no Brasil, em especial a partir dos anos 1930. Sem perder a referência que a origem dos museus no país antecede ao século XX.

No Brasil, são inúmeras as fontes (SCHWARCZ, 1993; SANTOS, 2004, FONSECA, 2005; CHAGAS, 2006; MORAES, 2009), que detalham como os museus se relacionavam com o Estado e como estes estavam voltados ao ensino, às pesquisas científicas, à educação e à cultura. Além de terem sido utilizados como meio para civilizar a nação e base na construção de uma identidade nacional. Eram as instituições de saber, poder e controle.

Lilian Schwarcz em “O espetáculo das raças: cientistas instituições e questão racial no Brasil 1870 – 1930” reconstrói as teorias de miscigenação racial no Brasil através dos espaços científicos institucionalizados da época: museus nacionais etnológicos e etnográficos (Museu Nacional, Museu Paraense Emílio Goeldi e o Museu Paulista), institutos históricos, faculdades de medicina e direito ou os saberes histórico, jurídico e médico da época. Para Rangel (2010), esses museus colocaram o Brasil no panorama internacional, através de interações com museus europeus, norte-americanos e latino-americanos.

O Museu Histórico Nacional criado em 1922 em comemoração ao Centenário da Independência emerge de uma demanda política e social por um espaço de celebração da memória nacional (CHAGAS, 2009). No livro “a Imaginação Museal: Museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro”, o museólogo e professor Mario Chagas estabelece a ‘formação’ da imaginação museal brasileira a partir de uma construção simbólica e não menos política, da nação. Um enlace nas raízes do patrimônio e dos museus, suas práticas e dimensões, uma interseção “vinculadas à ideia de preservação”.

Moraes (2010) em seu ensaio sobre Museu e poder aponta para o papel do Estado enquanto “coordenador e gestor dos planos, programas e serviços culturais e museológicos” e vê na figura do Gustavo Barroso a institucionalização dos museus no Brasil, que tem a sua origem anterior às propostas de Barroso, mas só após assumir a direção do MHN direciona para construção de um patrimônio nacional associado a uma proposta museológica, que incluía a criação do primeiro curso técnico de museus do país (RANGEL, 2012). Daí se originariam os primeiros museólogos que integrariam o SPHAN após décadas dedicadas quase que exclusivamente aos aspectos arquitetônicos do patrimônio.

Em “há uma gota de sangue em cada museu”, Mario Chagas (2006) retrata os aspectos museológico no multifacetado Mário de Andrade, um dos principais personagens na trajetória da formação e consolidação das políticas voltadas à cultura no Brasil. A “matéria museológica” ou a “ótica museológica” sempre foram elementares entre a sua obra e a museologia. Podemos inferir que aqui nasce o estreitamento dessa relação, afinal Mário de Andrade por vezes representou o Estado e elaborou anteprojetos e projetos que deram frutos como a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (SPAN). Os museus eram eles

importantes na preservação do patrimônio cultural brasileiro, desde a década de 20 e por isso mesmo objeto de atenção por parte de intelectuais.

Os museus – segundo Mário de Andrade – serviriam para expor obras de arte colecionadas para cultura e enriquecimento do povo brasileiro, pelo Governo Federal. Cada museu manteria no seu saguão de entrada, para estudo e incitamento do público, uma cópia do Livro de Tombamento das artes correspondentes (CHAGAS, 2006).

A união manterá, para conservação e exposição de obras históricas e artísticas de sua propriedade, além do Museu Histórico Nacional e do Museu Nacional de Belas Artes, tantos outros museus nacionais quanto se tornarem necessário devendo outrossim providenciar no sentido de fornecer a instituição de museus estaduais e municipais, com finalidades similares. (BRASIL, 1937).

Esse fato demonstra o quanto os museus brasileiros fizeram parte desse processo e quantos se originaram a partir dele entre as décadas de 30 a 60. Seu papel preponderante é evidenciado na centralidade que estes possuíam como linha condutora da construção e consolidação da política proposta para a área do patrimônio. Além das instituições citadas, Mário de Andrade indicava a criação de museus municipais e estaduais. Em sua concepção, os museus poderiam ser considerados âncoras da identidade cultural brasileira (RANGEL, 2012, p. 105).

É nesse contexto de políticas públicas culturais patrimoniais e preservacionistas que os museus se inserem e permanecem até o século XXI.

Em “Delineamentos para uma teoria da Museologia”, a museóloga e professora Suely Moraes Cerávolo aborda a história da “Museologia como área de conhecimento” originada internacionalmente e sua formação teórica a partir das décadas de 70 e 80. É possível acompanhar uma variação nos conceitos e princípios, de acordo com a localização geográfica, no entanto se esbarravam na mesma terminologia. A falta de respostas para suas indefinições (teoria, prática e métodos), ganhou unidade ao longo do processo, pois tê-la como disciplina era fundamental para que os museus e seus profissionais respondessem a esses questionamentos.

Com a ampliação no conceito de cultura, os museus também alargaram o seu conceito e suas práticas diárias, se adaptando ou não ao novo cenário tiveram que atender a essa nova demanda do mercado.

As mudanças “de fora para dentro” trouxeram exigências “no sentido inverso”. E, para suprir as novas exigências foi preciso adequar sua estrutura às ações junto ao público, que conseqüentemente exigiram mais recursos e novas fontes de financiamento, “uma

incorporação de estratégias administrativas, de publicidade e marketing para o gerenciamento institucional e captação de verbas na forma de financiamento, etc” (CERAVOLO, 2004, p. 247).

A autor ressalva com base em análise de Peter Van Mensch, as novas formas de se relacionar com a sociedade em geral e observa tendências no “surgimento de outros tipos de museus” gerados, entre outros, por ações empresariais, comerciais e de corporações. Mudanças que obrigaram os gestores a incorporarem as práticas administrativas a uma caça por financiamento.

Passa-se a empregar expressões como “museu-mercado” e “indústria museística”; as coleções tornam-se “capital ativo” particularmente ao se tratar de exposições temporárias. Esse quadro inclui a preocupação crescente com a captação de público – meta a ser atingida, foco de pesquisas de recepção –, demonstrando a intersecção das atividades dos museus com mídias e, por extensão, com a comunicação de massa. (CERAVOLO, 2004, p. 247)

No livro, “encontros museológicos reflexões sobre a museologia, a educação e o museu”, a professora Maria Célia Teixeira (2008), enfatiza as ações museológicas nas práticas de ensino, mas, assim como Ceravolo, ao contextualizar sobre a museologia contemporânea e o seu desenvolvimento no Brasil também reflete sobre como os museus tiveram que reestruturar suas práticas para atuarem como agentes de transformação. O fazer museológico resultado de um processo que envolve políticas públicas para a área, formação e capacitação dos profissionais, organização da classe, regulamentação da profissão, entre outros. Assim como o conceito de cultura pode ser decisivo na elaboração de políticas culturais, o conceito de museus e museologia podem definir ações e a formação de profissionais.

Do dever do Estado ao mecenato privado para criação e manutenção dos museus, como nas figuras de Assis Chateaubriand, criador do Museu de Arte de São Paulo (MASP) em 1947, e Francisco Matarazzo Sobrinho que criou o Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM-SP), ao financiamento obrigatório do Estado por meio da iniciativa privada, esse cenário tem se mostrado cíclico, porém constante na continuidade dos museus brasileiros (SANTOS, 2009).

Um primeiro dado que se observa ao revisar a bibliografia sobre os museus no Brasil, é o de que essas publicações dizem respeito mais a informativos turísticos (localização, dias e horários de funcionamento), e levantamentos numéricos de quantos existiam, sem menção a orçamentos. O que parece apropriado para um tempo em que a dispersão geográfica era fator delimitador para a não realização de atividades de grande porte sem intervenção direta do

Estado. Na década de 1940 sob o Estado Novo, os museus passam a ser considerados como recursos para colaborarem no objetivo mais amplo de moldar o homem novo, o homem esperado. Na publicação “Anuários Estatísticos do Brasil”, organizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 1940 lê-se, dentro do índice geral, o item “Museus, segundo as Unidades da Federação” integrando “Outros Aspectos Culturais”, indicando informações sobre a localização, a entidade mantenedora e a natureza e o movimento anual de visitantes.

Uma década depois, em 1950, a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Conselho Internacional de Museus (ICOM) realizaram um levantamento dos museus em diversos países, entre eles o Brasil, e empreenderam esforços na coleta de dados padronizados dessas instituições. Daí em diante, criou-se “[...] em nosso País a cultura de coleta, sistematização e publicação de informações sobre os museus brasileiros, em forma de guias” (IBRAM, 2011b, p.20). O primeiro deles, em inglês, foi realizado pelo Ministério de Relações Exteriores, agrupando um total de 175 instituições museológicas segundo a natureza administrativa e tipologia adotadas à época pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (federal, estadual, municipal, eclesiástico, ligado à instituição civil e privado). (IBRAM, 2011b, p.21).

Nas décadas seguintes o número de publicações aumentou e com elas se pode acompanhar o registro de novos museus. Os guias de museus se tornaram referência no mapeamento do cenário dos museus brasileiros e serviram como divulgação na apresentação do local a ser visitado, horário de atendimento e tipologia do acervo. Em 1997, foi publicado o “Guia de Museus Brasileiros”, pela Universidade de São Paulo, contendo dados de 529 instituições. O último guia nacional de museus brasileiros foi lançado em 2011, resultado de pesquisa realizada pelo Cadastro Nacional de Museus (CNM), e reuniu profissionais da área para mapear e cadastrar os museus do Brasil. Foram rastreados 3.025 museus (IBRAM, 2011b, p. 246). Nota-se que, em nenhuma dessas publicações, foi apresentada qualquer informação referente ao orçamento dos museus que não sejam os valores referentes às regras tarifárias para entrada na instituição.

Mas, qual a importância dos guias? Tem-se nesse instrumento informativo, de modo geral, o mapeamento do campo museal para divulgação, com vistas ao fortalecimento do setor, compreensão do cenário museológico brasileiro, e principal contribuição à época para disseminação das informações aos interessados nos estudos sobre a questão museológica no Brasil.

José Nascimento Júnior (2010) afirma que por meio do CNM é possível construir dados sobre a ocupação gerada pelas atividades dos museus e sobre o volume do orçamento

utilizado por essas organizações, no que diz respeito à sua receita própria e ao que entra por fontes diversas (NASCIMENTO JÚNIOR, 2010). Mas, o cadastro não trabalha com os dados necessários para identificação dos tipos de gastos realizados pelos museus e muito menos quais as suas fontes, limitando-se aos recursos (orçamento anual, receitas próprias, leis de incentivo, patrocínio direto, doações de pessoas jurídicas e físicas) e respectivos valores.

Como mencionado anteriormente, apesar do nosso principal objetivo ser o de mapear como a Lei de Incentivo foi, e continua sendo, utilizada pelos museus nordestinos, não se conta com publicações específicas no que diz respeito à sua utilização por esses museus e, por isso mesmo, o levantamento inicial foi realizado com os relatórios de gestão que apontam como essa utilização se dá em esfera nacional.

No prefácio do único livro brasileiro sobre “Economia de Museus”, o organizador e à época presidente do Ibram, José do Nascimento Júnior, sobre o artigo de Regina Abreu “A cultura do mecenato no Brasil: uma utopia possível?”, responde: “Decididamente, acredito que sim e trabalhamos no Ibram com essa perspectiva (NASCIMENTO JÚNIOR, 2010)”, deixando claro que o órgão responsável pelas políticas públicas do setor atua nessa perspectiva. Mas, para a autora, apesar de enxergar como aspectos positivos uma incipiente aproximação e formação sobre o mecenato e a iniciativa privada se perceber como instrumento de financiamento à cultura, o seu apoio está “diretamente relacionado a interesses específicos de retorno da imagem institucional” (ABREU, 2010, p.194). Delegando sua responsabilidade através do mecenato ao patrocínio utilitarista. Segundo a autora, enquanto não educarmos a mentalidade brasileira (sociedade e Estado) de querer tirar vantagem em todas as coisas, a “cultura do mecenato” não passará de utopia.

2.2. Conceitos de política cultural e sua associação ao conceito de cultura

Somente nas primeiras décadas do século XX é que se instituem os museus históricos com categorias distintas das de história natural. Naquele momento os museus representavam a elite, tendo como pressuposto uma perspectiva tradicionalista e patriótica que tinha como proposta especificar e qualificar a memória nacional. Se os primeiros museus surgem tendo como seu principal objeto de guarda os acervos históricos, a partir de 1930 e nas décadas seguintes ocorre uma ampliação de museus com atuação em áreas mais abrangentes.

A própria ampliação sobre o conceito de cultura pode ter contribuído para expansões nesse campo e eventuais dificuldades no planejamento e implantação de uma política para o setor, pois, é a partir do entendimento do que pode ou não ser aceito como cultura, que se tem

determinado o caminho a ser seguido (FREIRE, 2008). É necessário notar que a delimitação conceitual do que seja política cultural é um processo de construção contínua, que ocorre em todos os campos do conhecimento e envolve ações que têm a cultura como objeto de estudo.

É fundamental destacar que toda política cultural traz embutida, de modo explícito ou não, uma concepção de cultura a ser privilegiada. Esclarecer o conceito de cultura imanente à política cultural é um procedimento analítico vigoroso para o estudo aprimorado deste campo. A amplitude do conceito de cultura utilizado não apenas delinea a extensão dos objetos das políticas culturais, mas comporta questões a serem enfrentadas por tais políticas (RUBIM, 2007, p. 149).

É intenção nesse capítulo realizar uma incursão que, embora breve, lance um olhar crítico, analítico e de reflexão, não só na trajetória das políticas culturais no Brasil, como os desdobramentos ocorridos a partir dessas ações, partindo da perspectiva dos museus. É intento também realizar um delineamento da cronologia dessas políticas, bem como destacar os momentos e circunstâncias em que os museus foram reconhecidos como força simbólica na concepção e entendimento delas.

Ressalto que a autora Lia Calabre foi utilizada como principal referência no capítulo, por realizar um enfoque sobre as políticas culturais no Brasil, com mais ênfase aos museus e os mesmos aparecem com mais frequência e profundidade em sua abordagem.

2.3. Olhares sobre os museus e as políticas culturais no Brasil

As primeiras ações na área museológica de âmbito nacional com vínculos socioeducacionais têm como marco inicial a vinda da Família Real portuguesa para o Brasil, em 1808, período que ocorre também a criação da Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, em 1816. Em 1821, a Escola abre suas portas para visitação pública apresentando um acervo composto de objetos de valor histórico, coleções mineralógicas e botânicas, além de peças feitas pelos indígenas brasileiros. No século XIX essa instituição passou a ser denominada como Museu Real, hoje Museu Nacional da Quinta da Boa Vista, que até o seu incêndio²² em 02 de setembro de 2018, foi considerado a “mais antiga instituição museológica do país ainda

²² Fundado em 1818 por D. João VI, o museu está ligado a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e ocupava uma edificação histórica, de mais de dois séculos, tombada pelo IPHAN. Seus três andares foram rapidamente consumidos pelo fogo junto com um dos acervos mais importantes do país, de aproximadamente 20 milhões de peças, distribuídas em coleções de arqueologia, zoologia, paleontologia, botânica, entre outras tipologias de acervo que inclui fósseis, múmias, obras de arte até livros raros.

aberta ao público e também a que concentra o maior número de bens culturais no acervo” (IBRAM, 2011b, p. 61).

A chegada inesperada da Família Real e sua corte exigiu que a colônia instalasse os “primeiros estabelecimentos de caráter cultural - como a Imprensa Régia, a Biblioteca, o Real Horto e o Museu Real, instituições que transformavam a colônia não apenas na sede provisória da monarquia portuguesa, como em um centro reprodutor de sua cultura e memória” (SCHWARCZ, 1993, p. 23-24).

É no século XIX, período batizado por Lilian Schwarcz como “a era dos museus brasileiros”, que vai se efetivando uma consciência museal, concomitantemente com o surgimento de outros espaços, podendo se destacar o Museu do Instituto Brasileiro Geográfico, em 1838; o Museu do Exército, em 1864; a Sociedade Filomática, em 1866, que depois viria a se tornar o Museu Paraense Emílio Goeldi; o Museu da Marinha, em 1868; o Museu Paranaense, em 1876; e o Museu Paulista, em 1895 (SCHWARCZ, 1993). Nesse momento, o que se observa é que essas instituições eram vistas e tidas como um meio de ensinar histórias, fazendo uma relação entre o passado, o presente e o futuro, ainda com a influência do Iluminismo.

É importante lembrar que, no Brasil, os museus se constituíram enquanto área cultural institucionalmente politizada muito recentemente, a partir da década de 1930, mesmo período em que começam a ser esboçadas as políticas culturais, e, desde a sua origem estiveram associados a espaços de saber, onde permaneceram vinculados por longo período, assim como a cultura de preservação do patrimônio arquitetônico.

No entanto, vale lembrar que a criação do Museu do Estado da Bahia, se deu muito antes que o referido período, ainda em 1918, mas, marca um projeto de museus criados com a função de:

[...] demarcar um passado através de elementos da cultura material, materializando-a e a tornando visível de forma a institucionalizar um dado patrimônio afinado aos ideais nacionais, regionais e locais. Numa palavra: o Museu do Estado foi criado para “dar vida a uma seleta memória social da Bahia”. (CERAVOLO, 2011, p.3).

Os museus serviram como instrumento político, como uma “intersecção entre cultura e política” (CERAVOLO, 2011, p. 3). No caso do Museu do Estado da Bahia, uma sociedade não alfabetizada, na mira de uma elite culta desejosa por modernização.

É no período pós-revolução de 1930 que Vargas estrutura o Estado e, mesmo com toda censura, emerge a relação entre este e a cultura na política brasileira. Momento de

consolidação do funcionalismo público e a forte presença do Estado em esferas que extrapolavam a saúde e a educação, dentre elas, a cultura, especialmente na gestão do ministro Gustavo Capanema (1934-1945) por meio de programas, ações e a criação de instituições culturais em setores onde o Estado antes não atuava, a exemplo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), o Instituto Nacional do Livro (INL) e o Serviço Nacional do Teatro (SNT), que movimentam o cenário da cultura (CALABRE, 2005).

Durante a primeira gestão do presidente Getúlio Vargas (1930-1945) um dos primeiros atos foi à criação do Ministério da Educação e Saúde (MES), em 14 de novembro de 1930, principal órgão de formação das iniciativas que viriam a se tornar as políticas culturais. Dentro do MES foi criado o Departamento Nacional de Ensino, onde alguns segmentos da área da cultura (museus, escolas de arte, bibliotecas) ficaram sob sua responsabilidade. Para Calabre (2009b), essa foi a primeira vez na legislação em que o ministério fez referências ao campo da cultura.

É na década de 1930 que é fundado o Museu Histórico Nacional, que enquanto instituição propunha-se ser um lugar da memória, moderno e dedicado à cultura das tradições. Paralelamente à sua fundação, surgem ligados a ele dois outros órgãos: O Curso de Museu, criado em 1932 e a Inspetoria de Monumentos Nacionais, em 1934, os quais antecedem ao Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, fundado em 1936. Ambos intentavam desempenhar a função de instituição voltada para a formação de profissionais ligados à área de atuação museal, além de implementar ações conscientizadoras quanto à necessidade de conservar e preservar o patrimônio.

Por mais de uma década, a gestão desse ministério esteve sob a direção de Gustavo Capanema (1934-1945) que sempre contou com nomes do meio artístico e intelectual da época, alguns com envolvimento político. Para Fonseca (2005), a atuação de Capanema no ministério inaugura o campo da cultura no âmbito das políticas públicas e, ao término da sua gestão deixa esboçado os princípios básicos da estrutura organizacional do que se tornaria o Ministério da Cultura. Nesse período, registramos a presença dos museus em âmbito nacional, como Museu Nacional de Belas Artes, Museu Imperial, Museu da Inconfidência, além de casas históricas e museus em âmbito regional criados pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), como o Museu das Missões, Museu do Ouro, Museu Regional de São João del-Rei, entre outros.

O caráter científico de muitos museus brasileiros do século XIX é destacado em muitas obras que abordam a criação destes no país, mas sempre enfatizando o seu caráter acadêmico. A exemplo dos museus Paulista e Emílio Goeldi, famosos pela realização de

pesquisas científicas sobre história natural. Esse é um dos fatores pelos quais dentro das políticas de Estado os museus foram mencionados com vínculos a órgãos da educação. Mas, o funcionamento de grandes museus nacionais não considerava a proteção dos seus acervos e coleções, não fosse o preciosismo das ciências (CALABRE, 2009).

No que se refere às obras de arte, elas foram divididas em oito categorias: erudita nacional, erudita estrangeira, aplicadas nacional, aplicadas estrangeira, arqueológica, ameríndia, popular e histórica. Quando tombadas deveriam ser inscritas em um dos quatro livros de tomo: arqueológico e etnográfico, histórico, belas artes e artes aplicadas. Os livros oficializariam as obras inscritas como pertencentes ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e os museus serviriam “para neles estarem expostas as obras de arte colecionadas para cultura e enriquecimento do povo brasileiro pelo Governo Federal” (BRASIL, 1937). Esses são os livros de tombamento e os museus correspondentes: Livro de Tombo Arqueológico e Etnográfico, correspondente as três primeiras categorias de artes, arqueológica, ameríndia e popular; Livro de Tombo Histórico, correspondente à quarta categoria de arte histórica, Livro de Tombo das Belas-Artes/Galeria Nacional de Belas Artes, correspondentes as quinta e sexta categorias, arte erudita nacional e estrangeira, Livro de Tombo das Artes Aplicadas/Museu de Artes Aplicadas e Técnica Industrial, correspondentes as sétima e oitava categorias, artes aplicadas nacionais estrangeiras (IPHAN, 1980, p. 59).

Para isso, seria necessária a criação de quatro grandes museus que abrigassem as coleções pertencentes a cada um dos livros: um museu de artes aplicadas e técnica industrial, uma galeria nacional de belas artes, além de utilizar o museu histórico, já existente à época, e deveriam ser expostas em museus de coleções correspondentes.

Nessa perspectiva, a legislação aponta para abrangência no conceito de cultura adotado por Capanema, desde o princípio do Ministério. Tornou-se característico na gestão de Getúlio Vargas a articulação das demandas setoriais nas políticas do seu governo e a transformação de reivindicações antigas em novas políticas. Segundo CALABRE (2009, p. 44):

As legislações atendiam a reivindicações setoriais antigas, modernizavam e, até mesmo, criavam regulamentações de trabalho e faziam crescer o controle do Estado sobre os setores, sem, no entanto, deixar de atender parte significativa das demandas existentes, tanto dos setores empresariais como dos trabalhadores.

Durante a gestão de Gustavo Capanema, no então Ministério da Educação e Saúde (MES), foi constante a presença “de expressivos intelectuais e ativistas da vida cultural brasileira” a exemplo de Mário de Andrade, idealizador do anteprojeto que serviu como

esboço para o Decreto-Lei nº 25 de 30/11/1937 que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Esse decreto é considerado como bem menos abrangente do que o idealizado por Mário de Andrade no entendimento do patrimônio histórico e artístico nacional e muitas vezes limitado aos monumentos de “pedra e cal” (FALCÃO, 1984).

A criação do Conselho Nacional de Cultura (Decreto-Lei nº 526, de 1º de julho de 1938) foi outra importante contribuição proposta na gestão Capanema. Dentre as áreas compreendidas, os museus não foram mencionados e não entraram nas definições do Decreto como área de desenvolvimento cultural. Podiam estar associados à conservação do patrimônio cultural, ou ainda à difusão cultural, mas parece não terem sido destacados. Apesar dos museus não constituírem um segmento institucionalizado pelo Estado, era comum a presença de seus diretores em atividades de elaboração, gestão e votação de políticas públicas.

O Ministério cria o Departamento Nacional de Ensino e os museus são vinculados a ele com a missão de melhorar o nível da cultura brasileira. Nesse contexto, ainda como Diretor do Departamento de Cultura e Recreação da Cidade de São Paulo (DCSP), Mário de Andrade foi convidado por Capanema para elaborar o anteprojeto de criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). O projeto era gigantesco, ambicioso e inclusivo, mas não tinha pessoal suficiente e capacitado, nem orçamento para funcionar como planejado. Para alguns especialistas ele era plural demais para o projeto de unidade nacional previsto como modelo oficial do governo Vargas. “A cultura era um bom aparato, desde que não fosse plural”. (FONSECA, 2005; CALABRE, 2009). Dessa forma,

Cada museu deveria ter, em seu saguão de entrada, a cópia do livro de tomo das artes a que ele correspondesse para ser consultado pelos visitantes. Estava ainda prevista a criação de uma revista do SPHAN e a publicação regular dos livros de tomo, de monografias, livros, catálogos de museus, entre outros (CALABRE, 2009, p. 22).

O anteprojeto em funcionamento desde 1936 resultou na Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937 e no Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, considerado o principal documento brasileiro sobre preservação do patrimônio, ainda vigente e pouco modificado no Brasil. Previa a realização de acordos entre os Governos Federal e Estaduais, na tentativa de uniformizar a legislação relativa à proteção do patrimônio (CALABRE, 2009).

Criado entre outros órgãos do Ministério da Educação e Saúde Pública, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), torna-se principal referência nas tratativas sobre o rito do tombamento no Brasil. Esse documento prevê a atuação conjunta entre governos e outras instâncias a fim de unificar a legislação e a criação de um conselho

consultivo no qual participariam o diretor do SPHAN, os diretores dos museus nacionais (históricos ou artísticos) e os nomeados pelo presidente da República:

Por meio da mesma lei foi criado o Museu Nacional de Belas Artes, destinado a recolher, conservar e expor as obras de artes pertencentes ao patrimônio federal. Todos os museus federais existentes – ou que viessem a ser criados – deveriam cooperar com as atividades do SPHAN. Ao Museu Histórico Nacional foi assegurada a função de guardar, conservar e expor as relíquias referentes ao passado do país, ficando mantido o curso de museologia existente no mesmo (CALABRE, 2009, p. 24 e 25).

A criação do SPHAN desativou dentro do Museu Histórico Nacional (MHN) a Inspeção dos Monumentos Nacionais, em funcionamento desde 1934, e criada por Gustavo Barroso, também diretor do MHN. A Inspeção foi o primeiro órgão federal para preservação do patrimônio denominado brasileiro e evidencia quanto os museus e seus gestores estiveram relacionados à origem e formulações das diretrizes das políticas de patrimônio.

Diante disso, foram inúmeras as circunstâncias em que diretores de museus integraram comissões que validavam decretos e leis no âmbito da cultura. As pessoas não eram admitidas nominalmente, mas sim pelos cargos, que eram previstos em leis para que fossem ocupados por pessoas com atribuições relacionadas aos museus. Entre eles, podemos destacar: em 1910, quando o cinema educativo se deu com a constituição da filmoteca do Museu Nacional; o Decreto nº 21.240, de 4 de abril de 1932, no qual o diretor do Museu Nacional julgaria sobre a censura cinematográfica; a Comissão Instaladora do Instituto Nacional de Cinema Educativo, em 1936, dirigida por Roquette Pinto, então diretor do Museu Nacional, entre outros.

Em 1935, sob a direção de Mário de Andrade, São Paulo inaugura o primeiro órgão da cultura com a criação do Departamento de Cultura e Recreação da Cidade de São Paulo (DCSP). Os ideais modernistas do seu diretor, de não servir exclusivamente à elite, pode ser considerado o início da criação de políticas públicas para a área. E, apesar de ter ocorrido em âmbito municipal, trata-se da primeira experiência ocorrida no país (CHAGAS, 2009).

Em seu decreto de criação, uma das divisões Documentação Histórica e Social seria responsável pelo Museu Histórico da Cidade de São Paulo. As divisões de maneira conjunta buscavam aprimorar as criações de políticas públicas para a cultura. No entanto, os museus não tiveram a mesma sorte das bibliotecas, que foram contempladas com investimentos na qualificação dos profissionais, atualização de acervos antigos, criação de novas bibliotecas (CALABRE, 2009).

Todavia, foi dentro do Museu Histórico Nacional e por iniciativa do seu idealizador e diretor, Gustavo Barroso, que foi criado o primeiro órgão federal de proteção ao patrimônio.

Uma instituição precursora no campo museal, que se destaca na década de 30 pela criação do curso de museus, em 1932, e pela criação da Inspetoria de Monumentos Nacionais, em 1934, desfeita com a criação do SPHAN em 1936 (BRASIL, 2010). “A intenção explícita desse reconhecimento é destacar que o primeiro organismo federal institucionalizado de proteção do patrimônio monumental brasileiro foi criado, coordenado e colocado em movimento a partir de um museu” (BRASIL, 2010, p. 22).

Para Mário de Andrade, as novas tipologias de museus deveriam enfatizar o caráter pedagógico, com a preocupação de atender aos interesses das ‘massas populares’, ou seja, um museu que não se apresentasse como um ‘cemitério de preciosidades’. Na perspectiva de Barroso, encontramos o museu vinculado às forças conservadoras identificadas com a extrema direita, viabilizando os fatos e os vultos históricos. Independentemente da proposta apresentada, o que emerge desta questão é o papel estruturante que o museu poderia desempenhar em diferentes projetos. Tanto Barroso, em uma perspectiva aristocrática, quanto os modernistas, em uma perspectiva mais ‘popular’, desejavam, via museus, adesão da sociedade aos seus projetos culturais para o Brasil (RANGEL, 2012, p. 109).

Muitos estudiosos das políticas culturais apontam a existência de uma relação secular entre Estado e Cultura, para Albino Rubim (2007) talvez desde a origem do próprio Estado. No Brasil de 1930, tais políticas surgem simultaneamente, mas com ideais distintos nas figuras de Mário de Andrade no Departamento de Cultura de São Paulo – DCSP e Gustavo Capanema no Ministério da Educação e Saúde do Brasil (RUBIM, 2010). Inclusive, Santos atribui a nomeação de Gustavo Barroso como diretor do MHN, uma estratégia de Getúlio Vargas para bani-lo da política, o que demonstra “de forma magistral o distanciamento que havia entre estas instituições e a população brasileira” (SANTOS, 2005, p. 114).

Para atender parte da necessidade de se ter um maior quantitativo de espaços com mais abrangência e representatividade nas tomadas de decisão quanto à elaboração de novas políticas culturais é que ocorre o surgimento de novos museus e a abertura de instituições de ensino, assim como a pesquisa, que contribuíram para o fortalecimento da museologia no país, isso porque incidem de maneira direta e indireta sobre questões de preservação do patrimônio e atitudes educacionais para com os bens históricos, artísticos e culturais. Como exemplo dessas novas áreas de atuação, têm-se os acervos de produção artísticas, encontradas em museus como o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro e o Museu de Arte Moderna de São Paulo, ambos beneficiados pelo intercâmbio com outros países como França e Estados Unidos. Nessa ótica, em 1956, tem-se em Ouro Preto, Minas Gerais, a realização do I Congresso Nacional de Museus, e em 1958, tendo como sede o Museu de Artes Moderna do

Rio de Janeiro, o Seminário Regional da UNESCO, em que uma das temáticas foi “a função educativa dos museus”.

No período que seguiu o pós-guerra até a década de 1960 o Estado pouco se fez presente na área da cultura. Durante esse intervalo foram poucas as políticas voltadas a esta área e nenhuma delas fez menção aos museus. Porém, o rápido crescimento industrial e urbano alterou as formas de consumir cultura, entre elas os meios de comunicação de massa, que começam a desenvolver e competir no mercado de consumo da cultura diversa. Nesse cenário de expectativa de mudanças (política, linguagem artística e práticas culturais), o rádio e o cinema dominam o espaço de consumo da cultura via novos bens de consumo. Para Calabre (2009, p. 46),

Nessa época de empresários empreendedores, inclusive no campo da cultura, destacou-se Assis Chateaubriand, dono do grupo: Diários Associados, de uma cadeia de emissoras de rádio, criador do Museu de Arte de São Paulo e fundador em 1950, da primeira emissora de TV do país: a Tupi, em São Paulo.

Paralelamente à indústria do rádio, do cinema, do teatro, do livro e outros, que se desenvolviam com organização e financiamento do governo, os museus aparecem frequentemente como recurso de organização e preservação da memória de vários setores da cultura, como instrumento de soluções às preocupações das áreas, a exemplo do Serviço Nacional de Teatro, que visava à criação de um museu de teatro, no entanto, não alcançava sua fonte de sustentabilidade, muito embora em 1953, já se havia criado o Ministério da Educação e Cultura, em paralelo à Divisão de Educação Extraescolar do Departamento Nacional de Educação e Cultura, que teve entre suas tarefas promover e acompanhar atividades da cultura.

Calabre (2009) aponta que uma pesquisa realizada na legislação da década de 1950 demonstra inúmeras instituições e segmentos da cultura que, por vezes, recebiam recursos em caráter de urgência, fato tão comum que a autora atribui como uma repetição de prática. Como exemplo, cita os Museus de Arte de São Paulo e o de Arte Moderna do Rio de Janeiro. Apesar de tratar-se de uma constante na cultura, como observa a autora, é significativo o destaque dado aos museus como demonstrativo da ausência de políticas culturais para a área e ações continuadas que diminuía a recorrência dessas medidas urgentes. Muitos autores retratam que o orçamento para cultura sempre foi restrito, precário e duvidoso (BRANT, 2003; RUBIM, 2007; COELHO, 2007), desde o MEC.

Na década de 1960, o Centro Popular de Cultura foi um projeto político da União Nacional dos Estudantes (UNE), que buscava uma revolução em que a cultura popular era a principal arma contra o consumo e o imperialismo estadunidense. Pós-golpe de 1964, as manifestações artísticas foram utilizadas em oposição à ditadura.

Em 1961, no governo Jânio Quadros, foi criado o Conselho Nacional de Cultura vinculado à Presidência da República sem alusão ao Conselho de 1938. Para Lia Calabre (2009), sua desvinculação com o Ministério da Educação e Cultura era indicador de um maior interesse em controlar políticas públicas, uma vez que se considerou a cultura como uma área estratégica, merecedora de uma estrutura relacionada à Presidência da República e na realização de ações e políticas na área da cultura fora do MEC. Com a renúncia de Jânio Quadros em 1961, o conselho foi realocado ao MEC e reformulado. Seus membros eram designados pelo Presidente da República e mais uma vez o diretor do Museu Nacional de Belas Artes figurava entre os membros natos das comissões. Durante as décadas de 60 e 70 a criação de vários órgãos de cultura e a execução de políticas na área não foram implementadas por alegações de falta de recursos financeiros.

Autores apontam a escassez de informações sobre a gestão cultural no Brasil entre os anos 1945 e 1964 (CALABRE, 2009b; RUBIM, 2007b), mas, ao mesmo tempo, a inexistência da mesma dinâmica Estatal para políticas culturais como no período anterior. O que se destaca é o mecenato privado, principalmente nas figuras de Assis Chateaubriand, criador do Museu de Arte de São Paulo (MASP), em 1947, e Francisco Matarazzo Sobrinho que cria o Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM-SP)²³. Com o desmembramento do Ministério da Educação e Saúde Pública, a área da Cultura se vincula ao Ministério da Educação e passa a existir então o Ministério da Educação e Cultura, que durará até 1985 (SANTOS, 2009).

Alguns pesquisadores como o Alberto Freire (2012), não acha correto a associação entre o financiamento empresarial e o mecenato, por entender que se trata de uma estratégia de proximidade entre Estado e cultura. Apesar de considerar sua gênese, vê nas transformações históricas uma mudança nessa relação que implicaram no próprio financiamento.

Um projeto desfeito após o golpe de 1964 foi o “Caravana Cultura” que circulou por alguns estados das regiões Sudeste e Nordeste do país com diversas manifestações e

²³ Há exemplos mais recentes de empresários colecionadores por trás de importantes museus no país, como Bernardo Paz, criador do Instituto Inhotim, na cidade de Brumadinho-MG e Ricardo Brennand, criador no Instituto que leva o seu nome, formado por um complexo de museu castelo, Pinacoteca Galeria.

apresentações de espetáculos musicais com professores que acompanhavam as caravanas para auxiliar o público nas demandas que surgissem sobre as exposições. Para Calabre (2009b), isso demonstraria que se tratar de um público não familiarizado com as exposições de museus e, por isso, a necessidade específica do trato com as exposições dentro de um projeto que envolvia ampliação do público de museus. Segundo a autora,

Havia ainda as exposições de réplicas de quadro célebres da pintura universal, organizada pelo Museu Nacional de Belas Artes; [...] de arte infantil patrocinada pela Folha de São Paulo e pelo Museu de Arte Moderna (MAM); de Músicos das Américas, organizada pelo Museu Villa-Lobos (CALABRE, 2009b, p. 62).

É no governo do presidente Castelo Branco (1964-1967) que se registra a discussão quanto à necessidade da elaboração de uma política nacional de cultura, mas sem avanços (CALABRE, 2005). O Conselho Federal de Cultura chegou a apresentar alguns planos que nunca foram postos em prática e a proposta de criação de um ministério foi substituída pelo Plano de Ação Cultural (PAC), elaborado no governo Médici (1969-1974) durante a gestão do Ministro Jarbas Passarinho (1969-1973) apresentado à época “como um projeto de financiamento de eventos culturais”.

Em 1966 foi criado o Conselho Nacional de Cultura e a atenção dada aos assuntos culturais pelos militares, então no poder, baseava-se na ideia de que a cultura era uma esfera de legitimação do regime político. Ainda assim, registrou-se forte presença do Estado nas políticas culturais durante o regime militar e importantes órgãos foram instituídos como a Empresa Brasileira de Filmes, o Conselho Nacional de Cinema e a Secretaria de Assuntos Culturais dentro do próprio MEC (FREIRE, 2007).

Uma denúncia em série no jornal *O Globo*, em 1966, relata as formas como os recursos eram gastos sem beneficiar os setores culturais, uma vez que se entende o pouco orçamento (principal argumento do governo), mas existia algum dinheiro, não acessível pela cultura como demonstra Calabre (2009b). As péssimas condições das instituições culturais públicas e do patrimônio histórico e artístico nacional já representavam sérios riscos aos acervos e a sobrevivência das instituições (CALABRE, 2009b).

O jornal *O Globo* denunciava então a crise vivenciada pelo patrimônio histórico cultural, as instituições de preservação da memória e seus acervos culturais - causada pela constante falta de recursos para área da cultura (CALABRE, 2005). Em um dos trechos das crônicas publicadas, o jornalista Franklin de Oliveira destaca se tratar de uma situação

abrangente, que não poupava ninguém. E mais uma vez, os museus servem para ilustrar os impactos com a falta de recursos financeiros.

[...] O Museu Histórico Nacional, o Museu Nacional (Quinta da Boa Vista), o Arquivo Nacional, o Museu Histórico da República, [...], o Museu Nacional de Belas Artes, os diversos museus existentes em território nacional, em síntese, todas as repartições culturais brasileiras encontram-se sob ameaça de decomposição (OLIVEIRA apud CALABRE, 2009, p. 63).

A vinculação da cultura a outras áreas (exemplo: educação e saúde) sempre lhe tornou menos prioritária. E enquanto prioridade, o rádio, o cinema e o teatro, entre outros, tiveram políticas governamentais delineadas, específicas e com direcionamento à promoção e fomento, o que não ocorreu com os museus.

Ainda em 1966, a Presidência da República criou o Conselho Federal de Cultura (CFC), Decreto-lei nº 74, para reformular a política cultural do país, cujos membros eram intelectuais renomados, mas, para seus idealizadores não passava de mais um órgão pouco abrangente de ações limitadas realizadas com poucos recursos (CALABRE, 2007). Deveria institucionalizar a cultura em âmbitos de governo municipais e estaduais e estimular a criação de conselhos estaduais que no momento existiam apenas em dois estados: São Paulo e Guanabara.

Esse Conselho se dividia em quatro câmaras: artes, letras, ciências humanas e patrimônio histórico e artístico nacional. Tinha dentre as suas obrigações legais e ações praticadas, a recuperação do Museu Nacional de Belas Artes como uma das tarefas prioritárias, dentro do projeto de fortalecimento das instituições de alcance nacional, a fim de modernizá-las para que se tornassem diretrizes institucionais referentes às suas áreas e, que chegariam até aos museus (CALABRE, 2009).

No ano de 1968, todos os estados brasileiros se reuniram na Primeira Reunião Nacional dos Conselhos de Cultura a fim de executar o Plano Nacional de Cultura. Os Estados que almejavam apoio do ministério deveriam auxiliar o CFC com informações referentes às instituições culturais de seus Estados, a fim de criar um cadastro nacional. No entanto, o envio de dados não correspondeu ao esperado, pois a deficiência quanto às informações era generalizada em todos os âmbitos administrativos da cultura.

O CFC atuava de maneira particularizada como nenhum conselho anterior, pois além de possuir dotação orçamentária própria para atender demandas financeiras da área, por vários anos tentou criar o Plano Nacional de Cultura para garantir um fundo com recursos exclusivos para políticas setoriais, mas não obteve sucesso. Sem o Plano Nacional de Cultura as

dificuldades em organizar, orientar e custear ações, projetos e programas eram cada vez maiores. Ao tempo em que o Estado demonstrava interesse no desenvolvimento e modernização da cultura, com a criação de novas instituições a censura e a repressão aumentavam.

O ministro da educação e cultura Tarso Dutra chega a afirmar que o plano de reforma educacional deveria cobrir a cultura para estar completo e cumprir sua missão. Era preciso a criação de um sistema de execução do Plano Nacional de Cultura, tendo como item fundamental a criação da Secretaria de Assuntos Culturais do Ministério da Educação e Cultura.

A ausência do Plano Nacional de Cultura dificultava a execução dos programas e a organização de diretrizes políticas, que só se tornaram possíveis após a sua criação. A cultura como um espaço ocupado dentro do Ministério da Educação e Cultura, não conseguia destaque para competir com a estrutura criada voltada à Educação e se tornou secundária aos assuntos da pasta, por vezes subordinada à divisão de assuntos extraescolares (CALABRE, 2009b).

O órgão tentou aprovar, por anos seguidos, o Plano Nacional de Cultura, pois considerava este como a única forma de garantir os recursos financeiros necessários para a implantação das políticas setoriais de longo prazo. O projeto era criar um fundo similar ao existente na área da educação (CALABRE, 2009b, p. 72).

O Conselho Federal de Cultura em parceria com o governo federal e municípios brasileiros programaram projetos como os das casas de cultura. Ações de influência europeia onde ambos contribuiriam financeiramente. A primeira foi inaugurada em Lençóis, na Bahia, em 1970.

No mesmo ano foi criado o Departamento de Assuntos Culturais (DAC), pelo Decreto nº 66.967 que reformulou a estrutura administrativa do MEC (Cultura). Esse mesmo Decreto determinava que a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, fosse denominada Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Se pensarmos que o IPHAN é o órgão federal responsável pela preservação do patrimônio mais antigo da América Latina e que este se molda a partir do Decreto-lei nº 25, ambos originários do anteprojeto do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (SPAN) de Mário de Andrade, que previa o agrupamento de todas as artes e manifestações em quatro livros de tombo vinculados a quatro museus que acomodariam as categorias das artes descritas, vemos a centralidade dos museus nas políticas preservacionistas.

Nesta década, ainda com a necessidade de continuar fortalecendo a área museológica, algumas ações vêm ao encontro desse propósito. Uma delas foi a realização do I Encontro de Dirigentes de Museus, ocorrido na cidade de Recife, Pernambuco, no ano de 1979, e a outra foi a criação da Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM), por Aloísio Magalhães. Essa Instituição/Fundação tem como diferencial o fato de ter assistido por quase uma década vários museus que não eram contemplados pela política cultural do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Decorrente dessa ação, em 1982, ocorre a implantação do Programa Nacional de Museus, que tem dentre seus objetivos a elaboração de projetos revitalizadores para os museus brasileiros. Sua política é ancorada nas discussões advindas da Mesa Redonda de Santiago do Chile, em 1972, e a de Quebec, Canadá, de 1984.

Os anos 70 foram um período de importantes criações nas políticas preservacionistas, além das já citadas como o IPHAN e o Programa Integrado de Reconstrução Histórica (PCH)²⁴. Criado para suprir a falta de recursos do IPHAN, surge em 1975 o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), um trabalho etnográfico de reconhecimento da cultura nacional também para suprir as lacunas do IPHAN e a Fundação Nacional de Arte (Funarte), entre outros órgãos que demonstravam o crescimento da cultura com pouca ênfase aos museus (SPHAN, 1980).

O Plano Nacional de Cultura (PNC) foi utilizado para coordenar as ações dos vários organismos no campo da cultura. Em 1976, em um encontro realizado em Salvador com conselhos, secretarias, órgãos da cultura, Itamaraty e UNESCO, foi organizada a agenda em torno de 14 temas, entre eles: a legislação e a cultura, a defesa do patrimônio cultural, sistema nacional de bibliotecas e sistema nacional de museus históricos. Talvez tenha sido um dos primeiros momentos em que os museus foram mencionados para incorporar uma política pública de cultura (CALABRE; FONSECA, 2005).

Em 1973, sob a gestão do ministro Jarbas Passarinho, a nova ordem era a elaboração de diretrizes nacionais em substituição ao Plano Nacional, o que resultou no documento denominado “Diretrizes para uma Política Nacional de Cultura”, principal suporte na elaboração da Política Nacional de Cultura em 1975.

No mesmo ano, o DAC implementa o Plano de Ação Cultural (PAC), um projeto com extenso calendário de atividades culturais diversas. A área da cultura se fortalecia dentro do MEC com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). “A cultura

²⁴ Inicialmente voltado a alguns estados das regiões Norte e Nordeste, posteriormente estendido ao Sudeste. Visava dar suporte ao desenvolvimento de atividades no turismo com o “uso de bens culturais como fonte de renda para regiões carentes do Nordeste, revitalizando monumentos em degradação” (FONSECA, 2005, p. 143).

só viria a ter fundo próprio com a implantação da Lei Rouanet, mas com outros moldes do esperado à época” (CALABRE, 2009, p. 77).

Após toda repressão no período Geisel, na gestão do ministro Ney Braga (1974-1978), foi reforçada a necessidade de a cultura estar inserida entre as metas da política de desenvolvimento social e pela primeira vez criou diretrizes para orientar as atividades na área em colaboração com outros órgãos e ministérios de governos de todas as esferas (MICELLI, 1985). Ainda nessa gestão novos órgãos foram implantados contribuindo para os objetivos do Plano Nacional de Cultura.

No mesmo ano, o ministério convocou os governos estaduais para que juntos buscassem elaborar uma pauta de compromissos no processo de recuperação e preservação do patrimônio. Dos encontros resultou o Compromisso de Brasília (1970), complementado pelo Compromisso de Salvador (1971), acordos que recomendavam a criação de órgãos estaduais e municipais de proteção ao patrimônio, a criação de cursos para suprir a carência de mão de obra especializada, a defesa dos patrimônios natural e bibliográfico, entre outras (MEC, 1980: 139 - 146). Entretanto, carências de recursos financeiros e humanos fizeram com que a maioria dos compromissos permanecesse no plano das intenções (CALABRE, 2009, p. 83).

Em 1973, através do Decreto nº 72.062, foi criado o Programa de Cidades Históricas, instrumentalizado pelo Ministério do Planejamento e viabilizado pelo Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados (FDPI). Esse programa mantinha convênios com vários órgãos governamentais, entre eles o Ministério da Educação e Cultura e servia para suprir a falta de recursos financeiros e administrativos no âmbito da Cultura, em especial no IPHAN. A fusão entre IPHAN e PCH se deu em 1979, quando Aloísio Magalhães passou a dirigir o Instituto.

O PCH (1973-1987) foi o primeiro programa federal que investiu recursos para a recuperação do patrimônio cultural urbano. Sua abordagem, com vistas ao desenvolvimento socioeconômico das cidades históricas, dialogava com outros assuntos em pauta na década de 1970: o desenvolvimento urbano, regional e econômico, em um contexto de reconhecimento das consequências do crescimento urbano acelerado e concentrado, que espelhava territorialmente a má distribuição de renda existente no país (CORRÊA, 2012, p. 121).

Machado (1984) credita ao Aloísio Magalhães, num rápido período de ensaio de renovação dos ares, na Secretaria da Cultura do MEC, um empenho no resgate do conceito de patrimônio idealizado por Mário de Andrade. Em 1979 é nomeado diretor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Em 1981 assumiu a secretaria de Cultura

do MEC, sempre defendendo a recuperação da memória artística e cultural brasileira. Fundou o Centro Nacional de Referência Cultural e criou a Fundação Nacional Pró-Memória.

Em abril de 1981, o Museu Nacional de Belas Artes, o Museu Imperial, o Museu Histórico Nacional, o Museu da República, entre outros espaços culturais foram vinculados à Fundação Nacional Pró-Memória (CALABRE, 2009).

Em comunicação oral apresentada em Seminário Estado e Cultura no Brasil, Mario Brockmann Machado discute sobre as vantagens e desvantagens da eventual criação do Ministério, além do destaque à cultura fora do âmbito da educação que seria o aumento do poder de barganha por melhores orçamentos e criação de políticas específicas.

Maria Cecília Londres Fonseca (2005) considerando a fase heroica (décadas de 30 e 40) e fase moderna (décadas de 50 a 80), do século passado, comenta a ênfase na preservação do patrimônio e a “modernização” das suas práticas. Apesar da ideia de patrimônio muito vinculada à monumentalidade dos imóveis do passado, na década de 1920, estes ainda não eram objeto de proteção pelo Estado. Foram somente após denúncias feitas por intelectuais brasileiros (a maioria deles vinculados ao movimento modernista) quanto à omissão do Estado na preservação do patrimônio que essas questões se tornaram sensíveis aos governos vindo a se consolidar com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Para Lia Calabre (2009), a criação de inspetorias é um dos resultados da mobilização pelo patrimônio, e de acordo com Maria Cecília Londres Fonseca, na década de 1920 foram criadas Inspetorias Estaduais de Monumento Históricas em “Minas Gerais (1926), na Bahia (1927) e em Pernambuco (1928)” e, no plano federal:

No nível federal, foi no âmbito dos museus nacionais que surgiram as primeiras iniciativas nesse sentido. No início dos anos 20, o professor Alberto Childe, conservador de Antiguidade Clássicas do Museu Nacional, foi encarregado pelo então presidente da Sociedade Brasileira de Belas Artes e Diretor do Museu Nacional, professor Bruno Lobo, de elaborar um anteprojeto de lei para a defesa do patrimônio histórico e artístico nacional, que foi considerado inviável porque atrelava à proteção a desapropriação (FONSECA, 2005, p. 95).

É possível observar na bibliografia sobre as políticas culturais no Brasil, que providências setoriais foram tomadas quanto à biblioteca, teatro, rádio, cinema, na criação de espaços voltados aos segmentos específicos, ao reconhecimento das áreas específicas, na formação e qualificação de profissionais, propostas de medidas para criação de órgão ou serviço com competência e missão estabelecida, dentre outros, ainda assim, os museus nunca receberam atenção estratégica na criação de um órgão permanente.

Quando observa a introdução de questões relacionadas às políticas culturais brasileiras, Albino Rubim (2007b, p. 11) as define por meio “de expressões como: autoritarismo, caráter tardio, descontinuidade, desatenção, paradoxos, impasses e desafios”. Essas expressões são o resumo do cenário do passado mais remoto e compreende os dias atuais, no que diz respeito às nossas políticas culturais, de pouca visibilidade e quase nenhuma representação política. Entre popular e erudita, pública e privada, regional ou nacional, são muitos os aspectos ideológicos e as motivações que orientam a formulação de uma política para a cultura (FREIRE, 2008). Para Coelho (1997, p. 8),

A política cultural é tão antiga quanto o primeiro espetáculo de teatro para o qual foi necessário obter uma autorização prévia, contratar atores ou cobrar pelo ingresso. Tão velha, em outras palavras, quanto a Grécia antiga, mais velha que o império romano, berço de Mecenas, incentivador da arte e da cultura. No mínimo, tão antiga quanto a Renascença italiana e o dinheiro dos Medici, sem o qual um estoque majestoso de obras-primas não teria emergido para os olhos admirados de sucessivos séculos. Ou, ainda, antiga como a Revolução Francesa, que abre "ao público" as portas das bibliotecas e dos museus e faz surgir a política cultural como um projeto verdadeiramente social. Em última instância, a política cultural tem no mínimo a idade das iniciativas do escritor e militante André Malraux, no final dos anos 50 deste século que se encerra, das quais resultou a criação do ministério da cultura na França e a implantação de uma sólida malha cultural que irriga aquele país de uma maneira, se não única, sem dúvida notável.

Calabre (2009) chama a atenção para as atividades políticas na contemporaneidade sob o olhar das necessidades dos diferentes atores envolvidos. A autora destaca que, além das dificuldades enfrentadas no fazer políticas públicas para cultura, ainda é imperioso que se deve levar em consideração todas as especificidades, desde a concepção da própria cultura enquanto processo criativo, e a possibilidade do seu engessamento burocrático na e pela política. Assim,

[...] a relação entre Estado e cultura é milenar, entretanto é contemporâneo o olhar do Estado sobre a cultura como uma área que deva ser tratada sob a ótica das políticas públicas. As políticas culturais, dentro da esfera pública, devem obedecer à mesma lógica de elaboração que rege o conjunto das políticas públicas (CALABRE, 2009b, p. 9).

Faz-se importante notar que é quase senso comum estabelecer uma associação entre a dificuldade inerente às políticas culturais e concomitantemente às suas gestões, ao problema das verbas públicas. Cabe citar aqui que não se pode menosprezar tal problema, aliás, crônico na realidade brasileira, porém cabe também buscar um alargamento dos horizontes no que tange aos dilemas encontrados na contemporaneidade para as políticas e gestões culturais.

É fato que emergem nos dias atuais desafios, dentre os quais se pode citar: formulação de políticas adequadas e consistentes, traduzir essas políticas em programas qualificados, sintonizados com elas de forma democrática e factível, realização de gestões mais eficientes, que viabilizem as políticas e os programas, criar e consolidar procedimentos de consulta e participação efetivas das comunidades culturais e da própria sociedade como um todo.

O desafio de alterar o *modus operandi* das práticas de gestão da coisa pública no Brasil, não é tarefa fácil. Entre a esfera local ou municipal, em que a vida segue, e as esferas estaduais e nacionais, repetem-se modelos que impedem uma capilaridade de poder mais sincero com a democracia, mais republicana na partição dos poderes decisórios de forma transparente, sejam eles quais forem. No âmbito da cultura não é diferente. Talvez seja mais complexo ainda se pensarmos na distribuição dos recursos nos territórios. Em muitos locais, os únicos equipamentos culturais existentes são as escolas públicas que teimam em resistir (SEVERINO, 2016, p. 13-14).

2.4. As leis de incentivo à cultura

Em março de 1985, na gestão do presidente José Sarney (1985-1990), foi criado o Ministério da Cultura. Para alguns o *status* de ministério propiciaria mais fomentos à cultura brasileira, para outros representou a fragmentação de uma área não estruturada (SANTOS, 2009). Treze anos antes, Sarney tentou criar uma lei de incentivos fiscais federais concedidos a empresas que investissem em cultura, quando ocupava o cargo de senador. Para Freire (2007), esse aparato legal inseriu a iniciativa privada no fomento das atividades culturais, constituiu-se num importante elemento de reconfiguração das políticas culturais no Brasil e teve reflexo significativo como política de governo para a cultura até os dias atuais.

Uma ruptura radical com os modos de financiar a cultura. As verbas passaram quase que integralmente a serem públicas, uma vez que deviam ser buscadas no mercado, mas o poder de decisão foi privatizado (RUBIM, 2008, p. 37).

Na avaliação de Sarney, a ausência do Estado garantia “um espírito imensamente descentralizador, que transferia para a sociedade a iniciativa dos projetos, a mobilização dos recursos e o controle de sua aplicação” (SARNEY, 2000, p. 38 apud FREIRE, 2007, p. 47). No entanto, o pouco controle do poder público foi o calcanhar de Aquiles da lei. Acusada de vulnerabilidade e de facilitar a sonegação e a evasão fiscal, não sobreviveu ao novo mandato presidencial. “Outra crítica à Lei Sarney era a de que não distinguia entre os produtos culturais aqueles que eram viáveis comercialmente daqueles que necessitavam de apoio público” (FREIRE, 2007, p. 47).

Em 1986, a Lei nº 7.505/86 (Lei Sarney) foi aprovada e entrou em vigor. José Sarney, então presidente da República, conseguiu aprovar a primeira lei de incentivos fiscais para a cultura do Brasil. A mesma Lei havia sido colocada em pauta no Congresso em outras ocasiões quando José Sarney era senador. Celso Furtado era o Ministro da Cultura, o terceiro no mesmo ano de criação do Ministério. Em apenas três décadas de existência (entre extinções e dramas para reabertura), o MinC já ultrapassa uma marca de 20 ministros, o que depõe de maneira negativa sua instabilidade e pouca importância dentro dos governos. São vários mandatos em uma mesma gestão impossibilitando a continuidade de ações, projetos, pesquisas em desenvolvimento ou desenvolvidas na gestão anterior.

O Ministro Celso Furtado (1986) enxergava na Lei Sarney uma possibilidade de aproximação com a sociedade. Porém, não foram convocadas as principais empresas parceiras, tampouco a cultura foi oferecida como “um bom negócio”, ou seja, um bom investimento, deixando transparecer que era uma iniciativa espontânea da sociedade que deveria ser apoiada pelo Estado “[...] não sendo permitido por lei qualquer tipo de mediação ou corretagem entre mecenas e artistas” (CALABRE; DUARTE, 2015, p.1300).

Desde a sua concepção, qualquer cidadão poderia apoiar uma iniciativa cultural, podendo deduzir no seu valor devido no Imposto de Renda. Realizava em depósito na conta da entidade cultural que desejava apoiar e recebia um recibo para apensar ao Imposto de Renda. Podiam receber os recursos pessoas jurídicas, com ou sem fins lucrativos, cadastradas junto ao MinC. (CALABRE; DUARTE, 2015). Segundo (CESNIK, 2003; DURAND, 2001), no período de vigência da lei foram movimentados mais de 100 milhões de dólares sem que se saiba para quê. Afinal, para receber o apoio só era preciso cadastrar o projeto sem haver análise técnica para aprovação ou prestação de contas dos recursos.

Na Constituição Federal de 1988, as fontes de financiamento não foram explicitadas (DORIA, 2003). O Art. 215 preconiza que o Estado “garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará a valorização e a difusão das manifestações culturais” (BRASIL, 1988). No entanto, “as maneiras pelas quais o pleno exercício e direito de manifestação e acesso às fontes da cultura se efetivariam, não foram elaboradas” (CALABRE, 2009b, p. 105).

Ao assumir a presidência, Fernando Collor de Mello (1990-1992) extinguiu o MinC e todas as instituições e órgãos culturais a ele vinculados e criou o Instituto Brasileiro de Arte e Cultura, além de promulgar a Lei nº 8.313 ou Lei Rouanet (logo personificada em razão do seu idealizador, o diplomata Sérgio Paulo Rouanet), que aperfeiçoou a extinta Lei Sarney e, mais uma vez, deslocou para o empresariado o poder das ações culturais no país.

Com Itamar Franco (1992-1995) foi recriado o Ministério da Cultura²⁵ e alguns órgãos como o IPHAN e a Funarte; ação que ao “mesmo tempo demonstra a trajetória sinuosa das políticas para a cultura no Estado brasileiro. Acolhimento e abandono, tensão e distensão, incentivo e negligência” (FREIRE, 2008, p. 13).

Esse histórico comprova que o governo não tem atuado na efetiva elaboração de políticas públicas de cultura, mas tem copiado modelos já existentes sem ao menos promover mudanças que tragam avanços, como em 1993, quando é criada a Lei do Audiovisual, nos mesmos moldes da Lei Rouanet. Assim como a que lhe precedeu, a Lei do Audiovisual também prevê benefícios fiscais para empresas fomentadoras de projetos específicos na área de audiovisual com o benefício de 100% de isenção a todos os patrocinadores.

A aplicação dessa Lei só foi efetivada em 1995, já no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2003). Essas perdas fragmentaram ainda mais a estrutura do MinC com o “fechamento de museus, casas de cultura, delegacias regionais, escritórios técnicos e demissões de profissionais especializados na área patrimonial” (DULTRA; VIEIRA 2014, p. 6). Os gastos públicos com o setor foram radicalmente reduzidos em comparação ao governo Sarney (REIS, 2003).

De alguma maneira, os museus se viram beneficiados por uma política setorial direcionada às bibliotecas e mais uma vez ao patrimônio arquitetônico (Projeto Monumenta)²⁶ que indiretamente beneficiou os museus com vultuosos orçamentos destinados à recuperação de sítios históricos.

Esses estudos apresentam um panorama histórico e analítico das políticas culturais federais no Brasil. Aqui se enfatiza os momentos em que os museus assumem algum papel, com ou sem protagonismo nas estratégias e ações que esboçaram as políticas públicas culturais no país até o desenvolvimento e institucionalização de uma política setorial (Política Nacional de Museus), abordando o financiamento via Lei Rouanet como principal mecanismo de fomento aos museus, no que se refere aos valores movimentados.

²⁵ É preciso destacar a instabilidade desse Ministério, criado com o fim da ditadura, inserido em outros ministérios como Educação e Saúde em 1930, Educação e Cultura em 1953; que só ganhou autonomia em 1985, no governo Sarney; foi desmantelado e sucateado no governo Collor em 1990; recriado em 1993 por Itamar Franco (RUBIM, 2012); extinto em 2016 por Michel Temer e recriado no mesmo ano; agora em 2018 se encontra novamente ameaçado, em vias de fusão com os ministérios da Educação e do Esporte perderá o status de Ministério, conforme informado pelo presidente eleito.

²⁶ Programa federal executado pelo Ministério da Cultura do Brasil e patrocinado pelo BID que consiste na reforma e resgate do patrimônio cultural urbano em todo o Brasil.

2.5. A construção de uma política nacional para os museus no Brasil

As políticas públicas para museus no Brasil começam a ser delineadas no período do Estado Novo (1937-1945), juntamente com a criação de importantes órgãos nacionais ligados à memória histórica e artística do Brasil, como o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), hoje Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). A análise da política cultural desse período e sua cronologia é que permitem compreender melhor as ideias que as nortearam, como patrimônio histórico e cultural, identidade e nacionalidade, assim como importantes participações de intelectuais, principalmente os modernistas, na elaboração das bases das políticas públicas de museus. O Estado Novo, em que pese ter sido ditatorial e autoritário, foi sem dúvida alguma o precursor de políticas públicas para a cultura e os museus, que para os quais seriam formuladas mais especificamente, décadas após, por meio da Política Nacional de Museus, 2003, do Sistema Brasileiro de Museus, em 2004, do Estatuto dos Museus, 2006 e do Instituto Brasileiro de Museus – Ibram, em 2009.

Observa-se que no caso das políticas culturais, em vários momentos, ocorreram legislações estruturadas para o setor museal brasileiro. Em alguns momentos, as instituições museológicas fizeram parte do processo de elaboração dessas políticas, em outros, tiveram caráter complementar às políticas preservacionistas, até se tornarem um segmento independente e complementar como tudo que envolve a cultura. “Em outras palavras: os museus não são apêndices do campo patrimonial, eles constituem práticas sociais específicas, com trajetórias próprias, com mitos fundadores peculiares” (IBRAM, 2010, p. 25).

Durante todo o processo de formação da política cultural no Brasil, por vezes, os museus foram convidados a participar de discussões estratégicas, um meio pelo qual através de seus diretores passaram a ter voz e voto na concepção dessas políticas. Uma historicidade que indica a simultaneidade entre a institucionalização da área museológica no Brasil e as transformações na sua relação com o Estado, a criação de políticas e marcos regulatórios, visando à legislação específica para a sustentação e autonomia do segmento e a própria formação da política cultural brasileira.

Nesse sentido, faz-se importante retornar os antecedentes à criação de uma política específica ao setor, a partir do final da década de 60. Cronologia que tem por base os estudos de Santos (2008), conforme detalhamento a seguir.

O MEC cria uma Comissão (1969) para fazer o levantamento da situação dos museus nacionais e aprova as normativas para criação de cursos de museologia no país. No mesmo

ano, o parecer de aprovação para criação do curso de Museologia da UFBA. Além da criação da Fundação Nacional Pró-Memória para abrigar os museus que não faziam parte do SPHAN.

Em 1973, é enviada ao governador do Estado da Bahia uma carta sobre as necessidades e os problemas dos museus da região Nordeste, resultado de um Seminário de Museologia, na cidade de Salvador, realizado no ano de 1972.

Ocorre então a realização do VIII Colóquio Nacional de Museus (1974), realizado pela Associação de Museus de Arte do Brasil – AMAB, onde se registra a existência de “14 museus na Bahia e 54 na região Nordeste” (SANTOS, 2008, p. 181), seguido do Encontro Nacional de Dirigentes de Museus (1975), realizado pela Fundação Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, no período de 22 a 26 de outubro, em que participaram intelectuais da época e diretores da maior parte dos museus do país. Nesse evento, foram tratados os principais problemas da museologia brasileira e a capacitação financeira foi discutida por um grupo de trabalho coordenado pelo diretor do Museu de Valores do Banco Central.

Em função da ausência de recursos destinados à área, foi recomendada a participação efetiva da iniciativa privada, juntamente com as empresas comerciais, indústrias e bancos “no desenvolvimento das instituições museológicas, dando-lhes [como contrapartida] incentivos fiscais” (INSTITUTO JOAQUIM NABUCO DE PESQUISAS SOCIAIS - IJNPS, 1976, p. 31). Essas foram as únicas recomendações a serem incluídas nas legislações sobre o assunto proposto. Foi observado que “A ideia de dotar os museus de recursos financeiros já preocupa o legislativo, havendo mesmo proposição nesse sentido apresentada pelo Senador José Sarney” (IJNPS, 1976, p. 29) e que “Não se pode esperar - numa época de crise, qualquer que seja esta – que haja um aumento de verba ou que se consiga uma verba extra”. Esse Grupo de Trabalho também destacava a resolução das necessidades financeiras como imprescindíveis aos demais programas e projetos institucionais (Idem).

Esse período de pouca atenção do poder público se manteve até a criação da PNM, com falta de organismos que orientem os museus na captação de recursos e que estimulem o investimento em museus, que determinariam a continuidade de ações que buscavam melhoras nas políticas públicas, principalmente as que contemplassem particularmente os museus.

O Encontro Nacional de Dirigentes de Museus resultou em “subsídios para elaboração do Anteprojeto do DAC – MEC, para criação do Sistema Nacional de Museus em 1977” (SANTOS, 2008, p. 185). Esse sistema seria responsável pela organização nacional das atividades museológicas.

Em 1978, é criada a AMB, responsável pela mobilização em função da regulamentação do profissional museólogo, junto com o Comitê Brasileiro do ICOM, a

Associação Brasileira de Museologia (ABM) e a Associação Paulista de Museólogos. Os esforços pelo reconhecimento da área integraram as regiões e resultou na aprovação em 18 de dezembro de 1984, da Lei nº 7.287, que regulamentou a profissão de museólogo (SANTOS, 2008, p. 191).

Os cursos de Graduação em Museologia da UNIRIO²⁷ e da UFBA seriam criados em 1970 e 1969, respectivamente; e a Pós-graduação da Fundação Escola de Sociomuseologia e Política de São Paulo – FESP-SP, em 1978 (formação especializada para os profissionais da área).

Ocorre então o I Encontro Nacional de Museólogos, em Salvador, em 1981 (realizado pelo Curso de Museologia da UFBA); o VIII Congresso Nacional de Museus, em 1983, cujo tema foi a regulamentação da profissão de museólogo, tendo sido pedido ao Ministro da Cultura uma política cultural que incluísse a área museológica. Como opção, foi criado o Programa Nacional de Museu (no âmbito do Pró-memória para revitalização dos museus brasileiros).

Em uma carta assinada pelas Associações de Museólogos dos estados da Bahia e de São Paulo junto ao ICOM-Brasil, foi apresentada ao então Ministro da Cultura, José Aparecido de Oliveira, uma proposta para criação de uma Política Nacional de Museus (1985). Dentre as inúmeras considerações e recomendações sobre a especificidade dessa política de preservação e comunicação do patrimônio cultural sob a guarda dos museus brasileiros estava a preocupação com a escassez dos recursos e a necessidade em designar verbas para a realização de atividades básicas dessas instituições.

Em 1986, é criado o antigo Sistema Nacional de Museus (SNM) e seu “objetivo era articular e apoiar financeiramente projetos museológicos” (IBRAM, 2010, p. 24). Dois anos depois, seriam realizados o I Fórum de Museologia do Nordeste (1988), que destacou a falta de uma política voltada aos museus, e o SPHAN/Pró-memória realizou “Museus Nacionais: perfil e perspectivas”, no Palácio Capanema no Rio de Janeiro.

Em 1991, durante a realização do IV Fórum de Museologia do Nordeste foi votado e aprovado que o mesmo passaria a se chamar “Fórum Nordestino de Museologia” e também, de acordo com (SANTOS, 2008, p. 201):

[...] seriam encaminhadas às autoridades federais, estaduais e municipais da área da Cultura, solicitando “uma definição de políticas culturais, tratando de incentivos e

²⁷ “O primeiro curso criado no Museu Histórico Nacional, em 1932, incorporado na década de 1970 à Universidade do Rio de Janeiro (atual Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO)”. Disponível em: <https://corem2r.org/linha-do-tempo/>. Acesso em: 2 nov. 2018.

de apoio às atividades das instituições museológicas, através de um amplo debate democrático.

Com o novo nome, foi realizado em Salvador, no ano de 1992, o V Fórum com abordagens sobre política cultural e entre os seus subtemas estavam, “Política Cultural: sua relação com os museus da região Nordeste” e “Política cultural, sua relação com o desenvolvimento social e com as diversidades regionais do País”.

Com a criação do Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural (IBPC), autorizada pela Lei nº. 8.029, de 12 de abril de 1990, os museus pertencentes aos então extintos SPHAN e Fundação Pró-Memória não foram integrados à nova estrutura, o que só aconteceria posteriormente. O IBPC viria a se tornar o atual IPHAN em 1994 (IBRAM, 2010).

Ao longo da consolidação da área, verificamos como os estados da região Nordeste estiveram presentes na reflexão e enfrentamentos comuns à efetivação das políticas planejadas para os museus; decorrência, principalmente, da contribuição dos fóruns nordestinos para dar unidade e visibilidade à classe na Região, aos seus problemas e à busca por melhorias.

Na gestão do Ministro Gilberto Gil (2003-2008) importantes contribuições para a cultura foram realizadas. No artigo “Política Cultural no Brasil: Histórico de Retrocessos e Avanços”, de Fernando dos Santos (2009), são apresentados dados que demonstram o avanço em termos de recursos financeiros no orçamento da União voltados à cultura e recursos humanos, principalmente quanto à gestão de pessoal, como aponta Santos (2009, p. 13): “a gestão Gil realizou o primeiro concurso público para a contratação de servidores para o Ministério”. Destaca-se ainda uma maior integração com o Ministério das Relações Exteriores, “buscando a difusão da cultura brasileira em outros países, como no caso do Ano do Brasil na França em 2005” (SANTOS, 2009, p. 13). Além do estímulo à criação da primeira política federal voltada aos museus brasileiros, onde se estruturou a Política Nacional de Museus (PNM), criada em 2003.

Sua gestão foi marcada pela diversidade em programas que extrapolaram a atuação elitista, para não dizer discriminatória de cultura, além de melhorar a articulação entre programas e governos de diferentes instâncias, com destaques ao Programa Ponto de Cultura que pensava na descentralização, ampliação de recursos e realização do primeiro concurso público da história do MinC, desde a sua criação.

Em 2004, tem-se o acordo de parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para realização de pesquisas referentes à cultura, algo semelhante ao censo, para que fornecesse informações que subsidiassem a elaboração de políticas públicas na área da cultura. Era notória a escassez de informações dessa natureza.

Já em 2009 é lançado o Manual de Pesquisas de Informações Básicas Municipais e o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC, parceria com o IBGE, visando melhorar a sistematização de dados sobre a cultura nas pesquisas.

É comum que esse período seja tratado como de reformulação do Ministério, apesar da herança centrada nas leis de incentivo, que tiveram proposta de reformulação na sua gestão. Realizou consulta pública que percorreu em todas as regiões do país com o Seminário “Cultura para todos”, em que os participantes respondiam duas perguntas sobre as dificuldades em acessar o financiamento federal à cultura via leis de incentivo e quais medidas poderiam sanar a falta de transparência, democratização e descentralização do financiamento à cultura. Os principais resultados reafirmaram a necessidade de reformulação dos mecanismos, sua importância na produção cultural e que sua ausência poderia paralisar a área (CALABRE, 2009b).

Ainda inerente ao período da gestão de Gil, tramita no Congresso Nacional desde 2009, a Proposta de Emenda à Constituição - PEC 150, que visava a elevação do orçamento da cultura em pelo menos 2% das receitas de impostos federais, 1,5% do orçamento dos Estados e do Distrito Federal e 1% do orçamento dos municípios, de receitas resultantes de impostos para a cultura (PEREIRA, 2009).

Abaixo, em sequência cronológica, estão destacadas leis e decretos que foram fundamentais na consolidação do campo museal. Seguindo-se a cronologia, as iniciativas foram, tradicionalmente, isoladas e não se pode delinear um projeto maior de política pública para a área até o ano de 2013.

Tabela 3 - Quantidade de Ano e Legislação voltada aos museus brasileiros

Ano	Legislação
1932	Criação do primeiro curso de museologia (hoje Escola de Museologia – UNIRIO).
1946	Criação do ICOM – International Council of Museums.
1963	Criação da Associação Brasileira de Museologia (ABM) e início da luta pela regulamentação da profissão do museólogo.
1984	Lei nº 7.287, de 18 de dezembro, de 1984/Regulamentação do profissional museólogo.
1985	Decreto nº 91.775, de 15 de outubro de 1985/Profissão de Museólogo, criação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Museologia.
2003	Política Nacional de Museus e criação do Departamento de Museus e Centros Culturais DEMU/IPHAN.
2004	Decreto de 31 de maio de 2004/Semana dos Museus e Dia Nacional do Museólogo.
2004	Decreto nº 5.264, de 05 de novembro de 2004/Implantação do Sistema Brasileiro de Museus e Sistema Estadual de Museus (posteriormente revogado e substituído pelo Decreto 8.124/13).
2006	Lei nº 11.328, de 24 de julho de 2006/Ano Nacional dos Museus.
2009	Lei nº 11.904/Estatuto de Museus; o Plano Nacional de Museus; expansão das universidades.
2009	Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009/Criação do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), como autarquia federal do Ministério da Cultura (MinC), responsável pela política museológica (Lei 11.906/09).

Ano	Legislação
2013	Lei nº 12.840, de 09 de julho de 2013/Destinação de bens de valor cultural, artístico ou histórico aos museus.
2013	Decreto nº 8.124/2013, de 17 de outubro de 2013/Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.904/2009 e da Lei nº 11.906/2009.
2014	Portaria nº 205, de 02 de julho de 2014/Referenda o Plano Nacional Setorial de Museus – PNSM.
2014	Resolução Normativa nº 01, de 31 de julho de 2014/Normatiza o Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados em consonância com o Decreto nº 8.124/2013.
2014	Resolução Normativa nº 02, de 29 de agosto de 2014/Estabelece os elementos de descrição das informações sobre o acervo museológico, bibliográfico e arquivístico que devem ser declarados no Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados.
2014	Resolução Normativa nº 03, de 19 de novembro de 2014/ Dispõe sobre a regulamentação de dispositivos do Decreto nº 8.124/2013 quanto à obrigatoriedade do envio ao Instituto Brasileiro de Museus do quantitativo anual de visitação dos museus e estabelece outras providências.
2014	Portaria Interministerial nº 506, de 16 de dezembro de 2014/Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pelo Instituto Brasileiro de Museus no tocante às mercadorias abandonadas, entregues à Fazenda Nacional ou objeto de pena de perdimento, quando houver indícios de que se trate de bem de valor cultural, artístico ou histórico.
2016	Resolução Normativa nº 01, de 15 de dezembro de 2016/Estabelece os procedimentos e critérios específicos relativos ao Registro de Museus junto ao IBRAM e demais órgãos públicos competentes.
2017	Portaria nº 07, de 09 de janeiro de 2017/Institui a Rede Nacional de Identificação de Museus – RENIM, como forma de arranjo de governança pública colaborativa, voltada à interação e cooperação entre os seus componentes para o desenvolvimento do setor de museus brasileiros.
2017	Portaria nº 6, de 9 de janeiro de 2017/Institui a plataforma Museusbr como sistema nacional de identificação de museus e plataforma para mapeamento colaborativo, gestão e compartilhamento de informações sobre os museus brasileiros.

Fonte: Da autora, 2017.

Os museus sempre foram importantes recursos na reescrita da memória de um passado forjado ou originário de um segmento que menosprezava a sua origem. Para Santos (2005), os museus se constroem a partir do mundo e vice e versa.

E antes de serem integrados a uma política cultural, os museus brasileiros já constituíam um projeto nacionalista e científico.

No Brasil, essas políticas tendem a reafirmar os processos de desigualdade, exclusão e a permanência dos privilégios. “Uma política pública significa, tão somente, a existência de um complexo processo de disputas sociais, políticas, técnicas e de modelos gerenciais, em que forças sociais desiguais não partilham os processos nem constroem regras de forma a envolver ou garantir condições equitativas” (MORAES, 2010, p. 80-81).

No entanto, sem mencionar a Lei Rouanet em seu texto, Nilson Moraes considera a década de 90 como o período em que a cultura passa a ser compreendida como produto de mercado, reduzida ao interesse do empresariado, que por sua vez, visa os consumidores. Essa prática foi utilizada como política de Estado. Para ele, a contradição no governo Fernando Henrique Cardoso - FHC ficou evidente, mas a produção de grandes eventos midiáticos de culto ao belo e ao mais valioso não beneficiou na “ampliação do público dos museus ou em promoção de debates” (MORAES, 2010, p. 87).

Ao se estabelecer que cultura é um bom negócio, fica institucionalizado um novo setor de atuação para as empresas, o do marketing cultural, nos moldes do mercado, desconsiderando se tratar de recurso público quando o retorno financeiro e institucional mais uma vez é creditado às empresas. A cultura do espetáculo demanda por museus e exposições similares, que precisam cada vez mais de recursos especializados. Mais que profissionais da área da cultura, a figura dos captadores passou a ser decisiva na execução de um projeto.

As políticas culturais desenvolvidas no governo Lula, nas gestões Gil e Juca no MinC, aumentaram a participação e diversificaram o leque de temáticas. As chamadas setoriais ampliaram o entendimento de cultura, que significava novos espaços, novos atores e seus direitos, além da descentralização da cultura. “O projeto de política de museu, do grupo reunido no Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU), encontrou espaço e apoio no MinC, o discurso poético e permanentemente comprometido com relações e atitudes inovadoras de Gil encampou e produziu as condições para a sua implantação (MORAES, 2009, p. 60).

Essa atuação proporcionou uma gestão de continuidade, iniciada em 2003 até 2009, nunca experimentada pela cultura. O MinC aponta para os museus, lhe cria efemérides, formula políticas e lhe institucionaliza como um setor fora da alçada do IPHAN.

Conforme Nilson Moraes, a PNM “pretendia propor novos instrumentos de financiamento e fomento dos museus [...] Tratava-se de superar o mecenato, a descontinuidade e o personalismo das ações, instituições e políticas do setor” (MORAES, 2009, p. 61). A área estava em crescimento, era preciso implementar e diversificar os mecanismos de captação e financiamento aos museus, mas as políticas estabelecidas se mantiveram via FNC, Mecenato e Editais (alguns deles continuados até o ano de 2012). Hoje, as dotações não existem e mais uma vez o Mecenato é o recurso com mais solidez e, dentro do cenário, segue compreendido como política pública.

Nesse contexto de valorização das diferenças, do reconhecimento e do respeito às minorias, as políticas de museus até então limitadas ao Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU) ganhou espaço e visibilidade junto ao MinC e iniciou as discussões sobre a PNM. As novas proposituras modelaram o que viria a ser uma política lançada em maio de 2003, debatida entre profissionais e entidades vinculados aos segmentos culturais que atuam nos museus. Foram sete eixos programáticos consolidados visando à revitalização e desenvolvimento dos museus brasileiros: Gestão e Configuração do Campo Museológico, Democratização e Acesso aos Bens Culturais, Formação e Capacitação de Recursos Humanos,

Informatização de Museus, Modernização de Infraestruturas Museológicas, Aquisição e Gerenciamento de Acervos Culturais.

Período de efervescência na área museológica 2003-2010 (de grande mobilização por apoio civil e governamental, profissionais, estudantes, instituições). Orientada pelo encadeamento e busca por estruturação de uma política institucional, intelectual, que viesse ao encontro aos anseios de toda classe. Os museus foram inseridos na agenda política do governo e foram devidamente compreendidos como instrumentos sociais, como espaços de crítica e reflexão de nossa realidade (RANGEL, 2010, p. 132).

Com a criação do Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU), em 2003, no âmbito do IPHAN, ao longo dos anos foram sendo agregados inúmeros museus sem que estes pudessem contar com um setor formal em âmbito federal que atuasse se responsabilizando pelo conjunto de museus do IPHAN, dando unidade e os fortalecesse com “inexistência formal de um setor na área federal voltado às ações no campo da museologia” (BRASIL, 2007a, p. 27).

No relatório de gestão 2003/2004, do MinC/PNM, quanto aos investimentos em museus, o estabelecimento de parcerias entre o Estado e a iniciativa privada é destacado como “modo a promover a valorização e a sustentabilidade do patrimônio cultural musealizado” (BRASIL, 2003, p. 32). Nos anos que se seguiram os recursos para área estiveram predominantemente nos editais que foram lançados especificamente para área.

Os Editais são frutos do Programa Museu, Memória e Futuro, que direcionava os seus recursos exclusivamente aos museus federais e após reformulações previstas nos objetivos propostos pela PNM passaram a abranger todos os museus do país. Esse Programa foi substituído pelo Programa Museu Memória e Cidadania, concedido através de recursos do Fundo Nacional de Cultura (FNC), previsto com dotação orçamentária do próprio MinC, foi por um período a maior fonte de recursos destinada aos museus. (SANTOS, 2008; IBRAM, 2010; TOLENTINO, 2011).

A ampliação desses programas foi fundamental na implementação da PNM, pois tornou possível a realização de melhorias nos museus e a maior parte desses recursos foi direcionada à ação “Funcionamento de Museus da União”, destinada à manutenção e realização de atividades básicas, indispensáveis à continuidade das atividades (BRASIL, 2003).

Como instrumento de democratização, os editais se constituem como forma de acesso e consumo cultural, como também são importantes e devem ser aperfeiçoados. No entanto, como formulação de políticas estruturantes de financiamento e fomento à cultura, os editais

não deveriam ter um papel preponderante para a cultura. Uma política de Editais, prevendo uma nova forma de aplicar as verbas, dentre essa a interiorização do investimento carece de constantes atualizações, revisões e retificações.

O Edital Modernização de Museus (Caixa/Programa Caixa de Adoção de Entidades Culturais, BNDES/Programa de Apoio a Projetos de Preservação de Acervos), Petrobras Cultural/ Apoio a Museus, Arquivos e Bibliotecas, é o primeiro da área, dentro de uma série a ser lançada pelo MinC e o IPHAN, juntamente com o lançamento de editais (em apoio aos museus não vinculados ao MinC), cujos resultados também apresentaram uma concentração de recursos na região Sudeste na razão de mais de 80% nos primeiros anos, caindo para 47%, em 2004 e mantendo essa média até 2006. A região Nordeste manteve-se com o 2º lugar na premiação. Essas ações tinham por objetivo a seleção democrática de projetos, a fim de distribuir os recursos de maneira mais equilibrada em todas as regiões do país.

Na base dos investimentos em museus pelo Sistema MinC, observa-se uma tendência crescente nos investimentos diretos vindos através do FNC ou do Tesouro Nacional, conforme indicava o quadro de investimentos apresentado pelo ministério na área museológica, por isso, quando é apresentada a proposta para redução, há um descontentamento, porém logo se tem a argumentação de que as possíveis perdas serão “compensadas com os investimentos captados por meio da lei de incentivo, do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), na modalidade do mecenato (BRASIL, 2003, p.33)”. Os recursos captados por esse mecanismo apontam para um crescimento de mais de 200%, nos anos de 2003 e 2004 em relação aos dois anos anteriores, 500%, se comparado aos mesmos anos e com contínua progressão até 2006.

Para além do expressivo aumento na área como um todo, inclusive no FNC, Tesouro, Monumenta e Mecenato, desde o primeiro relatório é dito que o aumento dos investimentos na área museológica, realizado pelas empresas, é resultado da PNM, sem mencionar de qual forma e quais os esforços empreendidos “conseguiram demonstrar às empresas a importância da área museológica e apontam para uma nova postura do Estado na preservação e na promoção do patrimônio cultural” (BRASIL, 2003, p. 51). Afirma ainda, que em relação ao mecenato, a PNM, torna-se fundamental para o MinC, a fim de criar critérios para “aprovação de projetos aptos para receber recursos oriundos de renúncia fiscal e orientasse os investidores na escolha de quais projetos deveriam apoiar” (BRASIL, 2003, p. 51), como na utilização dos editais para escolha dos projetos. Segundo relatado, esse princípio livrou das leis de mercado, os projetos apoiados via mecenato, possibilitando ao Estado conduzir as políticas públicas.

No entanto, uma questão já observada pela socióloga Priscila Borges (2017) evidencia que as inovações e particularidades trazidas pela PNM (devido a sua abrangência, ao ser destinada aos museus de todo o país, em todas as esferas administrativas), contrasta com a sua fragilidade, devido a sua implantação ter se dado “por meio da vinculação da política aos PPA’s e não explícita na legislação de museu” (BORGES, 2017, p. 51) ocasionando sua falta de articulação política.

O Sistema Brasileiro de Museus, foi instituído pelo Decreto nº 5.264, de 5 de novembro de 2004, no âmbito do DEMU/IPHAN. Surge como uma das metas de implantação da PNM, segundo Brasil (2007b, p.119), com uma “concepção alternativa moderna e mais flexível”, que as constantes concepções encontradas sobre sistema, e ainda delega ao governo importante papel no financiamento dos museus. Dentre as responsabilidades estava a de articular museus, profissionais e a sociedade, além de suprir uma demanda do campo que exigia a institucionalização/organização do campo e suas normativas com fins de aumentar o financiamento aos museus (TOLENTINO, 2011).

Dentro das políticas públicas, o uso de editais com critérios estabelecidos pelo MinC para repasse de parte dos recursos, transformou-se e um importante mecanismo, cujo objetivo era o de revitalizar os museus brasileiros e fomentar a criação de novos institutos da memória, aumentando com isso o acesso da população a esses produtos culturais nas diversas regiões do país.

Dentre os problemas encontrados, têm-se: o estabelecimento da PNM e do SBM; ausência de estratégias de organização e potencialização do financiamento aos museus; as necessidades dos museus com relação à revitalização e modernização; e a valorização das coleções representativas da nação.

Compreende-se que tal ação não significa excelência na gestão, por vez que se sabe da existência do *lobby* institucional feito em benefício das estatais, apesar das parcerias com empresas. Entretanto, os editais contribuíram na redução da desigualdade regional, consequentemente na democratização do acesso, além de maior transparência no uso dos recursos alocados em consonância com diretrizes das políticas de financiamento aos museus (BRASIL, 2007a; TOLENTINO, 2011).

Os resultados desses programas nos relatórios de gestão apontam o alcance do Programa de Formação e Capacitação de Recursos Humanos em Museologia, como exemplo bem sucedido da interiorização dos recursos no país; apesar do Sudeste ter obtido metade dos recursos em quase todos os editais.

Uma observação que deve ser feita, é que o aparente desenvolvimento a partir de 1000%, apontado por muitos pesquisadores, retrata um cenário anterior de quase nenhum investimento e por isso mesmo qualquer recurso adicional aparenta ser muito elevado. Crescimento como 980% (IBRAM, 2010) ou de 1400% (TOLENTINO, 2011), basta correlacionar que o crescimento de projetos em museus que conseguiram captação não acompanha o montante (IBRAM, 2010). Tolentino (2011) afirma que esse crescimento se deve ao desempenho da PNM e do SBM em orientar junto às empresas patrocinadoras como a área e sua política eram importantes. Um dado difícil de precisão, pois no mesmo período todos os segmentos apresentaram aumentos significativos na captação; um dos maiores foi nas “artes cênicas”, que nem ao menos possuía no período uma política setorial.

Afirma ainda que essas práticas evitaram “que o apoio a projetos via Mecenato siga as leis de mercado, conferindo ao Estado o seu papel na condução das políticas públicas de cultura” (TOLENTINO, 2011, p. 208). Durante a pesquisa não foi possível identificar tal informação, mas em muitas outras os proponentes disseram seguir a orientação do mercado. Há aqui mais uma vez a confusão entre as leis de incentivo e as de política pública de cultura e desse mecanismo permanecer exitoso sem a interferência do Estado.

3. O Incentivo Fiscal via Lei Rouanet

3.1. Antecedentes

Políticas públicas são ações e programas desenvolvidos pelo Estado para garantir e colocar em prática os direitos previstos na Constituição Federal e em outras leis. São medidas e programas criados pelos governos e dedicados à manutenção e garantia do bem-estar do povo. Além dos direitos previstos, também outros que não estejam na lei podem vir a ser garantidos através de uma política pública. Isso pode acontecer com direitos que, com o passar do tempo, sejam identificados como uma necessidade da sociedade. Tanto o planejamento, quanto a criação e a execução dessas políticas, são feitos em um trabalho conjunto entre os três poderes que formam o Estado: Legislativo, Executivo e Judiciário.

O Poder Legislativo ou o Executivo podem propor políticas públicas. O Legislativo cria as leis referentes a uma determinada política pública e o Executivo é o responsável pelo planejamento de ação e pela aplicação da medida. Já o Judiciário faz o controle da lei criada e confirma se ela é adequada para cumprir o objetivo. As políticas públicas existem e são executadas em todas as esferas de governo, ou seja, há ações em nível federal, estadual e municipal, conforme afirma Simis (2007, p. 133), que define política pública como

[...] escolha de diretrizes gerais, que tem uma ação, e estão direcionadas para o futuro, cuja responsabilidade é predominantemente de órgãos governamentais, os quais agem almejando o alcance do interesse público pelos melhores meios possíveis.

Na década de 1980 as políticas públicas voltadas à área da cultura seguiram a tendência do “Estado Mínimo”, concepção fundada nos pressupostos da reação conservadora, que dá origem ao neoliberalismo. A ideia de “Estado Mínimo”, parte do pressuposto de um deslocamento das atribuições do Estado perante a economia e a sociedade, preconizando então a não intervenção e o afastamento em prol da liberdade individual e da competição entre agentes econômicos. Segundo o neoliberalismo é a pressuposição da prosperidade econômica, sendo, portanto, a única forma de regulação econômica; entretanto, deve ser feita pelas forças do mercado, as mais racionais e eficientes possíveis. Ao “Estado Mínimo” cabe garantir a ordem, a legalidade e concentrar seu papel executivo naqueles serviços mínimos necessários para tanto: policiamento, forças armadas, poderes executivo, legislativo e judiciário, etc. Abrindo mão, assim, de toda e qualquer forma de atuação econômica direta, como é o caso

das empresas estatais. Na área cultural, a democratização da cultura perdeu espaço para o mercado, que passou a interferir diretamente nos recursos para implementação e execução de projetos culturais, como afirma Gruman (2011, p. 35):

No Brasil, a simbiose entre o empresariado e as atividades culturais acontece, sobretudo, em espetáculos com grande visibilidade para as marcas patrocinadoras. Há, no centro desse interesse, uma estratégia econômica mediante dois caminhos: a troca de valores investidos por redução de impostos devidos e a perspectiva de melhoria da imagem da empresa através do preceito do Marketing Institucional e sua vertente cultural.

De acordo com Maria Amarante Pastor Baracho e Rafael Raddi, o Estado se retira da gestão direta para garantir o encaminhamento para a cultura, condicionado, todavia, à sensibilização do empresariado e dos cidadãos com suas propostas (BARACHO; RADDI, 2008).

Para o atendimento de ambos os setores, as leis deveriam estimular a iniciativa privada no investimento em cultura por meio do patrocínio (aporte de recursos privados). Mas, a situação se inverteu e acabaram por utilizar o próprio dinheiro público no incentivo das políticas culturais, o que Dória (2003) chamou de “esfera pública não-estatal”.

Como já citado no capítulo 1, após assumir a Presidência da República, José Sarney criou o Ministério da Cultura. Segundo ele, o “objetivo era colocar a cultura na frente, ou ao lado de todos os problemas nacionais. Na mesa do planejador, não deve estar só estradas, portos, mas também a cultura” (SARNEY, [2018]).

A Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, foi a primeira legislação federal de Incentivo Fiscal à produção cultural. Batizada como Lei Sarney, complementou processo de valorização da cultura brasileira, deflagrado com a criação do Ministério da Cultura, no primeiro mês do Governo Sarney, em março de 1985. Antes, o Ministério da Educação e da Cultura (MEC) reunia os dois setores considerados afins.

A Lei Sarney estabelecia uma relação entre poder público e setor privado, onde o primeiro abdicava de parte dos impostos devidos pelo segundo, a chamada renúncia fiscal. Como contrapartida, o setor privado investiria os recursos da renúncia fiscal em produtos culturais, tais como: cinema, teatro, literatura, artes plásticas e patrimônio. A ideia, não era apenas estabelecer incentivos à cultura, mas, principalmente, promover fomentos e aumento de produção nessa área, visando criar um mercado nacional de cultura. Assim, a Lei Sarney inseriu novos atores no setor e inaugurou nova fase para a política cultural no Brasil.

Segundo Sarney, com a aprovação da sua Lei, a renúncia fiscal no imposto de renda (IR) viria atender as demandas do setor e o país ressurgiria culturalmente com financiamento além do governo. Os discursos do presidente e do ministro davam conta que a sociedade (principal beneficiada) era quem deveria dar o sustento à cultura e essa era uma oportunidade de dividir com o Estado a responsabilidade no fomento à área, além de poder controlar o seu uso (CALABRE; DUARTE, 2015). Para Sarkovas (2005) ela inaugura um novo formato para o mercado se relacionar com a cultura. Um modelo único no país e diferente da maioria dos que fazem uso do Incentivo Fiscal, uma vez que a dedução não é feita na renda total tributável, mas no imposto em si.

Alvo de críticas e acusações devido à ausência de transparência no uso dos recursos, a falta de democratização no acesso e na produção e criação de um grupo privilegiado de empresas cadastradas, entre outras ações, a Lei Sarney teve curta duração.

A falta de continuidade e a escassa dotação orçamentária, sempre foram os principais problemas do Ministério da Cultura (MinC). O primeiro impede a continuidade das estratégias de ação e o outro, a sua execução. Com a separação com o MEC os recursos diminuíram consideravelmente e não foi difícil aprovar uma nova modalidade de incentivo à cultura.

Com a extinção da Lei Sarney, a cidade de São Paulo inaugura a tendência do Incentivo Fiscal à cultura para além do âmbito federal, com a Lei Mendonça (Lei nº 10.9123/90), regulamentada antes da Lei Rouanet:

[...] essa lei constituiu medida pioneira que serviu de modelo para diversos municípios ao permitir a dedução do Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU) e do Imposto sobre Serviços (ISS) para os contribuintes que aplicassem recursos na área cultural (BARACHO; RADDI, 2008, n.p.)

Após a saída de José Sarney da presidência da República, a Lei nº 7.505, Lei Sarney de Incentivo à Cultura, foi revogada, provocando forte reação da classe artística. O governo da época decidiu, então, enviar um novo projeto ao Congresso, que teve Sarney como relator da proposta no Senado, que acabou aprovada, sendo rebatizada como Lei Rouanet, para ele, a lei atual tem distorções e dificulta a democratização da cultura no país.

3.2. A Lei nº 8.313/1991 – Lei Rouanet

A Lei nº 8.313 de 23 de dezembro de 1991, restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), que tem por finalidade a captação e a canalização de recursos para a área cultural, dentre elas, os museus, além de dar outras providências, tornando-se responsável por mudanças de grande visibilidade no cenário cultural e na sociedade brasileira.

O Pronac foi constituído por três mecanismos, são eles: Fundo Nacional de Cultura (FNC) – fundo público administrado pelo Ministério da Cultura, que tem por objetivo a aplicação dos recursos em projetos culturais, com vistas à destinação desses recursos à programas e ações culturais compatíveis com os desígnios do Pronac; Fundo de Investimentos Culturais (Ficart), mecanismo que até junho de 2018 ainda não havia sido posto em prática. Com o propósito deveria unir os recursos destinados à aplicação em propostas culturais de cunho comercial, mas com a participação dos investidores nos eventuais lucros; e Incentivos Fiscais ou Mecenato – Mecanismo de financiamento mais utilizado pela Lei Rouanet que se dá por meio da renúncia fiscal. Esse mecanismo possibilita que cidadãos (pessoa física ou jurídica) apliquem parte do imposto de renda devido em ações culturais que não se enquadram em programas específicos do Ministério da Cultura, (MinC). Anualmente, o Ministério da Fazenda autoriza que seja designado para o ano seguinte todo o montante dos recursos captados por meio da renúncia fiscal. Por esse sistema, o MinC não repassa recursos diretos, é o proponente que, após aprovação da sua proposta pelo MinC, vai buscar recursos para execução de seus projetos. Nesse momento surgem as figuras do doador e do patrocinador, pessoas físicas e jurídicas que apoiam por meio de doações ou patrocínio os projetos selecionados.

O mecenato se tornou o mecanismo mais atrativo e demandado por permitir aos investidores a isenção de parte do Imposto de Renda devido e, paralelamente, divulgar as suas marcas. Desde 1997 até a atualidade, as deduções foram sendo expandidas e o valor incentivado pode chegar a 100% do valor total do projeto com tetos diferenciados para pessoas físicas, que podem deduzir no IR os seguintes percentuais: 80% do valor das doações e 60% do valor dos patrocínios, observando o limite de 6% do que é devido e para as pessoas jurídicas, o percentual de dedução é de 40% do valor das doações e 30% do valor dos patrocínios, respeitando o limite de 4% do valor devido. Dentre todos esses mecanismos sempre foi o mais utilizado e será o único a ser abordado como fonte de recursos aos museus brasileiros no presente trabalho.

Através do Pronac, é criado o Fundo Nacional da Cultura (FNC), com a finalidade de garantir a oferta de apoios financeiros em linhas de incentivo que se comprometam com a descentralização regional, setorial e estética, abarcando as mais variadas expressões culturais brasileiras, potencializando toda a rede produtiva e promovendo a liberdade de criação. O FNC, conforme suas normas, deve buscar o equilíbrio regional da distribuição de recursos, favorecer a visão interestadual, estimular a criatividade e a diversidade, enfatizar o aperfeiçoamento profissional e artístico dos recursos humanos na área da cultura, contribuir para a preservação do patrimônio cultural e histórico brasileiro e atender às diferentes realidades e demandas da produção cultural do país, em benefício do coletivo e do desenvolvimento. Para tanto, o orçamento do FNC – cujos recursos provêm do Tesouro Nacional, de doações e legados, da arrecadação de concursos e loterias federais, dentre outros – é direcionado a partir do planejamento e da decisão colegiada de todas as unidades e instituições vinculadas do MinC, com prioridade para realização de seleções públicas com comissões representativas, independentes e específicas, habilitadas a avaliar o mérito artístico-cultural e o caráter multiplicador das propostas concorrentes. As seleções têm como foco projetos com menos possibilidade de realização com recursos próprios ou a partir da captação de recursos do mercado. O apoio se dá através de convênios, prêmios, subsídio para intercâmbios culturais ou bolsas.

Seguindo os preceitos do Sistema Nacional de Cultura (SNC), que pressupõe a ação conjunta dos entes da federação (governos federal, estadual e municipal), o Fundo Nacional da Cultura deverá ainda operar ações descentralizadas com estados e municípios, de modo a dar mais potência aos resultados com a articulação dos investimentos. Com relação ao Fundo Nacional de Cultura, Sarkovas destaca que “jamais foi operado pelas regras primárias de um fundo público, onde se prima pela transparência de critérios, acessibilidade paritária e primazia do mérito público”. (SARKOVAS, 2005, p. 22). Ainda afirma que desde a sua criação, seus recursos foram “arbitrariamente distribuídos segundo predileções e interesses do Ministério da Cultura” (SARKOVAS, 2005).

Apesar da pouca utilização e dos tímidos investimentos nos primeiros anos de vigência (ainda no governo Itamar), dados do MinC demonstram que entre os anos de 1990 a 1997 (primeiro e talvez o último ano em que o teto da renúncia fiscal foi atingido), o aumento nos investimentos na área da cultura por meio do Incentivo Fiscal (IF) ultrapassou 600 milhões de reais. Resultados que se avaliados quantitativamente apresentam elevado desempenho do mecanismo (REIS, 2003; ZEZONE, 2005).

Em se tratando da Lei nº 8.313/91, Lei Rouanet, principal fomentadora da cultura brasileira, essa se vê resumida ao Incentivo Fiscal, tendo contra si uma série de questionamentos veiculados em diversas mídias. Entretanto, há que se relatar enquanto em 1992, dos onze projetos aprovados, nenhum conseguiu captação, no ano seguinte, dos oito aprovados dois conseguiram. Em 2016, chegou a ter mais de 3 mil projetos apresentados e mais de 1 bilhão de reais captados.

A cultura se tornou muito interessante para a economia privada, tendo em vista o destaque e sua ascensão no mundo inteiro. O MinC, em 2008, com base no IBGE, divulgou que haviam mais de 300 mil empresas ligadas à área e mais de 1 milhão de empregos formais (FREIRE, 2012). Esses dados em si são suficientes para despertar o interesse de iniciativas privadas, mas, parecem que são insuficientes ao olhar das políticas culturais no Brasil, pois embora essas façam parte dos âmbitos federal, estadual e municipal, o conjunto de informações dessa política não é consolidado, dificultando o planejamento e análise dos impactos nas ações realizadas.

Diferentemente da transitoriedade comum ao cargo de ministro da cultura, no governo Fernando Henrique Cardoso, o cientista político Francisco Correa Weffort esteve à frente do ministério durante as duas gestões, estabelecendo um período de exclusividade através das leis de incentivo sem qualquer tipo de proposta ou diretriz para a área da cultura (exceção do Registro de Bens Culturais de natureza Imaterial e a Criação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial – Decreto nº 3.551/2001). Pode-se afirmar que é nesse momento que as leis de incentivo se tornaram sinônimo de política cultural no Brasil, mais especificamente o Incentivo Fiscal, que na maioria das vezes tem sido concebido como o único mecanismo de fomento à cultura gerido pelo governo federal. Quanto a isso, Sarkovas (2003, n. p.) se pronunciou dizendo:

Em 8 anos de governo, FHC não formulou nem implementou nenhuma política cultural. Ou seja, faltou o principal, uma visão estratégica do papel do Estado no campo cultural de uma sociedade inserida no mundo globalizado, traduzida em planos de ações gerais e específicos para os diversos segmentos culturais, populacionais, geográficos, etc. O governo FHC nunca teve um projeto de desenvolvimento cultural que traduzisse seu respeito pela cultura. Acobertou a falta de ideias do setor com um sistema de financiamento baseado na dedução integral do imposto, que subverteu o princípio elementar do Incentivo Fiscal, que é o de usar o dinheiro público para estimular o investimento privado. Tornou as leis de incentivo repassadoras perdulárias do numerário público, condenando o meio cultural a peregrinar pelas empresas em busca de recursos do erário que deveriam estar disponíveis em fundos de financiamento direto.

3.3. Os percursos da Lei Rouanet

O histórico que antecede a Lei Rouanet é relativamente curto. Compreende um período de ascensão do governo neoliberal, em fins dos anos 80 e início dos anos 90, e tem como características o fechamento de órgãos culturais e diminuição do orçamento, além da tendência ao afastamento do Estado às suas antigas atribuições.

Segundo Mesquita e Galiza (2011), apesar da “boa intenção” da Lei, a mesma, foi julgada por produtores e empresários como “punitiva, fiscalizadora e burocrática” e também não viram vantagens no abatimento proporcionado pelos incentivos fiscais, além do medo de serem fiscalizados pela Receita Federal. Já os proponentes censuraram a burocracia e lhe acreditaram “inacessível”. Talvez, isso se deva pelo fato de que todos estivessem acostumados com os moldes e descontrole da Lei Sarney. Em função disso, na década de 90, algumas medidas foram sendo tomadas a fim de dar celeridade aos trâmites e simplificar as normas de operacionalização do Pronac. Conforme os aportes foram aumentando, as distorções aumentaram na mesma proporção.

Pode-se citar como procedimentos ocorridos nesse período, o aumento no limite do abatimento de pessoas jurídicas de 2% para 5%, o reconhecimento do agente cultural e sua contratação legal (espécie de intermediário com o empresário). Após a criação da Lei do Audiovisual (Lei n° 8.635) em 1993, que surge com isenção generalizada em 100%, a pressão foi aumentando até que se obteve os 100% de isenção para algumas áreas em 1999²⁸, 2001²⁹ e em 2008³⁰. Os benefícios foram estendidos para outros segmentos, além do caráter privado da pessoa jurídica deixar de ser obrigatório e as instituições públicas de natureza cultural poderem buscar recursos nas empresas públicas.

Nesse particular, pode-se observar o artigo 26 da Lei n° 8.313/1991, que prevê ao doador ou patrocinador dedução do imposto devido na Declaração do Imposto sobre a Renda dos valores efetivamente contribuídos em favor de projetos culturais aprovados de acordo com os dispositivos desta Lei, no limite do que estabelece a Lei n° 9.532, de 1997, que altera

²⁸ Por meio da MP n° 1.871, no governo FHC transformada em Lei n° 9.874, que inclui na Lei um parágrafo no artigo 18 e dentre as alterações a renúncia em 100%. Nos segmentos: i) artes cênicas; ii) livros de valor artístico, literário ou humanístico; iii) música erudita ou instrumental; iv) circulação de exposições de artes plásticas; v) doações de acervos para bibliotecas públicas e para museus (BRASIL, 2007b, p.174).

²⁹ A MP n° 2.228 altera mais uma vez o artigo 18 e incorpora os segmentos: doações para cinematecas, produção de audiovisual de curta e média metragens, difusão de acervos audiovisuais e preservação de patrimônio material e imaterial

³⁰ A Lei n° 11.645 inclui construção de cinemas e teatros em cidades com população abaixo de 100 mil habitantes.

a Legislação Tributária Federal, em especial nos artigos 5º e 6º. Quanto aos percentuais, o artigo 26 especifica:

I - no caso das pessoas físicas, oitenta por cento das doações e sessenta por cento dos patrocínios;

II - no caso das pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, quarenta por cento das doações e trinta por cento dos patrocínios.

§ 1º A pessoa jurídica tributada com base no lucro real poderá abater as doações e patrocínios como despesa operacional.

§ 2º O valor máximo das deduções de que trata o caput deste artigo será fixado anualmente pelo Presidente da República, com base em um percentual da renda tributável das pessoas físicas e do imposto devido por pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real.

§ 3º Os benefícios de que trata este artigo não excluem ou reduzem outros benefícios, abatimentos e deduções em vigor, em especial as doações a entidades de utilidade pública efetuadas por pessoas físicas ou jurídicas.

§ 4º (VETADO)

§ 5º O Poder Executivo estabelecerá mecanismo de preservação do valor real das contribuições.

No texto original da Lei, o contribuinte entraria com recursos próprios em parte, ou na totalidade do investimento, porém, em nenhuma situação era pensado o retorno total do valor investido; portanto, todos os segmentos eram regidos pelo artigo 26. Porém, o artigo 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, passa a permitir investimentos com deduções de até 100% do imposto de renda, além de amparar segmentos da cultura que o artigo 26 não contempla, talvez seja por esse fato é que tenha a predileção dos investidores.

Independentemente das críticas, é notório o surgimento de novos procedimentos de acompanhamento, controle e avaliação no uso dos incentivos, assim, pela primeira vez, no ano de 1996 foi iniciada a sistematização das estatísticas referentes à captação por meio do IF, são os primeiros dados e análises do investimento quantitativo realizado nas atividades culturais (ZEZONE, 2005).

Medidas administrativas também foram tomadas como parcerias entre o MinC e a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), para capacitação em gestão cultural; o Serviço Social da Indústria (SESI), para realização de fóruns empresariais de divulgação em todas as regiões do país e disponibilização de material explicativo, entre outros (MESQUITA; GALIZA, 2011). Segundo Moisés (1997 apud MESQUITA; GALIZA, 2011), essas estratégias lograram êxito tanto no aumento de propostas apresentadas quanto na captação de recursos. A Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura (Sefic)³¹ em ação conjunta a outras

³¹ A Sefic planeja, coordena e supervisiona a operacionalização do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), na aprovação, monitoramento e prestação de contas de projetos culturais. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/secretaria-de-fomento-e-incentivo-a-cultura-sefic> Acesso em: 22 jul. 2018.

unidades do MinC, responde pela gestão e formulação de diretrizes e publicização das normas adotadas quanto à alocação e utilização dos recursos nos mecanismos da Lei Rouanet.

A Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC) é definida pelo MinC como

[...] um colegiado de assessoramento formado por representantes dos setores artísticos, culturais e empresariais, em paridade da sociedade civil e do poder público. Os membros da sociedade civil são oriundos das cinco regiões brasileiras, representando as áreas das artes cênicas, do audiovisual, da música, das artes visuais, do patrimônio cultural, de humanidades e do empresariado nacional.³²

A escolha destes integrantes é feita a partir de indicações de entidades representativas e habilitadas por meio de edital público. Os membros recebem os projetos distribuídos nas bancadas formadas por áreas em que foram enquadrados.

A CNIC institui as Súmulas Administrativas, conforme o Decreto nº 5.761/2006, que prevê a formalização das normas anteriores para análise dos projetos culturais aprovadas por essa Comissão. As Instruções Normativas³³ da Lei são atos administrativos que consolidam as regras do Pronac, mas desde a sua implementação só se refere ao IF.

3.4. Críticas – distorções da Lei Rouanet

A Lei Rouanet nunca foi consenso nem mesmo no meio cultural, haja vista que o próprio ex-ministro nos Governos Lula e Dilma, Juca Ferreira, já teceu críticas sobre a lei. De forma geral, ela é vista como historicamente importante, porém trás no seu escopo falhas sérias. A principal entre elas é a concentração dos benefícios no eixo Rio-São Paulo. A Lei é ainda fonte permanente de debates, que comumente envolvem mais paixão política do que análise objetiva.

Em 2016, a lei virou alvo de uma investigação policial quando uma operação da Polícia Federal revelou um esquema de fraudes que desviou até 180 milhões de reais que deveriam ter sido utilizados para fomentar projetos culturais.

Pouco depois de deflagrada a operação policial, a Lei Rouanet também passou a ser investigada por uma Comissão Parlamentar de Inquérito e, a partir desse momento, deixou de gerar apenas debates no meio cultural, passando a ser um dos alvos prediletos de grupos conservadores que a consideram puro desperdício de dinheiro. Durante o polêmico

³² Disponível em: <http://rouanet.cultura.gov.br/incentivofiscal/>. Acesso em: 24 nov. 2018.

³³ Estabelece procedimentos para apresentação, recebimento, análise, aprovação, execução, acompanhamento, prestação de contas e avaliação de resultados de projetos culturais, relativos ao mecanismo Incentivo a projetos culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura – Pronac'. (BRASIL, 2017).

cancelamento da exposição “Queermuseu³⁴”, em setembro do ano passado, o mecanismo foi alvo de mobilizações nas redes sociais que julgavam que a exposição era ofensiva, pois, tinha a temática LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros) como tema. Apesar das críticas que vem sofrendo, ainda é vista como uma das ferramentas mais importantes à disposição do Ministério da Cultura.

Em outros países onde existe esse tipo de legislação, ela funciona como complementação de uma política cultural de Estado. Sarkovas (2005) esclarece que “Nos países que dispunham desse tipo de legislação, incentivo fiscal era o direito do contribuinte de abater de sua renda bruta doações a instituições culturais. A lei brasileira permitia, além disso, que parte do valor fosse deduzido do imposto a pagar”³⁵.

Isso subverte a lógica inicialmente proposta, além de retardar a expansão e, de quebra, confundiu a opinião pública.

São inúmeras as críticas direcionadas à Lei: a ausência de avaliação do mérito³⁶ das propostas, a falta de controle e acompanhamento (operacional e orçamentário) dos projetos, a ausência do Estado na gestão dos recursos públicos; a falta de informações sobre as ações patrocinadas (na maioria das vezes o que se tem é a divulgação dos valores totais da renúncia), isso quando se tratam de projetos que alcançam a captação, inclusive projetos sem compromisso com as necessidades e a formação cultural brasileira (BRANT, 2002). O ex-ministro Juca Ferreira, em entrevista ao Jornal *O Globo* de 04/02/2016, afirma que a “Lei Rouanet, de fato, transgride o princípio do interesse público” (ÉBOLI, 2016).

No IF, a análise é feita a partir da determinação da Lei Rouanet que diz, em seu Artigo 22, que os projetos enquadrados neste mecanismo “não poderão ser objeto de apreciação subjetiva quanto ao seu valor artístico ou cultural”. Se um projeto cumpre todas as normas e exigências da Lei, será considerado apto a captar recursos de Incentivo Fiscal. A falta de critérios qualitativos no IF favorece todo e qualquer tipo de projetos (até os produzidos por grandes produtores da indústria cultural), o que também já lhe rendeu críticas.

No ano de corte da pesquisa (2016), o TCU aprovou o Acórdão nº 191/2016, que advertiu ao MinC, mesmo sem haver vedação para concessão de IF, para se abster na aprovação de projetos com forte potencial lucrativo e capaz de atrair investidores privados fora da Lei.

³⁴ Expressão “queer” é utilizada para fazer referência à comunidade LGBT e todos os gêneros que não se encaixam em padrões normativos.

³⁵ Disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria-e-debate/edicoes-anteriores/cultura-o-incentivo-fiscal-no-brasil>. Acesso em: 2 nov. 2018.

³⁶ A melhor avaliação do objeto é realizada no processo inicial da “admissibilidade”, que antecede a execução do projeto.

Essa análise restrita, voltada à legalidade jurídica, cujo mérito final será decidido pelos departamentos de marketing das empresas, tem deixando a maioria dos museus fora dessa disputa mercadológica. Menezes (2016) afirma existir inúmeras atividades culturais desenvolvidas por instituições de pequeno porte espalhados pelo Brasil recebendo recursos da Lei. Não observamos essa recorrência entre os museus de pouca visibilidade nacional.

Algumas críticas foram corrigidas pela Instrução Normativa nº 01, de 24 de junho de 2013, como exemplo, a falta de limite de preços nos projetos incentivados, proporcionando grandes lucros para alguns produtores, a decisão de não apoiar projetos lucrativos e autossuficientes, ou ainda o auto beneficiamento vedado na mesma IN, também apontado pelo Tribunal de Contas da União - TCU, o que resultou no fechamento de alguns museus de empresas, que após essa restrição ao auto patrocínio e marketing institucional, vindo a impactar os patrocinados que passam a não ter condições de mantê-los. Essa relação entre as agências de fomento e a área cultural é sintetizada por Machado (1984) em duas características: o “clientelismo pluralista” e o “caráter assistencial”, pois deveriam apoiar demandas que não se sustentam sozinhas e não encontram brechas no mercado da indústria cultural. Cabe ressaltar que investidores têm optado pela criação de institutos e centros culturais vinculados à empresa, mas sem fins lucrativos para investir em si mesmos e se beneficiar do IF.

3.5. Os museus no Brasil e o fomento via Lei Rouanet

Os museus estão em transformação, mas não deixarão de ser espaço de preservação da memória. Adequar-se ao marketing cultural previsto pelas empresas patrocinadoras pode não ser uma tarefa facilmente incorporada a essas instituições, que “precisam ficar atentas para não apagarem, em função de novos objetivos, todos os rastros do passado, e com eles, nossas esperanças de transformar o presente” (SANTOS, 2002, p. 115-116).

Os museus passaram, e ainda passam por mudanças que dialogam com as práticas de financiamento. De acordo com Krzysztof Pomian (1984 apud SANTOS, 2002), os objetos já foram escolhidos pela sua singularidade, muitas vezes deveriam atrair o olhar pelo exótico do que era exibido, e a seleção e compra tinham caráter privado e sua exibição como e para quem atendia ao gosto do seu financiador. Com o aprimoramento dos museus, as escolhas pessoais foram dando lugar às teorias e técnicas. E os museus brasileiros acompanharam tal

desenvolvimento, além de sempre estar associados à preservação da memória nacional (SANTOS, 2002).

Existe uma repetição característica na história da criação até a atualidade dos museus brasileiros, a falta de público ou de envolvimento e participação da maior parte da população, além da grave falta de investimentos financeiros. No entanto,

Se os discursos veiculados por museus brasileiros não têm exercido um papel importante em relação a um grande público, certamente eles são fundamentais nas disputas de poder entre aqueles que os sustentam. Acredito, no entanto, que se, por um lado, a instituição pode ter se estabilizado pela criação de uma esfera pública restrita, por outro, ela mantém-se sempre em sobressalto, refém da política de gabinetes que a sustenta num regime declaradamente democrático. (SANTOS, 2002, p. 115-116)

Esse esquecimento permanente reverbera junto ao financiamento nas leis de incentivo em que na maioria dos cenários, os museus têm sido pouco priorizados. Se os museus do Nordeste não exercem relação com o grande público tendem a se tornar menos atrativos aos patrocinadores. Esse público é fundamental na justificativa da disputa por recursos (uma problemática se comparada à concentração de público visitante nos museus do eixo Rio-São Paulo). Questão que nos leva à pergunta: seria a Lei um reflexo de problemas estruturais nos museus do país?

Os problemas na centralização da Lei Rouanet são notórios e facilmente confirmados quando são levantados dados que apresentem os números referentes às captações regionais. Mas essas concentrações na área dos museus apresentam números ainda maiores que se aproximam a uma tendência de notoriedade aos museus da região Sudeste.

As leis de incentivo, em alguns aspectos, remontam aos primórdios do colecionismo e museus cujo exotismo da mostra era atributo para chamar atenção do público para coleções particulares. A seleção feita pelo gosto pessoal do colecionador foi substituída pelo setor de marketing das empresas patrocinadoras, que estão preocupadas, na melhor das hipóteses, com o entretenimento (SANTOS, 2004). Os museus tiveram métodos e técnicas aprimorados para suprimir os gostos pessoais e atualmente precisam se renovar para ganhar interesse dos patrocinadores. Devido à ausência de pesquisas qualitativas não é possível precisar as motivações do aumento do número de museus em cada localidade, quais são esses museus e seus públicos, os resultados alcançados, dados sistematizados dos frequentadores (com comparativos da proporção populacional ou até mesmo com outros equipamentos culturais). Comumente investimentos em melhorias estão associados ao aumento do público.

O Observatório de Museus e Centros Culturais³⁷ buscou traçar o perfil dos visitantes dos museus brasileiros, as motivações das visitas, a relação dos museus com o seu público e não público, impacto dos museus na sociedade, entre outros inúmeros objetivos para melhor reconhecimento da área. Seu objetivo era a criação de uma rede para compartilhamento desses dados. Um questionário era respondido por visitantes aleatórios com questões sobre as motivações da visita, os serviços oferecidos, seu perfil socioeconômico, etc. Uma análise que parte de uma visita concreta. Infelizmente, essa mostra diz respeito a 26 museus, distribuídos majoritariamente nos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, 02 em São Paulo e 01 no Espírito Santo.

Resumidamente: os resultados mostram a predominância de visitantes do sexo feminino, adultos entre 30 e 39 anos, alto nível de escolaridade, exercem atividade remunerada e mais da metade estuda, tem renda superior à média nacional, moram próximo aos espaços visitados, foram recomendadas por outras pessoas e a maioria visitava pela primeira vez (BRASIL, 2003, p. 40). Os motivos das visitas em sua maioria era para “conhecer o museu”, “alargar os horizontes”, “interesse pelo assunto”, “diversão”, entre outros. Apesar de um recorte limitado e com variáveis, essa pesquisa é fundamental no entendimento do acesso aos museus e o reconhecimento do perfil dos seus visitantes, além de revelar a necessidade do aprofundamento contínuo dessas pesquisas quantitativas e qualitativas. São esses os maiores interesses dos patrocinadores, muitas vezes, mais que o próprio projeto. Nessa mesma pesquisa outro dado assusta e torna menos atrativo o patrocínio aos museus. É a afirmação de mais de um terço dos pesquisados, que acham que a falta de divulgação dificulta as visitas aos museus.

Alguns estudos de público dos museus brasileiros apontam o reduzido número de visitantes. Sem entrar no mérito das causas, pois é preciso superá-las para manutenção dos mesmos, fato é que a maior parte da população não se sente representada em seus discursos. No Brasil, ainda existe uma grande concentração da população nas áreas urbanas. É preciso conquistar território para diversificar o público. “O mercado cultural não irá investir recursos em quadrantes urbanos assinalados por uma capacidade pequena de consumo” (MIRANDA, 2003, p. 33).

Santos (2002) demonstra um panorama dos museus brasileiros contrários (inversamente proporcional) às políticas estabelecidas pelos patrocinadores, que em 25 anos

³⁷ Nasceu de uma proposição do Museu da Vida, em parceria com o DEMU/IPHAN e outras instituições que aderiram ao projeto. Os resultados da pesquisa podem ser consultados no relatório final da pesquisa e no I Boletim do Observatório.

de regulamentação da Lei não foram “educados” para compreender que o investimento em cultura e conseqüentemente nos museus pode vir a mudar o cenário de rejeição e o discurso e manutenção dos excluídos. Ainda ressalta que apesar dos museus brasileiros se transformarem ao longo dos anos, essas instituições se mantiveram “refém da política de gabinetes que a sustenta num regime declaradamente democrático” (SANTOS, 2002, p. 115). Outro traço característico e definidor nas escolhas dos projetos que serão incentivados.

Aparentemente, os problemas que estão associados aos museus do Nordeste, seriam por estes não conseguirem exercer uma relação com o grande público e por isso mesmo estes seriam menos atrativos. Mas, qual seriam as deficiências que afastam o público? Os seus ambientes serem precários /ou desinteressantes ou é apenas uma tendência que vem se mantendo desde a criação dos museus brasileiros?

Sabe-se que esse público é fundamental na disputa por recursos, porém, há sem dúvida alguma concentração de público na região Sudeste, o que torna a captação ainda mais difícil.

Há que se perguntar, seria o incentivo um reflexo do que acontece nos museus do Brasil? Indiferença do público ou problemas intrínsecos à museologia? Mas, como suprir as expectativas do público sem recurso disponível? Como atender uma “nova” museologia, cujo foco sempre priorizou as coleções e agora sem essa temática, como fazer para melhor atender aos visitantes? As novas práticas museológicas tiveram que se adequar às novas políticas a partir da década de 70 que exigiam na categoria do patrimônio a diversidade e as minorias, era preciso dialogar com esse público.

Na década de 90, a Declaração de Caracas, expôs a crise financeira dos museus da América Latina. No Brasil, a localização geográfica dos novos museus, público, concentração de renda, escolaridade e cultura do país, poderiam vir a determinar ou não o investimento (IBGE, 2006). Os resultados do “Museu em Números” apontam uma repetição nesse padrão na concentração dos museus nas regiões Sul e Sudeste.

O desenvolvimento histórico e cultural de cada Região deve ser levado em consideração na análise dos dados. Não existe estudo que analise por Região ou Estado o desenvolvimento dos museus. Mas, em muitos aspectos eles estão atrelados ao ‘boom’ preservacionista do movimento modernista e político do início do século XX. Isso sem desconsiderar a desigualdade social acentuada e concentração de renda e poder, que excluem a população dos meios culturais.

Nos anos 90, o número de museus criados por empresas privadas aumentou e ultrapassou os públicos (municipais, estaduais e federais) e apesar de não se poder afirmar, esse crescimento pode estar associado às possibilidades de financiamento com recursos da

Lei. Ao abordar a Natureza Jurídica dos museus no estado do Rio de Janeiro, Santos (2004) informa que em entrevistas com diretores de grandes museus nacionais, a exemplo do MHN, aproximadamente metade do orçamento chega através de empresas privadas (sem discriminar como).

Museus de grande porte, como o já citado MHN, têm diversificado e ampliado as exposições, conseguindo até mesmo duplicar seu orçamento a partir da captação de recursos privados. Entretanto, do outro lado, a redução da política cultural às leis de Incentivo Fiscal deixa evidente a fragilidade da infraestrutura que apoia e regula os museus. A retração do Estado em relação às políticas intervencionistas relativas à cultura representou não só a “não intervenção”, como também o fortalecimento de regras de mercado sobre um campo fracamente estruturado.

A falta de investimento financeiro e apoio governamental dificulta a realização de ações que conquistem o público e sirvam como atrativos para os investidores. A maior parte dos museus brasileiros está na esfera pública e são mantidos pelo Estado. Apesar da tendência em transferir a responsabilidade do Estado no fomento à cultura, essa não tem sido a realidade para maioria dos museus, pois de acordo com “Museus em Números” (IBRAM, 2011b), apenas 22,3 % dos museus possuem orçamento próprio. As principais fontes orçamentárias são: doações, patrocínio direto, receita própria, orçamento anual e leis de incentivo.

3.6. Marketing Cultural

Marketing é a ciência e a arte de explorar, criar e entregar valor para satisfazer as necessidades de um mercado-alvo com lucro, identificando necessidades e desejos não realizados. Ele define, mede e quantifica o tamanho do mercado identificado e o potencial de lucro (ZEZONE, 2005).

Marketing cultural³⁸ é toda ação de marketing que usa a cultura como meio de comunicação para difundir o nome, produto ou fixar a imagem de uma empresa patrocinadora. Não existe uma fórmula única para fazer marketing cultural, ou seja, há variáveis que, se juntas, podem resultar em uma ótima ação de estratégia de mercado. O idealizador do projeto tem que ser criativo, ou seja, tem que administrar de maneira adequada os recursos disponíveis de forma a atender os objetivos de comunicação da empresa para atingir o público desejado.

³⁸ “conjunto de ações que visam a mudança comportamental de uma sociedade a partir da cultura (CREDIDIO, p. 29 APUD ZEZONE, 2005, p.83)”.

Com relação aos museus, esses são dotados de “capital simbólico” natural. Dentre os equipamentos culturais, o seu passado garante um *status* cultural – a quem visita, quem investe e a todos os agentes envolvidos – e esse pode ser o recurso de “sensibilização” dos futuros patrocinadores e contrapartida dos museus, pois são portas de mediação para troca desse capital cheio de prestígio. Mas, será que esse espaço precioso, transita no interesse das empresas com a mesma atratividade para preservação de identidades das minorias regionais, étnicas, entre outras que estão fora da cultura globalizada e do entretenimento? Haveria por parte do poder público, da sociedade e das empresas, certa indiferença para com os museus? Quanto a isso, Coelho (2014) observa que essa vem por parte da sociedade e das empresas, não deveria, mas, é comum, “empresas multinacionais instaladas no Brasil não se comportar diante da cultura e da arte do mesmo modo como o fazem lá fora” (COELHO, 2014, p.21), uma característica que deve refletir o lugar ocupado pela cultura onde essas empresas se inserem. Aqui, com muitas exigências, apenas repassam os recursos que eram devidos ao Estado. Vê-se na Lei Rouanet uma exclusão permanente quanto aos museus, que por sua vez não são prioridades e perderam ainda mais o apoio de patrocinadores que criaram agremiações culturais para se beneficiar dos mesmos recursos disputados pelos museus. “Museus não se definem por políticas culturais, museus definem políticas culturais” (COELHO, 2014, p. 22). Dependem do tripé Estado, iniciativa privada, sociedade.

Comparando-se o financiamento do Estado e do mercado para a cultura,

[...] uma diferença visível se constata na mensuração dos resultados. Na atuação do Estado os ganhos são para a coletividade, considerando-se relevantes a produção, o acesso e o consumo cultural como fatores determinantes para a dinâmica da transformação de uma sociedade. Já no financiamento indireto, concedido pelas empresas, os objetivos mudam e os resultados esperados direcionam-se, quase exclusivamente, para a organização financiadora. As tensões entre o financiamento público e privado se explicitam de forma bastante claras nos dois modelos. (FREIRE, 2012, p.57-58)

O autor ainda chama atenção para a fragilidade entre o financiamento público e o privado via Lei Rouanet:

Neste modelo, o patrocínio cultural se inicia nos departamentos de marketing das empresas, passa pelo Ministério da Cultura e termina no Ministério da Fazenda, com a compensação entre os valores investidos em cultura com os impostos a pagar, o que configura um financiamento público com o rótulo de privado. (FREIRE, 2012, p. 61)

Estado e mercado objetivam resultados distintos e por isso os caminhos desenvolvidos no financiamento também o são. Para o mercado sempre será uma relação de troca explícita,

mas nem sempre proporcional, cujo investidor espera obter além do prestígio do capital simbólico, aumento de público e faturamento do lucro.

A utilização do Incentivo Fiscal tem criado dependência e tornado regra a utilização de um setor pouco trabalhado pelos museus, o marketing cultural, mas, associado à conhecida e movimentada indústria cultural³⁹. São muitos os conceitos relativos a esse tipo de marketing, no Brasil está associado às atividades culturais (em nosso caso os museus), um setor em expansão devido à importância econômica e a prática política desenvolvida, em que as empresas substituem o Estado (ZEZONE, 2005).

Não é novidade a relação das empresas com a comunidade por meio de projetos culturais. A troca antes vista como filantrópica passou a ser reconhecida por Marketing Social ou Responsabilidade Social Empresarial, em que o patrocínio se integra à própria estratégia de marketing institucional com a promoção dos produtos e o fortalecimento da imagem alinhado aos valores da comunidade. O consumidor ainda pouco crítico passou a exigir que as empresas extrapolem seus nichos de mercado e beneficiem a população como um todo, que assumam uma postura menos mercadológica, uma posição prática e coerente ao discurso podendo vir a segregar as demais (REIS, 2003).

Como se vê, as práticas culturais por si possuem um valor agregado não mensurável (simbólico e social), mas é o seu valor mercadológico quem desperta o interesse das empresas, pois é a união do desenvolvimento social e econômico que tem dinamizado a economia do país (empregos, turismo, investidores, etc.). Segundo Reis (2003), a relação entre economia e cultura se intensifica na década de 60. A crise econômica no ocidente obrigou a justificar os recursos destinados à cultura e, para isso, mostrar “de forma tangível, real e mensurável que os recursos repassados à cultura eram perfeitamente classificados como investimentos” (REIS, 2003, p. 51).

Um dos critérios exigidos na apresentação das propostas no IF é a definição dos impactos causados com a realização das atividades previstas (não fica definido se ganhos visíveis ou não visíveis), fato é que a maioria delas tem efeito multiplicador e podem impactar diretamente na economia da localidade no qual se insere.

Uma pesquisa realizada pelo Ipsos-opinion⁴⁰ do Brasil para compreender como se chegam às decisões sobre o patrocínio e medir o prestígio entre empresas e consumidores revela dados sobre como as atividades culturais são vistas por patrocinadores e seus públicos.

³⁹ São diversos os agentes culturais: criadores, produtores, organizadores, profissionais ligados à área, vendedores de ingressos, serviços e produtos, são algumas das atividades que movem a indústria cultural.

⁴⁰ Empresa que atua na de “pesquisa qualitativa, focando no recrutamento de consumidores dentro dos perfis solicitados em cada projeto”. Disponível em: <http://opinion.com.br/> Acesso em: 02 nov. 2018.

As marcas corporativas são as maiores patrocinadoras e enxergam no mecenato uma oportunidade de humanizar a imagem das empresas. Zezone (2005) cita como exemplo o mercado das artes plásticas, de pintores renomados, apreciado por consumidores de alto poder aquisitivo. Pode-se dessa maneira inferir se tratar de um público real ou potencial dos museus.

Esse estudo revela que o patrocínio das ações culturais é bastante lembrado pelos consumidores sendo rememorado por 79% dos consumidores, atrás apenas do esporte com 93%. A escolha desses projetos passa por critérios que beneficiem a marca da empresa, o atendimento do público e a sua repercussão (visibilidade), ficando as leis de incentivo em 3º lugar de importância (ZEZONE, 2005).

Esse financiamento à cultura por parte do terceiro setor apresenta motivações focadas em seu público consumidor o que difere dos interesses de uma política de Estado, no entanto, é o setor público que direta e indiretamente financia as leis de incentivo. Reis (2003, p. 150) afirma que,

Ao patrocinar determinado projeto cultural, o setor privado busca ser reconhecido por isso e tem por fim distribuí-lo unicamente nas praças de seu interesse. Já o Estado tem por mote preservar e desenvolver a cultura de uma comunidade, sem direcionamento comercial nenhum põ-la ao alcance da maior parcela possível da população.

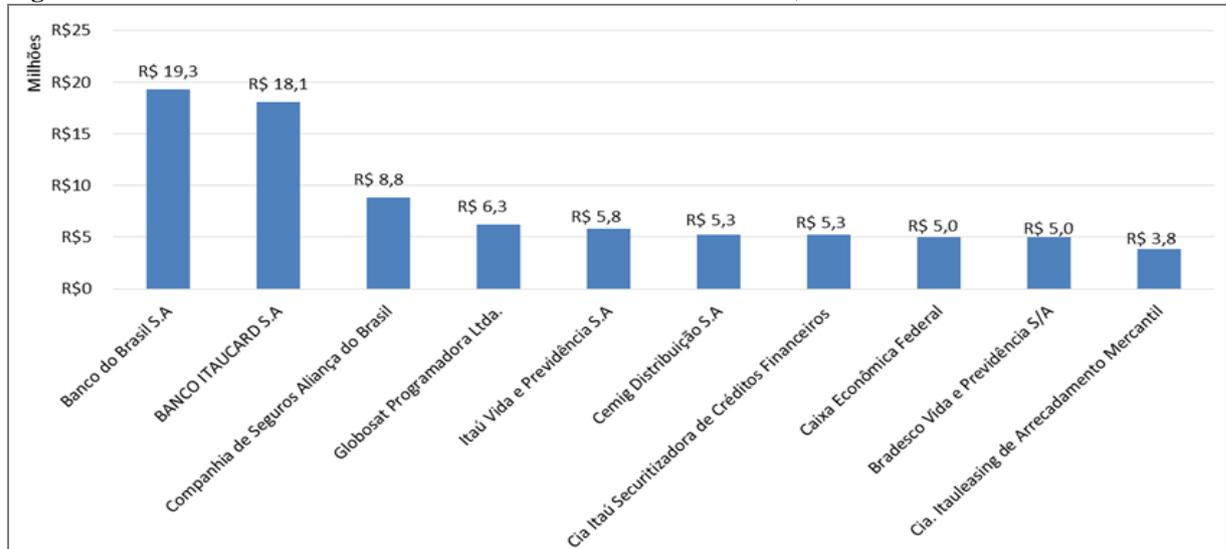
O perfil das empresas patrocinadoras pode variar de acordo com os objetivos esperados com o investimento, mas na maioria das vezes se dá pelo pelos benefícios fiscais da isenção. Um reduzido número de empresas, 30 em média, é responsável por mais de 80% ao ano de quase todo o incentivo, na média, conforme dados do MinC.

O ranking das 50 maiores empresas patrocinadoras, realizado pelo MinC, apresenta resultados idênticos com relação à concentração de empresas do ramo da indústria, seguida do financeiro, com predomínio das estatais nas primeiras colocações. A Petrobras sozinha já foi responsável por 80% desses investimentos (ZENONE, 2005). A Figura 1 destaca os dez maiores incentivadores fiscais no setor museal no ano de 2015 acompanhando o mesmo perfil do resultado nacional para todas as áreas e segmentos.

Apesar do aporte feito pelas empresas privadas ser individualmente inferior sua contribuição em total de investimento ao setor é maior que as estatais, ainda que parte dessas aplicações esteja sendo utilizadas em benefício próprio como os equipamentos culturais da própria empresa e de seus grupos. A Petrobras atua no patrocínio à cultura brasileira antes da criação da Lei Rouanet e sem o uso do marketing, tendo sido responsável pela vinda ao país de obras de grandes mestres como Rodin e Monet em mostras expositivas exibidas no eixo

Rio-São Paulo, visitadas por milhares de pessoas “colocando o Brasil no circuito mundial das artes plásticas e facilitou a montagem de exposições brasileiras nas metrópoles europeias e norte-americanas” (ZEZONE, 2005, p. 126).

Figura 1 - Os 10 maiores incentivadores fiscais no setor museal em 2015, Brasil



Fonte: Elaborado pela autora com base nas informações do Levantamento dos Investimentos Públicos Federais em Instituições Museais 2015 (IBRAM, 2016).

Tabela 4 - Maiores Incentivadores por Região – Brasil, 2016

Região	Projetos	Valores
CENTRO-OESTE	24	3.726.474,80
Banco do Brasil S.A.	10	2.184.706,00
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	1	300.000,00
Caixa Econômica Federal	1	60.000,00
Centrais Elétricas Brasileiras S.A - Eletrobrás	2	230.000,00
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - EBCT	3	342.038,90
Petróleo Brasileiro S.A – PETROBRÁS	7	609.729,90
NORDESTE	40	16.657.782,67
Banco da Amazônia S.A.	1	50.000,00
Banco do Nordeste do Brasil S.A	11	566.374,04
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	12	14.609.050,00
Caixa Econômica Federal	1	150.000,00
Centrais Elétricas Brasileiras S.A - Eletrobrás	3	450.000,00
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - EBCT	4	157.065,08
Petróleo Brasileiro S.A – PETROBRÁS	8	675.293,55
NORTE	11	1.273.099,50
Banco da Amazônia S.A.	7	450.000,00
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	2	700.000,00
Petróleo Brasileiro S.A – PETROBRÁS	2	123.099,50
SUDESTE	255	100.683.281,86

Região	Projetos	Valores
Banco da Amazônia S.A.	1	100.000,00
Banco do Brasil S.A	77	38.642.083,91
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	60	43.466.812,20
Caixa Econômica Federal	4	381.000,00
Centrais Elétricas Brasileiras S.A - Eletrobrás	39	7.796.276,20
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - EBCT	27	4.927.865,90
Petróleo Brasileiro S.A – PETROBRÁS	47	5.369.243,65
SUL	27	4.006.870,30
Banco do Brasil S.A	1	15.000,00
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	9	1.945.000,00
Caixa Econômica Federal	1	800.000,00
Centrais Elétricas Brasileiras S.A - Eletrobrás	1	147.600,00
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - EBCT	3	87.200,00
Petróleo Brasileiro S.A – PETROBRÁS	12	1.012.070,30

Fonte: Elaborado pela autora com base no SalicNet/MINC, 2018.

O Instituto Cultural Viva realizou pesquisa, buscando delinear o perfil das principais empresas patrocinadoras de projetos culturais no Brasil, essa iniciativa intitulou-se, “Perfil de Empresas Patrocinadoras”. Entre os resultados estão uma espécie de guia informacional com os caminhos que são traçados por um projeto, desde a apresentação até as prioridades e/ou critérios utilizados pelas empresas nas escolhas dos mesmos. Os dados mostram as áreas onde as empresas atuam predominantemente na Lei Rouanet, são eles: indústria, na região Sudeste e os vários segmentos de artes cênicas, onde todo público é alvo (especialmente os adultos). É o setor de marketing destas quem recebe os projetos e fazem a adequação deles à empresa, priorizando os que fortalecem a imagem institucional, seguido de participação no desenvolvimento cultural e apoio à cultura local e nacional e a responsabilidade social. As estatais lideram o *ranking* dos maiores incentivadores do país. Entre os projetos culturais apresentados, os de segmento “patrimônio cultural” (onde na maioria das vezes os museus se inserem) são os menos incentivados (INSTITUTO CULTURAL CIDADE VIDA, 2003).

Algumas empresas realizam pesquisa de opinião pública para se inteirarem sobre qual receptividade dos projetos a serem incentivados, servindo inclusive para definir os recursos futuros. Porém, não as realizam para obter maiores informações quanto ao objeto do projeto. Os produtos de maior interesse das empresas (desenvolvidos com recursos públicos) são de mais fácil alcance dos mais favorecidos, em geral público identificado como frequentadores de museus.

O marketing cultural na visão do produtor deve ser diferente do patrocinador e não ter por fim a produção cultural. Quem apresenta uma proposta ao MinC visando o apoio do IF atende a critérios diferentes dos exigidos pelas empresas patrocinadoras, pois, além de destacar as qualidades culturais do projeto deve relacionar as vantagens que podem ser ofertadas a sua marca institucional.

A figura do captador de recursos, introduzida pela Lei Rouanet como figura intermediária entre proponente e empresariado, exige dos museus um serviço especializado de agências publicitárias que agradem o marketing cultural das empresas pouco interessadas na baixa lucratividade dos museus (BARBALHO, 2007). Além de reforçar uma desigualdade entre os museus, que mal conseguem se manter de portas abertas, “os investimentos públicos nos museus têm diminuído gradativamente, levando as instituições a se tornarem mais competitivas, a utilizarem técnicas de marketing e a captarem recursos entre empresas privadas” (SANTOS, 2004, p. 68). Arnaldo Spindel, sócio da empresa Base 7, empresário e sociólogo, atribui à Lei a busca por formação e aperfeiçoamento dos profissionais ligados à área, foi uma exigência do mercado, profissionais com formação superior na área (MENEZES, 2016).

A profissionalização desses indivíduos é apontada como um dos motivos para o crescimento da Lei e a obtenção de bons resultados para as empresas investidoras, o que acaba atraindo novas empresas. Como se vê em nosso país, a museologia tem enfrentado essa realidade para dialogar junto ao chamado mercado cultural, através das estratégias de fomento. Para Brant (2002), não há lugar para todos nas ações promovidas com dinheiro público. Vários fatores assim o determinam, além da baixa captação, ainda se tem a mácula da imagem, com o rótulo de incompetentes para os que não conseguem a captação, a burocracia nesse processo é desconhecida dos agentes.

As empresas, apesar de ganharem com os incentivos fiscais, exigem visibilidade em diversas mídias e sucesso de público, que dependendo da localização do museu fica impossível de se lograr êxito nesse quesito. Para Barbalho, o resultado dessa “lógica mercantil” é a adequação durante o processo de criação do projeto. Deve-se conhecer com antecedência o público consumidor, as empresas interessadas nesse público, o interesse da mídia entre outros fatores que distanciam a maioria dos proponentes da captação. Uma competição desigual pelo mesmo recurso onde só “obtem sucesso aqueles que se identificam ou estão submetidos ao pensamento e ao gosto dominante” (BARBALHO, 2007, p. 49). Para Juca Ferreira,

A política de fomento não pode ter na renúncia fiscal seu principal instrumento. Ou quem define qual projeto receberá dinheiro público são as empresas e seus departamentos de marketing. Quando o empresário mete a mão no bolso do Estado, e não no próprio bolso, não está fazendo mecenato (CAZES, 2016).

Freire (2012) afirma que, embora a relação entre empresas e o campo cultural tenha estreitado na década de 90, a diminuição na presença do Estado não pode ser justificada pela simples ideia de sua falência e inserção de um mercado junto ao IF que busca exitosos benefícios aos patrocinadores. Não enxerga altruísmo do empresariado, além dos objetivos focais de comunicar o seu produto e associar a sua imagem, que na maior parte dos museus não tem relação com o mercado empresarial.

Nesse momento, entendemos as motivações da discordância em associar o mecanismo do mecenato à figura do mecenas, o marketing cultural desloca essa ideia automaticamente por nos trazer a realidade em que o setor não está preocupado com as artes ou a cultura no modo geral. Para Reis (2003, p.4), o mecenas é o provedor das artes desinteressado em lucro e, por isso mesmo, o mecenato, “primeira forma de associação entre capital e cultura”, não pode ser sinônimo.

No financiamento promovido por empresas para viabilizar ações do campo da cultura via marketing cultural, vigora a noção de patrocínio, uma forma clássica que relaciona um doador de recursos e um beneficiário responsável pelo projeto cultural. A ação de patrocínio configura-se, também, como uma forma de troca. Para Freire (2012, p. 57), a “legislação brasileira, por meio da Lei Rouanet, reconhece e valida este modelo, na medida em que regula e permite ao patrocinador utilizar a publicidade para tornar explícito o investimento em cultura”.

Sobre o esvaziamento de conteúdo ocasionado pela relação de troca exigida pela indústria cultural, afirmam que “o mercado visa lucro e é insensível às qualidades substantivas de um produto cultural” (ADORNO; HORKHEIMER apud SANTOS, 2014, p. 64). Para muitos a visão econômica da cultura é ‘inimiga’ de uma concepção mais humanista e tende a alienar devido ao controle da cultura pelas marcas. Esse poder do mercado financeiro e comercial tem ditado às regras da Lei e deixado de colaborar na preservação do acervo museológico museus nordestinos. São eles que determinam o valor desse acervo. O não atendimento ao mercado, seja por incapacidade ou escolha, inviabiliza o fomento por meio do IF e sem estes não é possível legitimar a narrativa desejada por esses museus. O regionalismo e as tradições culturais não têm sido suficientes e as escolhas tem se mostrado insensível às diferenças dos que travam essa luta.

Miranda (2003) discorda das críticas orquestradas ao mercado cultural devido a sua capacidade de realizações. Reconhece a especificidade do mercado para o alcance de resultados em curto prazo, a exemplo do “volume de público, repercussão na mídia e correlação entre investimento e lucro” (p. 31). Sua meta é o consumo, no caso dos patrocinadores x patrocinados, metas distintas, o prestígio e a notoriedade esperado por ambos, são quase antagônicos a depender do território que se esteja falando.

É preciso educar os investidores em cultura museal, enfatizar a importância do seu papel para a continuidade de projetos desse segmento e principalmente que são utilizados recursos públicos, muito embora não sejam compreendidos pelas empresas dessa forma. A verdadeira democratização do acesso perpassa por essa sensibilização que deve ser gerida pelo Estado. Só ela é capaz de deslocar recursos para que o público seja criado e esteja em contato direto com as ações desenvolvidas pelos museus que tem buscado alcançar as demandas de um público cada vez mais exigente.

Sejam sociais, comerciais ou culturais, os conceitos que agregam o marketing acabam se confundido pela firme relação com viés de mercado esperado pelas empresas beneficiadas pelo desenvolvimento da área cultural. Para as empresas patrocinadoras é baixo o investimento realizado em ações, se comparado à simpatia que terá por parte da sociedade sensível às questões culturais, que distanciará sua imagem de uma empresa que só visa o lucro.

Tabela 5 - Incentivos fiscais das estatais (grupos) - Brasil, 2000-2016

Incentivadores	Valor Incentivado (R\$)
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	433.553.028,18
Banco da Amazônia S.A.	9.824.659,65
Banco do Brasil S.A	502.710.737,88
Banco do Nordeste do Brasil S.A	28.983.705,90
Caixa Econômica Federal	60.442.744,26
Centrais Elétricas Brasileiras S.A - Eletrobrás	475.047.471,92
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - EBCT	113.184.751,61
Petróleo Brasileiro S.A - PETROBRÁS	1.797.404.617,06

Fonte: Elaborado pela autora com base no SalicNet/MINC, 2018.

A Tabela 5 apresenta as maiores incentivadoras estatais e seus grupos entre os anos de 2000 a 2016, sendo que o investimento da Petrobras tem caído gradual e anualmente influenciando diretamente nos resultados alcançados, sem investimento suficiente para se destacar no ranking individualmente nos últimos anos, conforme Tabela 6 abaixo com os resultados de 2016.

Tabela 6 - Maiores Incentivadores – Brasil, 2016

Incentivador	Valor Incentivado (R\$)
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	61.020.862,20
Banco do Brasil S.A	32.974.482,10
Cielo S.A.	27.761.620,04
Samsung Eletrônica da Amazônia Ltda	23.810.380,00
Bradesco Vida e Previdência S/A	18.480.930,00
Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração	16.978.760,90
Banco Bradesco S/A	16.900.000,00
Redecard S/A	16.454.000,00
BB Corretora de Seguros e Adm. Bens S.A.	13.000.000,00
Banco Itaucard S.A	12.601.519,55

Fonte: Elaborado pela autora com base no SalicNet/MINC, 2018.

Segundo Menezes (2016), no ano de 2014, das 3.487 empresas que investiram R\$ 1,3 bilhão na Lei, as 10 maiores contribuíram com R\$312,1 milhões, ou seja, 23,85% do total, e que entre os 500 maiores esse valor alcança 86,71%, o que representa R\$1,12 bilhão, que é quase a totalidade do valor investido em um número reduzido de empresas. A maioria delas são estatais, localizadas nas regiões Sul e Sudeste (petrolíferas, mineradoras, bancos, indústrias, telecomunicações). Concentrando seus proponentes na mesma Região em que investe mantendo a incoerência da iniciativa privada. Algo a ser observado é que não é tão incomum o incentivo nas regiões Sul e Sudeste por parte de alguns grupos estatais de bancos localizados na região Nordeste (ex: Banco do Nordeste do Brasil).

A empresa Petrobras era a maior investidora da Lei Rouanet com um aporte de R\$114,4 milhões em 2010 reduzidos a R\$ 2.108.872,36 em 2014, ficando na 117ª classificação entre os maiores investidores do país (MENEZES, 2016, p. 141). Esses recursos são distribuídos entre os IF's federal e estaduais e por meio dos editais e patrocínio direto. Essa redução da estatal no investimento em cultura, impacta o próprio MinC, devido à redução e quase retirada do financiamento em programas via IF.

As empresas estatais principais investidoras da cultura reforçam o comportamento da iniciativa privada, quando alocam seus recursos nas regiões Sul e Sudeste, ou seja, a própria política pública fomenta a desigualdade no IF, reforçando o desequilíbrio na distribuição dos equipamentos e sua manutenção, além de desenvolver equipamentos privados.

O Grupo Globo atua em conjunto com a Fundação Roberto Marinho, tanto como proponente ou incentivadora. Entre os anos de 2010, a 2014, o grupo investiu mais de 50 milhões em projetos contemplados pela IF e a Fundação captou quase 85 milhões. Entre os investimentos em projetos nos museus estão: MIS, custo total acima de 130 milhões, dos quais entre os anos de 2010 a 2014 a Fundação captou R\$61,2 milhões; MAR – quase 80 milhões, dos quais R\$14,2 são de IF. Anualmente o Museu apresenta planos anuais com

captações acima de 6 milhões junto ao grupo; Museu Paço do Frevo, investimento de quase 10 milhões sendo R\$5,5 do IF.

Da mesma forma que os 10 maiores captadores no mesmo ano somados conseguiram captar R\$176,6 milhões, o que representa 13,24%, os 20 maiores proponentes tem se repetido anualmente e também é comum a presença de museus como o MASP (para realização de planos anuais ou ainda bienais), o MAM-SP, disputando com proponentes que também investem em museus como a Fundação Roberto Marinho, que só em 2011, captou para construção do Museu de Arte do Rio de Janeiro (MAR), o Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro (MIS) e o Museu Paço do Frevo, em Recife, Pernambuco e a empresa Exposições Museus Projetos Culturais Ltda (EXPOMUS), que nas artes visuais trouxe uma variedade de exposições de grande porte, como “Exposição Paris: Impressionismo e Modernidades”.

Entre as empresas proponentes com mais atuação nos museus brasileiros estão: Base 7, (com atuação também no exterior), apresenta projetos desde o ano de 2002 (ano em que teve dois projetos aprovados e nenhuma captação) tendo apresentado até hoje mais de 100 projetos e alcançado mais de 130 milhões em captação. O projeto que mais captou foi “50 obras primas do Renascimento” exposição exibida nos CCBB’s de São Paulo e Brasília com captação na ordem de 6,5 milhões, além de outras grandes exposições como Tarsila do Amaral, Rodin, Caravaggio, Franz Krajcberg, etc.

A EXPOMUS foi criada na década de 80, e começou a utilizar o IF em 1998, quando teve aprovado um projeto no valor R\$ 2,1 milhões, que não obteve captação. O projeto visava à realização de uma exposição sobre o barroco brasileiro, que foi montada sem os recursos da lei e ganhadora do prêmio de “melhor exposição” do ano pela Associação Paulista de Críticos de Arte (APCA). Em 2015 a empresa já havia captado mais de 45 milhões de reais. Em 2012 trouxe ao Brasil a exposição “Paris: Impressionismo e Modernidade”, com 85 obras do Museu d’Orsay de Paris, investimento de 10,8 milhões. Ganhadoras de 04 prêmios: Melhor exposição internacional, pela APCA; Melhor exposição de 2012, pelo jornal O Globo; Melhor exposição de 2012 e Melhor evento de 2012 pelo Guia da Folha – Júri popular. Outra megaexposição foi “Picasso e a modernidade espanhola” com custo de investimento de aproximadamente oito milhões de reais (MENEZES, 2016).

Os museus de grande porte aparecem entre os maiores proponentes, os maiores captadores (inclusive projetos acima de 10 milhões de reais, um índice fora da curva) e sua área de marketing tem acesso a grandes empresas e patrocinadores e podem oferecer produtos de visibilidade aos investidores.

O MAM-SP (OSCIP) é um museu que recebe incentivos fiscais estadual e federal, porém 90% deles são oriundos da Lei Rouanet. Desde 1995, a instituição tem apresentado projetos. Em números, se tem quase 100 projetos que ultrapassam 300 milhões em solicitação, 200 milhões em aprovação e 100 milhões em captação, o que demonstra um alto índice de aproveitamento. O museu mantém relação com os incentivadores, que em sua maioria fazem pequenos aportes, que afirmam não sofrer interferência dos patrocinadores, mas declaram ser de fácil reconhecimento quais projetos são facilmente vendidos, até mesmo para além do seu enquadramento no artigo 18. O MAM-SP ainda possui receitas próprias, das atividades realizadas, tais como: vendas de produto e ingressos, receitas dependentes das receitas incentivadas (MENEZES, 2016).

O MON já apresentou mais de 80 projetos com solicitação acima de 100 milhões, aprovação de quase o valor total e captação de 47 milhões. Em 05 planos anuais obteve aporte de 11,5 milhões. O Museu Paço do Frevo foi criado com recursos da lei, em uma parceria entre a prefeitura e a Fundação Roberto Marinho. Com captação de R\$8,7 milhões entre as empresas do Grupo Globo, BNDES e outras. O primeiro plano anual foi apresentado e aprovado em 2014 com captação de mais de 400 mil. O MAM-RJ arrecadou quase 1 milhão de reais entre os anos de 2010 a 2014 através da sua Associação de Amigos (MENEZES, 2016). Já com os planos anuais de 2015, 2016 e 2017 obtiveram captaram superior a 8 milhões de reais.

Uma diversidade de museus espalhados pelo Brasil, já fizeram ou fazem uso do Incentivo Fiscal em diferentes proporções para sua manutenção total ou parcial, exemplos: o Eco Museu da Cultura do Vinho, em Bento Gonçalves; o Museu do Território de Galópolis, em Caxias do Sul; Museu Vale, em Vila Velha; Museu do Oratório, em Ouro Preto; Museu Nacional do Cavalo Manga Larga Machador, em Cruzília, Minas Gerais. Alguns desses são ligados aos governos como é o caso do MAR (RJ) e do MON (PR). Todos apresentam projetos de construção das sedes (concepção e implantação), restauro de bem móvel e montagem de exposições, pesquisa de conteúdo, museografia e expografia, aquisição de equipamentos e mobiliários, entre outros.

Menezes (2016) conclui que: entre os anos de 2010 – 2014, o segmento “museu” teve um destaque nos investimentos do IF, na ordem de R\$533 milhões, distribuídos entre 64 cidades, que receberam os 392 projetos realizados. São ações classificadas pelo MinC em várias áreas, mas todas com foco no fortalecimento dos museus, todas não realizadas diretamente nos museus, previstas pelos planos anuais dos museus. Entre os projetos destacados pelo autor, estão: o Fórum Nacional de Museus; o Memorial da Arquidiocese de

Belo Horizonte – Manutenção das Atividades; Serra da Capivara, Patrimônio Mundial – Conservação, Manutenção e Proteção; Museu da Língua Portuguesa; Museu de Artes e Ofícios; Museu Asas de um Sonho; Museu da Pessoa; Museu Oscar Niemeyer; entre outros. A ordem dos segmentos mais financiados entre os anos de 2010 a 2014, é a seguinte: Artes Cênicas R\$1,74 bilhão; Música R\$1,42 bilhão; Patrimônio Cultural R\$879,4 milhões.

Os museus aparecem costumeiramente na área do “patrimônio cultural” em ações de restauro (Restauração e construção do Museu Judaico de São Paulo, por exemplo); preservação de acervo (Inventário, higienização e catalogação no acervo do Museu da História da Medicina no Paraná, por exemplo); manutenção e construção de equipamentos culturais (Museu da Música e Teatro da Orquestra de Porto Alegre, por exemplo).

“Artes Visuais” é outra área em que os museus são mencionados. Entre os anos de 2010 – 2014, MENEZES (2016) aponta uma captação de R\$793,2 milhões, dos quais R\$685,5 foram utilizados exclusivamente para realização de exposições de grande porte, enquadradas no artigo 18, com investimento superior a 1 milhão de reais totalizando quase 500 milhões. Observa-se que 173 exposições foram realizadas em apenas 8 capitais brasileiras, número que expressa também a pouca itinerância fora do eixo Sudeste; além de nenhuma delas ter percorrido sequer uma cidade das regiões Norte ou Centro-Oeste.

Mesmo quando não sendo realizadas em museus, as exposições são tradicionalmente associadas à área museal, é costumeiro que essas exposições batam recorde de público e é comum associar ao fato de que o público dessas regiões é mais facilmente atraído por esse tipo de evento (*habitus*). Esses recordes são atribuídos a inúmeros fatores, muito embora seja necessário enfatizar que se trata de eventos de qualidade, em sua maioria gratuitos ou vendidos a preços populares e que, muito provavelmente, se tivessem sido realizados nas capitais das regiões Norte ou Nordeste também teriam atingido um grande público, principalmente pelo ineditismo que pode resultar em maior atratividade.

Os Centros Culturais do Banco do Brasil fazem parte da diretoria de marketing e comunicação do banco, estão em atividade há quase três décadas, e se tornaram os equipamentos culturais mais visitados do Brasil, com recursos concentrados quase integralmente nas capitais das suas sedes (Belo Horizonte, Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo). As Instituições culturais ligadas aos seus patrocinadores CCBB, Itaú Cultural, Santander Cultural bem como os museus, Museu das Minas e do Metal, Museu da Tam, Museu Hering, Museu Vale, entre outros, que realizam com segurança a sua captação.

3.7. Estatísticas dos museus brasileiros – um panorama

Com base nos resultados da publicação “Museus em Números” (data de corte 10 de setembro de 2010, o mais atual e completo até a conclusão dessa dissertação) serão utilizados os dados estatísticos dos 3.025 museus mapeados em todos os estados brasileiros como principal referência nesse capítulo. Os questionários respondidos pelos museus, posteriormente checados pelo corpo técnico do Ibram, estão distribuídos em oito itens. São eles: dados institucionais (identificação e características gerais da instituição), acervo, acesso ao público, caracterização física do museu, atividades, recursos humanos e segurança e controle patrimonial e orçamento (cujas respostas não são abertas ao público).

Em dezembro de 2015 foi lançado o *Museusbr*⁴¹, “sistema nacional de identificação de museus e plataforma para mapeamento colaborativo, gestão e compartilhamento de informações sobre os museus brasileiros” (MUSEUSBR, 2017). Com base nos dados fornecidos na plataforma Museusbr, foi atualizada a Tabela 7 apresentada a seguir, referenciando um total de mais de 3.750 museus cadastrados. Já o panorama é analisado com base nos 3.025 museus encontrados no censo da publicação “Museus em Números”, que data de 10 de setembro de 2010.

Tabela 7 - Quantidade de museus por estado, Brasil, 2017

Abrangência geográfica	Quantidade de museus
BRASIL	3750
Centro-Oeste	280
DF	86
GO	77
MS	63
MT	54
Nordeste	792
AL	67
BA	178
CE	157
MA	36
PB	92
PE	122
PI	27
RN	76

⁴¹ “[...] tem como finalidade a disponibilização, por meio eletrônico, de informações atualizadas sobre os museus brasileiros, em toda sua diversidade, para a produção de conhecimentos sobre o setor de museus no Brasil. Dessa forma, integram a plataforma as informações provenientes do Cadastro Nacional de Museus – CNM e do Registro de Museus – RM, podendo ainda virem a fazer parte informações de outros instrumentos da Política Nacional de Museus existentes ou que venham a ser implementados pelo Ibram”. Disponível em: <http://renim.museus.gov.br/museusbr/>. Acesso em: 26 out. 2018.

Abrangência geográfica	Quantidade de museus
SE	37
Norte	174
AC	24
AM	48
AP	09
PA	52
RO	21
RR	5
TO	15
Sudeste	1479
ES	75
MG	425
RJ	322
SP	657
Sul	1025
PR	303
RS	463
SC	259

Fonte: Elaborado pela autora com base em Museusbr/MINC, 2017

Dos 5.564 municípios brasileiros à época da publicação “Museus em Números”, quase 80% não possuem museus e os outros 20% dispõem de no máximo 05 museus. Apenas 05 municípios concentram 460 instituições museológicas, sendo que, em São Paulo, estão localizados 132 museus. Fora as capitais, Campinas é o município com maior número de museus no grupo geral de municípios.

Observa-se que a distribuição dos museus se dá de forma desigual entre as Regiões, pois mais da metade estão localizados entre o Sul e o Sudeste, entre os estados de SP, RS, MG, PR e RJ estão em ordem crescente dos maiores índices do número de museus.

O Nordeste é a terceira região com maior número de museus, com aproximadamente 21% do total. BA, CE e PE são as unidades federativas com o maior número. As regiões Norte e Centro-Oeste somadas chegam aproximadamente 12% dos museus. PA, AM, GO e DF são os estados onde se encontra os maiores quantitativos.

Em nível nacional, estadual e regional, existe uma concentração de museus nas zonas urbanas e região litorânea, acompanhada da concentração econômica e populacional, entre outros fatores. Também a relação entre população e museus revela desigualdades regionais e de acessibilidade a museus, apresentando maior presença nas capitais (30,5%). A maior delas na região Norte com 59,6%, e a menor na região Sul com 18,3%. Entre os estados, MG tem a menor taxa, (12,9% ficam em BH) e o Maranhão a maior taxa (73,9% em São Luís). Com relação à população, renda, dispersão geográfica, estrutura administrativa e investimentos

públicos em cultura, proporcionalmente, há mais museus quando existe investimento dos governos, evidenciando serem esses fatores determinantes na densidade de museus, conforme se verifica na Tabela 8 abaixo.

Tabela 8 - Quantidade de museus por Região, Brasil, 2017

Região	Quantidade de museus
Centro Oeste	280
Nordeste	792
Norte	174
Sudeste	1479
Sul	1025
Total geral	3750

Fonte: Elaborado pela autora com base em Museusbr/MINC, 2017

O panorama dos museus no Brasil é diverso e reflete a diversidade cultural do país, porém mais desigual que outros equipamentos culturais como biblioteca e teatro com predomínio nas regiões Sul e Sudeste e maior concentração nos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais.

A presença de órgãos gestores de cultura (secretarias, fundações, entre outros setores específicos) contribui para o investimento público em cultura e implicam no aumento de museus por municípios. Dessa perspectiva, “Verifica-se que em regiões onde existem tais órgãos, responsáveis pela formulação e aplicação de políticas específicas de incentivo à cultura, há também mais instituições museológicas” (IBRAM, 2015, p.57). Por isso mesmo, os museus municipais predominam no país.

Em 1986, o antigo Sistema Nacional de Museus tentou implantar uma política para o setor que revitalizasse os museus. Embora não tenha alcançado êxito na distribuição dos recursos, como apontado por Maria Célia Teixeira, estimulou a criação de sistemas estaduais de museus (SANTOS, 2008): “Dos sistemas criados por incentivo do SNM, somente o Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul – SEM/RS permanece atuante” (TOLENTINO, 2011, p. 199).

Segundo dados do Ibram (2010), foi durante o século XX que o Brasil ampliou suas instituições museológicas. Ao se observar a fundação dos museus brasileiros, nota-se que o primeiro deles remete ao século XVII, durante a dominação holandesa, em Pernambuco. “Consistiu na implantação de um museu (incluindo jardim botânico, jardim zoológico e observatório astronômico) no grande parque do Palácio de Vrijburg (Friburgo), em Recife (PE)”. E só na segunda metade do século XVIII que surgiria à Casa dos Pássaros, no Rio de

Janeiro. Ambas não sobreviveram e por isso tem-se o MHN (1818), na cidade do Rio de Janeiro, como principal referência no país.

Entre os anos de 1991 a 2000 é o período de maior expansão dos museus no Brasil. São de natureza administrativa pública, na maioria municipais (41,1%) e mantidas com investimento público. A região Norte apresenta o menor número de instituições privadas, é uma exceção no panorama nacional, pois predomina os museus de natureza estadual, assim como no MA, BA e SE. RJ e DF têm mais instituições federais.

Outro aspecto observado refere-se à natureza administrativa das instituições. Os dados demonstram que 67,2% dos museus brasileiros são públicos, sendo que a administração municipal se destaca nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste; e a administração estadual no Norte do país e nos estados nordestinos do Maranhão, da Bahia e de Sergipe (IBRAM, 2011b).

Quanto aos recursos financeiros, são diversas as fontes que compõem o orçamento dos museus, Nascimento Júnior e Colnago (2010) os divide em dois grupos: o repasse direto pela entidade mantenedora e/ou do próprio orçamento público e os que são prospectados pelos museus como as leis de incentivo (apoiadores, patrocinadores, etc.).

As despesas financeiras dos museus são empregadas na manutenção e conservação dos imóveis e seus acervos, bem como em seu funcionamento (recursos humanos que possibilitam o desenvolvimento das atividades intrínsecas da instituição) e ampliação (IBRAM, 2015, p.141). Conforme dados dessa publicação, 77,7% das instituições não possuem orçamento próprio para o desenvolvimento de suas atividades. O Sudeste apresenta o percentual mais elevado de museus com orçamento próprio.

A natureza orçamentária dos museus costuma seguir a natureza administrativa. O Norte tem maioria estadual; as demais, municipais. RJ, DF, RN são exceções, museus federais. Recursos anuais são provenientes de sua mantenedora, recursos públicos em sua maioria. “Não há registro de museus que gerem receitas suficientes para garantir o seu funcionamento integral” (IBRAM, 2011, v. 1. p. 147). Os recursos provenientes das vendas são reduzidos e insuficientes para manutenção dos espaços. Dentre as instituições que possuem orçamento próprio, a maioria delas é de natureza municipal, seguidas pela federal e estadual.

Mais de 90% dos museus estão abertos ao público e a maioria deles não cobra pelos ingressos. Apenas 20,3% praticam valores entre R\$1,00 e R\$5,00. Na maioria das vezes (31,8%), cobram o valor de R\$2,00; 74,8% não possui infraestrutura para receber turista estrangeiro; mais de 75% possui sede própria, sendo que menos de 20% dessas edificações

tiveram a função museológica como função original. Quase 40% foram utilizadas como residência seguida de estabelecimento público. As regiões Norte e Centro-Oeste apresentam maior percentual cuja função original é museológica. No Acre chega a 40%. PA, AL, GO e MA possuem os maiores índices de instituições em edificações adaptadas para se tornar museu. Quase 30% funcionam em edificações tombadas, em instâncias federal, estadual e municipal em percentuais muito próximos. Metade delas possuem instalações adequadas aos portadores de necessidades especiais.

As ferramentas de planejamento mais utilizadas são o Regimento Interno (37,4% possuem) e o Plano Museológico (27,6% têm essa opção) e a Associação de amigos, tem baixo índice, e apenas 20,1 % possuem – fonte de captação. Menos da metade possui plano de segurança, os mais utilizados são de combate contra incêndio e de segurança contra roubo e furto.

As atividades mais realizadas são as exposições de longa duração e ações educativas, em sua maioria realizadas através das visitas guiadas. A maior parte dos museus possuem entre 500 a 3 mil itens. Os maiores estão nos Museu Nacional (RJ), Memorial da Medicina Brasileira – FAMEB/UFBA (BA) e Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo (SP), respectivamente 1º (20.000.000), 2º (8.001.201) e 3º lugares (8.000.000). As tipologias mais comuns são história e artes visuais. Em média, 10% deles possui acervo tombado predominantemente em âmbito federal.

A partir da criação do Curso de Museus, em 1932, a regulamentação da profissão de museólogo, as ações da PNM, além das graduações e especializações em museologia, cada vez mais o quadro de recursos humanos dos museus tem se diversificado. A maior parte das instituições, (60%) contam entre 1 a 10 funcionários, um corpo técnico diversificado e a maior parte dos profissionais são das áreas de administração, segurança e limpeza.

3.8. Incentivos fiscais

Dentre as formas de investimento em museus, desde a criação da PNM, os Editais de prêmio e, posteriormente, com a criação do Ibram, também os de convênios, são muito destacados pelo caráter democrático na inscrição aberta a todos os museus e abrangência nacional na aplicação dos recursos. Os editais de prêmios, iniciados no DEMU e continuados pelo Ibram, têm sido apontados como um dos “[...] principais avanços e conquistas do setor museológico no Brasil [...] Os editais produziram impactos em regiões distantes dos grandes centros culturais, que, até então, não haviam sido valorizadas” (IBRAM, 2010, p.74).

No relatório de gestão 2003/2004, do MinC/PNM, quanto aos investimentos em museus, o estabelecimento de parcerias entre o Estado e a iniciativa privada, é destacado como “modo a promover a valorização e a sustentabilidade do patrimônio cultural musealizado” (BRASIL, 2003, p.32). Nos anos que se seguiram os recursos para área estiveram predominantemente nos editais que foram lançados especificamente para a área.

O Programa Museu Memória e Cidadania (realizado com recursos do FNC), previsto com dotação orçamentária do próprio MinC, foi por um período a maior fonte de recursos destinada aos museus. Esse programa surge da reformulação do Programa Museu, Memória e Futuro, que direcionava os seus recursos exclusivamente aos museus federais.

A ampliação desses programas foi fundamental na implementação da PNM, pois tornou possível a realização de melhorias nos museus. A maior parte desses recursos foi direcionada à ação “Funcionamento de Museus da União”, destinada à manutenção e realização de atividades básicas, mais indispensáveis à continuidade das atividades (BRASIL, 2003).

Em divulgação do resultado de um estudo sobre os investimentos no campo museal entre os anos de 2001 e 2011⁴² realizado pelo Ibram, foi levantado que, no período pesquisado, os recursos destinados anualmente ao setor passaram de R\$ 20 milhões para R\$ 216 milhões, o que representa um aumento de 980%. O estudo também aponta o programa de capacitação empreendido por esse Instituto junto aos agentes da área como auxiliar no aumento do número de projetos relativos a museus, amparados sob o regime de Incentivo Fiscal.

Na base dos investimentos em museus pelo Sistema MinC, conforme quadro de investimentos apresentado pelo referido ministério na área museológica, tem-se investimentos diretos (FNC ou Tesouro Nacional) em um crescente, que quando apresentada redução, tem-se o argumento que será “compensada com os investimentos captados por meio da lei de incentivo, do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), na modalidade do mecenato” (BRASIL, 2003, p. 33). Os recursos captados por esse mecanismo apontam para um crescimento de mais de 200%, nos anos de 2003 e 2004 em relação aos dois anos anteriores, 500%, se comparado aos mesmos anos e contínua progressão até 2006. A Tabela 9 abaixo aponta esses valores atualizados até o ano de 2015 pelo Ibram.

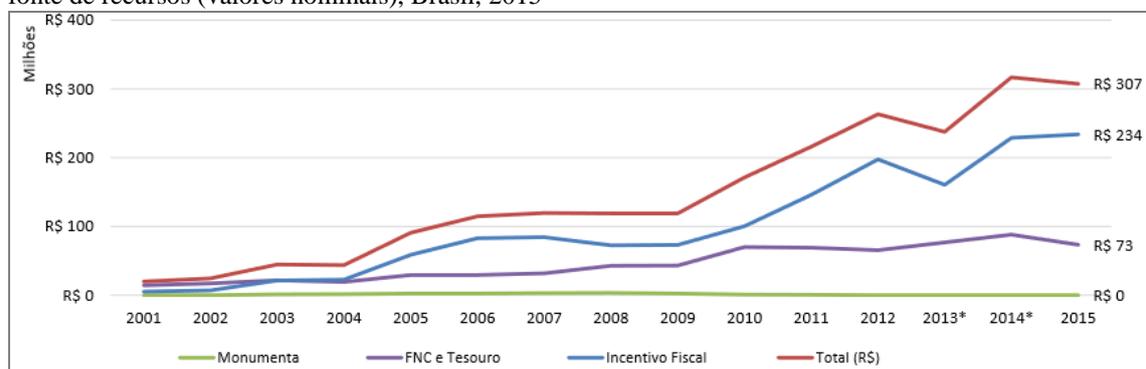
⁴²PORTAL DO INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. Investimento em museus cresceu 980% em uma década, afirma Ibram. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/investimento-em-museus-cresce-em-uma-decada/>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

Tabela 9 - Investimento no Campo Museal⁴³

Ano	FNC/Tesouro	Monumenta	Incentivo Fiscal	Total (R\$)
2001	R\$ 14.594.159	R\$ 100	R\$ 5.449.654	R\$ 20.043.913
2002	R\$ 17.373.248	R\$ 80.581	R\$ 7.029.603	R\$ 24.483.432
2003	R\$ 21.828.327	R\$ 1.291.557	R\$ 21.561.104	R\$ 44.680.988
2004	R\$ 19.285.105	R\$ 1.691.434	R\$ 22.840.465	R\$ 43.817.004
2005	R\$ 29.529.927	R\$ 2.506.963	R\$ 58.791.261	R\$ 90.828.152
2006	R\$ 29.446.127	R\$ 2.519.892	R\$ 82.898.498	R\$ 114.864.517
2007	R\$ 31.945.860	R\$ 3.312.249	R\$ 84.579.146	R\$ 119.837.256
2008	R\$ 42.927.833	R\$ 3.545.178	R\$ 72.594.551	R\$ 119.067.562
2009	R\$ 43.236.132	R\$ 2.622.724	R\$ 73.355.216	R\$ 119.214.072
2010	R\$ 70.065.579	R\$ 1.113.529	R\$ 100.327.471	R\$ 171.506.579
2011	R\$ 69.269.574	R\$ 655.215	R\$ 146.102.990	R\$ 216.027.779
2012	R\$ 65.681.629	R\$ 0	R\$ 197.808.750	R\$ 263.490.379
2013	R\$ 77.009.093	R\$ 0	R\$ 160.620.297	R\$ 237.629.390
2014	R\$ 88.070.806	R\$ 0	R\$ 228.753.283	R\$ 316.824.090
2015	R\$ 73.432.642	R\$ 0	R\$ 233.980.224	R\$ 307.412.866

Fonte: Elaborado pela autora com base em Ibram, 2015.

Essa política de Editais trouxe uma nova forma de aplicar as verbas e interiorizar o investimento, mas como apresentado anteriormente, apesar da melhor distribuição, os resultados alcançados não foram suficientes para equilibrar as regiões do país.

Figura 2 - Série histórica dos investimentos (R\$) no setor museal realizados pelo Sistema MinC 2001-2015, por fonte de recursos (valores nominais), Brasil, 2015

Fonte: (IBRAM, 2016).

Para além do expressivo aumento na área como um todo (FNC/Tesouro/Monumenta e Mecenato), desde o primeiro relatório, é dito que o aumento dos investimentos na área museológica, realizado pelas empresas, é resultado da PNM, sem mencionar de qual forma, e que os esforços empreendidos pela PNM, “conseguiram demonstrar às empresas a importância da área museológica e apontam para uma nova postura do Estado na preservação e na promoção do patrimônio cultural” (BRASIL, 2003, p. 51). Afirma ainda, que em relação

⁴³ A Tabela 9 pode apresentar valores divergentes de algumas publicações, uma vez que, após a criação do Ibram, os valores foram revisados.

ao mecenato, a PNM foi fundamental para o MinC criar critérios para “aprovação de projetos aptos para receber recursos oriundos de renúncia fiscal e orientasse os investidores na escolha de quais projetos deveriam apoiar” (BRASIL, 2003, p. 51), como na utilização dos editais para escolha dos projetos. Segundo relatado, esse princípio livrou das leis de mercado, os projetos apoiados via Mecenato, possibilitando ao Estado conduzir as políticas públicas. Essa teria sido uma das principais conquistas do SBM, sua atuação direta junto ao MinC proporcionou um aumento dos recursos.

Crescimentos de 980% (IBRAM, 2010) a 1400% (TOLENTINO, 2011) já apontados são verdadeiros, porém não significam que o crescimento de projetos na área dos museus acompanhou o mesmo índice na captação. Além do que, o que se tem retratado é um cenário anterior de quase ou nenhum investimento, portanto, qualquer recurso adicional apresentaria esse crescimento elevado.

Ibram (2010) e Tolentino (2011) afirmam que esse crescimento se deve ao desempenho da PNM e do SBM em orientar junto às empresas patrocinadoras como a área e sua política eram importantes. Um dado de difícil precisão, uma vez que no mesmo período, todos os segmentos apresentaram aumentos significativos na captação; um dos maiores foi em “artes cênicas” que nem mesmo possuía no período uma política setorial. Afirmam ainda que essa prática evitou “que o apoio a projetos via Mecenato siga as leis de mercado, conferindo ao Estado o seu papel na condução das políticas públicas de cultura” (TOLENTINO, 2011, p. 208). Durante a pesquisa não foi possível identificar tal informação, mas em muitas outras (OLLAIK, 2012), os proponentes disseram seguir a orientação do mercado. Observa-se aqui que mais uma vez confundiu-se “leis de incentivo” com “política pública de cultura” e que esse mecanismo não tem interferência do Estado. Motivos divergentes também dos divulgados pelo MinC, que atribui o crescimento da captação a ações estruturantes de organização das regras de operação do Incentivo Fiscal, melhoras no Sistema Salic e flexibilização das regras de gestão.

Para alguns analistas, a exemplo de Amazonas (2010), os recursos advindos da Lei Rouanet para os museus resultaram em uma quebra de recordes dos investimentos a partir do ano de 2005, se comparado aos anos anteriores. Afirmativa também veiculada pelo Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) após fechamento de cada reunião da Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC), no qual são destacados os valores aprovados para captação de recursos, o que não garante o seu real aporte às instituições proponentes.

São inúmeras as pesquisas que evidenciam o problema da concentração no Mecenato. Silva (2008) declara se tratar de um acesso muito discreto por parte dos Estados que não se

situam na região Sudeste. Finageiv Filho (2014) constata que em 18 anos de sua pesquisa, entre os anos de 1993 a 2011, o quantitativo de projetos apoiados na região Sudeste é 61 vezes maior que o quantitativo na região Norte e nove vezes maior que na região Nordeste. Quanto aos recursos, o autor atribui uma maior concentração para a região Sudeste, recebendo 114 vezes mais recursos que a região Norte e 17 vezes mais que o Nordeste. Para Pereira (2009), as regiões Sul e Sudeste ao longo dos anos concentraram até 80% dos recursos captados.

Tabela 10 - Quantidade de Projetos e Valores por Ano – Brasil, 1993-2016

Ano	Qtde Apresentado	Qtde Aprovado	Qtde Apoiado	Valor Apresentado	Valor Aprovado	Valor Apoiado
1993	19	10	2	18.710.859,88	13.969.236,78	21.212,78
1994	74	91	7	98.228.196,18	114.775.297,55	533.751,57
1995	1.378	69	153	767.885.258,48	96.043.243,26	41.668.264,66
1996	3.773	2.552	624	2.130.370.530,80	1.612.596.208,73	195.030.104,42
1997	7.535	3.011	1.299	3.694.960.473,06	1.528.013.048,41	330.880.156,34
1998	6.559	3.669	1.258	3.005.725.978,41	1.590.098.542,21	310.451.086,40
1999	8.281	3.346	1.221	3.403.419.394,93	1.495.505.214,92	311.002.975,36
2000	6.406	3.174	1.292	2.710.416.568,51	1.382.569.111,80	461.049.131,24
2001	8.393	2.840	1.540	3.352.307.615,43	1.359.242.185,05	514.264.879,33
2002	8.969	4.476	1.527	4.125.303.358,95	2.271.888.163,89	483.168.167,75
2003	7.163	4.222	1.543	3.901.944.691,33	1.937.670.619,59	461.157.590,14
2004	7.637	5.304	2.042	5.034.932.459,30	2.536.717.914,78	592.605.509,34
2005	12.553	6.739	2.476	7.869.495.070,96	3.251.886.180,95	860.241.675,21
2006	9.766	6.997	2.936	6.127.225.022,67	3.489.017.305,99	932.687.640,31
2007	11.972	6.877	3.235	7.691.312.692,74	3.496.332.414,96	1.233.813.525,33
2008	10.816	7.214	3.168	9.199.053.112,41	4.174.385.320,62	1.103.061.557,77
2009	9.192	5.080	3.042	8.914.605.754,66	3.159.716.578,15	1.144.260.485,55
2010	13.579	7.880	3.418	7.656.085.152,83	5.468.577.619,61	1.458.965.401,99
2011	14.068	7.791	3.752	6.942.048.972,04	5.470.917.118,81	1.360.820.481,25
2012	10.016	6.440	3.590	7.019.764.468,42	5.475.258.279,82	1.308.324.235,31
2013	11.560	6.466	3.482	8.464.734.838,24	5.578.945.000,78	1.303.565.703,19
2014	14.430	6.071	3.326	7.371.925.810,22	5.788.626.154,19	1.357.382.045,49
2015	11.290	5.483	3.160	6.667.053.847,94	5.273.260.863,19	1.252.010.782,68
2016	5.100	4.520	2.835	5.708.635.251,35	3.913.367.114,30	1.163.313.851,06

Fonte: Elaborado pela autora com base no SalicNet/MINC, 2018.

A Tabela 10 apresenta uma síntese do aproveitamento desde as propostas apresentadas, aprovadas e que alcançaram captação, quantidade e valores considerados, em cada uma dessas fases. A Tabela 11 apresenta a mesma distribuição por região.

Tabela 11 - Valores captados por ano e Região – Brasil, 1993-2016

Ano	Centro Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul
1993	-	-	-	21.212,78	-
1994	-	-	-	505.051,57	28.700,00
1995	165.500,00	300.750,00	-	12.092.997,75	354.516,77
1996	5.360.617,09	3.032.735,34	469.939,80	98.608.882,42	4.231.061,74
1997	6.681.091,75	8.694.023,11	999.198,23	176.346.910,39	15.228.083,93

Ano	Centro Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul
1998	7.311.350,28	8.909.402,53	4.087.152,43	193.281.731,37	18.983.732,21
1999	5.115.026,72	12.199.908,37	801.956,36	175.365.466,73	17.888.151,06
2000	8.912.614,28	13.077.973,47	144.416,73	246.901.353,31	20.977.488,00
2001	10.765.288,93	21.180.467,29	470.232,33	302.457.203,15	33.252.874,33
2002	10.629.280,62	20.225.906,47	1.928.199,00	268.885.715,60	42.944.821,96
2003	22.663.547,44	30.198.597,44	6.508.138,00	328.529.185,03	42.994.479,19
2004	16.641.767,40	32.610.076,58	9.827.900,26	389.500.054,38	63.554.133,09
2005	18.580.274,05	51.772.860,53	4.540.354,10	574.791.389,79	77.761.293,29
2006	28.476.129,36	55.910.465,04	6.463.946,71	682.910.246,37	81.233.857,00
2007	27.147.977,76	62.695.731,91	8.576.487,28	791.054.284,45	101.364.426,31
2008	26.447.637,56	59.799.563,27	5.246.755,35	762.751.618,40	109.717.369,95
2009	36.130.191,50	65.171.511,75	5.594.666,59	771.018.837,28	102.137.155,20
2010	32.585.797,92	71.117.197,60	26.927.268,08	902.669.021,01	133.101.449,21
2011	38.406.703,14	69.679.524,36	8.507.185,22	1.056.989.912,60	151.326.943,39
2012	28.555.870,74	56.213.124,52	9.192.853,24	1.032.073.689,66	151.327.066,49
2013	20.412.029,12	52.890.332,77	6.871.444,43	1.011.780.398,12	169.584.267,17
2014	22.464.678,84	70.538.645,73	9.956.456,26	1.058.383.086,19	174.696.458,42
2015	29.241.810,20	55.072.232,68	7.748.000,80	956.346.766,23	155.895.573,22
2016	18.681.490,67	50.923.576,21	6.766.780,37	924.448.830,58	147.670.945,94

Fonte: Elaborado pela autora com base no SalicNet/MINC, 2018.

Com o advento do Incentivo Fiscal - Lei Rouanet, os museus não dispunham de um órgão específico voltado à formulação de políticas públicas e o fomento ao setor, que pudesse viabilizar ações de incentivo junto às empresas e mesmo após a criação do Ibram isso não parece ser possível. Ainda assim, os museus disputavam o mercado sempre vinculados a outras áreas, sem muito destaque na captação de recursos, mas em contínuo aumento no volume captado. Os Relatórios de Gestão da Política Nacional de Museus divulgados com os números do setor a partir de 2001 tem creditado o “aumento de investimentos empreendidos pelo Sistema MinC na área museológica após a implantação da PNM”. Os valores fazem referência aos recursos do Fundo Nacional de Cultura (FNC), o extinto Programa Monumenta e os incentivos fiscais, responsáveis pela maior parte dos recursos, conforme Tabela 10.

No Relatório de Gestão 2003/2010 da Política Nacional de Museus, elaborado pelo Ministério da Cultura junto com o Instituto Brasileiro de Museus, os investimentos em museus pelo Incentivo Fiscal (Lei Rouanet) aumentaram pelos esforços da PNM, e registra:

Enquanto em 2001 e 2002 o investimento total anual ficou na casa dos R\$ 20 milhões, entre 2003 e 2004, o investimento total anual superou a casa dos R\$ 40 milhões e, em 2005 e 2006, superou a casa dos 90 milhões. Nos anos 2007 a 2009, os investimentos superaram 200% dos recursos destinados a museus, comparados aos valores de 2003, com investimentos próximos a R\$ 120 milhões. Os investimentos, especificamente os decorrentes do Incentivo Fiscal, demonstraram um aumento significativo. Em relação ao Incentivo Fiscal, o recurso, que em 2003 era pouco superior a R\$ 20 milhões, em 2009, superava a casa de R\$ 70 milhões, o que representou um aumento de 250%. Em 2009 o valor já superava a casa de R\$ 70 milhões, o que representa um aumento de 250% entre os períodos citados. Esses

dados demonstram que as ações empreendidas pela PNM conseguiram mostrar às empresas a importância da área museológica, o que aponta para uma nova postura de Estado na preservação e na promoção do patrimônio cultural (IBRAM, 2010, p. 72).

Esses valores imprecisos quanto às áreas de aplicação são associados aos museus apesar de mantidas as diversas lacunas quanto ao entendimento de quais instituições são beneficiadas por esses recursos, quais os critérios estabelecidos para que os museus tenham sido considerados receptores desses recursos, entre outros aspectos; questiona-se como diagnosticar os benefícios proporcionados pelo Mecenato para os museus.

No entanto, ainda que se contabilizem indícios de expansão no setor, percebe-se que os museus do Nordeste, pouco receberam ou concorreram aos incentivos. Deste ponto nasceu o interesse em mapear e analisar os projetos culturais nordestinos apresentados ao MinC durante a vigência da Lei Rouanet, para apurar quais atividades museológicas receberam incentivos através dos recursos disponibilizados por esse mecanismo fiscal.

Tabela 12 - Projetos de incentivos fiscais – Brasil, 1991 - 2016

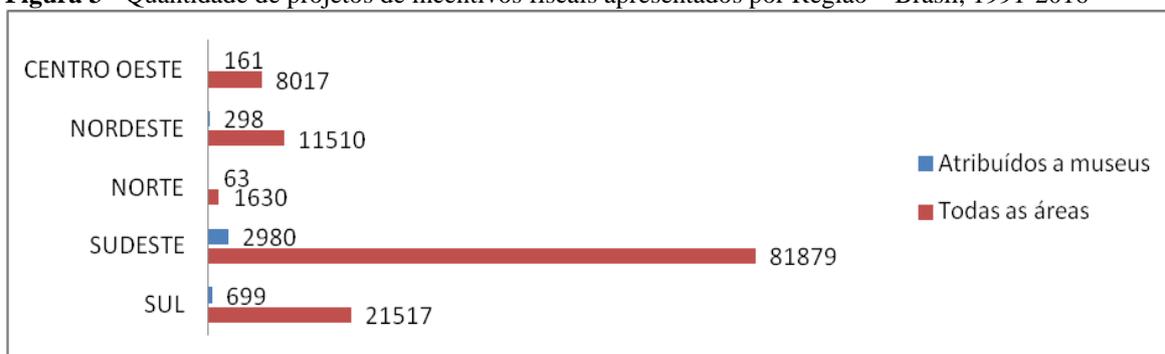
UF	Todas as áreas	Atribuídos a museus	Porcentagem (%) de projetos atribuídos a museus em relação a todas as áreas
AC	72	4	5,56%
AL	296	23	7,77%
AM	302	9	2,98%
AP	65	2	3,08%
BA	4465	87	1,95%
CE	1942	52	2,68%
DF	4607	94	2,04%
ES	973	21	2,16%
GO	2078	39	1,88%
MA	721	16	2,22%
MG	14135	449	3,18%
MS	619	11	1,78%
MT	713	17	2,38%
PA	757	43	5,68%
PB	496	23	4,64%
PE	2541	60	2,36%
PI	268	14	5,22%
PR	7695	281	3,65%
RJ	28809	1134	3,94%
RN	469	8	1,71%
RO	179	1	0,56%
RR	25	0	0,00%
RS	8482	243	2,86%
SC	5340	175	3,28%
SE	312	15	4,81%
SP	37962	1376	3,62%
TO	230	4	1,74%
Brasil	124553	4201	3,37%

Fonte: Elaborado pela autora com base no SalicNet/MINC, 2018.

A Tabela 12 aponta que o universo de projetos atribuídos aos museus representa 3,37% da totalidade, mas não é possível confirmar quais os tipos de instituição estão sendo considerados museus, independentemente de serem beneficiadas ou não. Em estados como o Acre e o Piauí, esse percentual está acima da média e em Alagoas mais que o dobro da média nacional o que aponta para uma especificidade das regiões Norte e Nordeste com reconhecida captação inferior às ocorridas nas regiões Sul e Sudeste. No entanto, os números atribuídos aos museus são interessantes, ao menos na apresentação das propostas, o que não significa garantia de captação.

A Figura 3, a seguir, mostra o quão desequilibradas estão as regiões do Brasil, no que diz respeito a apresentação de propostas (todos os segmentos), quantidade de cada região.

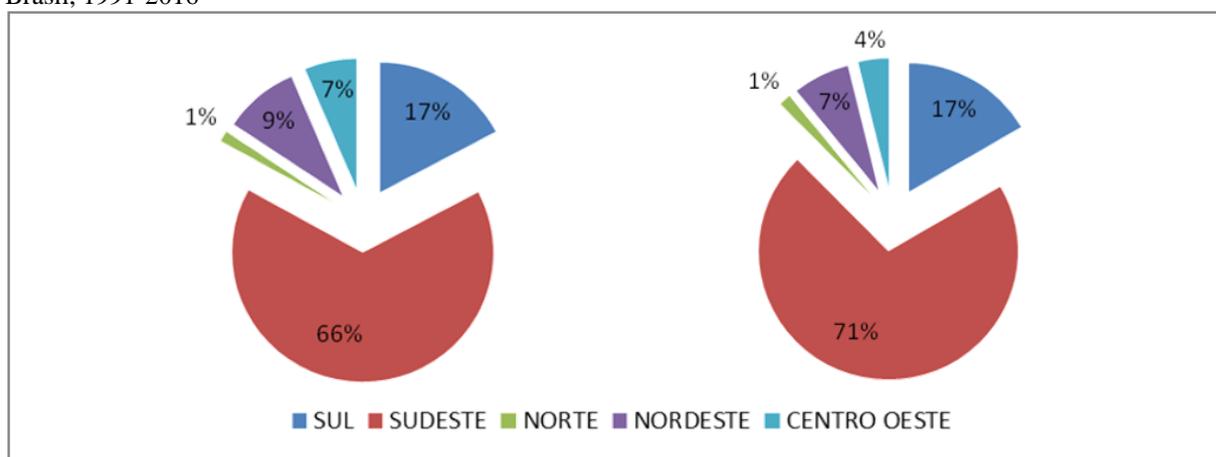
Figura 3 - Quantidade de projetos de incentivos fiscais apresentados por Região – Brasil, 1991-2016



Fonte: Elaborado pela autora com base no SalicNet/MINC, 2018.

Em seguida, a Figura 4 traz a porcentagem de propostas apresentadas (todos os segmentos) e de projetos atribuídos aos museus do total desse universo.

Figura 4 - Porcentagem (%) de Projetos de incentivos fiscais apresentados e atribuídos a museus por Região – Brasil, 1991-2016



Fonte: Elaborado pela autora com base no SalicNet/MINC, 2018.

Os estudos e pesquisas publicados sobre os impactos da Lei Rouanet, no Brasil apresentam em números quantitativos e cifras as diferenças nos valores captados, e apontam a região Nordeste como território intermediário na captação dos recursos via Lei Rouanet. Contudo, existe uma lacuna no tratamento dado às informações relativas aos museus tanto no que diz respeito aos valores absorvidos pela área como nos resultados atingidos por ela.

No único estudo encontrado sobre o assunto, intitulado “O uso da renúncia fiscal na área dos museus”, realizado entre os anos de 2003 a 2010 (MEDEIROS; OLLAIK, 2011), objetivava “investigar a implementação de museus pelo uso da renúncia fiscal”, ou seja, como esse instrumento foi utilizado pela PNM no cumprimento da democratização do acesso. As coletas foram realizadas no SalicNet, base de dados do MinC, apenas nos segmentos “museu” e “acervo”, onde foram encontrados 262 museus beneficiados, dos quais apenas 6 chegaram em 2011 com a prestação de contas aprovada, e entrevistas com 8 proponentes, cujo *status* dos projetos era “prestação de contas”.

Dentre os resultados obtidos pelas autoras elucidam-se que: os valores disponíveis no mercado representam a maior atratividade no IF; esses valores apontam crescimento contínuo na captação com única queda no ano de 2007; existe concentração por região, proponente e museu “Mais da metade dos recursos captados é destinada apenas dois ou três projetos por ano (MEDEIROS; OLLAIK, 2011, p. 430); as estatais são as empresas que mais financiam os museus (em quantidade e em valor). Portanto, na área dos museus, o IF apresenta participação do setor privado, menor e inferior ao geral. No entanto, os museus de empresas privadas foram por longo período financiados pelas próprias empresas; e, os projetos financiados pelo setor privado são menos em quantidade, entretanto, recebem mais recursos.

Para os entrevistados, a atratividade na isenção, se dá entre outros fatores pela falta de competitividade no processo de aprovação (o governo analisa e as empresas escolhem um projeto cuja real intenção já foi certificada pelo MinC) e autonomia dos mesmos pela ausência do governo para acompanhamento dos projetos.

Entre as dificuldades encontradas pelos proponentes, estão a falta de informações por parte do Ministério e atribui-se a elas a má implementação via incentivo, que vai desde a falta de informações sobre eventuais patrocinadores; a intermediação de empresas oportunistas no mercado da captação; as autoras também chamam atenção às dificuldades quanto ao monitoramento dos dados via Salic, devido à diferença de dados encontrados entre o Salic, o Ibram e a Sefic, mas, acredita-se que a divergência deva-se ao entendimento do que é considerado museu e projetos museológicos, e a busca pelos projetos, resultando em alterações significativas nos resultados. O problema da prestação de contas, cujo baixo

percentual é atribuído a problemas no sistema e não na apresentação delas. Vale salientar que o MinC, criou recentemente um atendimento específico ao “passivo” para atualizar as prestações de contas que estão com atraso desde a década de 90 – um problema ocasionado pela reduzida estrutura do ministério para analisar e acompanhar os projetos resultando no recebimento das prestações sem a devida análise.

O tempo médio de finalização de um projeto pode variar consideravelmente (passando pela apresentação, análise, captação) até um ano com prorrogação por igual período, execução e prestação de contas. Se levarmos em conta a prestação de contas ser finalizada pelo próprio MinC, essa proposta pode ter um período que ultrapassam décadas. No geral, o ciclo tem em média 4 a 5 anos. Um longo tempo de espera que nem sempre resulta em bons resultados, pois a captação tem sido a maior barreira aos proponentes.

Os entrevistados pela autora não associam a implementação do projeto via Lei Rouanet ao aumento de visitação aos museus, e o desapontamento se dá pelo fato desse público ser predominantemente escolar, o que contraria a associação feita da maior parte das exposições do Brasil, contidas no *ranking* de visitação, ter sido custeada com os recursos da Lei. A dependência do IF faz com que a preocupação esteja em tornar o projeto atraente ao patrocinador e não aos visitantes, isso fez com que o mérito tenha sido deslocado do projeto para captação, já que não existe apoio por parte da sociedade para criação de museus. Dessa forma, se evidencia que “o museu implantado pelo mecanismo de renúncia fiscal necessita de apoio institucional para sua manutenção” (MEDEIROS; OLLAIK, 2011, p. 442). Pode-se inferir que a própria manutenção tem sido implementada (quando possível) com os mesmos recursos e, por isso mesmo, cresce anualmente o número de instituições que apresentam projetos de planos anuais para manutenção dos museus. As barreiras apresentadas por Medeiros e Ollaik (2011) como limitadoras da implementação dos museus fazem parte da rotina na apresentação de propostas de todos os segmentos.

Com relação à Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, Lei Rouanet, o que se vê como correta é sua capacidade de viabilizar projetos, visto que a estrutura atual do governo federal tem sido incapaz de trazer para si a responsabilidade de implementar, gerir e prestar contas a respeito do número de projetos que se tem hoje. Porém, não é possível abrir mão de um mecanismo de financiamento, enquanto não houver outro que seja exequível, e isso não se dispõe na atualidade. Hoje, a lei faculta às empresas, pessoas físicas e outras instituições que apresentem e executem projetos. Não se trata aqui de questionar a capacidade de gestão, porém é notório que o governo federal não dispõe de uma estrutura eficaz e necessária para realizar com adequação e assertividade o número de ações existentes decorrentes da Lei

Rouanet. Por outro lado, esse mesmo fator pode ser visto como um ponto positivo, já que demonstra o aumento do número de projetos culturais no país, uma das grandes vantagens desse mecanismo.

Ataques às leis de incentivo são comuns de ocorrerem. Isso acontece em decorrência de esquecimento e/ou má fé. É necessário retroceder no tempo e entender os motivos pelos quais as leis de incentivo para a cultura foram feitas. Das primeiras surgidas, a Lei Sarney, no momento em que o Brasil emergia de uma ditadura, a sociedade estava saturada da intromissão do Estado que se impunha o direito de dizer o que era possível ou não nas artes, cinema, teatro, literatura etc. Somente após esse período é que se reconhece a necessidade de que a sociedade civil tenha o direito de escolher sua cultura.

A iniciativa privada é parte da sociedade civil, portanto se for opção de uma empresa aplicar parte dos impostos devidos em um projeto, a Lei lhe dá esse direito desde que os autores e atores desse projeto sejam legais e legitimados, pois, o Ministério da Cultura já o tem pré- aprovado, definindo-o como parte legítima.

Outro mérito da lei reside no fato que: o dinheiro é público, entretanto, a decisão sobre como e o que fazer pode ser privado. Cultura é patrimônio de todos, não é exclusividade do Estado, portanto, não cabe a este as decisões sobre tudo inerente à cultura.

Nos dias atuais, é comum cineastas, intelectuais e artistas das mais variadas expressões, acusando essa transferência de poder de decisão para a sociedade civil, entretanto é necessário lembrar que em decorrência de outro contexto, (período da ditadura militar) era esse mesmo o objetivo inicial. As leis de IF permitiram o surgimento de novos centros culturais, museus, teatros, enfim, propiciou o surgimento e a manutenção de mais arte e cultura, algo que jamais, ou certamente demandaria muito mais tempo para ser alcançado caso ficasse restrito às ações do Estado. De maneira simples e descomplicada, o que se tem na realidade é o fato de que: O Estado pode cortar orçamentos, porém impostos a serem pagos e os incentivos a deduzir, não. Há que se reconhecer o mérito disso.

É certo que não há um modelo dotado de total assertividade e eficácia, isso deixa evidente que há necessidade de alterações a serem realizadas na Lei Rouanet e um dos fatores limitadores é a dificuldade da descentralização, é necessário levar recursos da Lei a outras regiões do país, para além da região Sudeste, que na atualidade concentra a maior parte dos recursos, isto porque é onde estão localizados os maiores patrocinadores. A Lei tem hoje como grande questão a concentração de recursos no Sudeste, onde São Paulo é expressivo captador. É importante mencionar também que o rompimento com esse mecanismo certamente acarretaria em grande perda, tanto em projetos de grupos de ponta como também

em projetos que envolvem pesquisa, formação e circulação das atividades culturais, não deixando de mencionar a existência de inúmeros grupos pequenos, cuja atuação ocorre no interior dos estados, que dependem da Lei. A maioria das leis requer mudanças, adequações ao longo do tempo, isso também ocorre com as leis de incentivo.

Então, o que há de equivocado nas discussões atuais sobre gestão e implementação das políticas da cultura? Talvez, seja o fato de se ficar discutindo o papel do Estado e do ministério e não se apercebendo que a cultura é e deve ser assunto das cidades, porque Cultura se faz e se consome na cidade, portanto, toda cidade sabe ou pelo menos deve saber o que quer para si enquanto entretenimento e cultura e quais os caminhos a serem percorridos para chegar até suas mãos. Entretanto, a cidade não tem recursos para tal, isso porque a maior parte deles é destinado para o governo central que por sua vez deveria devolvê-los à cidade na justa medida, o que nem sempre acontece, isso quando não ocorre de desaparecerem no meio do caminho por incompetência ou corrupção. A abordagem dessa discussão deve estar centralizada na reforma da federação, e dessa forma diminuindo-se o poder do Estado central, empoderando municípios e estados, criando condições para a descentralização o que certamente beneficiaria a cultura. É possível existir um ministério e/ou secretaria ou até um conselho central com funções subsidiárias, porém o poder cultural deve ser sempre atributo da cidade.

Outrossim, é preciso saber que cabe ao Estado e à sociedade civil a elaboração de políticas voltadas para a Cultura e sua gestão. Na contemporaneidade, somente essa união pode lograr êxito na árdua tarefa de promover, difundir e proteger nossa Cultura.

4. Incentivo Fiscal aos museus na região Nordeste (1991 – 2016)

A partir dos resultados da pesquisa apresentaremos um panorama de cada um dos Estados da região Nordeste, desde o ano em que a Lei Rouanet entrou em vigência (1991) até 2016 (com corte no mês de dezembro), ano em que completou 25 anos. Detalhamos quantitativos de projetos apresentados, com respectivas áreas (patrimônio cultural, artes visuais, humanidades, artes integradas, artes cênicas, música e audiovisual), totalidade dos valores aprovados e efetivamente captados; e valores que deixaram de ser investidos no setor devido ao indeferimento, arquivamento e que não obtiveram captação para os projetos. Serão consideradas todas as áreas que tiverem projetos válidos para essa pesquisa, a fim de estabelecermos um comparativo em sua totalidade do espaço ocupado pelos museus nas respectivas áreas.

Inicialmente os dados gerais são abordados com caráter comparativo ou referenciados ao estado (como localidade de apresentação ou realização do projeto e ano de apresentação) enquanto os dados atribuídos aos museus serão discriminados, de maneira a compreender como se relacionam com a Lei (enquadramento da proposta, natureza da instituição captadora) o que pôde ser feito com recursos captados por essa via, o que deixou de ser realizado e qual a contribuição na salvaguarda do patrimônio museológico brasileiro alocado nas instituições dessa Região.

As informações utilizadas em cada um dos estados referentes ao orçamento, acervo e instalações foram realizadas com base nos “Museus em Números” (2011), publicação mais atualizada e aprofundada quanto às características dos museus brasileiros. O quantitativo das instituições museológicas foi realizado com base em Museusbr, e teve data de corte em junho de 2016 (período de qualificação da pesquisa).

4.1. Metodologia operacional da coleta de dados

O procedimento metodológico inicialmente descrito na Introdução dessa dissertação foi realizado para todos os Estados do Brasil com fins de obtenção dos dados macro a ser comparado com a região Nordeste. Agora descreveremos como os dados pertencentes ao Nordeste foram obtidos e os resultados alcançados com as análises.

O levantamento de dados em cada um dos Estados brasileiros consistiu em pesquisar no SalicNet, dentro da aba “Projetos”, na opção “Relações” e, em seguida, opção

“Apresentados”, os seguintes termos: filtros “mecanismo” (Mecenato) e “UF” do projeto (inserção do estado do Nordeste a ser pesquisado). A busca foi realizada nas abas “Nome do Projeto”, “Segmento”, “Resumo” e “Proponente”, que continham a palavra “museu”.

O campo **Número do Projeto** indica os dígitos da numeração gerada pelo sistema, a partir da ordem de inscrição da proposta aprovada, sendo que os dois primeiros dígitos referenciam ao ano em que o mesmo foi inscrito, recebendo, assim, um número Pronac. O campo **Nome do Projeto** consiste no título que, via de regra, procura explicitar os objetivos básicos do que se pretende realizar e/ou fazer referência ao objeto proposto nele.

O campo **UF do Projeto** reporta à unidade da federação que está sendo considerada. No presente caso os estados da região Nordeste: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe.

A **Data de Entrada** indica o dia, mês e ano em que a proposta foi inscrita; já o campo **Área** corresponde ao setor cultural representado no § 3º do art. 18 e do art. 25 na Lei Rouanet⁴⁴, (transcritos respectivamente abaixo), com representação na Comissão Nacional de Incentivo à Cultura – CNIC, regulamentada pela Portaria nº 116, de 29 de novembro, de 2011.

O campo **Segmento** se refere às divisões em “subáreas” das mesmas áreas instituídas pela Lei. Nota-se a presença do segmento denominado “museu” entre os anos 1995 e 2011, no entanto, não se obteve informação do início de seu uso e extinção, bem como dos motivos de retirada.

Quanto ao campo denominado **Mecanismo**, esclarecemos que o único mecanismo a ser analisado é o Incentivo Fiscal Federal⁴⁵; o Fundo Nacional de Cultural - FNC e os Fundos de Investimento Cultural e Artístico - FICART não são objetos desta pesquisa. O campo **Processo** corresponde ao número do projeto dentro do Ministério da Cultura; enquanto que **Órgão** e **Órgão de Origem** consistem em coordenações/divisões pertencentes à estrutura organizacional do MinC. O metadado denominado **Situação** demonstra a condição na qual o projeto se encontra; enquanto que **Modalidade** indica a ação principal do projeto.

⁴⁴ Para leitura completa dos artigos 18 e 25 da Lei 8.313, de 23 de dezembro de 1991, acessar: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8313cons.htm. Acesso em: 6 out. 2016.

⁴⁵ Concede a pessoas físicas ou jurídicas, tributadas com base no lucro real, a opção pela aplicação de parcelas do imposto sobre renda em propostas culturais previamente aprovadas pelo Ministério da Cultura (MinC). Os incentivadores que apoiarem o projeto poderão ter o total ou parte do valor desembolsado deduzido do imposto devido, dentro dos percentuais permitidos pela legislação tributária, quais sejam, até 4% do imposto devido para pessoas jurídicas e até 6% do imposto devido para pessoas físicas. Nesse mecanismo não há transferência de recursos orçamentários pelo MinC. O proponente, ao obter a aprovação do projeto cultural, deverá captar junto a pessoas físicas e jurídicas, contribuintes do imposto de renda, os recursos necessários à execução do seu projeto. Disponível em: <http://novosalic.cultura.gov.br/public/manuais/Proposta.pdf>. Acesso em: 6 out. 2016.

No campo **Resumo do Projeto** observa-se a descrição do pretendido a se realizar. Trata-se de uma síntese com as informações essenciais e, quando existente, faz referência aos produtos cadastrados no Plano de Distribuição do projeto. O “Produto Cultural” é o benefício material que a sociedade irá receber com a sua execução. Dessa forma, é necessário inserir todos os produtos custeados pelo mecanismo Incentivo a Projetos Culturais (Incentivo Fiscal Federal) mencionados nos campos “Resumo da Proposta Cultural” e “Objetivos”.

O campo **Providência Tomada** se refere à decisão realizada ao projeto em questão. **CNPJ/CPF** corresponde ao número de Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica e CPF, ao Cadastro de Pessoa Física, de acordo com o **Proponente**⁴⁶ da proposta cultural.

A categoria **Solicitado** condiz com o valor monetário que o proponente solicita para a realização do projeto. Outros campos correspondentes a valores são: **Aprovado**, no qual após análise da unidade vinculada ao MinC responsável pela aprovação e pelo conselheiro da CNIC, consiste no valor aprovado para executar o projeto e **Captado**, que condiz ao valor que o proponente conseguiu arrecadar para possibilitar a execução do projeto.

Com esses filtros de seleção buscaram-se informações do total de projetos apresentados pelos estados, desde o ano de vigência da Lei Rouanet, em todas as áreas culturais previstas na legislação: patrimônio cultural, artes visuais, artes cênicas, artes integradas, audiovisual, música e humanidades. Nessa relação, destacamos o ano em que cada Estado apresentou a primeira proposta para captação e o ano em que o primeiro museu apresentou, ou foi objeto de uma proposta. Identificou-se, ainda, o total de projetos apresentados em cada área e quantos deles foram objetos dos museus e/ou tiveram os museus como objetos.

Os dados listados a seguir na Figura 5 retratam o levantamento inicial de cada um dos estados da região Nordeste a partir dos filtros, na sequência: Projeto > Relações > Apresentados > Mecanismo (Mecenato) > UF do projeto. Os resultados obtidos foram identificados pela quantidade de projetos em todas as áreas culturais. A partir disso, foram selecionados e separados todos os projetos apresentados por suas áreas; em seguida, destacamos em cada uma das áreas as propostas em que aparece a palavra “museu” em pelo menos um dos campos a seguir: **Nome do Projeto, Segmento, Resumo e Proponente**.

⁴⁶ Pessoas físicas e jurídicas, com ou sem fins lucrativos, assim como entidades administrativas e órgãos públicos federais, estaduais e municipais. No tocante às pessoas jurídicas de direito público ou privado de natureza cultural sem fins lucrativos, estas são encaixadas na modalidade de apoio de recursos não-reembolsáveis. Já as pessoas físicas ou pessoas jurídicas privadas com fins lucrativos, na modalidade de apoio de financiamentos reembolsáveis, por meio de agentes financeiros credenciados pelo Ministério da Cultura. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/projetos-incentivados1>. Acesso em: 6 out. 2016.

Figura 5 - Tela de busca na aba “Projeto” do SalicNet

sistemas.cultura.gov.br/salicnet/Salicnet/Salicnet.php#

Fonte: SalicNet. Disponível em: <http://sistemas.cultura.gov.br/SalicNet/SalicNet/SalicNet.php>. Acesso em: 6 out. 2016.

Por último, esses projetos foram separados e validados para essa pesquisa, em se tratando de sua execução (gastos atribuídos) em museus por estado da Região e posteriormente separamos as ações desenvolvidas em grandes áreas para identificação das áreas em que os recursos foram aplicados.

Foram invalidados para essa pesquisa, os projetos que continham apenas o nome generalizado museus, pois não temos como aferir se as ações contidas no projeto foram realmente contempladas por museus. Exemplo, se o proponente menciona que os produtos das atividades desenvolvidas serão distribuídos em museus, esse projeto não foi considerado. O mesmo entendimento foi considerado para os casos em que a denominação museu ocorria somente no campo segmento do projeto sem que as ações fossem realizadas em um museu. Também não serão contabilizados como montante captado para execução dos projetos, os que obtiveram captação inferior aos 20% mínimos exigidos pelo MinC para obtenção da autorização para utilização dos recursos.

Os resultados obtidos foram consolidados a partir dos gastos mais recorrentes identificados nas rubricas das grandes áreas definidas pela própria pesquisa. São elas: edificação (construção e/ou restauração de imóvel para implantação de museus, projetos arquitetônicos e manutenção do edifício); exposição (realização de exposições itinerantes, de curta e de longa duração, modernização de exposições existentes, aquisição de mobiliários

expográficos, museografia e expografia); acervo (aquisição, restauração, catalogação, iluminação, digitalização e reserva técnica), outros (ação educativa, palestras, oficinas, eventos, edição de livros e documentários, plano anual, administrativo, etc). Abaixo, modelo da tabela preenchida na consolidação de cada estado com áreas de execução dos projetos com captação.

Pronac	Museu	Percentual captado	Áreas captadas			
Pronac	Museu	Percentual captado	Áreas captadas			
			Edificação	Exposição	Acervo	Outros
Quant. Projetos por área						

4.2. Dados dos estados

4.2.1. Alagoas

O interior de Alagoas possui cidades históricas como Marechal Deodoro, Piranhas e Penedo reconhecidas em âmbito nacional por seu valor arquitetônico, paisagístico e urbanístico, além do Quilombo dos Palmares, atual Parque Memorial Quilombo dos Palmares (reconhecido enquanto instituição museológica). O estado possui o Sistema Alagoano de Museus (SAM), instituído pelo Decreto nº 4.092, de 29 de dezembro de 2008; a proporção entre população e número de museus é de 49.789 habitantes por museu, índice inferior aos regional e nacional. O primeiro museu foi fundado no século XIX, mais precisamente o Museu do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL), mas a partir da década de 70 é que surge a maioria dos museus, com as maiores taxas entre 2001 e 2009 (IBRAM, 2011b).

No Estado de Alagoas, a publicação “Museus em Números” apresenta 61 instituições museológicas mapeadas, das quais 27 (44,3%) encontram-se na capital.

Responderam ao questionário de cadastramento 26 museus. Destes, a maior parte possui natureza administrativa pública (57,7%); com destaque para a administração municipal (30,8%). No que tange ao orçamento para a realização de suas atividades, todos responderam às questões, sendo 19,2% com orçamento próprio, dos quais dois privados e três públicos (01 federal e 02 municipais). Quase todos os museus se encontram abertos, metade deles com

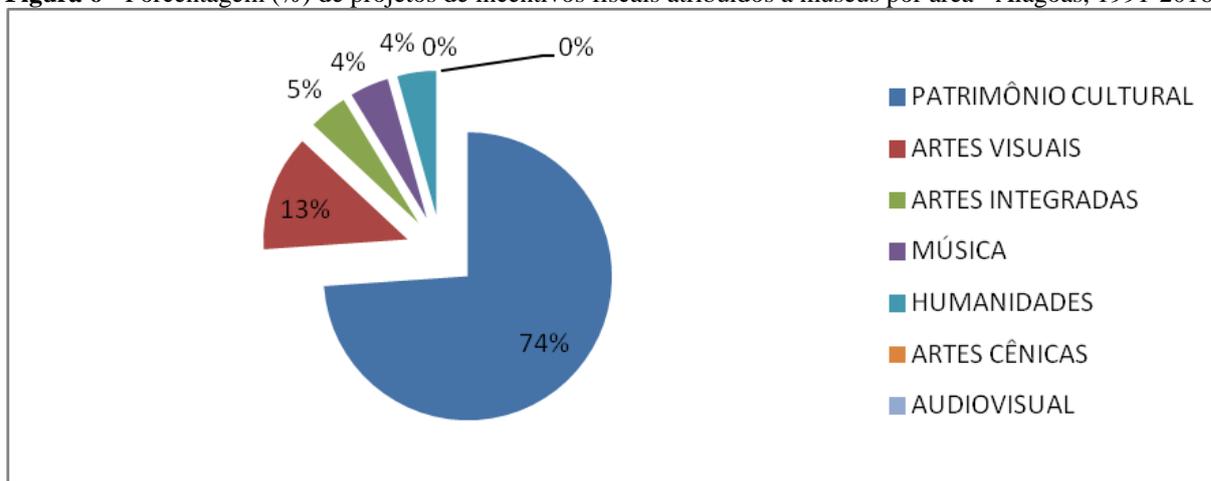
infraestrutura para receber pessoas com deficiência. Duas instituições possuem acervo tombado, uma em âmbito federal e outro estadual (IBRAM, 2011b).

Os dados extraídos do Salic demonstram que desde a implantação da Lei até o ano de 2016, o estado de Alagoas apresentou um total de 296 projetos e em 23 deles os museus foram mencionados; sendo em 1995 apresentados os 2 primeiros projetos do Estado, ambos voltados a iniciativas do Museu de Imagem e Som de Alagoas.

Do total de projetos apresentados para a área de Patrimônio Cultural (50), observa-se que somente 17 faziam referência à palavra museu em ao menos um dos campos (Nome do projeto, segmento, resumo e proponente). Na área de Artes Visuais, dos 11 projetos apresentados, somente 03 faziam referência à palavra museu no filtro mencionado para a pesquisa. Quando observamos as demais áreas culturais, a disparidade aumenta significativamente. Para as áreas de Artes Integradas, Música e Humanidades de um total de 57, 66 e 38 projetos apresentados, respectivamente, apenas 01 em cada área referia-se a museu. Para as áreas de Artes Cênicas foram apresentados 50 projetos, e de Audiovisual, 24 projetos, em nenhum deles foi mencionada a palavra museu.

Do total de projetos apresentados em todas as áreas que continham a palavra museu (23), apenas 19 (14 de patrimônio, 03 artes visuais, 01 de artes integradas e 01 de humanidades) foram considerados para a análise deste trabalho, que compreenderam um universo de 09 museus. Isso porque em 02 deles os museus foram citados apenas como locais que poderiam vir a receber um festival de música e em outro como possível local de distribuição de registro audiovisual de um mapeamento cultural dos folguedos do Estado. Nos outros 02, a palavra museu aparece como segmento, e os projetos eram voltados à Fundação Casa de Penedo para manutenção e informatização do acervo da biblioteca.

Figura 6 - Porcentagem (%) de projetos de incentivos fiscais atribuídos a museus por área - Alagoas, 1991-2016



Fonte: Elaborado pela autora com base no SalicNet/MINC, 2018.

Conforme Figura 6 acima, observa-se que quase três quartos dos projetos está na área Patrimônio Cultural. Nota-se a pouca representatividade em algumas áreas e, em alguns casos (artes cênicas e audiovisual), nenhum dos projetos apresentados por e/ou para museus. Dentro da totalidade dos projetos apresentados no IF no estado de Alagoas, os museus ocupam quase exclusivamente a área de patrimônio, com a maior concentração da Região.

Tabela 13 - Total dos projetos validados apresentados atribuídos a museus no Estado de Alagoas, 1991-2016

Pronac	Museu/Objeto	Município	Percentual captado	Enquadramento Lei 8.313/91
003235	Museu Théo Brandão/Tratamento do acervo e organizar exposição.	Maceió	61,71%	Artigo 18
030806	Museu Théo Brandão/Exposição de longa duração, exposição temporária, restauração do acervo, programação educativa, oficinas, entre outros.	Maceió	100%	Artigo 18
042131	Museu de Arte Sacra do Estado de Alagoas/Instalação de museu, restauração de acervo e bens imóveis.	Marechal Deodoro	79,29%	Artigo 18
055380	Museu Pierre Chalita/Aquisição de mobiliário para conservação do acervo.	Maceió	100%	Artigo 26
059719	Museu do Rio São Francisco/Restauração de imóvel e instalação de museu.	Penedo	63,24%	Artigo 18
088241	Museu em Centro de Memória do Documento da República/Restauração de prédio para adaptação do Museu em Centro de Memória do Documento da República, na cidade de Marechal Deodoro (AL).	Marechal Deodoro	100%	Artigo 18
1411331	Barco-museu (Museu Karandash)/Leitura no Balanço das Águas conduzida por um barco-museu.	Ilha do Ferro (AL), Entremontes (AL) e Ilha de São Pedro (SE), no Baixo São Francisco.	46,26%	Artigo 18
055580	Museu Théo Brandão/Manutenção de diversas áreas.	Maceió	Não captou	Artigo 18
0611525	Museu do Mar de Alagoas/Criação de museu.		Não captou	Sem enquadramento
073339	Museu Théo Brandão/Aquisição de acervo.	Maceió	Não captou	Sem enquadramento
083190	Museu Maria Mariá Cultura da Memória/Recuperação de imóvel para instalação de museu.	União dos Palmares	Não captou	Artigo 26
084269	Museu de Tecnologia do Século 20/Modernização de exposição.	Maceió	Não captou	Artigo 26
114654	Museu Théo Brandão/Preservação e divulgação do acervo.	Maceió	Não captou	Artigo 18
1411883	Museu Coleção Karandash de Arte Popular e Contemporânea/ Realização de exposição artística e publicação de catálogo	Maceió	Não captou	Artigo 18
950722	Museu de Imagem e Som de Alagoas (MISA)/Coletiva de artes.	Maceió	Não captou	Artigo 26

Pronac	Museu/Objeto	Município	Percentual captado	Enquadramento Lei 8.313/91
950725	Museu de Imagem e Som de Alagoas (MISA)/Aquisição de equipamentos e materiais fotográficos para o laboratório.	Maceió	Não captou	Artigo 26
972213	Museu Théo Brandão/Restauração e valorização físico-ambiental do Museu Théo Brandão, cuja edificação de estilo neoclássico foi construída no final do século passado.	Maceió	Não captou	Artigo 26
012170	Museu Paço Imperial/Instalar em Penedo um Museu digno de sua história, que contribua com o desenvolvimento intelectual da cidade e estimule o turismo cultural no Estado.	Penedo	Não captou	Sem enquadramento
086047	Museu Théo Brandão/Mostra de arte popular.	Maceió	Não captou	Sem enquadramento

Fonte: Elaborado pela autora com base no SalicNet/MINC, 2018.

Os museus representados e suas respectivas esferas foram: Museu Théo Brandão (instituição de natureza pública – federal – ligada à Universidade Federal de Alagoas); Museu de Imagem e Som de Alagoas (MISA) [de natureza pública ligada à Secretaria de Estado da Cultura]; Museu em Centro de Memória do Documento da República e Museu Maria Mariá Cultura da Memória (instituições públicas de natureza municipal); Museu Coleção Karandash de Arte Popular e Contemporânea, Museu Paço Imperial, Museu da Fundação Pierre Chalita, Museu de Tecnologia do Século 20 e Museu de Arte Sacra do Estado de Alagoas (instituições privadas).

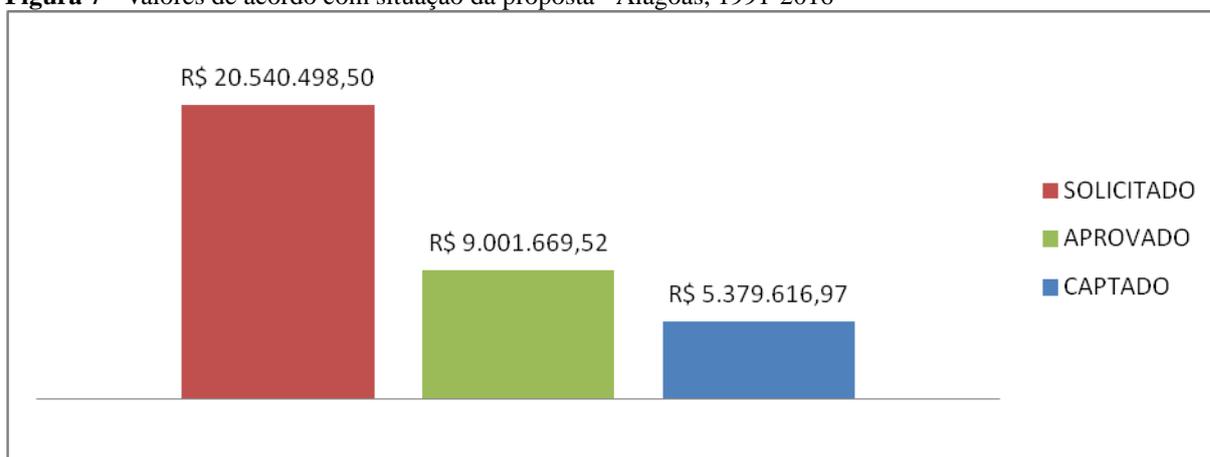
Verificamos que as instituições que apresentaram projetos que foram validados, são de natureza privada e pública (Federal, Estadual e Municipal). Majoritariamente, esses projetos foram apresentados por meio de sociedades, associações e/ou fundações, com exceção apenas do Museu Coleção Karandash de Arte Popular e Contemporânea, que apresentou por meio da própria instituição. Dos nove museus relatados, cinco situam-se na capital e o restante no interior do Estado, nas cidades de Penedo e União dos Palmares.

Mais da metade dos projetos foram apresentados por instituições na capital; fora dela, nos municípios de Marechal Deodoro, Penedo, Ilha do Ferro, Ilha de São Pedro (SE) e Entremontes (as três últimas localidades com um único projeto); e a maior parte dos projetos que conseguiram captação não se encontra em Maceió. Entre os projetos sem captação, estão a criação de 03 museus (Museu do Mar de Alagoas, Museu Maria Mariá da Cultura da Memória, em União dos Palmares e Museu Paço Imperial, na cidade histórica de Penedo). O Museu Maria Mariá da Cultura da Memória, apesar de não ter captados recursos pela Lei Rouanet, conseguiu ser implantado com recursos oriundos de outras fontes. Alagoas é o

Estado que mais apresentou projetos fora da capital em comparação com os demais estados nordestinos.

Com relação aos projetos que foram aprovados, nota-se na Figura 7 que o montante solicitado pelos proponentes para a realização dos projetos válidos corresponde a R\$ 20.540.498,50 sendo que, desse total, o valor aprovado para a captação de recursos foi de R\$9.001.669,52. No entanto, quando se observa os valores que as instituições conseguiram captar para a realização dos projetos, percebe-se que mais da metade não atingiu a totalidade.

Figura 7 - Valores de acordo com situação da proposta - Alagoas, 1991-2016



Fonte: Elaborado pela autora com base no SalicNet/MINC, 2018.

Menos de 50% do valor solicitado nos projetos foi aprovado pelo MinC, o que corresponde a um baixo aproveitamento das propostas. No Estado de Alagoas, o valor total captado para os projetos válidos em museus corresponde a R\$ 5.379.616,97.

Dos 19 projetos validados e aptos a captar recursos, 09 foram enquadrados no artigo 18, 6 no artigo 26 e 4 não tiveram enquadramento. No entanto, apenas 07 (06 de patrimônio cultural e 01 de humanidades) conseguiram captação de recursos, sendo 03 deles com 100% de captação (02 no artigo 18 e 1 no 26), 03 com captação acima de 50% (todos no artigo 18) e um com captação abaixo de 50%.

Dos projetos validados, 12 foram arquivados sem nenhuma captação, sendo 03 deles enquadrados no artigo 18, 05 no artigo 26 e 04 sem enquadramento.

Abaixo, a Tabela 14 apresenta a distribuição das grandes áreas identificadas no objeto principal dos projetos realizados:

Tabela 14 - Áreas de Execução dos Projetos com Captação - Alagoas, 1991-2016

Pronac	Museu	Percentual captado	Áreas captadas			
			Edificação	Exposição	Acervo	Outros
003235	Museu Théo Brandão	61,71%		1	1	
030806	Museu Théo Brandão	100%		1		1
042131	Museu de Arte Sacra do Estado de Alagoas	79,29%	1			
055380	Museu Pierre Chalita	100%			1	
059719	Museu do Rio São Francisco	63,24%	1			
088241	Museu em Centro de Memória do Documento da República	100%	1			
1411331	Barco-museu (Museu Karandash)	46,26%				1
Quant. Projetos por área			3	2	2	2

Fonte: Elaborado pela autora com base no SalicNet/MINC, 2018.

O Pronac⁴⁷ 003235 – projeto Reinstalação do Museu Théo Brandão Patrimônio Cultural Museu apresentado pela Fundação Universitária de Desenvolvimento de Extensão e Pesquisa – FUNDEPES (enquadrado no artigo 18, na área de patrimônio cultural e no segmento museu) para dar continuidade às ações de revitalização da sede do Museu, em que aponta ser preciso tratar:

[...] do acervo que pertence ao citado Museu, bem como a exposição deste mesmo acervo no prédio, após sua restauração. Com sua instalação adequada, o Museu Théo Brandão voltará ocupar uma posição de destaque na museologia nacional, pois detém um dos maiores acervos da Cultura Popular Brasileira. (SALICNET, 2016)⁴⁸

No valor solicitado de R\$ 320.034,00, foi aprovada a mesma quantia pelo ministério e captado R\$ 197.504,00. A prestação de contas foi apresentada, mas não foi analisada pelo MinC até o encerramento desta pesquisa.

Pronac 030806, projeto Manutenção do Museu Théo Brandão – UFAL (enquadrado no artigo 18, na área de patrimônio cultural e no segmento artesanato/folclore) apresentado pela Fundação Universitária de Desenvolvimento de Extensão e Pesquisa – FUNDEPES para realizar:

⁴⁷ As informações apresentadas nessa pesquisa sobre o objeto proposto em cada um dos referidos Pronac's estão contidas no campo Resumo dos mesmos e foram retiradas do sistema SalicNet e encontram-se no Anexo A.

⁴⁸ Todos os objetos apresentados foram retirados da plataforma SalicNet no ano de 2016, conforme escrito pelo proponente.

Manutenção do Museu Théo Brandão de Antropologia e Folclore, da Universidade Federal de Alagoas, localizado em Macéio, que compreende a exposição de longa duração, montagem de exposição temporária, restauração de peças do acervo, programação educativa, oficinas, confecção de material gráfico e banners, instalações do prédio, equipamento de informática, de som etc.

No valor solicitado de R\$ 159.287,00 foi aprovada a quantia de R\$ 114.872,00 e captados integralmente.

Pronac 042131- projeto Restauração do Conj. Arquit. Conventual Franciscano de Sta. Ma. Madalena e Intervenção de Restauo (enquadrado no artigo 18, na área de patrimônio cultural e no segmento e modalidade acervos museológicos), nos valores solicitados de R\$ 3.568.392,38, aprovado de R\$ 3.343.992,38 e captado de R\$ 2.651.615,38 apresentado pela Sociedade Nossa Senhora do Bom Conselho com o objetivo de:

[...] promover o resgate físico do Conjunto Arquitetônico constituído pela Igreja Conventual da Ordem 1ª de São Francisco, Igreja da Ordem 3ª e Convento de Santa Maria Madalena onde está instalado o Museu de Arte Sacra do Estado de Alagoas, bem como a restauração dos bens Móveis e integrados que fazem parte do Conjunto: desenvolver ações que garantam a manutenção do Conjunto, assegurar o desenvolvimento de projetos culturais, sociais e pedagógicos instituídos junto à Comunidade, consolidar a presença do Museu, na Cidade de Marechal Deodoro como pólo difusor de desenvolvimento cultural da comunidade, integrar o Museu de Arte Sacra do Estado de Alagoas ao circuito turístico do Estado e ao circuito museológico nacional.

A prestação de contas foi apresentada, mas não foi analisada pelo MinC até o encerramento desta pesquisa.

Pronac 055380 – projeto Mobiliário Para Reserva Técnica do Museu da Fundação Pierre Chalita (enquadrado no artigo 18, na área de patrimônio cultural e no segmento museu), apresentado pela Fundação Pierre Chalita com o objetivo de:

[...] dotar o Museu Pierre Chalita de um eficiente mobiliário que permita o armazenamento do o acervo, obras de arte sobre suporte tela e papel e esculturas (imagens sacras) de forma garantir maior controle sobre o mesmo e ampliar a conservação dos objetos da coleção. Disponibilizar-se o acervo para consulta de pesquisadores e estudiosos da arte popular do norte e nordeste brasileiro. Instalar Trainéis para obras de arte com suporte de tela, mapotecas com conjuntos deslizantes para obras de arte com suporte de papel e conjuntos deslizantes com divisórias para esculturas e objetos tridimensionais. Este mobiliário será projetado e fabricado atendendo as normas e melhores técnicas para equipamentos destinados a esta finalidade.

Esse processo teve o valor de R\$ 262.762,50 solicitado, aprovado e captado integralmente. Além de ter a prestação de contas aprovada com ressalva formal e sem prejuízo pelo MinC.

Pronac 059719 – projeto Implantação do Museu do Rio São Francisco, (enquadrado no artigo 18, na área de patrimônio cultural e no segmento museu), apresentado pela Fundação Casa do Penedo, no valor solicitado de R\$5.041.710,00, aprovado de R\$ 2.500.000,00 e captado de R\$ 1.581.050,00 para:

Restauração e adaptação para novo uso de dois imóveis na cidade de Penedo estado de Alagoas. Instalação nos imóveis restaurados, de duas unidades do Museu do Rio São Francisco e centro de documentação (Chalé dos Loureiros). Implementação de uma rede de preservação, difusão e programa de educação patrimonial e ambiental, no território do museu. Período de realização do projeto 365 dias.

O projeto se encontra em fase de avaliação dos resultados da ação cultural.

Pronac 088241 – projeto Restauração da Casa de Marechal Deodoro, visando à adaptação do Museu em Centro de Memória do Documento da República, na cidade de Marechal Deodoro (AL), (enquadrado no artigo 18, na área de patrimônio cultural, no segmento arquitetônico) apresentado pela Sociedade Nossa Senhora do Bom Conselho para “Restaurar o prédio da Casa de Marechal Deodoro, visando a adaptação do Museu em Centro de Memória do Documento da República, na cidade de Marechal Deodoro (AL)”. O projeto solicitou o valor de R\$ 558.272,69 e teve aprovação no valor de R\$ 386.813,09 captados integralmente. Apresentou prestação de contas não analisada pelo MinC até o encerramento desta pesquisa.

Pronac 1411331, projeto Festa literária ribeirinha ― leitura no balanço das águas (enquadrado no artigo 18, na área humanidades e no segmento evento literário) apresentado pelo Museu Coleção Karandash de Arte Popular e Contemporânea nos valores solicitados de R\$ 279.414,00, aprovado de R\$ 192.000,00 e captado de R\$ 185.000,00 com o objetivo de:

Realizar a Festa Literária Ribeirinha — Leitura no Balanço das Águas, com duração de nove dias, nas comunidades da Ilha do Ferro (AL), Entremontes (AL) e Ilha de São Pedro (SE), no Baixo São Francisco. A Festa itinerante, conduzida por um barco-museu, engloba diversas atividades de mediação (minicurso de formação de agentes de leitura e empréstimos de livros), criação (oficinas) e difusão do livro e da leitura literária (mostras literárias, feira de livros, etc).

Esse projeto se encontra em fase de execução e comprovação dos gastos efetuados com prazo de captação encerrado (o que significa que não haverá alteração no valor captado para realização das atividades) do projeto.

Dos projetos com recursos captados, 02 foram para restauração de edificações para instalação/implantação/criação de museus (Museu de Arte Sacra do estado de Alagoas e

Museu do Centro de Memória do Documento da República, na cidade de Marechal Deodoro e Museu do Riso São Francisco em Penedo). Dessa forma, do valor total aprovado para projetos validados de museus em Alagoas foram captados R\$ 5.379.616,97, para fomentar o setor museal no Estado. Dos quais R\$4.619.478,47, captados pelos Pronac's 042131, 059719 e 088241 estão voltados ao restauro e/ou reforma na edificação. Apesar do não aprofundamento, essa constatação diz muito sobre a falta de recursos para além da estrutura física e ausência desses mesmos recursos na preservação do acervo. Os outros dois projetos que previam ações em acervos, apesar de um deles ter atingido captação em 100%, não representa um impacto na distribuição desses recursos dentro das áreas.

4.2.2. Bahia

Estado de maior extensão territorial e concentração populacional da Região, de grande contribuição e pioneirismo na museologia brasileira, além de ter sido o primeiro estado em que a disciplina foi transformada em curso superior. Parte do centro histórico da capital, mais especificamente o Pelourinho, foi tombado em 1958 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Porto Seguro, São Felix, Mucugê, Rio de Contas, Igatú e Cachoeira são cidades que possuem conjuntos arquitetônicos tombados pelo IPHAN.

A proporção entre a população e o número de museus é de 92.636 habitantes por museu, índice inferior aos regional e nacional. O Museu de Arte da Bahia, em funcionamento na capital, desde 1918, é uma das primeiras instituições museológicas do país. A década de 90 foi de maior expansão na fundação dos museus.

De acordo com o “Museus em Números”, foram mapeadas 152 instituições. A maior parte está concentrada na capital, Salvador, com 71 museus (46,7%).

Responderam ao questionário de cadastramento 71 instituições. Mais da metade possui natureza administrativa pública (50,7%); com destaque para a administração estadual (29%). Dentre os museus cadastrados, 09 possuem acervo tombados (12,7%), sendo 44,4% em nível federal ou estadual e 11,1% pelo município. No que tange às questões sobre orçamento, 61 instituições forneceram informação. Destas, apenas 16,4% dos possuem orçamento próprio para a realização de suas atividades, porcentagem inferior a nacional, sendo cinco estaduais e quatro privadas, uma de natureza classificada como outra. Pouco mais da metade dos museus declararam possuir infraestrutura para receber deficientes. O Estado, quando comparado aos demais da Região, apresenta elevado quantitativo de museólogos, 62 no total, o 3º maior

índice do país. Talvez isso se deva por ser o único estado com duas universidades com graduação em museologia. Apesar de ter a 3ª maior concentração de museus na capital comparado com o resto da Região, dos 417 municípios baianos, apenas 55 possuem museus (IBRAM, 2011b).

Os dados extraídos do Salic demonstram que o estado da Bahia apresentou um total de 4.465 projetos (incluindo todas as áreas culturais) e em 87 deles foi encontrada menção à palavra museu; sendo o primeiro apresentado no ano de 1992, e 1995 é o ano em que aparece o primeiro projeto para museu.

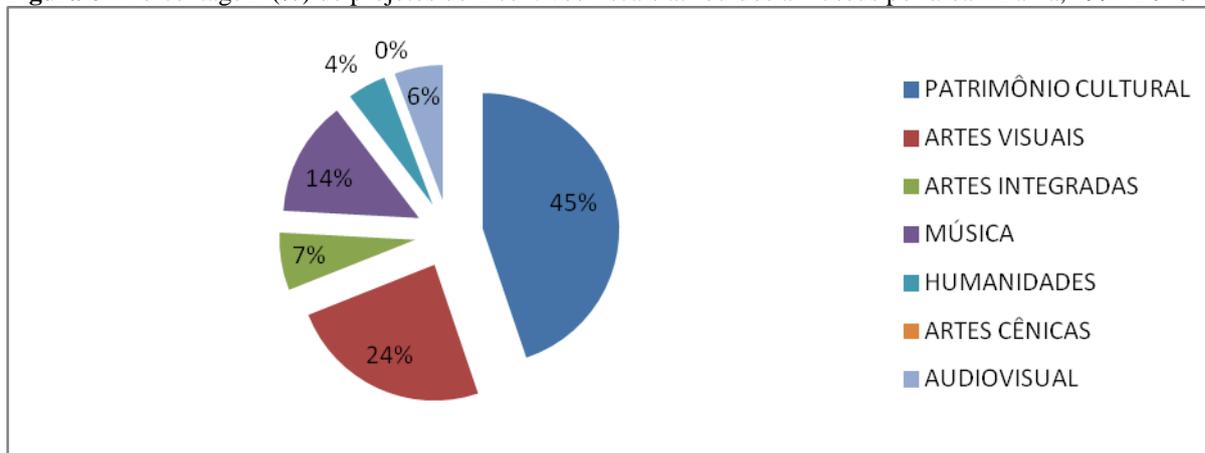
Os projetos apresentados para as áreas ficaram assim distribuídos: Patrimônio Cultural com 388 e somente 39 faziam referência à palavra museu em ao menos um dos campos (Nome do projeto, segmento, resumo e proponente); na área de Artes Visuais foram apresentados 195 projetos e 21 deles faziam a referência; em Música foram apresentados 1.594 projetos e desses, apenas 12 faziam referência à palavra museu; para a área de Artes Integradas foram apresentados 686 projetos e apenas 06 fizeram a referência; Audiovisual foram apresentados 335 projetos e 05 faziam referência à palavra museu; Humanidades 482 projetos foram apresentados e 04 apenas continham a palavra museu; e Artes Cênicas com 785 projetos e nenhuma menção a museus.

Do total de projetos apresentados contendo a palavra museu (87) apenas 76 (35 de patrimônio, 20 artes visuais, 05 de artes integradas, 10 de música, 03 audiovisual e 03 de humanidades) foram considerados para a análise deste trabalho, em um universo de 35 museus.

Dos 11 não validados, 03 fazem parte do segmento “museu”, mas se referem à implantação de um centro de cultura e memória, uma sala para receber a coleção Claudio Marsella de Arte e um Museu do Brinquedo, mas todos localizados na cidade de São Paulo. Os outros 07 foram identificados pelo filtro no “objeto”, no entanto, apenas mencionavam museus como opção de espaço para a realização de eventos, intervenção artística, atividades audiovisuais, festivais de cinema, entre outras ações realizadas, por exemplo, a ação “Bob Marley em exposição”, cujo objeto prevê “Estabelecer intercâmbio cultural e artístico entre a Bahia e Jamaica, através de shows de bandas de reggae, exposição com todo o acervo do cantor jamaicano ‘Bob Marley’ cedido pelo museu do artista em Kingston, além de vídeos, painéis e palestras sobre a vida e obra do artista”. Outro exemplo é um projeto para produção de livro do Museu da Imagem e do Som do Ceará, que foi contabilizado no total para Região, mas não para o Estado da Bahia. Evitamos incorporá-lo ao estado de origem do museu, uma

vez que a informação foi extraída dessa maneira no Sistema Salic e aparecerá da mesma forma como foi coletada.

Figura 8 - Porcentagem (%) de projetos de incentivos fiscais atribuídos a museus por área - Bahia, 1991-2016



Fonte: Elaborado pela autora com base no SalicNet/MINC, 2018.

A Bahia apresenta uma distribuição entre as áreas culturais dos projetos atribuídos a museus menos desequilibrada que a maioria dos estados da Região. Além de menos da metade estar na área de patrimônio, as artes visuais ocupam um quarto do total apresentado e apenas na área das artes cênicas não foram encontrados projetos atribuídos a museus.

Tabela 15 - Total dos projetos validados apresentados atribuídos a museus no Estado de Bahia, 1991-2016

Pronac	Museu/Objeto	Município	Percentual captado	Enquadramento Lei 8.313/91
950158	Museu da Associação Comercial da Bahia/Restauração do edifício para implantação de museu.	Salvador	0%	Artigo 26
950834	Museu de Artes de Cera/Criação de museu.	Não localizado	0%	Artigo 26
961120	Museu da Catedral/Restauração do edifício para implantação do museu.	Salvador	46,89%	Artigo 26
970653	Museu de Arte Moderna da Bahia/Exposição.	Salvador	106,05%	Artigo 26
972406	Museu de Arte Sacra da UFBA/Produção de documentário.	Salvador	0%	Artigo 26
992679	Museu Náutico da Bahia/Manutenção do museu.	Salvador	0%	Sem enquadramento
003262	Museu Carlos Costa Pinto/Readaptação Museológica do 1º andar.	Salvador	100%	Artigo 26
003263	Museu Carlos Costa Pinto/Iluminação e Refrigeração do 1º andar e Iluminação da Área Externa do museu.	Salvador	0%	Artigo 26
003993	Museu de Arte Sacra de Feira de Santana/Aquisição de Imóvel e criação do museu.	Feira de Santana	0%	Artigo 26
000835	Museu de Arte Moderna da Bahia/Produção de livro.	Salvador	100%	Artigo 18
012320	Museu de Arte Sacra de Feira de Santana/Criação e Implantação.	Feira de Santana	0%	Artigo 26

Pronac	Museu/Objeto	Município	Percentual captado	Enquadramento Lei 8.313/91
014276	Museu da Memória do Petróleo/Implantação de museu.	Salvador	85,13%	Artigo 26
013769	Museu Virtual de Salvador/Criação de museu.	Salvador	0%	Sem enquadramento
012425	Museu do Palácio da Aclamação e Museu Afro Casa do Benim/Exposição.	Salvador	0%	Artigo 18
022354	Museu Virtual de Salvador/Criação de museu.	Salvador	0%	Artigo 26
022628	Museu Rodin da Bahia/Formação de acervo.	Salvador	0%	Artigo 18
028732	Museu Nacional da Cultura Afro-Brasileira/Instalação do museu.	Salvador	23,32%	Artigo 18
022574	Museu de Arte Moderna da Bahia/Aquisição de acervo.	Salvador	0%	Sem enquadramento
032466	Museu Afro-Brasileiro/Ações culturais e educativas.	Salvador	0%	Artigo 18
032460	Museu de Arte Moderna da Bahia/Exposição.	Salvador	0%	Artigo 18
044420	Museu Mario Cravo/Eventos culturais.	Salvador	0%	Sem enquadramento
050478	Museu Tempostal/Informatização do Acervo e melhoria do Sistema de Segurança.	Salvador	0%	Artigo 26
051299	Museu de Arte Sacra da Universidade Federal da Bahia/Restauração de bens integrados.	Salvador	0%	Artigo 18
054903	Museu de Arte da Bahia/Construção de anexo.	Salvador	0%	Sem enquadramento
055515	Museu do Recôncavo Wanderley Pinho/Estabilização na arquitetura.	Candeias	99,31%	Artigo 18
057076	Museu Udo Knoff de Azulejaria e Cerâmica/Exposição.	Salvador	0%	Artigo 18
057291	Museu Virtual de Salvador/Criação de museu.	Salvador	0%	Sem enquadramento
053091	Museu de Arte Moderna da Bahia/Exposição e prêmio.	Salvador	0%	Artigo 18
053097	Museu de Arte Moderna da Bahia/Exposição.	Salvador	0%	Sem enquadramento
059160	Museu de Arte Moderna da Bahia/Exposição.	Salvador	91,15%	Artigo 18
060243	Museu do Livro do Mosteiro de São Bento/Implantação de museu e produção de livro.	Salvador	0%	Sem enquadramento
0610189	Museu Regional da UESB/Restauração do edifício e implantação de museu.	Vitória da Conquista	0%	Artigo 26
065673	Museu da Arte Popular Lina Bardi/Implantação de museu.	Salvador	0%	Artigo 26
067850	Museu de Arqueologia da UFBA/Requalificação Museológica e Implantação de Equipamentos Expositivos.	Salvador	88%	Artigo 26
068511	Museu do Recôncavo Wanderley Pinho/Restauração.	Candeias	0%	Artigo 18
065336	Museu de Arte Moderna da Bahia/Exposição.	Salvador	0%	Artigo 18
067115	Museu de Arte Moderna da Bahia/Exposição e produção de livro.	Salvador	0%	Artigo 26
0711793	Museu Regional do Comércio/Implantação de museu.	Feira de Santana	0%	Artigo 26
0712169	Museu de Arte Moderna da Bahia/Plano anual.	Salvador	0%	Artigo 18
072596	Memória do Comércio/Implantação de museu.	Feira de Santana	0%	Sem enquadramento

Pronac	Museu/Objeto	Município	Percentual captado	Enquadramento Lei 8.313/91
073150	Museu Hansen Bahia/Modernização de reserva técnica.	Cachoeira	0%	Artigo 18
075038	Vários museus/Exposição.	Várias cidades	0%	Artigo 18
077026	Museu do Ritmo/Apresentação musical.	Salvador	0%	Artigo 26
070514	Museu de Ciências e Tecnologia/Exposição.	Imbuí	0%	Artigo 26
072526	Museu Nacional da Cultura Afro-Brasileira/Fomentar o ensino, pesquisa, desenvolvimento técnico, científico institucional, intercâmbio e demais ações.	Salvador	0%	Artigo 26
080734	Museu Nacional de Enfermagem Ana Néri/Readaptação física e implantação do museu.	Salvador	0%	Artigo 18
0810073	Museu do Ritmo/Restauração do edifício e implantação do museu.	Salvador	0%	Artigo 26
088078	Museu Rodin Bahia/Exposição.	Salvador	0%	Artigo 18
084931	Museu do Traje/Exposição, oficinas e palestras.	Salvador	0%	Artigo 18
083283	Museu de Arte Moderna da Bahia/Exposição.	Salvador	41,32%	Artigo 18
089516	Museu do Ritmo/Exposição e instalações de músicas.	Salvador	0%	Artigo 18
092144	Museu de Arte Moderna da Bahia/Apresentações musicais.	Salvador	0%	Artigo 26
097170	Museu do Ritmo/Exposição e show.	Salvador	0%	Sem enquadramento
1010692	Museu da Misericórdia/Restauração do edifício.	Salvador	0%	Sem enquadramento
103316	Museu Carlos Costa Pinto/Exposição.	Salvador	0%	Artigo 18
1010892	Museu do Ritmo/Apresentações musicais.	Salvador	0%	Artigo 26
1111460	Museu de Arte Moderna da Bahia/Laboratório experimental de mídias digitais, produção de produtos culturais.	Salvador	0%	Artigo 18
125463	Museu Nacional da Cultura Afro Brasileira/Exposição.	Salvador	0%	Artigo 18
129183	Museu Carlos Costa Pinto/Exposição.	Salvador	0%	Artigo 18
129739	Museu Carlos Costa Pinto/Exposição.	Salvador	0%	Artigo 18
121591	Museu de Arte Moderna da Bahia/Realização de mostras de artes integradas e produção de EP (seis fonogramas).	Salvador	0%	Artigo 26
125870	Área de museus/Realização de eventos culturais.	Salvador	28,59%	Artigo 26
127919	Museu do Ritmo/Realização de 04 shows.	Salvador	0%	Artigo 26
129004	Museu de Arte Moderna da Bahia/Eventos musicais.	Salvador	0%	Artigo 18
130127	Museu Carlos Costa Pinto/Requalificação de espaço expositivo/multiuso.	Salvador	0%	Artigo 18
130133	Museu do Nordeste Barão de Jeremoabo/Implantação do museu.	Itapicuru	0%	Artigo 18
137225	Museu do Candomblé/Restauração do imóvel e implantação do museu.	Salvador	0%	Artigo 18
130731	Museu Carlos Costa Pinto/Exposição.	Salvador	0%	Artigo 18
1310986	Museu do Ritmo/Realização de 04 shows.	Salvador	38,67%	Artigo 26
140001	Museu de Arte Moderna da Bahia/Exposição.	Salvador	0%	Artigo 18
1411134	Museu do Ritmo/Realização de 04 shows.	Salvador	0%	Artigo 26
1411575	Museu do Ritmo/Realização de 06 eventos culturais.	Salvador	0%	Artigo 26

Pronac	Museu/Objeto	Município	Percentual captado	Enquadramento Lei 8.313/91
154455	Museu do Ritmo/Apresentação musical infantil e show.	Salvador	0%	Artigo 26
152824	Museus de Salvador/Produção de livro.	Salvador	0%	Artigo 18
154670	Museu de Arte Moderna da Bahia/Produção de livros.	Salvador	0%	Artigo 18
163396	Museu Náutico da Bahia/Plano anual.	Salvador	28,69%	Artigo 18

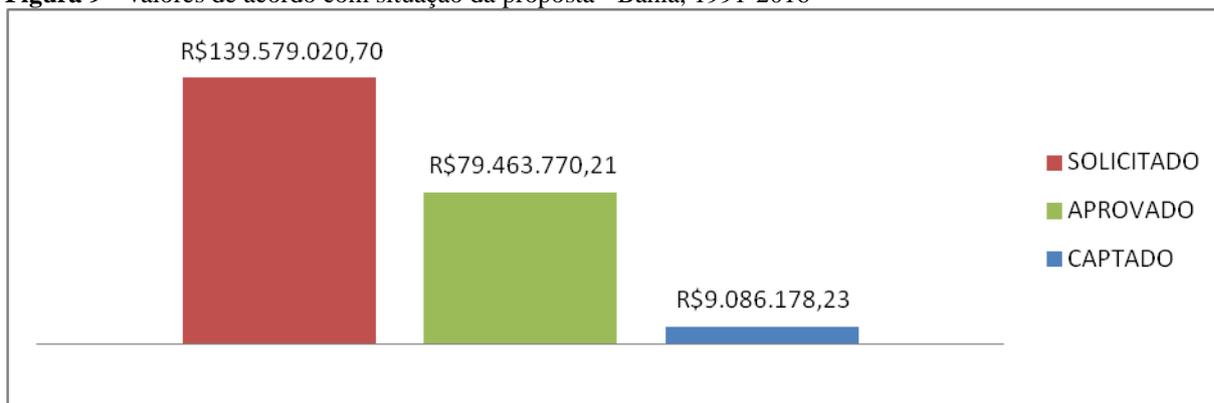
Fonte: Elaborado pela autora com base no SalicNet/MINC, 2018.

Os museus representados foram: Museu de Arte Sacra da UFBA; Museu Afro-Brasileiro (UFBA); Museu de Arqueologia e Etnologia da UFBA; Museu Nacional de Enfermagem Ana Néri, esfera Pública (Federal); Museu de Arte Moderna da Bahia, Museu Rodin da Bahia, Museu do Palácio da Aclamação, Museu Tempostal, Museu do Recôncavo Wanderley Pinho, Museu Udo Knoff de Azulejaria e Cerâmica, Museu Regional da UESB, Museu de Arte da Bahia, Museu de Ciências e Tecnologia, Pública (Estadual); Museu Afro Casa do Benim Pública (Municipal); Museu da Catedral, Museu Náutico da Bahia, Museu Carlos Costa Pinto, Museu Nacional da Cultura Afro-Brasileira, Museu Mario Cravo, Museu Hansen Bahia, Museu da Misericórdia, natureza privada; Museu da Associação Comercial da Bahia, Museu de Artes de Cera, Museu de Arte Sacra de Feira de Santana, Museu da Memória do Petróleo, Museu Regional do Comércio, Museu do Ritmo, Museu do Nordeste Barão de Jeremoabo, Museu do Candomblé, Museu Virtual de Salvador, Museu do Livro do Mosteiro de São Bento, Museu do Traje, não identificados; Museu da Arte Popular Lina Bardi (coleção do Estado identificada no Sistema como museu).

Dos 76 projetos listados, foram identificados 35 museus, dos quais apenas 5 não estão localizados em Salvador, cada um deles nas respectivas cidades: Feira de Santana, Vitória da Conquista, Candeias, Cachoeira e Itapicuru. Dessas cidades, Candeias o único município que realizou captação fora de Salvador.

Entre os projetos sem captação, estão os de criação de mais de 10 museus, entre eles o Museu de Artes de Cera, o Museu de Arte Sacra de Feira de Santana, o Museu Virtual de Salvador, o Museu Nacional de Enfermagem Ana Neri, o Museu do Candomblé e o Museu do Nordeste Barão de Jeremoabo, em Itapicuru – município criado em 1728 e com população estimada de 35.632 habitantes, ainda hoje sem nenhum museu.

Foi solicitado pelos proponentes a soma de R\$ 139.579.020,70; sendo que desse total, o valor aprovado para a captação de recursos foi de R\$79.463.770,21. No entanto, o Estado da Bahia só conseguiu captação de R\$9.086.178,23 dos projetos válidos em museus, conforme observa-se na Figura 9 a seguir.

Figura 9 - Valores de acordo com situação da proposta - Bahia, 1991-2016

Fonte: Elaborado pela autora com base no SalicNet/MINC, 2018.

Dos 76 projetos validados para pesquisa (35 em patrimônio cultural, 20 artes visuais, 05 artes integradas, 10 música, 03 humanidades e 03 em audiovisual), 30 estão enquadrados no artigo 26, 35 no artigo 18 e 11 não possuem enquadramento.

Apenas 13 obtiveram captação, dos quais 06 estão enquadrados no artigo 18 e 07 no artigo 26 (03 alcançaram 100% - 02 no artigo 26 e 01 no artigo 18); 06 com menos de 50% (03 no artigo 18 e 03 no artigo 26) e 04 com mais de 50% (02 em cada artigo). Não obtiveram captação 63 deles (23 no artigo 26, 29 no artigo 18 e 11 sem enquadramento).

Abaixo, a Tabela 16 apresenta a distribuição das grandes áreas identificadas no objeto principal dos projetos realizados:

Tabela 16 - Áreas de Execução dos Projetos com Captação - Bahia, 1991-2016

Pronac	Museu	Percentual captado	Áreas captadas			
			Edificação	Exposição	Acervo	Outros
961120	Museu da Catedral	46,89%	1			
970653	Museu de Arte Moderna da Bahia	106,05%		1		
003262	Museu Carlos Costa Pinto	100%		1		
000835	Museu de Arte Moderna da Bahia	100%				1
014276	Museu da Memória do Petróleo	85,13%	1			
028732	Museu Nacional da Cultura Afro-Brasileira	23,32%	1			
055515	Museu do Recôncavo Wanderley Pinho	99,31%	1			
059160	Museu de Arte Moderna da Bahia	91,15%		1		
067850	Museu de Arqueologia da UFBA	88%		1		
083283	Museu de Arte Moderna da Bahia	41,32%		1		
125870	Vários museus da cidade de Salvador	28,59%				1
1310986	Museu do Ritmo	38,67%				1
163396	Museu Náutico da Bahia	28,69%				1
Quant. Projetos por área			4	5	0	4

Fonte: Elaborado pela autora com base no SalicNet/MINC, 2018.

Pronac 003262, projeto Readaptação Museológica do 1º andar do Museu Carlos Costa Pinto e criação do Café do Museu (enquadrado no artigo 26, na área de patrimônio cultural, no segmento acervos museológicos) apresentado pela Fundação Museu Carlos Costa Pinto, prevê:

[...] a criação de áreas que atendam às atuais necessidades do Museu e proporcionem uma nova leitura visual, que identifique o Museu e oriente com clareza o visitante. Visa dotar o 1º andar do Museu de um novo conceito museológico e museográfico, dando destaque às suas principais coleções, facilitando o roteiro do visitante.

No valor solicitado de R\$ 343.500,00, aprovado e captado de R\$ 200.000,00. Apresentou prestação de contas em 2003 e aguarda análise pelo MinC.

Pronac 014276, projeto Espaço Cultural Luis Eduardo Magalhães (enquadrado no artigo 26, na área de patrimônio cultural, no segmento arquitetônico e modalidade reforma/ampliação/adaptação) apresentado pela Fundação Cultural do Estado da Bahia para

Reforma para implantação do Teatro Contemporâneo da Bahia, Núcleo de Arte Contemporâneo da Bahia, Parque das Esculturas e restauração do monumento (Forte de Jequitaia) e sua área externa para implantação do Museu da Memória do Petróleo na Bahia, contendo acervo fotográfico e documental retratando a história do Petróleo na Bahia.

Teve os valores solicitados de R\$ 11.516.906,21, aprovado de R\$ 2.349.448,82 e captado de R\$ 2.000.000,00. Apresentou em 2004 e aguarda análise da prestação de contas pelo MinC.

Pronac 028732, projeto Instalação do Museu Nacional da Cultura Afro-Brasileira (enquadrado no artigo 18, na área de patrimônio cultural, no segmento arquitetônico) apresentado pela Sociedade Amigos da Cultura Afro-Brasileira – AMAFRO para:

Restauração dos Edifícios da Rua do Tesouro nº 1 e nº 2, em Salvador, para instalação do Museu Nacional da Cultura Afro-Brasileira, bem como a implementação dos projetos museologia e museografia para receber os acervos da UFBA - CEAO, Fundação Pierre Verget, Murais Caribé, entre outros.

Tendo solicitado o valor de R\$ 16.211.131,87, aprovado de R\$ 11.951.867,67 e captados R\$ 2.786.795,23. Apresentou prestação de contas em 2014 ainda não analisada pelo MinC até o encerramento desta pesquisa.

Pronac 055515, projeto Estabilização do Conjunto Arquitetônico do Engenho Freguesia - Museu do Recôncavo Wanderley Pinho (enquadrado no artigo 18, na área de

patrimônio cultural, no segmento museu e na modalidade restauração) apresentado pela Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão – FAPEX, nos valores solicitados de R\$ 501.716,52, aprovado de R\$ 501.716,00 e captado de R\$ 498.216,50. Objetiva:

[...] estabilizar as estruturas do monumento, sede do Museu Recôncavo Wanderley Pinho, correspondente a primeira etapa da preservação deste patrimônio. Será necessário consolidar as estruturas de telhado e piso, os elementos de proteção e os decorativos, drenar a área do entorno da edificação, controlando a umidade das paredes e fundações e revisar a rede elétrica como prevenção de incêndio.

Apresentou prestação de contas em 2011 ainda não analisada pelo MinC até o encerramento desta pesquisa.

Pronac 067850, projeto Requalificação Museológica e Implantação de Equipamentos Expositivos do Museu de Arqueologia da UFBA (enquadrado no artigo 26, na área de patrimônio cultural, no segmento acervos museológicos) apresentado pela Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão – FAPEX, nos valores de: solicitado R\$ 135.924,47, aprovado R\$ 120.107,47 e captado R\$ 105.694,58. Propõe a:

[...] requalificação do MAE com a modernização dos equipamentos de iluminação, conservação dos acervos, conforto ambiental e de segurança, permitindo aperfeiçoar a guarda e a exposição de bens culturais de natureza arqueológica e etnológica do acervo.

Esse projeto foi patrocinado pelo Programa Petrobras Cultural⁴⁹, voltado ao patrocínio às artes e à cultura nacional.

Pronac 961120, projeto Museu da Catedral (enquadrado no artigo 26, na área de patrimônio cultural, no segmento arquitetônico) apresentado pela Arquidiocese de São Salvador da Bahia para:

Conclusão das obras de restauração da Catedral Basílica de Salvador, monumento tombado pela União de relevante mérito arquitetônico, histórico e cultural, com a adaptação de parte de seus espaços para implantação do Museu da Arquidiocese de Salvador para nele reunir as peças do acervo da Catedral Basílica.

⁴⁹ Segundo a empresa são selecionados projetos “com reconhecido valor cultural, que sejam inovadores e tenham alto potencial de retorno”, que “além do seu mérito cultural, estejam alinhados à nossa estratégia de marca, contribuam para o fortalecimento da nossa imagem e reputação e construam boas experiências junto a nossos públicos de interesse. A nossa carteira de projetos é formada segundo oportunidades do mercado e objetivos de comunicação, posicionamento da marca, relacionamento e o potencial para promover nossos produtos e serviços”. Disponível em <https://ppc.petrobras.com.br/sobre-o-programa>. Acesso em: 12 jul.2018.

Os valores solicitados e aprovados foram de R\$ 1.706.372,87 e, desses, R\$ 800.000,00 foram captados. Apresentou prestação de contas em 2002 e aguarda análise pelo MinC.

Pronac 163396, projeto Museu Náutico da Bahia - Plano Anual 2017 (enquadrado no artigo 18, na área de patrimônio cultural, no segmento preservação de patrimônio museológico) apresentado pelo Abrigo do Marinheiro de Salvador, nos valores solicitado e aprovado de R\$ 742.658,20 e valor captado de 213.000,00. Tem por objetivo:

[...] preservar o Forte de Santo Antônio da Barra-Farol da Barra, destacado monumento turístico da cidade de Salvador, datado do séc. XVI, e a continuidade das atividades do Museu Náutico da Bahia, instalado no Forte desde 1998, permitindo a preservação do seu acervo, a continuidade dos trabalhos museológicos, as atividades de cunho educacional em apoio às redes de ensino, e o diálogo com outras linguagens culturais e artísticas, oferecendo aos soteropolitanos e visitantes [...] um local de referência sobre a evolução da ciência náutica e dos primórdios da História Marítima do Brasil, bem como a oferta de exposições diversas, oficinas, palestras, apresentações musicais e teatrais.

Pronac 059160, projeto O Brasil de Pierre Verger (enquadrado no artigo 18, na área de artes visuais, no segmento plásticas e na modalidade artes) apresentado pela Fundação Pierre Verger, nos valores solicitados de R\$ 1.384.540,00, aprovado de R\$ 1.237.540,00 e captado de R\$ 1.128.000,00, se encontra aguardando análise da prestação de contas pelo MinC. Objetiva realizar:

[...] uma exposição no Museu de Arte Moderna, em São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador, comemorando os 60 anos da chegada de Pierre Verger no Brasil. Objetivando tornar mais conhecidos o trabalho que Pierre realizou no Brasil, no final dos anos 40, especialmente no Nordeste.

Pronac 970653, projeto Tempo Latino - América - Exposição do Artista Plástico Chico Liberato (enquadrado no artigo 26, na área de artes visuais, no segmento plásticas) apresentado pela Cândida Luz de Souza Liberato - ME para realização:

Montagem e exposição do artista plástico Chico Liberato, no Museu de Arte Moderna de Salvador, na Galeria Debret, em Paris e em galerias no Rio de Janeiro e São Paulo. A exposição consiste em pinturas, esculturas, gravuras e vídeo.

No valor captado de R\$ 125.000,00 (acima do valor inicialmente solicitado de R\$ 122.998,79 e aprovado de R\$ 117.873,00). Prestação de contas aprovada sem certificação de qualidade-gestão.

Pronac 083283, projeto Carybé (enquadrado no artigo 18, na área de artes visuais e no segmento plásticas) apresentado pela Araújo Assessoria Empresarial Ltda para realização de:

[...] uma exposição no Museu de Arte Moderna da Bahia, contendo o acervo de Hector Bernabó, mais conhecido como Carybé. A mostra trará o resultado dos 70 anos de chegada do artista à Bahia, reunindo desde fotografias, pinturas, esculturas, desenhos, gravuras a objetos pessoais do artista plástico.

No valor de captado de R\$ 290.000,00, dos R\$ 1.195.367,29 solicitados e do R\$ 701.909,89 aprovado. Prestação de contas aprovada pelo MinC em 2016.

Pronac 125870, projeto XII Mercado Cultural (enquadrado no artigo 26, na área de música e no segmento música popular cantada) apresentado pelo Instituto Cultural Casa Via Magia, nos valores solicitados de R\$ 1.114.250,00, aprovados de R\$ 1.049.450,00 e captados de R\$ 300.000,00.

Nos dias 6, 7, 8 e 9 de dezembro em Salvador estaremos apresentando projetos de grande impacto, como o Me Conta... a Universidade Livre no Médio Rio das Contas e o Museu do Processo, nos dias 10 e 11, em São Paulo, teremos um encontro internacional de artistas, estabelecendo um diálogo entre estéticas de diferentes culturas. O encerramento dessa edição, no dia 12/12/2012, será em uma reserva florestal no distrito do Valentim.

A prestação de contas foi entregue em 2013 e ainda não foi analisada pelo MinC até o encerramento desta pesquisa.

Pronac 1310986, projeto Pré-Avenida 2014 (enquadrado no artigo 26, na área de música, no segmento música popular cantada) apresentado pela Niclo Consultoria de Marketing e Comunicação Ltda – EPP. Visavam “a realização do “PRÉ-AVENIDA 2014”, na cidade de Salvador-Bahia. São 04 (quatro) espetáculos no mês de fevereiro de 2014, realizados no Museu do Ritmo, com capacidade para 3.000 pessoas/evento. “Pré-Avenida 2014” é a realização de espetáculo cênico musical, composto por momentos distintos, onde a música de terreiro e o samba exaltação recuperam, fortalecem e demonstram a relevância da percussão baiana”. Nos valores solicitados de R\$ 1.140.500,00, aprovado de R\$ 1.034.500,00 e captado de R\$ 400.000,00. Apresentou prestação de contas em 2014 não analisada pelo MinC até o encerramento desta pesquisa.

Pronac 000835, projeto Museu de Arte Moderna - (enquadrado no artigo 18, na área de humanidades e no segmento edição de livros) apresentado por Cândida Luz de Souza Liberato – ME, no valor solicitado de R\$ 239.471,00, aprovado e captado de R\$ 239.471,92 para “Edição de livro sobre a história, atuação e acervo do Museu de Arte Moderna da Bahia”. Apresentou prestação de contas e aguarda pela análise do MinC.

Quatro projetos estão na área da edificação. Os museus da Memória do Petróleo e Nacional da Cultura Afro-Brasileira solicitaram recursos para implantação dos respectivos museus. Não localizamos registros de que estes museus estejam abertos ao público. O Museu Afro foi inaugurado com recursos de outras fontes, mas atualmente encontra-se fechado ao público. O Museu da Catedral demandava restauração de um edifício existente também para implantação do museu e o Museu do Recôncavo Wanderley Pinho, recursos para estabilização do imóvel. Outros 05 projetos estiveram voltados às exposições dos museus e 04 para outras atividades como plano anual e realização de eventos, portanto não é possível afirmar que os recursos tenham sido diretamente alocados na salvaguarda do acervo.

Dessa forma, do montante aprovado para projetos validados de museus na Bahia R\$79.463.770,21 foram captados R\$9.086.178,23 para fomentar o setor museal no Estado. Dos quais, os Pronac's 961120, 014276, 055515 estão voltados para restauração do edifício para implantação do museu, construção do espaço físico e estabilização na arquitetura respectivamente, no montante total de R\$3.298.216,50.

4.2.3. Ceará

O Estado é o segundo com maior concentração de museus, além de liderar na região Nordeste como o estado com maior número de municípios com museus (29,9%). A proporção entre população e número de museus é de 72.436 habitantes por museu, índice inferior ao regional e acima do nacional. Em 2005, foi instituído o Sistema Estadual de Museus (SEM/CE). O primeiro museu foi fundado em 1932, Museu do Estado do Ceará, em sua capital, Fortaleza, e tombado em 1973 pelo IPHAN, inserido “no contexto de reafirmação das identidades culturais regionais e da tentativa, incentivada pelo Governo Federal do presidente Getúlio Vargas, de modernizar o Brasil econômica, científica e culturalmente, ocasionando um ciclo de fundação de museus pelo país” (IBRAM, 2011b, p.193).

No Estado de Ceará, o Cadastro Nacional de Museus mapeou 113 instituições museológicas, sendo que 31 delas concentradas na capital, ocupando o 9º lugar entre as capitais com maior número de museus no Brasil. Foi a partir dos anos 2000 que a maioria dos museus foi criada. Metade das instituições são públicas, com predomínio de museus municipais, acompanhando o cenário nacional.

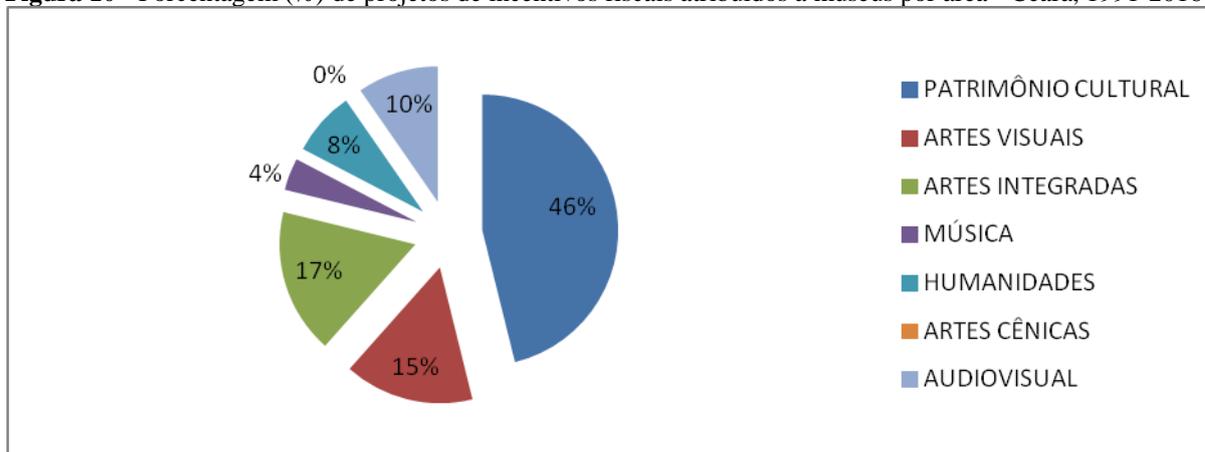
Responderam ao questionário de cadastramento 55 museus. Destes, no que tange às questões sobre orçamento, 46 instituições responderam, das quais 41,13% possuem orçamento próprio, sendo três desse grupo de natureza privada, um estadual, um municipal e

outro de natureza não informada. Estão abertos ao público 94,5% dos museus e 38,2% possuem algum tipo de infraestrutura para receber deficientes. Duas instituições públicas possuem acervo tombado (IBRAM, 2011b).

Os dados extraídos do Salic demonstram um total de 1.942 projetos apresentados em todas as áreas culturais e em 52 deles foi feita referência a museus. Em 1995, foi apresentado o primeiro projeto e só em 1999 foi apresentado o primeiro projeto atribuído a museu.

Os projetos apresentados para as áreas ficaram assim distribuídos (Figura 10): Patrimônio Cultural (98), dos quais 24 faziam referência à palavra museu em ao menos um dos campos (Nome do projeto, segmento, resumo e proponente); em Artes Visuais foram apresentados 128 projetos e 08 deles faziam a referência; em Música foram apresentados 465 e 2 desses faziam referência à palavra museu; para a área de Artes Integradas foram apresentados 232 projetos e apenas 09 fizeram a referência; em Audiovisual foram apresentados 289 projetos e 05 faziam referência à palavra museu; Humanidades, 309 projetos foram apresentados e 04 apenas continham a palavra museu e Artes Cênicas 421 projetos e nenhum deles continha referência à palavra museu.

Figura 10 - Porcentagem (%) de projetos de incentivos fiscais atribuídos a museus por área - Ceará, 1991-2016



Fonte: Elaborado pela autora com base no SalicNet/MINC, 2018.

Assim como a Bahia, o Ceará também apresenta uma distribuição mais equilibrada entre as áreas dos projetos atribuídos aos museus. Outra similaridade entre esses estados é que não foi apresentada nenhuma proposta para os museus na área de Artes Cênicas.

Tabela 17 - Total dos projetos validados apresentados atribuídos a museus no Estado de Ceará, 1991-2016

Pronac	Museu/Objeto	Município	Percentual captado	Enquadramento Lei 8.313/91
013869	Museu da Imagem e do Som/Exposição.	Fortaleza	24,77%	Artigo 26
022125	Museu das Secas/Restauração do edifício.	Fortaleza	27,71%	Artigo 18

024520	Museu da Indústria/Restauração/Reforma do imóvel e implantação do museu.	Fortaleza	69,16%	Artigo 18
054889	Museu da Imagem e do Som/Tratamento, catalogação, transferência para DVD, cópiagem e traslado do acervo videográfico.	Fortaleza	89,92%	Artigo 18
055579	Museu Sacro São José de Ribama/Exposição.	Aquiraz	0%	Artigo 18
061151	Museu de Antropologia/Restauro do imóvel para implantar o museu.	Fortaleza	100%	Artigo 18
061820	Museu de Paleontologia de Santana do Cariri/Ações diversas.	Santana do Cariri	0%	Artigo 26
065401	Museu da Cidade [Fortaleza]/Ações para implantar o museu.	Fortaleza	0%	Sem enquadramento
066779	Museu da Imagem e do Som/Digitalização do acervo.	Fortaleza	2,37%	Artigo 18
066888	Museu de Arte Contemporânea [Dragão do Mar]/Aquisição de mobiliário para instalação de reserva técnica.	Fortaleza	100%	Artigo 26
069443	Museu de História Barão de Studart/Catalogação e digitalização do acervo.	Fortaleza	100%	Artigo 26
097742	Museu Casa de José de Alencar/Digitalização de manuscritos.	Fortaleza	0%	Artigo 18
094099	Museu de Arte da Universidade Federal do Ceará (MAUC)/Exposição.	Fortaleza	0%	Sem enquadramento
112450	Museu Sacro São José de Ribamar/Estruturação da Reserva Técnica.	Aquiraz	100%	Artigo 18
1114646	MAC Centro Dragão do Mar/Exposição.	Fortaleza	0%	Artigo 18
1510871	Museologia Comunitária/Ações diversas.	Maranguape, Aquiraz e Pacoti	0%	Artigo 18
1510302	Museu Brinquedim/Atividades educacionais.	Pindoretama	44,63%	Artigo 18
161508	Museu da Indústria/Exposição.	Fortaleza	0%	Artigo 18
164936	Museus do Brasil/Produção de livro.		0%	Artigo 18

Fonte: Elaborado pela autora com base no SalicNet/MINC, 2018.

Os museus representados foram: [Museu] Casa de José de Alencar, Museu de Arte da Universidade Federal do Ceará, Pública/Federal; Museu de Antropologia [Sobrado José Lourenço], Museu de Paleontologia de Santana do Cariri, Museu da Imagem e do Som do Ceará, Museu Sacro São José de Ribamar, Museu de Arte Contemporânea [Dragão do Mar], Pública/Estadual; Museu da Indústria do Ceará e Museu Brinquedim, Privados; Museu das Secas, Museu da Cidade [de Fortaleza], Museu de História Barão de Studart, Museu Gustavo Barroso, não identificado.

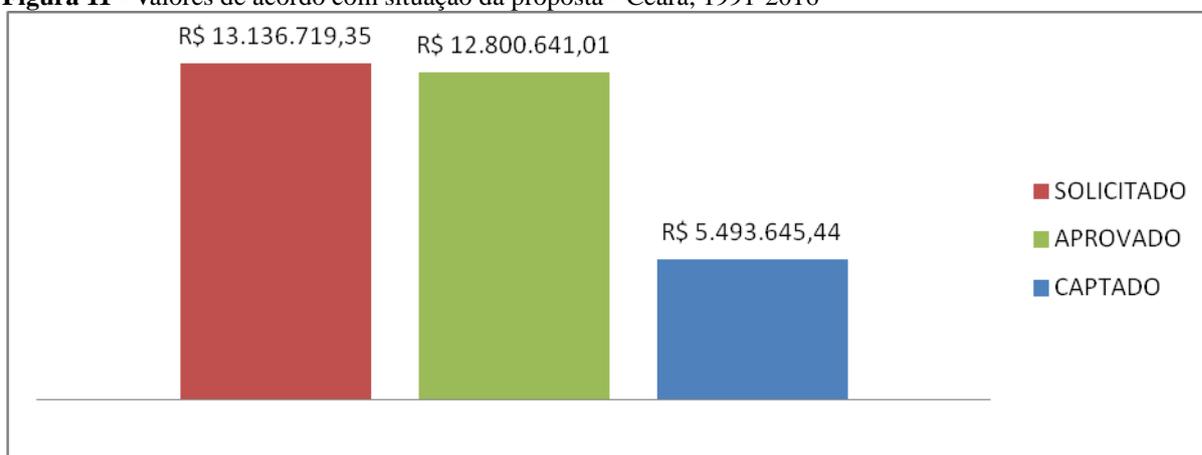
Dos 19 projetos listados, 13 são da capital, Fortaleza, 4 no interior, nas cidades de Aquiraz, Santana do Cariri, Pindoretama, Maranguape e Pacoti (essas duas últimas cidades apresentaram o mesmo projeto, em comum com uma das propostas do município de Aquiraz). O município de Pindoretama foi o único com captação além de Fortaleza.

Entre os projetos sem captação estão 3 que seriam realizados nos únicos museus existentes nos municípios de Aquiraz e Pindoretama: a realização de exposição e estruturação

da reserva técnica no Museu de Arte Sacra de São José do Ribamar (um projeto para cada ação), no município de Aquiraz; e atividades educativas, no Museu do Brinquedim, em Pindoretama. Também não captou o projeto de realização de ações diversas nos museus de Paleontologia de Santana do Cariri, no município de Santana do Cariri, e o de ações de museologia comunitária, nos municípios de Maranguape, Aquiraz e Pacoti, entre outros que não obtiveram captação.

Com relação aos projetos que foram aprovados, nota-se que o montante solicitado pelos proponentes para a realização dos projetos válidos corresponde a R\$ 13.136.719,35; sendo que desse total, o valor aprovado para a captação foi de R\$12.800.641,01. No entanto, quando se observa os valores que as instituições conseguiram captar para a realização dos projetos, percebe-se que menos de 50% desse valor foi arrecadado. No Estado do Ceará, o valor total captado para os projetos válidos em museus correspondeu a R\$5.493.645,44, conforme observado na Figura 11. Desse valor, o total de R\$1.662,55 não pode ser considerado por representar 2,37% do Pronac 066779, Projeto de digitalização do acervo do Museu da Imagem e do Som, que não alcançou os 20% do valor mínimo exigido para execução.

Figura 11 - Valores de acordo com situação da proposta - Ceará, 1991-2016



Fonte: Elaborado pela autora com base no SalicNet/MINC, 2018.

Do total de projetos apresentados contendo a palavra museu (52), apenas 19 foram considerados para análise do trabalho, distribuídos da seguinte forma: 11 na área de patrimônio, 04 em artes visuais, 01 de artes integradas, 01 de música, 01 em audiovisual e 01 de Humanidades. Desse total, 04 estão enquadrados no artigo 26; 13 no artigo 18 e 02 não possuem enquadramento.

Dos 10 projetos com captação, 04 deles alcançaram 100% de captação (02 em cada artigo), 02 com mais de 50% e 04 com menos de 50% (todos no artigo 18), sendo um deles com menos de 10%. Outros 09 não obtiveram nenhuma captação, sendo 01 no artigo 26, 06 no artigo 18 e 02 sem enquadramento.

Entre os 52 projetos identificados pelo filtro, 33 deles não foram incluídos na validação por seu objeto contemplar as seguintes ações: restauração de teatro proposto pelo Museu Diocesano de Sobral; aquisição de mobiliário, inventário e digitalização de acervo do Arquivo Nirez, proposto pela Sociedade de Pesquisa e Administração de Museu (Socipam); projetos da Associação de Apoio ao Museu da Imagem e do Som do Ceará (AAMISCE), para realização de exposições itinerantes de comemoração aos 400 anos do Estado, festivais de cultura popular, leitura, cordel, cinema, entre outros; do Instituto Dragão do Mar para o memorial da Cultura Cearense; entre outros com enquadramento no segmento “museu” que previam apenas exposições, apresentações, instalações em espaços como centros culturais, escolas, universidades, museus, além da produção de um documentário sobre os principais museus do Rio de Janeiro.

A Tabela 18 abaixo traz a distribuição das grandes áreas identificadas no objeto principal dos projetos realizados.

Tabela 18 - Áreas de Execução dos Projetos com Captação - Ceará, 1991-2016

Pronac	Museu	Percentual captado	Áreas captadas			
			Edificação	Exposição	Acervo	Outros
013869	Museu da Imagem e do Som	24,77%		1		
022125	Museu das Secas	27,71%	1			
024520	Museu da Indústria	69,16%	1			
054889	Museu da Imagem e do Som	89,92%			1	
061151	Museu de Antropologia	100%	1			
066888	Museu de Arte Contemporânea	100%			1	
069443	Museu de História Barão de Studart	100%			1	
112450	Museu Sacro São José de Ribamar	100%			1	
1510302	Museu Brinquedim	44,63%				1
Quant. Projetos por área			3	1	4	1

Fonte: Elaborado pela autora com base no SalicNet/MINC, 2018.

Pronac 013869, projeto Cantorias do Xerem (enquadrado no artigo 26, na área de música, no segmento música popular cantada e modalidade gravação de CD) apresentado pela Associação Amigos do Museu da Imagem e do Som do Ceará- AAMISCE, nos valores solicitado de R\$ 214.434,64 aprovado de R\$ 201.845,14 e captado de R\$ 50.000,00 para:

Gravar um CD duplo (3.000 cópias) com 39 obras fonográficas do músico cearense Pedro de Alcântara Filho - O Xerêm - e realizar exposições iconográfica interativa e sonora no Museu da Imagem e do Som, em Fortaleza/CE. O projeto prevê a realização de show para o lançamento do CD no Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, em Fortaleza-CE.

O projeto ainda se encontra aguardando análise da prestação de contas apresentada ao MinC.

Pronac 022125, projeto Centro de Documentação do Semi-árido (enquadrado no artigo 18, na área de patrimônio cultural, no segmento acervo e na modalidade restauração) apresentado pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas visando a “restauração e a adaptação do palacete Carvalho Mota (atual Museu das Secas), bem tombado pelo IPHAN a 19.05.03 e de propriedade do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS”. O valor solicitado de R\$ 1.236.247,84 teve pedido de complementação e aprovação do valor de R\$ 3.347.145,89 com R\$ 927.676,33 captados. A prestação de contas se encontra inadimplente.

Pronac 024520, projeto Restauração/Reforma do Imóvel Sede da Orquestra Filarmônica/Museu da Indústria/IAB - CE (enquadrado no artigo 18, na área de patrimônio cultural, no segmento arquitetônico e modalidade restauração) apresentado pelo Serviço Social da Indústria - SESI - Depto Regional do Ceará, nos valores solicitados e aprovados de R\$3.000.000,00 e captado de R\$ 2.075.000,00 para “Restauo do prédio da antiga SUCAP/COEI - CE com sua adaptação as sedes da Orquestra Filarmônica do Ceará do Museu da Industria do Ceará e do IAB-CE”. Apresentou prestação de contas em 2008 e aguarda aprovação pelo MinC.

Pronac 054889, projeto Acervo Videográfico da Memória do Comércio Cearense (enquadrado no artigo 18, na área de audiovisual, no segmento Preservação/Restauração da Memória Cinematográfica) apresentado pela Associação Amigos do Museu da Imagem e do Som do Ceará- AAMISCE para o “Tratamento, catalogação, transferência para DVD, copiagem e traslado do acervo videográfico da memória sobre a história do comércio cearense para o Museu da imagem e do Som do Ceará”, nos valores solicitados e aprovados de R\$ 135.665,70 e captado de R\$ 122.000,00. Teve a prestação de contas aprovada pelo MinC com ressalva formal e sem prejuízo.

Pronac 061151, projeto Restauo do Sobrado José Lourenço - Sede do Museu de Antropologia (enquadrado no artigo 18, na área de patrimônio cultural, no segmento arquitetônico e modalidade restauração) apresentado pela Associação dos Amigos do Museu

do Ceará para realização do “Restauro do Sobrado do Dr. José Lourenço, situado à rua Major Facundo nº 154/156, no centro da cidade de Fortaleza para a instalação futura do Museu de Antropologia”, no valor solicitado de R\$ 1.245.639,50 e R\$ 1.232.399,54 aprovado e captado integralmente. Apresentou prestação de contas e aguarda análise pelo MinC.

Pronac 066888, projeto Aquisição de Mobiliário para Reserva Técnica e Adequação do Espaço Museográfico do MAC CE (enquadrado no artigo 26, na área de patrimônio cultural, no segmento museu e na modalidade reforma/ampliação/adaptação) apresentado pelo Instituto Dragão do Mar, nos valores de R\$ 209.536,27 solicitados e R\$ 209.395,74 aprovado e captado. O projeto tem o objetivo de:

[...] adquirir e instalar mobiliário na Reserva técnica do Museu de Arte Contemporânea para armazenar o acervo museológico em condições adequadas de conservação e segurança, mudar os vidros e instalar toldos nas clarabóias presentes nas galerias, adequar a iluminação e sensores de umidade e temperatura e unidades eletrônicas de controle dos condicionadores de ar específicos que não interfiram na expografia do espaço.

Pronac 069443, projeto Organização e Montagem do Museu de História Barão de Studart (enquadrado no artigo 26, na área de patrimônio cultural, no segmento acervo e na modalidade preservação de livros/documentos) apresentado pelo Instituto do Ceará, nos valores solicitado de R\$ 449.085,48 e aprovado de captado de R\$ 411.585,48. Tem por objetivo “Preservação, catalogação e digitação do acervo e conservação da memória coletiva do Instituto, com vistas a aprimorar e ampliar a comunicação mais direta com estudantes, pesquisadores e público em geral, possibilitando maior utilização do acervo disponível”. O projeto teve a prestação de contas aprovada pelo MinC.

Pronac 112450, projeto Estruturação da Reserva Técnica do Museu Sacro São José de Ribamar. (enquadrado no artigo 18, na área de patrimônio cultural, no segmento acervos museológicos) apresentada pela Associação dos Amigos do Museu do Ceará com o intuito de:

[...] preservar o acervo do Museu Sacro São José de Ribamar, por meio da reestruturação da sua reserva técnica, com a aquisição de mobiliário adequado, equipamentos de controle ambiental e materiais que permitam o melhor acondicionamento dos objetos aos novos móveis, após higienização de todo acervo e revisão do inventário.

O projeto teve o valor de R\$ 373.325,80 solicitado, aprovado e captado. Já se encontra com a prestação de contas aprovada pelo MinC.

Pronac 1510302, projeto Crescer com Arte (enquadrado no artigo 18, na área de artes visuais, no segmento exposição de artes visuais) apresentado pelo Instituto Brinquedim de Inclusão Cultural e:

[...] prevê a realização de atividades educacionais no Museu Brinquedim, instituição que, desde 2002, pautada nos princípios da democratização da arte e da cultura, oferece acesso público permanente a seu acervo e as suas atividades. As atividades educacionais aqui propostas incluem a capacitação de dez jovens, na comunidade do entorno do Museu Brinquedim, em monitoria de oficinas criativas e em técnicas básicas de museologia, e, a democratização do acesso gratuito, para 3.000 estudantes de Escolas públicas, às atividades de visitação ao acervo de arte do Museu, a trilha ecológica do Saci, bem como às atividades lúdicas realizadas ao ar livre. Estas atividades irão permitir, ao Museu Brinquedim, a realização de suas metas de formação de público, e, de democratização do acesso à arte, a natureza e ao espaço do brincar a crianças e adolescentes que tem menos possibilidades de acesso a esses bens.

Valor solicitado e aprovado de R\$ 203.000,00 e captado de R\$ 90.600,00 (obteve autorização para captação residual dos recursos em 04/05/2018).

Dessa forma, o quantitativo de projetos voltados à área de acervo é superior às demais áreas, único estado em que identificamos essa situação, no entanto do total do valor captado de R\$5.493.645,44, é preciso subtrair o valor de R\$1.662,55 correspondente ao Pronac 066779, projeto Museu da Imagem e do Som / Digitalização do acervo, que não alcançou os 20% mínimos para execução restando o valor de R\$ 5.491.982,89, dos quais os 3 maiores valores de captação são referentes aos Pronac's 022125, 024520 e 061151, que juntos somam R\$4.235.075,87 voltados ao restauro das edificações.

4.2.4. Maranhão

O centro antigo da capital foi tombado como Patrimônio da Humanidade em 1997, pela UNESCO, devido às suas fachadas em azulejo características da colonização portuguesa. O tambor de crioula foi registrado em 2007 como patrimônio imaterial. A cidade de Alcântara é tombada pelo IPHAN. O Maranhão foi o último estado da Região a abrir um museu. O primeiro surge no final da década de 60, mas só foi aberto ao público em 1973, o Museu Histórico e Artístico do Maranhão (IBRAM, 2011b).

Foram mapeados 23 museus, dos quais 16 estão localizados na capital, ocupando a terceira maior concentração de museus na capital comparado com o resto do país. O reduzido número de instituições resulta na maior proporção do país de habitantes por museu, de 266.043.

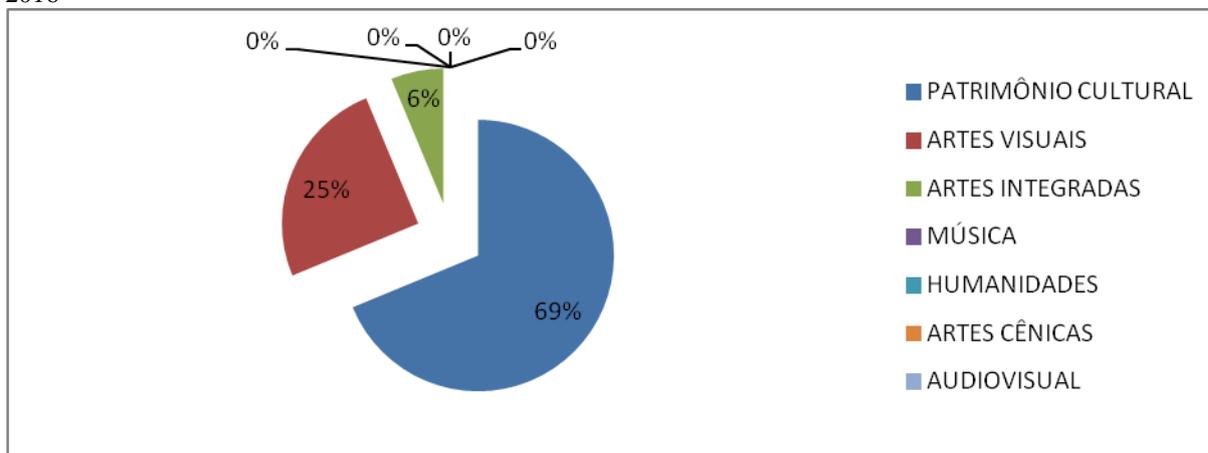
São Luís instituiu em 2008 o Sistema Municipal de Museus. Mais de 80% dos museus são públicos, a maioria deles em âmbito estadual (36,4%) e possui o maior número de museus federais do Nordeste. Apenas um museu possui acervo tombado em esfera federal. Apenas 27,3% possuem instalações destinadas a deficientes. Não obtivemos informações orçamentárias de nenhum dos museus (IBRAM, 2011b).

Do total de 721 projetos apresentados no Maranhão para todas as áreas extraídos do SalicWeb, a palavra “museu” aparece apenas em 16 deles. O ano do primeiro projeto apresentado no estado foi 1993 e 1995 foi o ano do primeiro projeto apresentado para museu.

Para a área de Patrimônio Cultural foram apresentados 114 projetos. Desses, apenas 11 faziam referência à palavra museu em pelo menos um dos campos (Nome do projeto, segmento, resumo e proponente); para a área de Artes Visuais foram apresentados 88 projetos, desses, apenas 04 faziam referência à palavra museu em pelo menos um dos campos. Para a área de artes integradas, dos 121 projetos, apenas em um aparece a palavra museu; para as áreas de música (182), humanidades (85), audiovisual (56) e artes cênicas (74), não aparece a menção a museus.

O Estado concentra todos os projetos apresentados atribuídos a museus nas áreas de patrimônio cultural com quase um terço; artes visuais com exatamente um quarto e o restante nas artes integradas; além de não apresentar projetos atribuídos a museus nas áreas de música, humanidades, artes cênicas e audiovisual, como se observa na Figura 12. Só não possui índices mais concentradores que o estado do Piauí.

Figura 12 - Porcentagem (%) de projetos de incentivos fiscais atribuídos a museus por área - Maranhão, 1991-2016



Fonte: Elaborado pela autora com base no SalicNet/MINC, 2018.

Os museus representados foram: Museu da Memória Republicana, Pública (Estadual); Museu de Ex-votos de São José de Ribamar, Museu Histórico Marítimo do Maranhão, Museu

do Azulejo de São Luís, Museu da Memória Audiovisual do Maranhão e o Museu Virtual do Maranhão (não identificados).

Tabela 19 - Total dos projetos validados apresentados atribuídos a museus no Estado de Maranhão, 1991-2016

Pronac	Museu/Objeto	Município	Percentual captado	Enquadramento Lei 8.313/91
950348	Museu da Memória Republicana/Ações diversas.	São Luís	9,15%	Artigo 26
960390	Museu de Ex-Votos de São José de Ribamar/Elaboração de plantas arquitetônicas.	São José do Ribamar	90,98%	Artigo 26
961238	Museu de Ex-Votos de São José de Ribamar/Execução de fundações e estrutura.	São José do Ribamar	Não captou	Sem enquadramento
962116	Museu de Ex-Votos/Conclusão das obras arquitetônicas e confecção de escultura.	São José do Ribamar	90%	Artigo 26
972982	Museu Histórico Marítimo, do Maranhão/Pesquisa, formação de acervo, obras arquitetônicas para implantação de museu.	São Luís	Não captou	Sem enquadramento
012272	Dinamização dos Museus do Maranhão.	São Luís	Não captou	Artigo 18
055430	Museu do Azulejo de São Luís/Restauração do imóvel para instalar museu.	São Luís	68,13%	Artigo 18
0710909	Museu da Memória Audiovisual do Maranhão/Restauração do imóvel para instalar museu.	São Luís	Não captou	Artigo 18
119766	Museu Virtual do Maranhão.		Não captou	Artigo 18

Fonte: Elaborado pela autora com base no SalicNet/MINC, 2018.

Do total de projetos com a palavra museu (16), apenas 09 foram validados e destes 04 conseguiram captação, estando um deles abaixo do valor mínimo de 20% da captação para iniciar execução (enquadrado no artigo 26); os outros 03 obtiveram captação acima de 50% (02 no artigo 26 e 01 no artigo 18). Os 05 que não obtiveram captação estão enquadrados da seguinte forma: 03 no artigo 18 e 02 sem enquadramento.

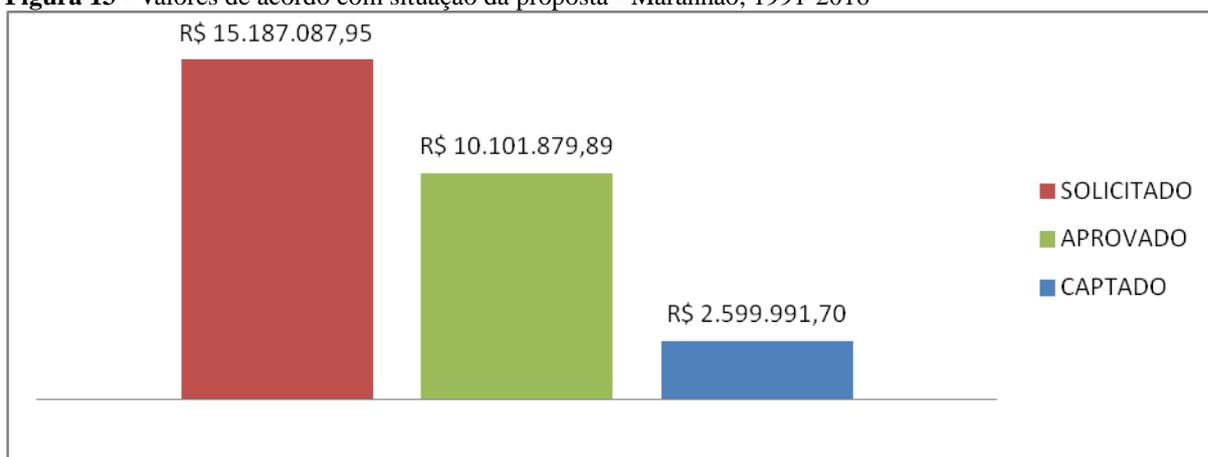
Entre os que não foram validados estão: o Museu da Língua Portuguesa (por ter virado Instituto Cultural antes da concretização do objeto); projetos fotográficos sobre artes sacras em praças, igrejas, museus e inventário de azulejaria nos mesmos espaços; gravação de CD's sobre cultura popular para distribuição em entidades culturais entre elas os museus; além da criação do Museu de Arte Jovem na cidade de Cubatão, em São Paulo e manutenção do Museu de Artes e Ofícios em Belo Horizonte, Minas Gerais.

Os municípios que apresentaram propostas (com e sem captação) foram os mesmos, São José do Ribamar e São Luís, apenas. Por falta de captação deixaram de ser executados os projetos para criação dos Museus Histórico Marítimo do Maranhão, Museu da Memória Audiovisual do Maranhão e Museu Virtual do Maranhão.

O montante solicitado pelos proponentes para a realização dos projetos válidos corresponde a R\$15.187.087,95; sendo que desse total, o valor aprovado para a captação de

recursos foi de R\$10.101.879,89. No entanto, o valor total captado para os projetos válidos em museus correspondeu a R\$2.599.991,70 sendo que os R\$100.000,00 captados pelo Pronac 950348 para o Projeto Museu da Memória Republicana não foram utilizados por estar abaixo dos 20%.

Figura 13 - Valores de acordo com situação da proposta - Maranhão, 1991-2016



Fonte: Elaborado pela autora com base no SalicNet/MINC, 2018.

A Tabela 20 abaixo traz a distribuição das grandes áreas identificadas no objeto principal dos projetos realizados.

Tabela 20 - Áreas de Execução dos Projetos com Captação - Maranhão, 1991-2016

Pronac	Museu	Percentual captado	Áreas captadas			
			Edificação	Exposição	Acervo	Outros
960390	Museu de Ex-Voto de São José de Ribamar	90,98%	1			
962116	Museu de Ex-Voto	90%	1			
055430	Museu do Azulejo de São Luís	68,13%	1			
Quant. Projetos por área			3			

Fonte: Elaborado pela autora com base no SalicNet/MINC, 2018.

Pronac 960390, projeto Execução das Fundações e da Estrutura do Museu de Ex-Voto de São José de Ribamar - Etapa Inicial (enquadrado no artigo 26, na área do patrimônio cultural, segmento museu) apresentado pela Associação de Amigos do Teatro Arthur de Azevedo, nos valores solicitados e aprovados de R\$ 219.813,38 e captado de R\$ 199.999,99 para realização da:

Elaboração das plantas arquitetônicas para construir um museu de "Ex-Voto" na cidade de S. José de Ribamar/MA, de acordo com as exigências da religiosidade local, dando continuidade ao projeto de amparo às manifestações de cultura popular associadas às festas religiosas locais.

Esse projeto obteve a aprovação da prestação de contas pelo MinC.

Pronac 962116, projeto Conclusão de Museu de Ex-Voto (enquadrado no artigo 26, na área de patrimônio cultural e no segmento arquitetônico) apresentado pela Associação de Amigos do Teatro Arthur de Azevedo, no valor solicitado de R\$ 282.452,87, valor aprovado de R\$ 260.000,00 e valor captado de R\$ 234.000,00 para executar a “Conclusão da construção de edificação apropriada para receber acervo religioso de "Ex-Voto", e uma escultura de 15m”. Esse projeto teve o processo arquivado após prestação de contas aprovada pelo MinC com certificação de qualidade-gestão.

Pronac 055430, projeto Restauro do Imóvel da Rua da Palma, 360 - Futura Sede do Museu do Azulejo de São Luís (enquadrado no artigo 18, na área patrimônio cultural, no segmento arquitetônico e na modalidade restauração,) apresentado pela UPAON Açú - Associação Para a Promoção do Desenvolvimento Estratégico de São Luís, nos valores solicitados de R\$ 2.994.139,11, aprovado de R\$3.032.285,85 (o que significa que a proponente pode ter solicitado complementação do valor) e captação de R\$ 2.065.991,71 com o objetivo de:

[...] restaurar o imóvel situado na Rua da Palma, 360 - Centro, na cidade de São Luís, para sediar o Museu do Azulejo, onde funcionará, um espaço de exposição de um precioso acervo azulejar doado pelo Instituto Morada do Azulejo, a Escola de Azulejaria, programa fruto de um convênio entre a Prefeitura de São Luís e a UNESCO, através do Programa MONUMENTA, uma biblioteca especializada sobre azulejos, e a loja de venda das peças produzidas pelos alunos da Escola de Azulejaria.

O projeto apresentou prestação de contas em 2011, mas ainda não foi analisada pelo MinC até o encerramento desta pesquisa. Do valor total captado pelo estado não foi considerado R\$100.000,00 captado pelo Pronac 950348, do projeto Museu da Memória Republicana / ações diversas por estar abaixo dos 20%.

Todos esses projetos têm como foco de ação principal a edificação seja para construção, reparos ou restauro na edificação do imóvel, o que indica que todos os recursos no estado do Maranhão não foram utilizados para salvaguardar o patrimônio museológico.

4.2.5. Paraíba

Foram mapeadas 63 instituições, 22 delas em João Pessoa, capital do Estado. A relação entre a população paraibana e o número de museus é de 57.800 habitantes por instituição, proporção inferior aos índices nacional e regional. O estado possui, ainda, cidades com

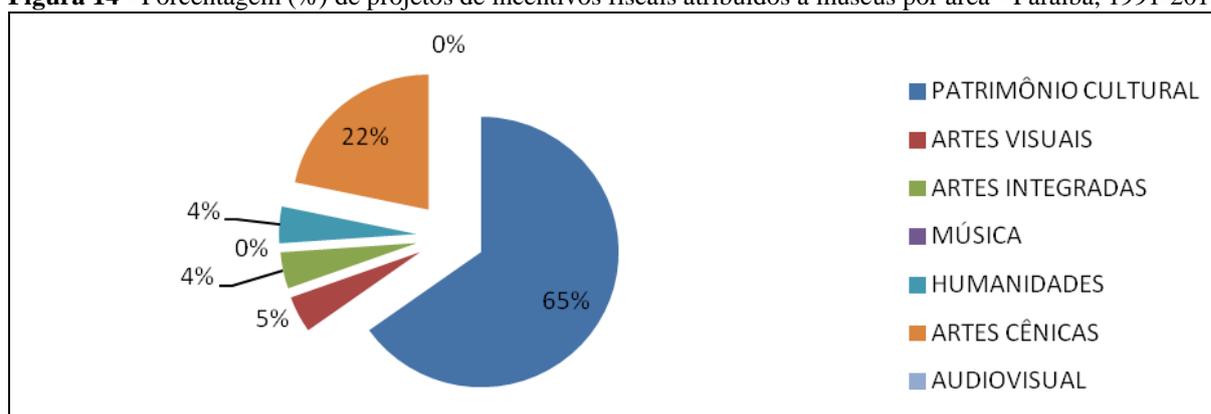
centros históricos tombados, Areia e João Pessoa; além de um monumento arqueológico declarado como patrimônio nacional desde 1944, Pedra do Ingá.

Responderam ao questionário do CNM 14 instituições. Metade dos museus na Paraíba foi implantada entre 1971 e 1980 (acompanhando uma tendência nacional); são instituições predominantemente públicas (85,7%), municipal (50%), estadual (21,4%) e federal (14,3%). Duas instituições possuem acervo tombado. Todos os museus estão abertos ao público. Do total, 57,1% possuem instalações destinadas aos deficientes. Apenas 21,4% possuem orçamento próprio, todas elas são públicas (IBRAM, 2011b).

Um total de 496 projetos, incluindo todas as áreas culturais, foram extraídos do SalicNet e 23 deles mencionam a palavra “museu”; o ano de apresentação do primeiro projeto foi 1995 e no ano seguinte foi apresentado o primeiro projeto para museu.

Para a área de Patrimônio Cultural foram apresentados 51 projetos. Desses, apenas 15 faziam referência à palavra museu em pelo menos um dos campos (Nome do projeto, segmento, resumo e proponente). Para a área de Artes Visuais, foram apresentados 38 projetos, dos quais, apenas 01 fazia referência à palavra museu. Em Artes Cênicas, 82 projetos no total com 5 deles contendo a palavra museu. Para as áreas de Artes Integradas (93) e Humanidades (51), 01 menção a museu em cada. Nas áreas de Música (144) e de Audiovisual (37) não apareceram referências à palavra museu.

Figura 14 - Porcentagem (%) de projetos de incentivos fiscais atribuídos a museus por área - Paraíba, 1991-2016



Fonte: Elaborado pela autora com base no SalicNet/MINC, 2018.

Conforme a Figura 14 acima, o estado acompanha uma característica regional por apresentar mais da metade dos projetos atribuídos a museus na área de Patrimônio Cultural, além de nenhuma representatividade na área de Audiovisual. Está entre os dois únicos estados, junto com o Piauí, com representação na área de Artes Cênicas, com percentual acima dos 20%.

Tabela 21 - Total dos projetos validados apresentados atribuídos a museus no Estado de Paraíba, 1991-2016

Pronac	Museu/Objeto	Município	Percentual captado	Enquadramento Lei 8.313/91
960581	Museu de Artes Assis Chateaubriand/Revitalização do museu.	Campina Grande	0%	Sem enquadramento
971473	Museu do Brejo Paraibano/Reforma e adaptação de espaço.	Areia	11,61%	Artigo 26
981167	Sítio Histórico de Acauã/Restauração, construção e aquisição de equipamentos para instalação do museu.	Não localizado	34,77%	Artigo 18
997774	Museu Casa de José Américo/Restauração do museu.	João Pessoa	0%	Sem enquadramento
022047	Museu Histórico e Geográfico de Taperoá/Formação de acervo.	Não localizado	0%	Sem enquadramento
040918	Museu Jackson do Pandeiro/Criação de museu.	Alagoa Grande	0%	Sem enquadramento
0610151	Museu de História Natural da Paraíba/Criação de museu.	Lagoa Salgada	0%	Artigo 18
0610673	Museu de Arte Assis Chateaubriand - MAAC/Construção da sede própria e reestruturação.	Campina Grande	0%	Sem enquadramento
061787	Museu Histórico da Cidade de João Pessoa/Implantação de museu.	João Pessoa	0%	Artigo 18
063021	Museu de Arte Assis Chateaubriand/Construção de museu.	Campina Grande	0%	Artigo 18
070164	Museu de Cultura Popular Nuppo/Restauração e digitalização do acervo.	João Pessoa	100%	Artigo 18
1010488	Museu Vivo do Patrimônio Imaterial da Grande João Pessoa/Formação de agentes culturais comunitários.	João Pessoa	0%	Artigo 18
1112382	Museu Casa de Pedro Américo, Museu do Brejo Paraibano e Museu Regional de Areia/Oficinas de salvaguarda e restauração.	Areia	0%	Artigo 18

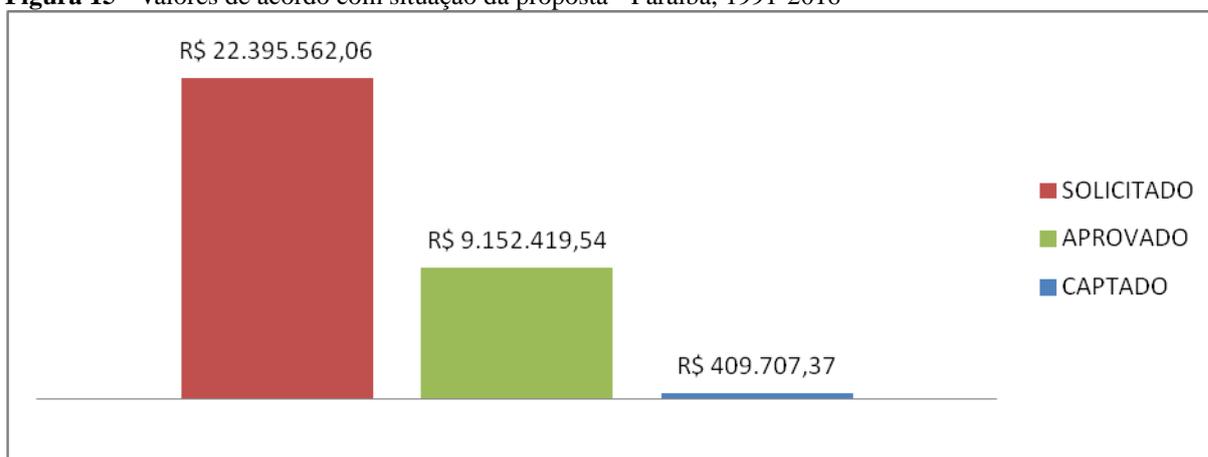
Fonte: Elaborado pela autora com base no SalicNet/MINC, 2018.

Os museus representados foram: Museu de Cultura Popular Paraibana (NUPPO), Museu do Brejo Paraibano, Pública (Federal); Museu Histórico da Cidade de João Pessoa, Museu Casa de José Américo, Pública (Estadual); Museu Jackson do Pandeiro, Museu Casa de Pedro Américo, Pública (Municipal); Museu de Arte Assis Chateaubriand – MAAC, Museu Regional de Areia, Privada; Museu Histórico e Geográfico de Taperoá, Museu de História Natural da Paraíba, Sítio Histórico de Acauã, não identificados; Museu Vivo do Patrimônio Imaterial da Grande João Pessoa, não se aplica.

Dos 13 projetos filtrados, foram identificados 12 museus, sendo um projeto apresentado por 03 museus (Museu Casa de Pedro Américo, Museu do Brejo Paraibano e Museu Regional de Areia), o que representa o maior número de museus em um único estado da Região e menor concentração de projetos apresentados na capital, com representação nas cidades de Campina Grande, Areia, João Pessoa e Alagoa Grande.

O valor total solicitado pelos projetos validados para essa pesquisa é de R\$22.395.562,06. Desse total, o valor aprovado para a captação de recursos foi de R\$9.152.419,54 e desses apenas R\$ 409.707,37 foram captados, com a ressalva dos R\$3.300,00 captados pelo Pronac 971473, Projeto Museu do Brejo Paraibano, no município de Areia, por não ter alcançado os 20% mínimos para execução. Portanto, consideramos o valor de R\$406.407,37, o que representa o menor aproveitamento para captação de recursos pós-valores aprovados pelo MinC.

Figura 15 - Valores de acordo com situação da proposta - Paraíba, 1991-2016



Fonte: Elaborado pela autora com base no SalicNet/MINC, 2018.

Dos 23 projetos selecionados pelo filtro, 13 foram validados (07 projetos no artigo 18, 01 no artigo 26 e 05 não tiveram enquadramento). No entanto, apenas 03 conseguiram captação de recursos, todos eles no artigo 18, cada um com um percentual de captação: em 100% de captação, abaixo de 50% e outro abaixo dos 20% mínimos para execução.

Entre os 10 projetos que não foram validados estão: 07 projetos apresentados pela Fundação Cultural Museu Étnico do Nordeste para realização de espetáculos teatrais, cenografia e eventos de festejos juninos; 02 projetos em nome de pessoa física para edição de livro turístico sobre as cidades serranas do Estado, arquitetura, pontos históricos, museus e outros; 01 projeto da Fundação Espaço Cultural da Paraíba, mas para o Museu de Olinda, em Pernambuco (que deverá ser contabilizado apenas na consolidação dos valores da Região).

Dos 10 projetos que não obtiveram captação (05 estão enquadrados no artigo 18 e os outros 05 no artigo 26); 05 previam a criação dos museus: Jackson do Pandeiro, em Alagoa Grande; Museu de História Natural da Paraíba, em Lagoa Salgada; Museu Histórico da Cidade de João Pessoa e o Museu de Arte Assis Chateaubriand, que apresentou 02 projetos no ano de 2006 para construção de sede própria. Esse mesmo museu apresentou em 1996 um

projeto de revitalização do museu; o Museu José Américo, apresentou projeto para restauração do edifício; o Museu Histórico e Geográfico de Taperoá para formação de acervo; o Museu do Patrimônio Imaterial da Grande João Pessoa, com ações de capacitação na formação de agentes culturais comunitários; e os museus Casa Pedro Américo, Museu do Brejo Paraibano e Museu Regional de Areia que realizaria oficinas de capacitação em salvaguarda e restauro.

A Tabela 22 apresenta a distribuição das grandes áreas identificadas no objeto principal dos projetos realizados.

Tabela 22 - Áreas de Execução dos Projetos com Captação - Paraíba, 1991-2016

Pronac	Museu	Percentual captado	Áreas captadas			
			Edificação	Exposição	Acervo	Outros
981167	Sítio Histórico de Acauã	34,77%	1			
070164	Museu de Cultura Popular Nuppo	100%			1	
Quant. Projetos por área			1		1	

Fonte: Elaborado pela autora com base no SalicNet/MINC, 2018.

O Pronac 981167, projeto Restauração do Sítio Histórico de Acauã (enquadrado no artigo 18, na área patrimônio cultural e segmento arquitetônico), apresentou prestação de contas (que até o fechamento desse trabalho não tinha sido analisado pelo MinC). A proponente, Fundação Casa de José Américo solicitou o valor de R\$ R\$ 855.480,00, teve aprovação final de R\$ 942.443,26 (o que significa que durante a instrução processual, a proponente solicitou complementação do valor inicialmente aprovado) e, por último, obteve captação de R\$ 327.758,37 para “Restauração, construção e aquisição de equipamentos do Sítio de Acauã, com instalação do museu, oficina escola de artesanato e comercialização do produto que pretende o resgate e manutenção da memória do homem sertanejo”. Compreendemos que a baixa captação interfere diretamente e obriga os proponentes a escolherem em quais áreas os recursos captados deverão ser gastos, o que inúmeras vezes significa optar pela realização de atividades que mantenham a estrutura física de pé.

O Pronac 070164, projeto Disponibilização do Museu de Cultura Popular Nuppo, (enquadrado no artigo 18, na área “patrimônio cultural” e no segmento “acervos museológicos”), é um exemplo do que se espera como ciclo ideal de uma proposta apresentada (mais uma vez sem nos atermos aos pormenores das tramitações durante a análise do projeto) por ter cumprido todas as etapas desde a apresentação da proposta até o alcance de 100% de captação do valor solicitado. A proponente (pessoa física) apresentou proposta no valor de R\$78.649,00 e teve esse mesmo valor aprovado e captado integralmente para

realização do projeto que prevê “restauração e digitalização dos acervos do Núcleo de Pesquisa e Documentação da Cultura Popular (NUPPO), do setor de Coordenação de Extensão Cultural, vinculado à Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários da Universidade Federal da Paraíba”. Essa proposta foi apresentada ao MinC em 2007 e teve sua prestação de contas aprovada na Portaria de aprovação nº 189, de 31 de março de 2015, publicada no Diário Oficial da União nº 62, de quarta feira 1º de abril de 2015. Seção nº 01, página 27.

Mesmo sem nos determos às prestações de contas dos projetos constantes na Tabela 22, podemos inferir que o Museu de Cultura Popular Nuppo, por ter alcançado o aporte em 100%, teve condições de realizar integralmente as ações desejadas e, conseqüentemente, o projeto do Sítio Histórico de Acauã, por não ter alcançado nem ao menos 35% do valor solicitado, não teve condições de efetivar suas ações devido à insuficiência dos recursos.

4.2.6. Pernambuco

O estado possui conjuntos históricos tombados pelo IPHAN nas cidades de Goiana, Igarassu, Recife e Olinda, sendo esta última também uma das representantes brasileiras consideradas como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO.

Segundo estado mais populoso da Região, possui 99 museus, 44 deles na capital, Recife. A relação entre população e museus é de 86.586 habitantes por museu, média superior ao país e à própria Região.

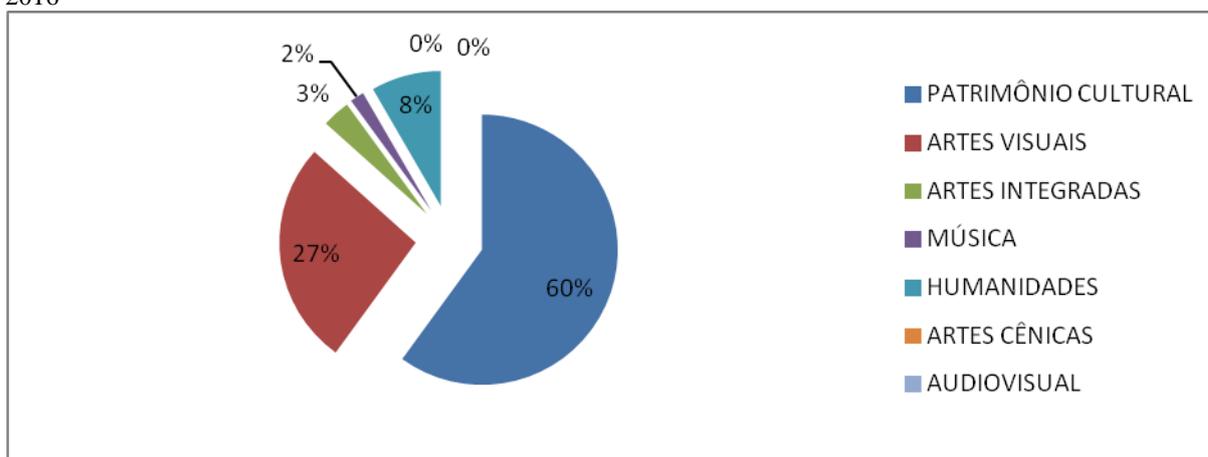
O Museu do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, criado em 1862, é uma das primeiras instituições museais do país. Dentro da imaginação museal brasileira (Iphan, 2006), Pernambuco configura como uma das primeiras experiências na área com o Palácio de Friburgo ou Palácio da Torres, construído em 1642 para servir de residência ao Conde Mauricio de Nassau.

Responderam ao questionário de cadastro 46 museus. Conforme publicação “Museus em Números”, em sua maioria, os museus pernambucanos foram fundados a partir da década de 80. Quanto à natureza administrativa, 62,2% destes 46 museus são públicos, sendo 40% municipais; 04 instituições possuem acervos tombados, a maioria deles em âmbito federal; e 71,7% oferecem estrutura para visitantes com deficiência. Das 41 instituições que responderam ao quesito orçamento, 17 (41,5%) possuem orçamento próprio, sendo 13 públicas e 04 privadas. Esse é o maior índice da Região e supera também o índice nacional, de 22,3%.

Possui um total de 2.541 projetos em todas as áreas culturais e destes 60 mencionam museus; em 1994 foi apresentado o primeiro projeto no Estado e no ano seguinte, o primeiro projeto apresentado para museu.

Para a área de Patrimônio Cultural, foram apresentados 272 projetos. Desses, 36 faziam referência à palavra museu em pelo menos um dos campos (Nome do projeto, segmento, resumo e proponente). Para a área de Artes Visuais foram apresentados 173 projetos. Desses, 16 faziam referência à palavra museu. Em Humanidades 306 e 05 referências a museu. Para Artes Integradas, 389 e 2 com menção à palavra museu. Em Música 693 projetos e 1 referência a museu. As áreas de Audiovisual (291) e de Artes cênicas (417), não apresentaram referências a museu.

Figura 16 - Porcentagem (%) de projetos de incentivos fiscais atribuídos a museus por área - Pernambuco, 1991-2016



Fonte: Elaborado pela autora com base no SalicNet/MINC, 2018.

Conforme a Figura 16 acima, nota-se a pouca representatividade dos projetos apresentados por e/ou para museus dentro da totalidade dos projetos atribuídos a museus apresentados no IF no estado de Pernambuco. Quase 90% deles estão distribuídos entre as áreas de Patrimônio Cultural e Artes Visuais, além da baixa representatividade em Humanidades, Artes Integradas e Música ou ainda nenhuma representação nas áreas de Artes Cênicas e Audiovisual.

Os museus representados, conforme Tabela 23, foram: Museu da Abolição, Pública (Federal); Museu do Estado de Pernambuco, Museu de Arte Sacra de Pernambuco, Pública (Estadual); Museu de Arte Moderna Aloísio Magalhães, Pública (Municipal); Casa-Museu Magdalena e Gilberto Freyre, Museu do Homem do Nordeste, Museu do Barro, Museu Oficina Cerâmica Francisco Brennand, Museu Paço do Frevo, Museu da Academia Pernambucana de Letras, privada; Museu da Memória do Carnaval Pernambucano, Museu de

Dança Popular de Pernambuco, Museu da Energia em Fernando de Noronha, Museu de Arte Moderna Abelardo Rodrigues (identificado como localizado em Recife), Museu Arqueológico do Recife antigo, Museu da Mulher do Estado de Pernambuco, Memória Viva da Polícia Militar de Pernambuco (museu virtual), não identificado.

Tabela 23 - Total dos projetos validados apresentados atribuídos a museus no Estado de Pernambuco, 1991-2016

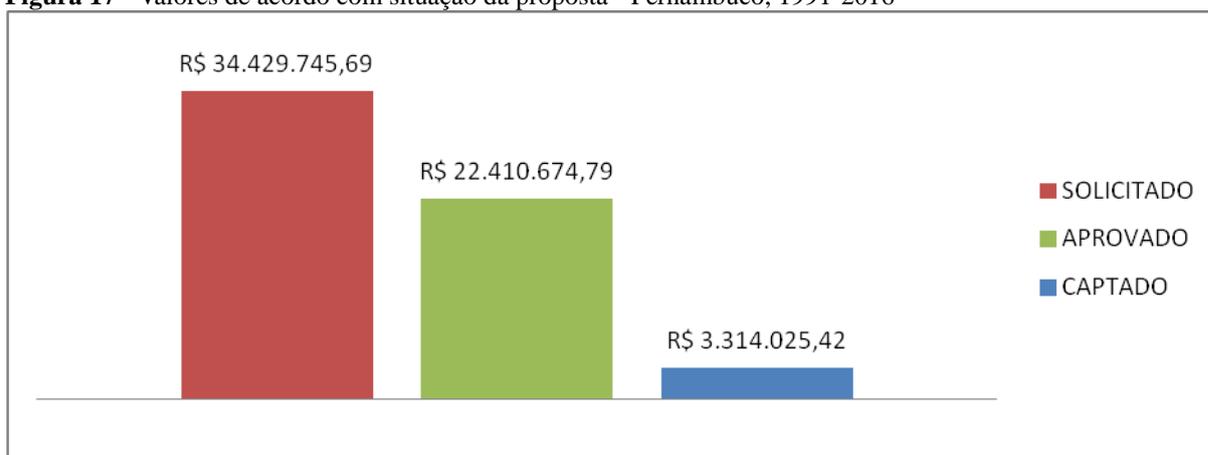
Pronac	Museu/Objeto	Município	Percentual captado	Enquadramento Lei 8.313/91
951161	Museu da Memória do Carnaval Pernambucano/Criação de museu.		0%	Artigo 26
960862	Museu do Estado de Pernambuco/Objeto não identificado.	Recife	0%	Sem enquadramento
970600	Museu de Arte Sacra de Pernambuco/Aquisição de acervo.	Olinda	0%	Sem enquadramento
980369	Casa-Museu Magdalena e Gilberto Freyre/Obras arquitetônicas.	Recife	100%	Artigo 26
980372	Museu de Arte Moderna Aloísio Magalhães/Exposição.	Recife	122,84%	Artigo 26
000922	Museu do Homem do Nordeste/Produção de livro.	Recife	88,34%	Artigo 18
003289	Museu de Dança Popular de Pernambuco/Implantação de museu.		0%	Sem enquadramento
003912	Museu da Energia em Fernando de Noronha/Implantação do museu.		0%	Artigo 26
012253	Museu do Estado de Pernambuco/Exposição.	Recife	0%	Artigo 26
022604	Museu de Arte Moderna Abelardo Rodrigues, em Recife e a outra no Museu de Arte Moderna da Bahia/Exposições.		0%	Artigo 18
033094	Museu do Estado de Pernambuco/Aquisição do acervo.	Recife	0%	Artigo 26
042420	Museu do Estado de Pernambuco/Exposição.	Recife	0%	Sem enquadramento
043723	Museu de Arte Moderna Aloísio Magalhães/Restauração do edifício.	Recife	0%	Artigo 18
058211	Museu arqueológico do Recife antigo/Exposição.		0%	Sem enquadramento
059844	Museu de Arte Sacra de Pernambuco/Exposição e aquisição de acervo.	Olinda	3,05%	Artigo 18
054904	Museu do Homem do Nordeste/Revitalização da Exposição de Longa Duração.	Recife	28,88%	Artigo 18
056079	Museu do Barro/Adequação do espaço físico.	Caruaru	0%	Artigo 26
060360	Museu do Estado de Pernambuco/Exposição.	Recife	0%	Artigo 18
065618	Museu da Abolição/Projeto museológico para reformulação e adequação do espaço.	Recife	0%	Artigo 18
076288	Memória Viva da Polícia Militar de Pernambuco (museu virtual)/Restauração e digitalização do acervo.		0%	Artigo 18
075976	Museu Oficina Cerâmica Francisco Brennand/Ação educativa	Recife	100%	Artigo 26
0712168	Museu de Arte Moderna Aloísio Magalhães/Aquisição de acervo.	Recife	0%	Sem enquadramento
0712172	Museu de Arte Moderna Aloísio Magalhães/Aquisição de acervo.	Recife	0%	Artigo 18
079149	Museu de Arte Moderna Aloísio	Recife	0%	Artigo 18

Pronac	Museu/Objeto	Município	Percentual captado	Enquadramento Lei 8.313/91
	Magalhães/Melhorias na eficiência energética do museu.			
079936	Museu da Mulher do Estado de Pernambuco/Criação de museu.		0%	Sem enquadramento
080140	Museu do Estado de Pernambuco/Inventariação e Digitalização do acervo.	Recife	100%	Artigo 18
080141	Museu do Estado de Pernambuco/Modernização da Reserva Técnica do museu.	Recife	0%	Artigo 18
080142	Museu do Estado de Pernambuco/Implantação de laboratório de conservação e restauração.	Recife	0%	Artigo 26
080147	Museu do Estado de Pernambuco/Projeto de Modernização e Revitalização do museu.	Recife	0%	Sem enquadramento
080210	Museu do Estado de Pernambuco/Oficina de Artífices Restauradores.	Recife	100%	Artigo 18
1010256	Museu de Arte Moderna Aloísio Magalhães/Ações educativas.		0%	Artigo 26
114123	Museu do Estado de Pernambuco/Exposição.	Recife	0%	Artigo 18
131056	Museu do Estado de Pernambuco/Inventariação, digitalização e implantação de microchips no acervo museológico.	Recife	0%	Artigo 18
132436	Oficina de Artífices Restauradores em Mobiliário- II Módulo.	Recife	54,31%	Artigo 18
149181	Museu Paço do Frevo/Apresentações musicais.	Recife	0%	Artigo 18
147590	Casa-Museu Magdalena e Gilberto Freyre/Restauro das edificações.	Recife	0%	Artigo 18
147942	Museu do Estado de Pernambuco/Projeto de reforma e aquisição de mobiliário para reserva técnica.	Recife	58,29%	Artigo 18
158837	Casa-Museu Magdalena e Gilberto Freyre/Plano Anual.	Recife	0%	Artigo 18
160970	Museu do Estado de Pernambuco/Oficina de Artífices Restauradores.	Recife	83,67%	Artigo 18
161122	Museu do Estado de Pernambuco/Modernização da Biblioteca do museu.	Recife	65,76%	Artigo 18
164739	Museu da Academia Pernambucana de Letras/Implantação do museu.	Recife	72,26%	Artigo 18
162484	Museu do Estado de Pernambuco/Publicação de livro.	Recife	105,26%	Artigo 18

Fonte: Elaborado pela autora com base no SalicNet/MINC, 2018.

Dos 41 projetos listados para essa pesquisa, foram identificados 17 museus, dos quais apenas 02 estão localizados fora da capital (tendo um deles apresentado dois projetos e o outro apenas um), nas cidades de Olinda e Caruaru sem que nenhum deles tenha alcançado captação mínima para iniciar a execução. Outros 29 foram apresentados por instituições em Recife, os demais não foram identificados os municípios.

No estado de Pernambuco, do valor total solicitado de R\$34.429.745,69 entre os projetos válidos, foi aprovado o valor de R\$ 22.410.674,79 para captação. Porém, o valor total captado para os projetos válidos em museus correspondeu a R\$ 3.314.025,42.

Figura 17 - Valores de acordo com situação da proposta - Pernambuco, 1991-2016

Fonte: Elaborado pela autora com base no SalicNet/MINC, 2018.

Do total de projetos apresentados contendo a palavra museu (60), 41 foram validados para essa pesquisa. Destes 23 estão enquadrados no artigo 18; 10 no artigo 26 e 08 estão sem enquadramento.

No entanto, apenas 13 conseguiram captação de recursos, sendo 06 com 100% de captação (03 no artigo 18 e 03 no artigo 26); 05 com mais de 50% de captação e 02 com menos de 50% de captação (um deles abaixo de 10%) todos no artigo 18.

Dos 19 projetos não validados, estão projetos enquadrados no segmento “museu” para exposição de acervos de particulares e de museus, memorial de dança popular, projetos propostos pela Sociedade de Amigos do Museu de Arte Moderna Aloísio Magalhães para edição de livros (ex: Publicação do catálogo da Exposição "*Gateway To New York: Do Porto de Pernambuco, a Porta para Nova Iorque*", no Yeshivá Museum de Nova York/EUA, etc); além de projetos que faziam menção a museus fora do estado, como projetos expositivos no Museu Afro-Brasil de São Paulo, Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, Museu Nacional de Brasília, Museu Arqueológico Histórico do Tororó, no Rio Grande do Norte, e Implantação do Museu da Língua Portuguesa (já tratado no Maranhão).

Entre os 28 projetos que não tiveram captação, 07 foram enquadrados no artigo 26, 13 no artigo 18 e 08 sem enquadramento. Através deles, poderiam ter sido criados os museus: Museu da Memória do Carnaval, Museu de Dança Popular de Pernambuco, Museu da Energia em Fernando de Noronha e o Museu da Mulher do Estado de Pernambuco.

A tabela 24 abaixo apresenta a distribuição das grandes áreas identificadas no objeto principal dos projetos realizados.

Tabela 24 - Áreas de Execução dos Projetos com Captação - Pernambuco, 1991-2016

Pronac	Museu	Percentual captado	Áreas captadas			
			Edificação	Exposição	Acervo	Outros
980369	Casa-Museu Magdalena e Gilberto Freyre	100%	1			
980372	Museu de Arte Moderna Aloísio Magalhães	122,84%		1		
000922	Museu do Homem do Nordeste	88,34%				1
075976	Museu Oficina Cerâmica Francisco Brennand	100%				1
080140	Museu do Estado de Pernambuco	100%			1	
080210	Museu do Estado de Pernambuco	100%				1
132436	Museu do Estado de Pernambuco	54,21%			1	
147942	Museu do Estado de Pernambuco	58,29%			1	
160970	Museu do Estado de Pernambuco	83,67%				1
161122	Museu do Estado de Pernambuco	65,76%				1
164739	Museu da Academia Pernambucana de Letras	72,26%	1			
162484	Museu do Estado de Pernambuco	105,26%				1
Quant. Projetos por área			2	2	-	6

Fonte: Elaborado pela autora com base no SalicNet/MINC, 2018.

Pronac 980372, projeto Exposição de Jean Michel Basquiat em Recife (enquadrado no artigo 26, na área de artes visuais e no segmento plásticas), apresentado pela Fundação de Cultura Cidade do Recife no valor solicitado de R\$ 57.006,46, aprovado de R\$ 65.122,22 e captado de R\$ 79.999,98 para “Realização de exposição com 100 trabalhos do artista plástico Jean Michel Basquiat, do acervo da Galeria Navarro, em Paris, no Museu de Arte Moderna Aloísio Magalhães”. Prestação de contas aprovada.

Pronac 980369, projeto Espaço Cultural Gilberto Freyre (enquadrado no artigo 26, na área patrimônio cultural e no segmento arquitetônico), apresentado pela Fundação Gilberto Freyre, nos valores solicitados de R\$ 359.734,00 e aprovados e captados de R\$ 470.363,30 para realizar a “Edificação do Espaço Cultural Gilberto Freyre, que se integrará à Casa-Museu e ao Sítio Ecológico Gilberto Freyre, completando-os e ampliando as ações da instituição na área de educação, cultura e lazer”. Prestação de contas aprovada.

Pronac 000922, projeto Museu do Homem do Nordeste e Banco Safra (enquadrado no artigo 18, na área de humanidades, no segmento edição de livros e na modalidade história/ciências sociais), apresentado pela Federação Israelita de Pernambuco – FIPE nos valores de R\$ 255.400,00, R\$ 148.527,76, R\$ 131.212,05 solicitado, aprovado e captado

respectivamente. O referido projeto, que já obteve a prestação de contas aprovada junto ao MinC, teve por intuito editar um livro em comemoração ao centenário de Gilberto Freire pelo Museu do Homem do Nordeste.

Pronac 075976 - Formação Continuada de Arte-Educadores, Alunos Aprendizes e Monitores (enquadrado no artigo 26, na área de artes visuais e no segmento plásticas), apresentado pela Associação dos Amigos da Arte Cerâmica de Francisco Brennand, no valor solicitado de R\$ 184.689,38 e aprovado e captado de R\$ 173.428,15. O projeto visa:

[...] implantar o Plano de Ação Educativa e Cultural a ser desenvolvido pelo Museu Oficina Cerâmica Francisco Brennand, através de seminário em artes plásticas, mitologia, imaginário e arte-educação, para formação de arte-educadores, promover ciclo de debates com 10 palestras em artes plásticas, realizar 30 oficinas para alunos do ensino fundamental da rede municipal de ensino. Editar 3.000 livros sobre a vida e obra do pintor Francisco Brennand e editar uma publicação técnica sobre educação em museus.

Esse projeto foi selecionado pelo PPC-PETROBRAS, no ano de 2007 e apresentou prestação de contas em 2010 e aguarda pela análise do MinC.

Pronac 080140, projeto Inventariação e Digitalização do acervo museológico do Museu do Estado de Pernambuco - MEPE (enquadrado no artigo 18, na área patrimônio cultural e no segmento acervos museológicos), apresentado pela Sociedade dos Amigos do Museu do Estado de Pernambuco, no valor solicitado de R\$ 458.705,38, aprovado e captado de R\$ 378.201,38. Para “Identificar e quantificar o acervo artístico, histórico do Museu do Estado de Pernambuco, compreendidos pelos bens culturais móveis e integrado”. Aguardando análise da prestação de contas enviada ao MinC.

Pronac 080210, projeto Oficina de Artífices Restauradores em Mobiliário (enquadrado no artigo 18, na área patrimônio cultural e no segmento acervos museológicos), apresentado pela Sociedade dos Amigos do Museu do Estado de Pernambuco, nos valores solicitado, aprovado e captado de R\$ 295.334,79 para “Conservação e restauração do mobiliário do acervo do Museu do Estado de Pernambuco, através de oficinas de qualificação de nível básico no ofício da marcenaria fina e entalhe”. A prestação de contas foi enviada em 2013 e aguarda análise do MinC.

Pronac 132436 - Oficina de Artífices Restauradores em Mobiliário- II Módulo (enquadrado no artigo 18, na área patrimônio cultural e no segmento preservação de acervos museológicos), apresentado pela Sociedade dos Amigos do Museu do Estado de Pernambuco, no valor solicitado e aprovado de R\$ 294.523,00, com captação de R\$ 159.969,65. Apresentou prestação de contas e aguarda análise do MinC.

Segundo o proponente, o projeto:

[...] possibilitará uma significativa melhoria para o fortalecimento das linhas prioritárias da preservação, conservação e salvaguarda do acervo mobiliário; na proposta do referido projeto estão previstas a capacitação de uma equipe permanente o que assegurará a continuidade do projeto no Museu do Estado de Pernambuco, com formação de técnicos e especialistas que atendam as finalidades do Museu do Estado de Pernambuco bem como outros museus e instituições públicas e privadas.

Pronac 147942, Projeto de reforma e aquisição de mobiliário para reserva técnica do Museu do Estado de Pernambuco (enquadrado no artigo 18, na área patrimônio cultural e no segmento aquisição de equipamentos para manutenção de acervos), apresentado pela Sociedade dos Amigos do Museu do Estado de Pernambuco, nos valores solicitados de R\$ 1.238.830,59, aprovado de R\$ 1.149.359,64 e captado de R\$ 670.030,35 com o objetivo de “reformular a Reserva Técnica do Museu do Estado de Pernambuco e adquirir mobiliário e equipamentos adequados para a organização, acondicionamento e salvaguarda do acervo”.

Pronac 160970 – projeto Oficina de Artífices Restauradores em Mobiliário do Museu do Estado de Pernambuco MÓDULO III (enquadrado no artigo 18, na área de patrimônio cultural e no segmento restauração de Acervos Museológicos), apresentado pela Sociedade dos Amigos do Museu do Estado de Pernambuco, nos valores solicitado e aprovado de R\$ 292.880,00 com captação de R\$ 230.000,00. Para realização de oficinas com a finalidade de:

[...] preservar e perdurar as técnicas de restauro antigas, que por razões de desinteresse na área e diferenças nos contextos geracionais estavam em processo de extinção. Com a formação de mais de 50 técnicos em restauração nos módulos anteriores, além de acompanhar os resultados de alcance desse objetivo inicial esta nova etapa do projeto vem justamente atender o “crescimento” da Oficina, que trouxe necessidades de incrementos de suas ações para dar solidez aos resultados já alcançados e também continuidade com o acréscimo de novas oportunidades para esses profissionais que estão sendo formados. Linhas de ação: Execução de aulas para novos alunos, criação de grupos de trabalhos com alunos formados no módulo 1 e 2 e Monitoramento e fomento para o Grupo de Profissionais Empreendedores no Ofício da Conservação e Restauração de Peças de Mobiliário.

Prestação de contas final apresentada aguardando análise do MinC.

Pronac 161122, projeto Modernização da Biblioteca do Museu do Estado de Pernambuco (enquadrado no artigo 18, na área de patrimônio cultural e no segmento de preservação de patrimônio museológico), apresentado pela Sociedade dos Amigos do Museu do Estado de Pernambuco, no valor solicitado de R\$ 237.020,00, aprovado de R\$ 228.100,00 com captação de R\$150.000,00. A prestação de contas final foi apresentada e aguarda análise do MinC.

Segundo o proponente, o Projeto de Modernização da Biblioteca do Museu do Estado de Pernambuco:

[...] vem somar-se a um conjunto de ações de melhorias pelas quais está passando o Museu do Estado de Pernambuco. Prevendo a otimização do espaço já existentes e uma nova forma de organização do acervo bibliotecário, o projeto vem atender a necessidade de um melhor relacionamento com o público, uma das diretrizes principais da gestão atual, junto, é claro, com a preservação e conservação do acervo em geral. A gestão da memória está diretamente relacionada à gestão da informação, possibilitando com isso uma maior interação com a sociedade, corroborando para melhoria dos serviços e a qualidade nos estudos e pesquisas; geradores da sustentabilidade do acervo bibliográfico e documental.

Pronac 162484, projeto Museu do Estado de Pernambuco - Uma década para lembrar (enquadrado no artigo 18, na área de humanidades e no segmento livros ou obras de referência- valor Humanístico) apresentado pela Sociedade dos Amigos do Museu do Estado de Pernambuco, no valor solicitado de R\$ 177.360,00, aprovado de R\$ 142.500,00 e captado de R\$ 150.000,00. A prestação de contas foi apresentada e aguarda análise do MinC.

O Projeto busca:

[...] viabilizar a edição do livro Museu do Estado de Pernambuco - Uma década para lembrar, entendendo que será um objeto de socialização de práticas importantes no trato de acervos museais e outras ações que fizeram destes últimos dez anos, anos de destaque na história do Museu do Estado de Pernambuco, em atividade desde 1929. Espera-se, com a publicação, o registro e a manutenção das informações de todos os principais acontecimentos e projetos executados no período de 2007 a 2017, entendendo que foi uma década de mudanças significativas no cenário cultural do Estado de Pernambuco.

Pronac 164739, projeto Implantação do museu da Academia Pernambucana de Letras (enquadrado no artigo 18, na área patrimônio cultural e no segmento preservação de acervos museológicos), apresentado pela Academia Pernambucana de Letras, nos valores solicitado e aprovado de R\$ 415.120,00 com captação de R\$ 300.000,00. Segundo o proponente, o:

Projeto de implantação do museu da Academia Pernambucana de Letras através da elaboração de um plano museológico para a Instituição, composto pelos programas: Institucional, Acervos, Arquitetônico, Expositivo, Educativo, Pesquisa, Comunicação, Segurança, Recursos humanos e Recursos econômicos. Do plano museológico a ser proposto, serão executados os programas que permitirão a reabertura dos espaços destinados a visitação pública, que são: Institucional, Acervo, Arquitetônico, Expositivo e Educativo. No programa institucional será estabelecido a missão e função social do museu da Academia. No de acervo será realizado o inventário das coleções. No arquitetônico serão identificados os espaços que são propícios para o desenvolvimento das ações museais. No expositivo será elaborado e executado a expografia da mostra permanente. No educativo será desenvolvido o roteiro de visitação pública de acordo com os segmentos expográficos, perfil e faixa etária do público visitante, além do aplicativo para plataformas digitais.

O referido projeto se encontra com autorização para captação residual dos recursos, portanto, em andamento.

Do valor total captado de R\$ 3.314.025,42 no estado de Pernambuco, reduzimos os valores de R\$ 5.485,78 (Pronac 059844, projeto Imagens Nordestina Que o Povo Venera, enquadrado no artigo 18, na área de artes visuais, no segmento plásticas e na modalidade artes) apresentado por pessoa física, no valor solicitado de R\$ 184.925,36 e aprovado de R\$ 179.425,36 para:

[...] criação de doze imagens sacras, da artista plástica Vera Toledo, as obras em concreto armado, em tamanho natural, que irão compor uma exposição ao ar livre no sítio do antigo Palácio dos Bispos, onde funciona o Museu de Arte Sacra de Pernambuco (MASPE), em Olinda. Após o período da exposição, as peças serão doadas ao MASPE.

O projeto não obteve captação mínima de 20% e a proponente fez a devolução ao FNC e R\$ 120.000,00 (Pronac 054904, projeto Revitalização da Exposição de Longa Duração do Museu do Homem do Nordeste, enquadrado no artigo 18, na área patrimônio cultural, no segmento museu e na modalidade artes), apresentado pela Fundação Joaquim Nabuco, no valor solicitado de R\$ 551.432,00, aprovado de R\$ 415.432,00 e captado de R\$ 120.000,00.

Objetivo de:

Atualizar e contextualizar a exposição, com novo mobiliário, cenários, ambientações, maquetes e suportes, adotando-se um novo conceito de compartimentação das coleções, criando-se para isso um novo itinerário para o visitante, numa área de 1.200 m²; sonorizar o circuito expositivo e inserir recursos audiovisuais na exposição, utilizando o acervo da Fonoteca e Cinemateca da Fundação; restaurar uma locomotiva, um locomóvel, uma jangada e um bonde urbano, expostos no jardim do Museu; criar estruturas de proteção das chuvas e raios UV da luz solar para o acervo exposto nos jardins do Museu.

Apesar de o referido projeto ter sido validado, estar em consonância com os critérios estabelecidos pela pesquisa e ter obtido captação acima de 20%, o mesmo não pode ser contabilizado devido ao recolhimento integral dos recursos captados.

4.2.7. Piauí

Terceiro maior estado da Região em área, nele se encontram cidades históricas como Oeiras, Parnaíba e Piracuruca, tombadas pelo IPHAN; o Delta do Parnaíba (único em mar aberto das Américas); além dos sítios arqueológicos reconhecidos mundialmente, situados no

Parque Nacional Serra da Capivara, em São Raimundo Nonato fonte de pesquisas também de referência mundial, que através da Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM), que colocam o Brasil no centro das discussões sobre o povoamento das Américas.

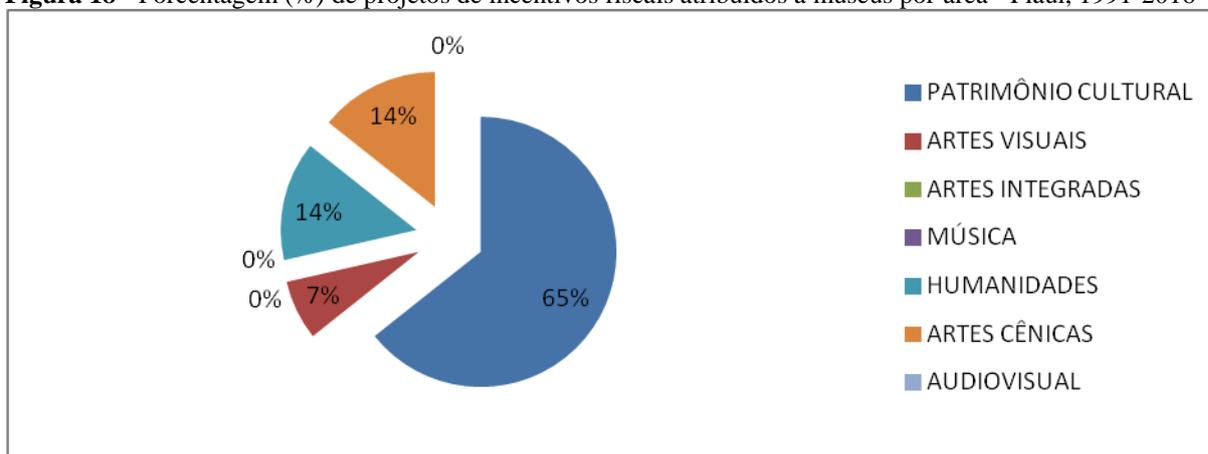
Foram mapeados 32 museus, 06 deles estão localizados na capital. A relação entre população e museus é de 94.763 habitantes por museus, o que representa a segunda maior da Região e 4º maior do Brasil. Dos 223 municípios no Estado, apenas 16 possuem museus. O primeiro deles data de 1942, o Museu do Piauí, localizado em Teresina. O estado também conta com o Sistema Estadual de Museus do Piauí (SEM/PI), desde 2008.

Responderam ao questionário do CNM 10 museus. O cenário apresenta 50% das instituições como públicas (nenhuma delas é federal); 40% privadas (o dobro da proporção nacional); e 10% de outra natureza. Dispõem de instalações acessíveis aos deficientes físicos 30% dos museus e outros 30% possuem orçamento próprio, representando o segundo maior percentual da Região.

Do total de 268 projetos, incluindo todas as áreas culturais, 14 mencionam museus. Em 1996, foi apresentado o primeiro projeto pelo estado e no seguinte um projeto apresentado atribuído a museu.

Para a área de Patrimônio Cultural foram apresentados 32 projetos. Desses, apenas 09 faziam referência à palavra museu em pelo menos um dos campos (Nome do projeto, segmento, resumo e proponente). Para a área de Artes Visuais foram apresentados 12 projetos. Desses, apenas 01 fazia referência à palavra museu. Em Humanidades (47) e Artes Cênicas (56), 02 projetos cada. Para Música (80), Audiovisual (18) e Artes Integradas (23) não houve menção a museu.

Figura 18 - Porcentagem (%) de projetos de incentivos fiscais atribuídos a museus por área - Piauí, 1991-2016



Fonte: Elaborado pela autora com base no SalicNet/MINC, 2018.

Conforme Figura 18 acima, no Piauí os projetos foram apresentados em sua maioria na área de Patrimônio Cultural, com representatividade acima da média nas áreas de Humanidades (atrás apenas da Paraíba) e Artes Cênicas e sem representação nas áreas de Artes Integradas, Música e Audiovisual.

Tabela 25 - Total dos projetos validados apresentados atribuídos a museus no Estado de Piauí, 1991-2016

Pronac	Museu/Objeto	Município	Percentual captado	Enquadramento Lei 8.313/91
052271	Museus do Piauí/Formação de Banco de Banco de Dados.	Não se aplica	0%	Artigo 26
063025	Museu da Casa da Cultura de Teresina/Aquisição de equipamentos e mobiliários.	Teresina	0%	Artigo 18

Fonte: Elaborado pela autora com base no SalicNet/MINC, 2018.

Do total de projetos apresentados contendo a palavra museu (14), apenas 02 foram validados para a análise deste trabalho cada um deles enquadrado em um dos artigos (18 e 26), ambos na área de Patrimônio Cultural, mas nenhum deles obteve captação. Os museus representados foram: Museu do Índio e o Museu da Casa da Cultura de Teresina, de natureza Pública (Municipal).

Foram 12 os projetos não validados, mas identificados pelo filtro da pesquisa: 01 da Associação dos Amigos do Museu de Arte Folclórica do Nordeste, cujo objeto está voltado à tradição oral dos mestres griôs; e os demais (11) apresentados pela Fundação do Museu do Homem Americano (FUNDHAM), voltados à preservação do Parque da Serra da Capivara, edição de livros sobre o Parque, realização de festivais de arte, entre outros.

Apesar de não terem sido analisados na presente pesquisa, cabe mencionar que os projetos que captaram recursos se destinavam à execução de serviços nas instalações, monitoramento, manutenção e recuperação da infraestrutura de uso turístico e cultural do Parque, de manutenção administrativa da FUNDHAM, além da pesquisa, registro, divulgação dos sítios sem que os recursos chegassem até o Museu do Homem Americano. Somados, todos os projetos identificados pelo filtro alcançam o valor solicitado de R\$ 24.533.189,01, aprovado de R\$ 23.159.306,61, sendo captados R\$ 15.481.932,29 pela FUNDHAM.

Apesar de estar inserido no setor museológico e partilhar da grave crise financeira das instituições localizadas no interior do país, o Parque Nacional da Serra da Capivara, na cidade de São Raimundo Nonato, representado na Lei Rouanet pela Fundação do Museu do Homem Americano (FUMDHAM) não pode ser contabilizado enquanto investimento no setor

museológico, uma vez que não foi aplicada especificamente e diretamente no próprio Museu do Homem Americano e sim em ações de preservação do Parque como um todo.

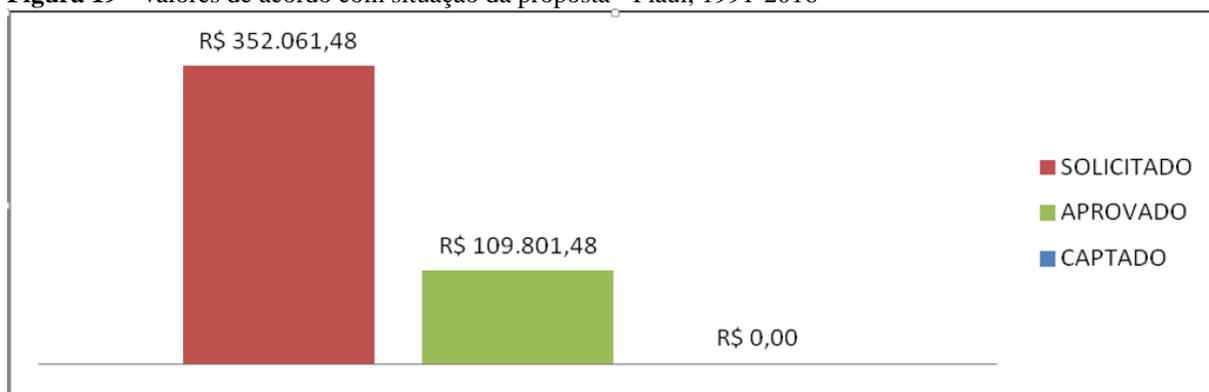
Estamos falando de uma estrutura que se tornou referência nacional na sistematização sobre arte rupestre, com um acervo composto por mais de 1 milhão de peças, que também recebeu grandes investimentos, mas que representa todo montante captado pelo estado do Piauí. O Parque tem potencial para desenvolvimento de um pólo turístico com amplas possibilidades para o desenvolvimento socioeconômico local e o recebimento de milhares de visitantes, igualmente como tantos outros espaços atrativos e de vultosas movimentações econômicas espalhados pelo mundo como Guggenheim, de Bilbao, Louvre, em Lens e em Abu Dabhi, Tate Modern, em Londres; Louisiana, na Dinamarca, Gaudí, em Roma, o museu do Vaticano, museus que já ganham o público pela própria arquitetura, museus que movimentam não só a economia da cultura, mas a do turismo e da educação (REIS, 2010). Segundo Coelho (2014, p. 24), os museus deveriam justificar-se por si.

No entanto, o argumento da cultura como um valor intrínseco já não comove os políticos, o Estado, os empresários e a sociedade civil. O museu, hoje, como a cultura, deve ter um valor extrínseco, tem de servir para alguma coisa.

Como afirma a arqueóloga Niede Guidon, em entrevista à Revista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (REVISTA..., 2007), falta melhorias na infraestrutura local:

Sem aeroporto e com as estradas esburacadas, que representam um perigo terrível, principalmente na estação das chuvas, são recebidos somente 12 mil turistas por ano, em vez dos 3 milhões aguardados. Desse modo, fica difícil assegurar a manutenção do Museu e, sobretudo, manter a exposição em dia com as novas descobertas.

O caso do Museu do Homem Americano apresenta uma gravidade, uma vez que está inserido em um núcleo em constante mudança, tanto em potencial como em atratividade, pois anualmente são descobertos centenas de sítios, que sozinhos garantiriam atrativos expositivos ao Museu e, conseqüentemente, o apelo ao público de visitar novas exposições no mesmo espaço. Contudo, toda essa potencialidade não parece ser suficiente para salvaguardar um dos poucos museus desse estado.

Figura 19 - Valores de acordo com situação da proposta - Piauí, 1991-2016

Fonte: Elaborado pela autora com base no SalicNet/MINC, 2018.

Pronac 052271, projeto Formação de Banco de Banco de Dados do Museu do Piauí (enquadrado no artigo 26, na área patrimônio cultural e segmento acervo museológico) apresentado pela Associação dos Amigos do Museu do Piauí, no valor solicitado de R\$225.288,00. O projeto objetivava:

[...] pesquisar, catalogar e criar um banco de dados para complementação da documentação museológica existente, cumprindo uma de suas mais importantes funções o museu possui um valioso acervo, quantificado em, aproximadamente, 7,0 mil peças configurando-se em acervo eclético, com perfil histórico, artístico e antropológico.⁵⁰

Nenhum valor foi aprovado para o desenvolvimento dessas ações, uma vez que por inabilitação da proponente o mesmo foi retirado de pauta e arquivado.

Pronac 063025, projeto Renovare: Revitalizando o Museu e as Bibliotecas da Casa da Cultura de Teresina (enquadrado no artigo 18, na área patrimônio cultural e segmento formação infanto juvenil), apresentado pela Fundação Cultural Monsenhor Chaves, cujo objetivo é de “Proporcionar ao Museu e às Bibliotecas da Casa da Cultura de Teresina infraestrutura adequada, com vistas à otimização de seu funcionamento. Adquirir equipamentos, mobiliários e outros materiais, no período de maio a agosto de 2006”. Dos R\$ 126.773,48 solicitados, teve aprovação de R\$ 109.801,48, no entanto, foi arquivado tendo em vista não ter alcançado qualquer captação durante os 24 meses que se seguiram a sua aprovação.

Dessa forma, do montante aprovado para projetos validados de museus no valor de R\$ 352.061,48, foi aprovado R\$109.801,48 e nada foi captado.

⁵⁰ Fonte: Salicweb, junho de 2018.

4.2.8. Rio Grande do Norte

Possui como bens tombados pelo IPHAN o Forte dos Reis Magos e o Palácio do Governador, um marco quinhentista, na cidade de Touros. É o único estado da Região que o primeiro museu fundado não está na capital, o Museu Histórico Lauro da Escóssia, de 1948, na cidade de Mossoró.

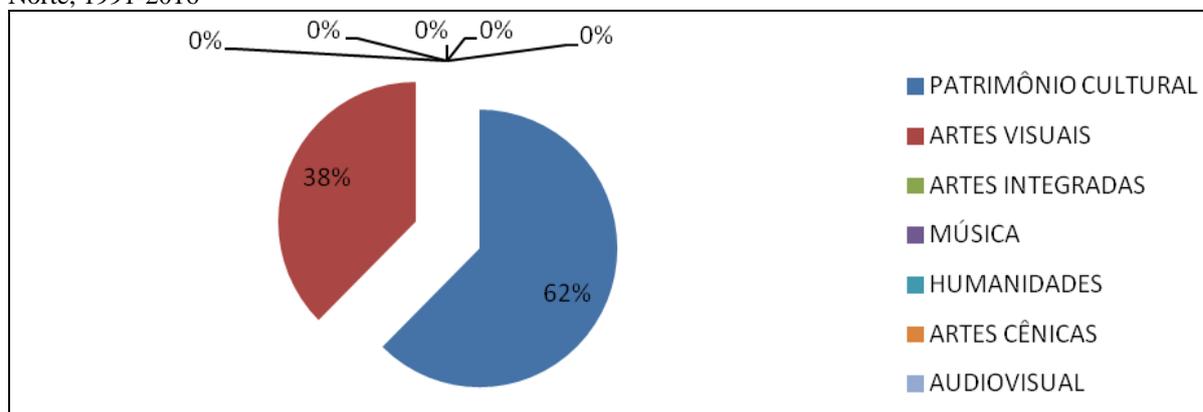
Conta com 65 museus mapeados, 22 deles na capital. A relação entre população/número de museus é de 46.365, menor que a média nacional e a regional.

Responderam ao questionário do CNM 30 museus. A maioria das instituições foi criada entre os anos de 1981 e 2009. Um total de 56,7% dos museus são públicos, 16,7% são privados, percentual abaixo da média nacional; 3,3% possui acervo tombado; 40% possuem instalações para deficientes. Das 27 instituições que responderam às questões sobre orçamento, apenas 14,8% delas disseram possuir orçamento próprio (02 federais, 01 privada e 01 de outra natureza).

Dos 469 projetos extraídos do SalicWeb (incluindo todas as áreas culturais), apenas 8 são atribuídos a museus. O ano do primeiro projeto apresentado foi 1995 e somente 05 anos depois (2000) foi apresentado um projeto para museu.

Para a área de Patrimônio Cultural foram apresentados 32 projetos, dos quais apenas 05 faziam referência à palavra museu em pelo menos um dos campos (Nome do projeto, segmento, resumo e proponente). Para a área de Artes Visuais foram apresentados 29 projetos. Desses, apenas 03 faziam referência à palavra museu. Para as demais áreas culturais, Música (147), Humanidades (53), Artes Cênicas (122), Artes Integradas (56) e Audiovisual (30) não foram apresentados projetos que continham a palavra museu.

Figura 20 - Porcentagem (%) de projetos de incentivos fiscais atribuídos a museus por área - Rio Grande do Norte, 1991-2016



Fonte: Elaborado pela autora com base no SalicNet/MINC, 2018.

A Figura 20 acima apresenta a maior concentração de projetos por área de todos os estados da Região. Todos os projetos atribuídos a museus estão concentrados em duas áreas: Patrimônio Cultural e Artes Visuais, esta última com o maior percentual de todos os estados da Região. As demais áreas não apresentaram nenhum projeto para museus.

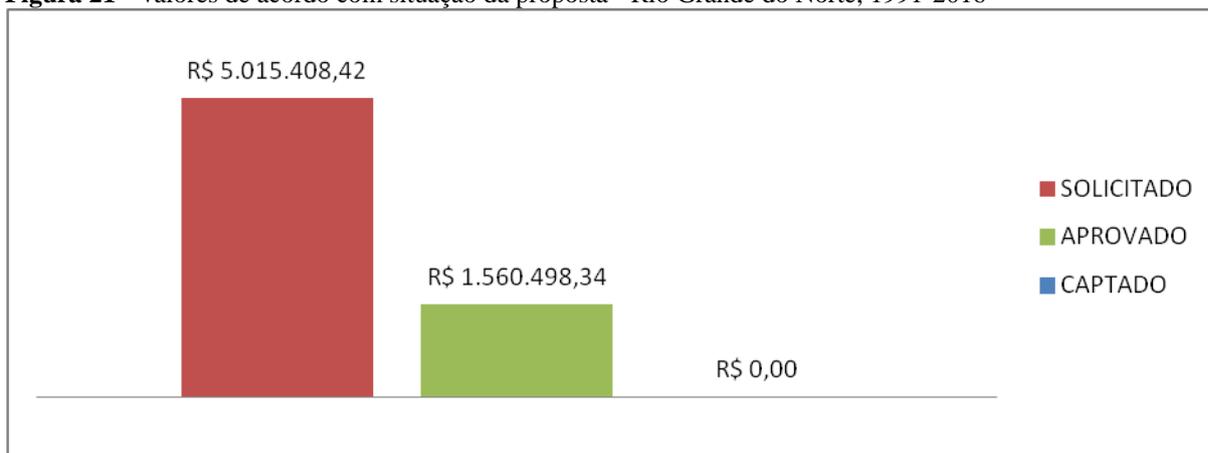
Tabela 26 - Total dos projetos validados apresentados atribuídos a museus no Estado de Rio Grande do Norte, 1991-2016

Pronac	Museu/Objeto	Município	Percentual captado	Enquadramento Lei 8.313/91
003969	Museu da Aviação e da Segunda Guerra/Formação do Acervo.	Não localizado	0%	Artigo 26
012445	Museu da Cidade do Natal/Implantação de museu.	Não localizado	0%	Sem enquadramento
031693	Museu da Cidade de Natal - Musenat./Implantação de museu.	Não localizado	0%	Sem enquadramento
036200	Museu Arqueo-Histórico do Tororó/Ações diversas.	Não localizado	0%	Sem enquadramento
077269	Museu Itinerante de Arqueologia do Seridó/Museu itinerante.	Região do Seridó	0%	Artigo 18
070906	Museu Virtual de Arqueologia do Seridó/Museu virtual	Não localizado	0%	Artigo 18

Fonte: Elaborado pela autora com base no SalicNet/MINC, 2018.

Os museus representados nas propostas foram: Museu da Aviação e da Segunda Guerra; Museu da Cidade do Natal; Museu Arqueo-Histórico do Tororó e Museu Itinerante de Arqueologia do Seridó, todos de natureza não identificada.

Do total de projetos apresentados contendo a palavra museu (08), apenas 06 (01 no artigo 26, 02 no artigo 18 e 03 sem enquadramento) foram considerados para a análise deste trabalho e nenhum deles obteve captação. Entre esses projetos estavam a implantação de museus, como o Museu da Cidade do Natal, o Museu Itinerante e o Museu Virtual, mais detalhados a seguir. Dos 02 projetos não validados, um foi por prever a realização de uma exposição do artista Hector Casarees no Museu Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro; e o outro por ter sido enquadrado no segmento “museu”, mas para implantação de um memorial.

Figura 21 - Valores de acordo com situação da proposta - Rio Grande do Norte, 1991-2016

Fonte: Elaborado pela autora com base no SalicNet/MINC, 2018.

Nenhum dos projetos validados para essa pesquisa obteve captação e as ações dos projetos listados abaixo deixaram de ser executadas.

Pronac 003969 – projeto Formação do Acervo do Museu da Aviação e da Segunda Guerra (enquadrado no artigo 26, na área patrimônio cultural e no segmento acervos museológicos), apresentado pela Associação Mantenedora do Museu da Aviação e da Segunda Guerra - MUSEUS, no valor solicitado e aprovado de R\$ 664.223,48 para:

[...] formação do acervo do Museu da aviação e da Segunda Guerra que contará de reproduções de filmes, com a Criação um Banco de imagens, arquivo documental de cópias ou duplicatas e criar uma biblioteca sobre o assunto.

Pronac 012445, projeto Museu da Cidade do Natal, (enquadrado sem artigo definido, na área de artes visuais, no segmento plásticas e na modalidade construção), apresentado pela Fundação Cultural Capitania das Artes, no valor solicitado de R\$ 317.376,51, sem que nenhum valor tenha sido aprovado. Com o objetivo de “Ocupar o espaço Físico de um prédio histórico que outrora fora uma estação ferroviária e hoje, adquirida pela Prefeitura Municipal de Natal, pretende-se transformar em Museu da Cidade do Natal”.

Pronac 031693, projeto Museu da Cidade de Natal – Musenat (enquadrado sem artigo definido, na área patrimônio cultural, no segmento museu e na modalidade construção), apresentado pela Fundação Cultural Capitania das Artes, no valor de R\$ 378.947,83 para:

Criar manter e ampliar um Museu de História e documentação da Cidade de Natal, com biblioteca, hemeroteca e maquetes, a partir de uma leitura patrimonial, pedagógica, museológica e museográfica.

Nenhum valor foi aprovado. Mas, não foi possível identificar se o projeto foi arquivado por falta de captação, uma vez que a providência tomada quanto ao projeto foi de arquivamento por não ter captado nenhum valor; consta no Sistema SalicWeb como zerado o valor aprovado para captação.

Pronac 036200⁵¹ - Programa de Desenvolvimento Cultural da Área Arqueológica do Seridó (enquadrado sem artigo definido, na área patrimônio cultural e no segmento arquitetônico), apresentado pela Fundação Seridó, no valor de R\$ 2.758.585,74, não teve nenhum valor aprovado. O objetivo era de:

- a) Museu Arqueo-Histórico do Tororó; b) Recuperação do Açude Tororó; c) Reflorestamento da Região do Tororó; d) Preparo e edição de um livro sobre a Arqueologia do Seridó; e) Escavações arqueológicas na região norte do Seridó; f) Formação profissionalizante; g) Preparação dos sítios arqueológicos; h) Desenvolvimento de atividades artesanais.

Pronac 070906, projeto Museu Virtual de Arqueologia do Seridó (enquadrado no artigo 18, na área de artes visuais, no segmento plásticas e na modalidade acervo/museológico), apresentado pela Fundação Seridó, no valor solicitado e aprovado de R\$ 398.000,00 para:

Elaborar uma exposição do acervo patrimonial arqueológico da região do Seridó Potiguar (RN), com instalações que demonstrem as condições de ambiente e vida dos grupos que habitavam aquela região durante a pré-história e implantar um museu virtual para dar acesso amplo e gratuito ao grande público, pesquisadores, profissionais, estudantes, turistas ou curiosos.

O projeto foi arquivado por falta de captação nos 24 meses após a sua aprovação.

Pronac 077269, projeto Museu Itinerante de Arqueologia do Seridó (enquadrado no artigo 18, na área patrimônio cultural, no segmento museu e na modalidade acervo/museológico), apresentado pela Fundação Seridó, no valor solicitado e aprovado de R\$ 498.274,86 para “Apresentar para as comunidades de 14 municípios que compõe a Região do Seridó, o acervo patrimonial arqueológico de sua área, durante 07 meses, que será montado em um Museu itinerante, em praça pública, em cada um dos municípios”.

Todos esses projetos foram aprovados e solicitaram o valor correspondente a R\$ 5.015.408,42, dos quais R\$1.560.498,34 foi aprovado e nada captado.

⁵¹ Pronac,s 012445 e 036200 - não foi possível identificar se os projetos foram arquivados por falta de captação, uma vez que a providência tomada quanto aos projetos foi de arquivamento por não ter captado nenhum valor e consta no Sistema SalicWeb como zerado o valor aprovado para captação.

4.2.9. Sergipe

Sergipe é o menor estado em extensão territorial do Brasil, com importantes referências no patrimônio histórico e arquitetônico brasileiro, tendo as cidades de Laranjeiras e São Cristóvão tombadas pelo IPHAN. Seu primeiro museu foi criado em 1912, o atual Museu Galdino Bicho, antigo Museu do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

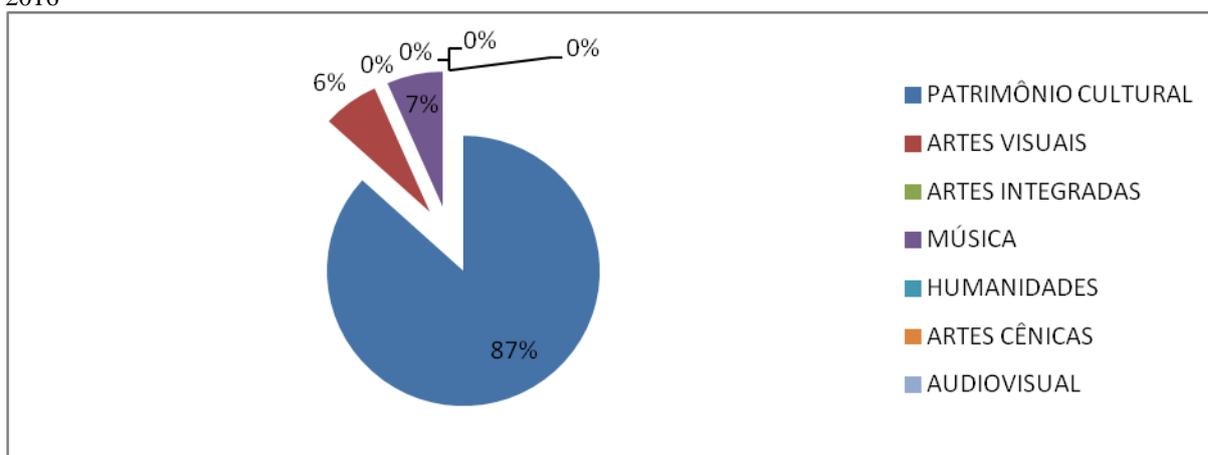
O estado possui 25 museus mapeados, 15 deles em Aracaju, sua capital. Há 77.577 habitantes por museu (IBRAM, 2011).

Responderam ao questionário do CNM 10 museus. A maioria deles foi criada entre 1971 e 1980, sendo 80% públicos e, destes, 50% pertencem são estaduais. Uma unidade possui tombamento em nível estadual. Uma instituição possui orçamento próprio.

Foram extraídos do SalicNet um total de 312 projetos (incluindo todas as áreas culturais); 15 deles com menção a museus. Em 1996, foi apresentado o primeiro projeto no estado e, no ano 2000, o primeiro projeto apresentado para museu.

Os 15 projetos apresentados para as áreas contendo a palavra museu em ao menos um dos campos (Nome do projeto, segmento, resumo e proponente) têm a seguinte distribuição: Patrimônio Cultural (46), com 13 projetos; Artes Visuais (17) e Música (107) com 01 cada. As áreas de Artes Integradas (35), Audiovisual (40), Humanidades (30) e Artes Cênicas (37) não tiveram projetos com referência à palavra museu.

Figura 22 - Porcentagem (%) de projetos de incentivos fiscais atribuídos a museus por área - Sergipe, 1991-2016



Fonte: Elaborado pela autora com base no SalicNet/MINC, 2018.

Conforme a Figura 22 acima, nota-se a pouca representatividade dos projetos apresentados por e/ou para museus fora da área de Patrimônio Cultural, que concentra quase todos os projetos, e Música com o maior percentual de todos os estados da região Nordeste.

Tabela 27 - Total dos projetos validados apresentados atribuídos a museus no Estado de Sergipe, 1991-2016

Pronac	Museu/Objeto	Município	Percentual captado	Enquadramento Lei 8.313/91
003281	Museu de Arqueologia de Xingó/Ações diversas.	Canindé de São Francisco	97,78%	Artigo 18
011515	Museu do Cangaço/Exibição de filmes e palestras.	Povoado de Alagadiço, Frei Paulo	0%	Sem enquadramento
022435	Museu de Arqueologia de Xingó-MAX/Readequação do espaço.	Canindé de São Francisco	0%	Artigo 26
033141	Museu de Arte Sacra de São Cristóvão/Preservação do acervo.	São Cristóvão	100%	Artigo 18
054282	Museu de Arqueologia de Xingó/Plano anual com ações diversas.	Canindé de São Francisco	100%	Artigo 18
0610797	Museu do Homem Sergipano/Instalação da Reserva Técnica.	Aracaju	0%	Sem enquadramento
066053	Museu de Arqueologia de Xingó-MAX/Readaptação do Espaço Edificado da Reserva Técnica.	Canindé de São Francisco	0%	Artigo 18
077643	Museu de Arqueologia de Xingó/Plano anual - vários anos.	Canindé de São Francisco	0%	Artigo 18
1011187	Museu Guigó/Construção de museu.	Santa Luzia do Itanhy	0%	Artigo 26
1411363	Museu da Gente Sergipana/Plano Anual.	Aracaju	0%	Artigo 18
159314	Museu da Gente Sergipana/Plano Anual.	Aracaju	31,16%	Artigo 18
164666	Museu da Gente Sergipana/Plano Anual.	Aracaju	80,48%	Artigo 18

Fonte: Elaborado pela autora com base no SalicNet/MINC, 2018.

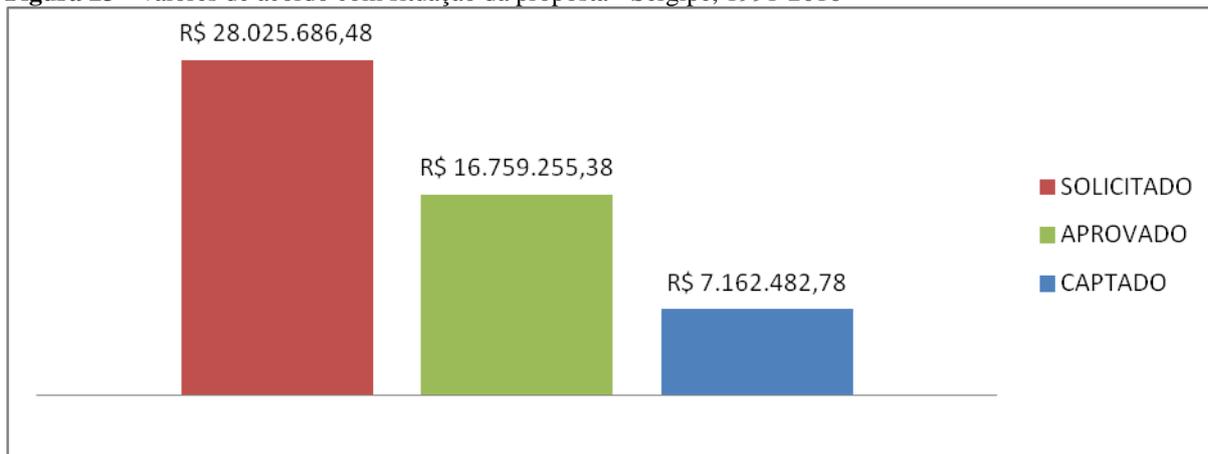
Dos 12 projetos validados, 11 foram enquadrados no artigo 18 e 01 no artigo 26. Apenas 05 tiveram captação, 02 em 100%, 02 acima de 50% e 01 abaixo de 50%; 07 não tiveram captação.

Desses projetos validados para a análise, seis museus estão representados, são eles: Museu de Arqueologia de Xingó e Museu do Homem Sergipano, de natureza Pública (Federal); Museu da Gente Sergipana, Museu do Cangaço e Museu de Arte Sacra de São Cristóvão, de natureza privada; e Museu Guigó, não identificado. Dois estão situados na capital e o restante no interior do Estado, nos municípios de Canindé do São Francisco, Frei Paulo, São Francisco e Santa Luzia. Diferente dos demais estados, Sergipe tem mais projetos apresentados por um museu do interior (Museu Canindé do São Francisco) do que os da capital.

Entre os projetos sem validação está um na área de Música, apresentado pela Associação Museu Afro Brasil para realização de um espetáculo; e outros dois foram apresentados pela Fundação Museu de Arte Sacra de Sergipe, mas tinham por objetivo a restauração de 02 igrejas tombadas.

O valor solicitado pelos proponentes para a realização dos projetos válidos corresponde a R\$28.025.686,48; sendo que desse total, o valor aprovado para a captação de recursos foi de R\$16.759.255,38. Os valores que as instituições conseguiram captar para os projetos corresponde a R\$7.162.482,78. Somente os projetos enquadrados no artigo 18 da Lei nº 8.313/91 foram incentivados.

Figura 23 - Valores de acordo com situação da proposta - Sergipe, 1991-2016



Fonte: Elaborado pela autora com base no SalicNet/MINC, 2018.

A Tabela 28 abaixo apresenta a distribuição das grandes áreas identificadas no objeto principal dos projetos realizados.

Tabela 28 - Áreas de Execução dos Projetos com Captação - Sergipe, 1991-2016

Pronac	Museu	Percentual captado	Áreas captadas				
			Edificação	Exposição	Acervo	Outros	
003281	Museu de Arqueologia de Xingó	97,78%				1	
033141	Museu de Arte Sacra de São Cristóvão	100%			1		
054282	Museu de Arqueologia de Xingó	100%				1	
159314	Museu da Gente Sergipana	31,16%				1	
164666	Museu da Gente Sergipana	80,48%				1	
Quant. Projetos por área						1	4

Fonte: Elaborado pela autora com base no SalicNet/MINC, 2018.

Pronac 033141, projeto Revitalização do Museu de Arte Sacra de Sítio Cristóvão (enquadrado no artigo 18, na área de patrimônio cultural, no segmento acervos museológicos e modalidade reforma/ampliação/adaptação), apresentado pela Fundação Museu de Arte Sacra de Sergipe, nos valores solicitados e aprovados de R\$ 686.220,56 e captado faltando 1

centavo apenas. “Preservação, divulgação segurança do acervo do museu de arte sacra de são Cristóvão”. A prestação de contas se encontra em análise pelo MinC.

Pronac 003281, projeto Consolidação e Desenvolvimento do Museu de Arqueologia de Xingó (enquadrado no artigo 18, na área de patrimônio cultural, no segmento arqueológico), apresentado pela Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão de Sergipe – FAPESSE, no valor solicitado de R\$ 2.664.445,88, aprovado de R\$ 3.341.449,30 e captado de R\$ 3.267.462,23 para o “desenvolvimento de projetos do Museu de Arqueologia de Xingó, contribuindo assim para a Cultura Nacional, através da difusão do seu patrimônio arqueológico e da formação de novos humanos qualificados na área de Arqueologia”. A prestação de contas se encontra em análise pelo MinC.

Pronac 054282, projeto Plano Quinquenal de Desenvolvimento Estratégico do Museu de Arqueologia de Xingó (enquadrado no artigo 18, na área de artes visuais, no segmento exposição itinerante e modalidade evento) apresentado pela Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão de Sergipe – FAPESSE, no valor solicitado de R\$ 6.688.205,92 e aprovado de R\$ 1.827.810,40 e captado de R\$ 1.827.800,00 intentando a execução de:

[...] três Programas de Trabalho: exposição de Longa Duração e Curadoria da Reserva Técnica, pesquisa arqueológica no Baixo São Francisco, divulgação do Museu de Arqueologia de Xingó. Tiragem dos produtos: revista Canindé 5 números com 300 exemplares cada, livros científicos 3 com 300 exemplares cada, anais do evento 3 com 300 exemplares cada.

A prestação de contas se encontra em análise pelo MinC.

Pronac 159314, projeto Museu da Gente Sergipana 2016 Plano Anual (enquadrado no artigo 18, na área de patrimônio cultural, no segmento preservação de acervos museológicos) apresentado pelo Instituto Banese, no valor solicitado e aprovado de R\$ 1.687.524,30, com captação de R\$ 526.000,00 para realizar:

[...] manutenção do Museu da Gente Sergipana, cobrindo os custos operacionais e a programação de exposições. Fundado em 2011 em Aracaju, o Museu tem cumprido importante papel no Estado, sua proposta museal foi concebida a partir de profunda e transversal pesquisa, que apontaram elementos e expressões da identidade cultural sergipana, que foram trabalhados, resignificados e expostos através da alta tecnologia, proporcionando ao público experiências interativas e muito conhecimento. Com a aprovação desta proposta, o Museu da Gente Sergipana garantirá mais um ano de intensas atividades, se fortalecendo e se estabelecendo cada vez mais no cotidiano dos sergipanos.

Apresentou e aguarda análise da prestação de contas pelo MinC.

Pronac 164666 Museu da Gente Sergipana 20167 Plano Anual (enquadrado no artigo 18, na área de patrimônio cultural, no segmento preservação de acervos museológicos) apresentado pelo Instituto Banese, no valor solicitado e aprovado de R\$ 1.062.260,89 e captado de R\$ 855.000,00. Prevendo:

[...] a manutenção do Museu da Gente Sergipana Governador Marcelo Déda, cobrindo os custos operacionais, garantindo mais um ano de atividades, fortalecendo esse importante equipamento cultural que recebe milhares de sergipanos e turistas todos os meses. Fundado em 2011, na cidade de Aracaju, o Museu da Gente Sergipana Gov. Marcelo Déda, que é mantido pelo Instituto Banese, apresenta uma proposta museal dinâmica, concebida a partir de profunda e transversal pesquisa, que apontou elementos e expressões da identidade cultural sergipana. Elementos que, posteriormente, foram trabalhados, ressignificados e expostos através de equipamentos de alta tecnologia, proporcionando experiências sensoriais e interativas, que levam o conhecimento de forma leve e lúdica para todos os seus visitantes. O acesso é totalmente gratuito.

O Projeto apresentou prestação de contas e se encontra aguardando análise do MinC.

O Instituto BANESE apresentou nos anos de 2015 e 2016 o projeto dos Planos Anuais nos de 2016 e 2017 do Museu da Gente Sergipana. Essa tem sido uma tendência na área dos museus, a apresentação dos planos para continuidade das ações estratégicas da instituição e costumam incluir os custos administrativos, entre outras ações de manutenção básica desses espaços.

4.3. Análise da região Nordeste

A região Nordeste tem a criação do Museu do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco como primeiro marco na área museológica, fundado em 1862, na cidade de Recife. O segundo museu nordestino a ser fundado foi o Museu do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, em Maceió, no ano de 1869.

Após a implantação da PNM novos cursos de graduação em Museologia foram criados na Região, a saber: Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal de Sergipe (UFS) e Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB), além do curso da Universidade Federal da Bahia (UFBA), criado em 1970.

Além da Região possuir um dos menores percentuais de municípios com museus, os dados na área museal acumulam recordes pouco atrativos. Apesar de muitas vezes dialogarem com o histórico das políticas econômicas no país, evidenciam que, em se tratando de cultura e no que diz respeito aos museus, a situação de abandono foi constante.

Os dados evidenciam as desigualdades e a sua relação entre densidade demográfica, renda média, nível educacional, entre outros aspectos de exclusão são problemas a serem enfrentados junto à concentração dos museus nordestinos em suas capitais; e, pelos dados encontrados na distribuição dos incentivos fiscais na Região, verificamos que esse mecanismo nunca operou para modificar essa situação.

O Nordeste é a terceira Região no quantitativo de museus, com aproximadamente 21% do total (IBRAM, 2011b), sendo os estados da Bahia, Ceará e Pernambuco os que se sobressaem em quantitativo, enquanto nos estados da Paraíba e do Piauí 90% dos municípios sequer possuem um museu. O Maranhão e Sergipe concentram mais da metade de todos os museus nas suas capitais; a Bahia possui seis vezes mais museus que o Maranhão, e este detém o maior volume de habitantes por museu do país – mais de 266 mil habitantes para cada museu – além de ser o estado com o menor índice percentual (3,2%) de municípios com museus no país (IBRAM, 2011b).

Apesar dos dados estatísticos apresentados serem pouco favoráveis ao quantitativo dos museus, entre as 15 cidades brasileiras com o maior número de museus, seis estão nas capitais nordestinas, são elas: Salvador (3º), Recife (7º), Fortaleza (9º), Maceió (12º), João Pessoa (14º) e Natal (15º).

A leitura desses dados varia conforme ponto de vista da análise para avaliação da quantidade de museus apresentados nas propostas. Isso porque quando vista a quantidade geral de municípios com museus em cada estado, o número pode ser mais ou menos favorável quando comparado com a quantidade de municípios que apresentaram propostas para museus. Isso pode ser visto na Tabela 29 abaixo:

Tabela 29 - Relação Estado, Municípios e número de Museus – Nordeste, 2010.

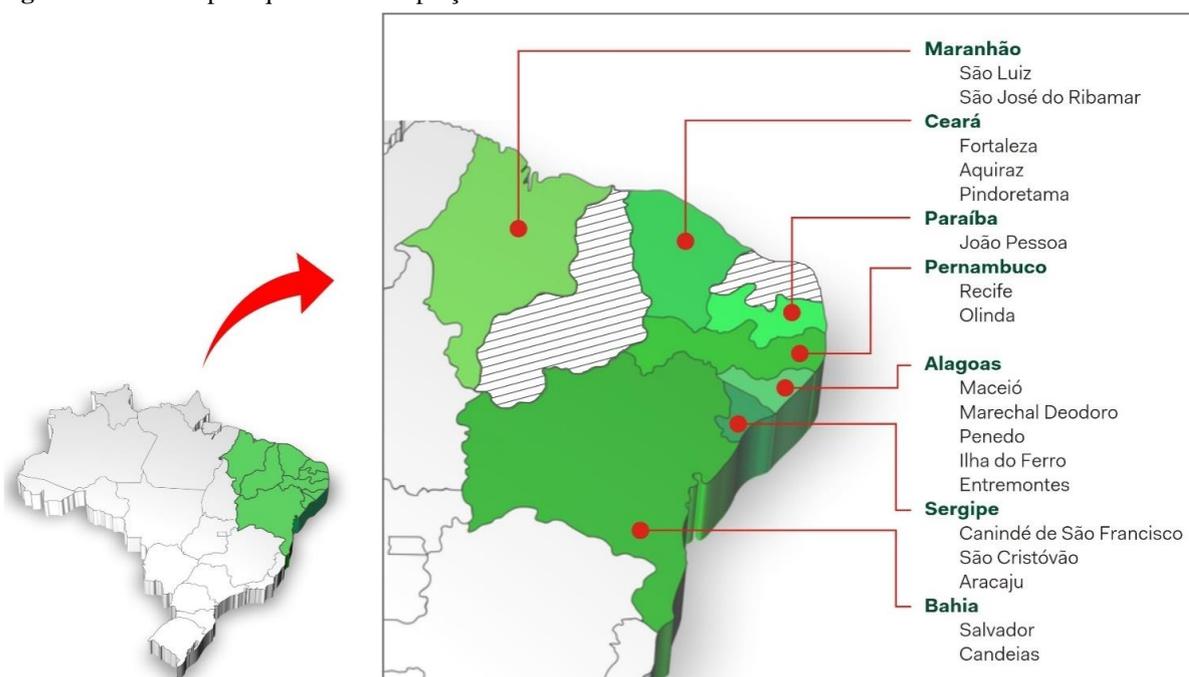
UF	Nº de municípios	Nº de municípios com museus	Nº de municípios que apresentaram propostas com e para museus	Nº de Museus
Maranhão	217	7	2	23
Piauí	223	16	1	32
Ceará	184	55	6	113
Rio Grande do Norte	167	32	1	65
Paraíba	223	22	4	63
Pernambuco	185	31	3	98
Alagoas	102	19	5	61
Sergipe	75	7	5	25
Bahia	417	55	6	152
Nordeste	1793	244	31	632

Fonte: Elaborado pela autora com base no Museus em Números (2011) e SalicNet/MINC (2018).

4.3.1. Um balanço do Incentivo Fiscal na região Nordeste

Na Figura 24 abaixo, estão identificados os municípios que alcançaram o percentual mínimo (20%) na captação exigido por Lei para que os proponentes pudessem iniciar a execução das propostas. A região Nordeste possui 1.793 municípios, dos quais 246 possuem museus e, destes, identificamos apenas 18 com captação atribuída a projetos para museus.

Figura 24 - Municípios que tiveram captação



A Tabela 30 consolida os dados dos projetos apresentados na Região em todas as áreas e o total dos projetos atribuídos a museus.

Tabela 30 - Ranking de Estados por números de projetos apresentados atribuídos a museus, Nordeste, 1991-2016

UF	Quantidade total de projetos	Quantidade de projetos atribuídos a museus
BA	4465	87
PE	2541	60
CE	1942	52
PB	496	23
AL	296	23
MA	721	16
SE	312	15
PI	268	14
RN	469	8
TOTAL	11510	298

Fonte: Elaborado pela autora com base no SalicNet/MINC, 2018.

Partindo do universo de 11.510 projetos apresentados em todas as áreas, foram considerados 298, de acordo com os filtros desta pesquisa, buscando pela palavra museu. Cabe ressaltar que, do total de projetos com a denominação museu em um dos campos do filtro de pesquisa (Proponente, Projeto, Resumo, Segmento), ainda foi necessário realizar análise para validação ou não dos projetos computados neste trabalho. Isso porque verificamos que em alguns, a palavra (no singular ou plural) compreendia apenas uma citação genérica do termo e não de uma instituição em específico. Por exemplo, no segmento do projeto havia a denominação museu, porém o projeto se referia a um centro cultural ou mesmo uma referência genérica a espaços culturais, dentre os quais museus. Desse modo, o referido projeto não foi considerado válido para a análise qualitativa dos dados extraídos.

Algumas características dos projetos atribuídos a museus nordestinos são comuns às observadas em todo o território nacional. Verificamos, por exemplo, que os museus beneficiários nas propostas atendidas, em sua maioria, não foram os próprios proponentes dos projetos apresentados ao MinC e os mesmos costumam ser os receptores de ações a serem desenvolvidas em seus espaços. Da mesma forma, os dados apontam o predomínio dos projetos atribuídos a museus nas áreas de Patrimônio Cultural e de Artes Visuais. Vale ressaltar que até a data de corte da pesquisa, dezembro de 2016, a área de Museu e Memória não havia sido criada.

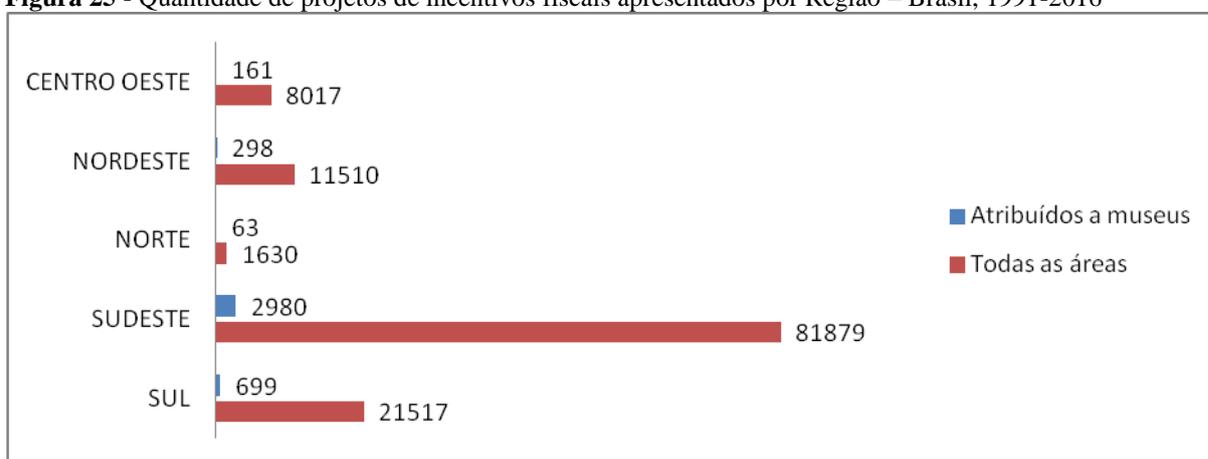
Nota-se uma mudança no entendimento dos projetos a serem enquadrados como artigo 18 ou 26 com o passar dos anos. Se antes um projeto voltado para a reforma/restauração de edifício para abrigar um museu era enquadrado no artigo 26, esse enquadramento já não se aplica atualmente. Muito se contribuiu para esse entendimento, pois com as súmulas administrativas da CNIC percebeu-se que é necessário que o imóvel esteja em condições adequadas para acondicionar, expor e preservar o acervo. O mesmo consenso foi estendido para os projetos voltados à implantação de museus e aquisição de equipamentos para esses espaços.

Como observado no item **4.2 Dados dos Estados**, os projetos validados foram apresentados por instituições museológicas que possuem natureza privada e pública (Federal, Estadual e Municipal). Tendo em vista a legislação vigente de Incentivos Fiscais Federais, as instituições públicas não poderiam apresentar projetos como proponente (BRASIL, 2013), razão pela qual se observa a apresentação por meio de associações de amigos e/ou fundações e instituições afins. Já as instituições privadas apresentaram, majoritariamente, projetos por meio de sociedades, associações e/ou fundações, exceto o Museu Coleção Karandash de Arte

Popular e Contemporânea, que apresentou por meio da própria instituição, como já sinalizado anteriormente.

Tal exigência prevista na Lei dificulta a apresentação de propostas da maioria dos museus brasileiros, uma vez que se trata de instituições pertencentes às esferas públicas que, na maior parte, não possuem associação de amigos⁵² – apenas cerca de 20% dos museus cadastrados declararam possuir uma associação de amigos ou outra organização que possa lhe representar (IBRAM, 2011b). Esse cenário se agrava em decorrência de 80% das instituições não possuírem orçamento próprio, dificultando, assim, o desenvolvimento e a manutenção das suas atividades.

Figura 25 - Quantidade de projetos de incentivos fiscais apresentados por Região – Brasil, 1991-2016



Fonte: Elaborado pela autora com base no SalicNet/MINC, 2018.

A Figura 25 acima apresenta um resultado já esperado: a conhecida concentração de projetos na região Sudeste, enquanto o Nordeste ocupa o 3º lugar, com 11.510 projetos para todas as áreas e 298 atribuídos a museus. Essa mesma Figura demonstra o quão desigual é a distribuição dos projetos no país, a exemplo da região Norte, cujo total de projetos apresentados em todas as áreas é inferior aos atribuídos somente a museus no Sudeste. Essa constatação também se observa em outros estados no sentido *Capital versus Não Capital*.

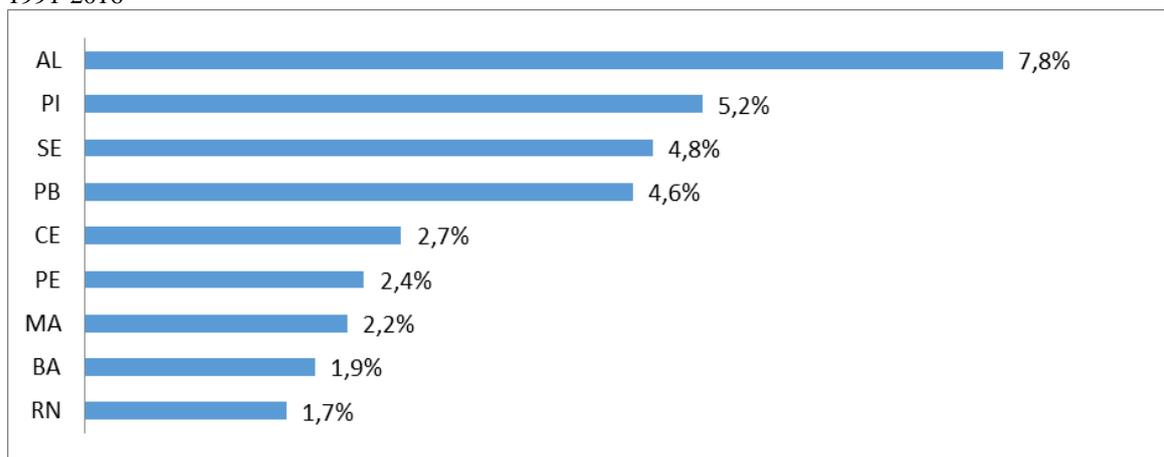
A região Norte é a que menos recebe recursos da Lei Rouanet no país (tanto no IF como no FNC), mas ainda consegue realizar ações como a exposição sobre práticas da pesca indígena, Museu da Amazônia (MUSA), no valor de R\$490 mil reais; e Roraima é o estado da Região que menos recebeu recursos da Lei.

⁵² “As associações de amigos são organizações sem fins lucrativos, de direito privado e de utilidade pública, que tem por objetivo a divulgação das instituições museológicas por meio da captação de recursos financeiros ou contribuições que permitam auxiliá-las na gestão de projetos em parceria com a sociedade civil” (IBRAM, 2011b, p. 67).

Apesar da grande concentração de recursos no eixo Rio-São Paulo, “o Norte, com a menor captação de recursos, passou de R\$800 mil em 1999 para R\$5,1 milhões em 2003, o que representa um crescimento de 537,5%” (ZEZONE, 2005, p.116) e o Nordeste de R\$ 11,9 milhões para R\$27,3 em 2003, representando um aumento maior que 100%.

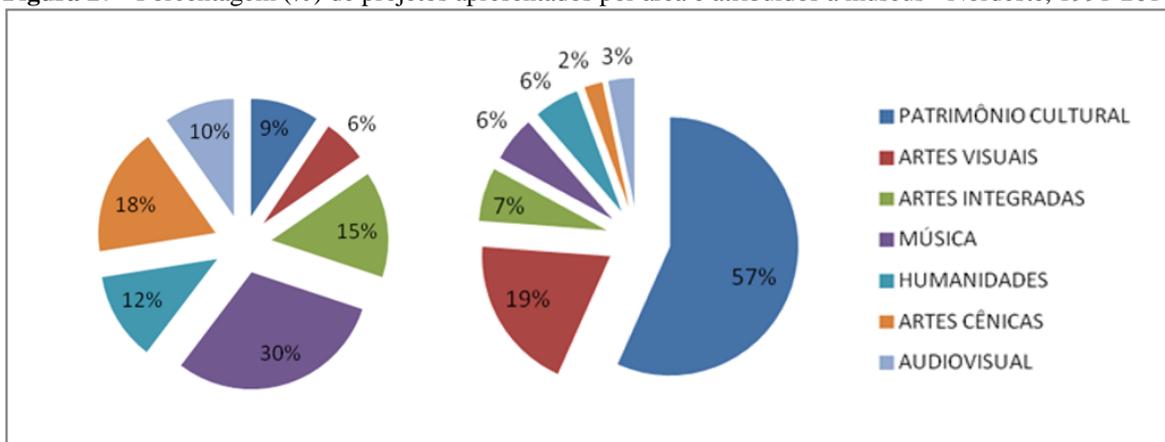
A Figura 26 demonstra a porcentagem de projetos atribuídos a museus dentro do universo total de projetos apresentados em cada estado da Região Nordeste.

Figura 26 - Porcentagem (%) de projetos atribuídos a museus por total de projetos apresentados - Nordeste, 1991-2016



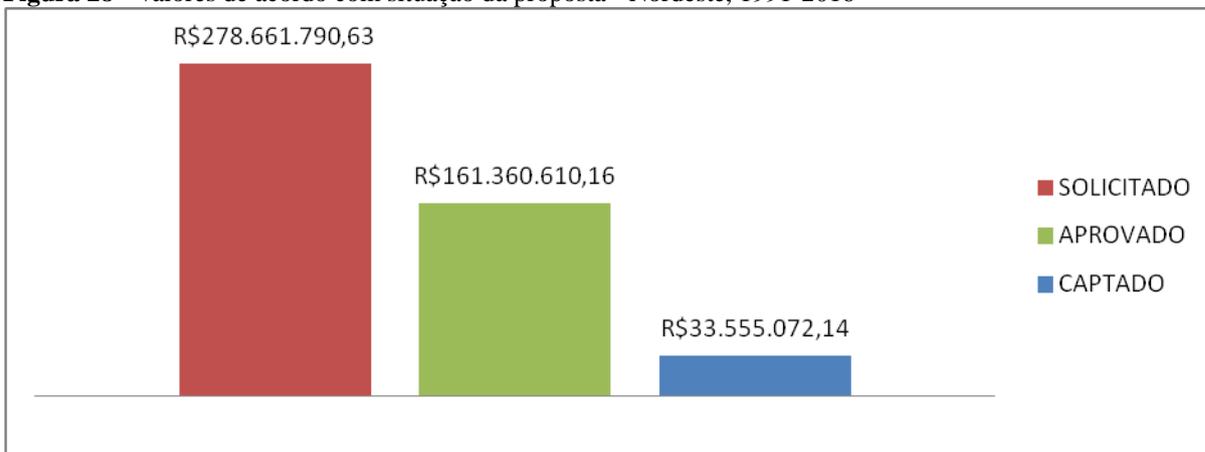
Fonte: Elaborado pela autora com base no SalicNet/MINC, 2018.

Nesse cenário, os percentuais de projetos apresentados em todas as áreas por todos os estados da região Nordeste (Figura 27 – gráfico à esquerda) e de projetos atribuídos a museus em cada uma dessas áreas (Figura 27 – gráfico à direita) demonstram que há uma prevalência da área de Música, seguida por Artes Integradas e Humanidades no total de projetos apresentados. Quando se trata de projetos atribuídos a museus, as áreas com destaque são: Patrimônio Cultural, com mais da metade dos projetos, seguido por Artes Visuais. As demais áreas foram pouco representativas.

Figura 27 - Porcentagem (%) de projetos apresentados por área e atribuídos a museus - Nordeste, 1991-2016

Fonte: Elaborado pela autora com base no SalicNet/MINC, 2018.

A diferença entre os valores solicitados pelos proponentes, os aprovados para captação e aqueles efetivamente captados (Figura 28), faz com que a demanda de necessidades do setor não seja fomentada adequadamente.

Figura 28 - Valores de acordo com situação da proposta - Nordeste, 1991-2016

Fonte: Elaborado pela autora com base no SalicNet/MINC, 2018.

A Tabela 31 abaixo evidencia que a quantidade de projetos atribuídos a museus e que conseguiram chegar a captar corresponde a menos da metade dos projetos validados para a análise.

Tabela 31 - Projetos de Incentivos Fiscais – Nordeste, 1991 - 2016

UF	Todas as áreas	Atribuídos a museus	Validado	Captado
AL	296	23	19	7
BA	4465	87	76	13
CE	1942	52	19	9
MA	721	16	9	3
PB	496	23	13	2

UF	Todas as áreas	Atribuídos a museus	Validado	Captado
PE	2541	60	41	12
PI	268	14	2	0
RN	469	8	6	0
SE	312	15	12	5
TOTAL	11510	298	197	51

Fonte: Elaborado pela autora com base no SalicNet/MINC, 2018.

Já a Tabela 32 a seguir mostra as diferenças entre os valores solicitados, aprovados e efetivamente captados, em cada estado da Região.

Tabela 32 - Valores solicitados, aprovados e captados por UF - Nordeste, 1991-2016

UF	SOLICITADO	APROVADO	CAPTADO
AL	R\$ 20.540.498,50	R\$ 9.001.669,52	R\$ 5.379.616,97
BA	R\$ 139.579.020,70	R\$ 79.463.770,21	R\$ 9.086.178,23
CE	R\$ 13.136.719,35	R\$ 12.800.641,01	R\$ 5.493.645,44
MA	R\$ 15.187.087,95	R\$ 10.101.879,89	R\$ 2.599.991,70
PB	R\$ 22.395.562,06	R\$ 9.152.419,54	R\$ 409.707,37
PE	R\$ 34.429.745,69	R\$ 22.410.674,79	R\$ 3.423.449,65
PI	R\$ 352.061,48	R\$ 109.801,48	R\$ 0
RN	R\$ 5.015.408,42	R\$ 1.560.498,34	R\$ 0
SE	R\$ 28.025.686,48	R\$ 16.759.255,38	R\$ 7.162.482,78
Total Nordeste	R\$ 278.661.790,63	R\$ 161.360.610,16	R\$ 33.555.072,14

Fonte: Elaborado pela autora com base no SalicNet/MINC, 2018.

A não obtenção de captação de recursos para que um projeto seja realizado acarreta na deficiência para a realização das atividades do setor museal, podendo causar tanto o sucateamento das instituições bem como o distanciamento da sociedade da noção de pertencimento com o espaço representativo da memória coletiva.

O item **4.2 Dados dos Estados** informa que tipos de projetos apresentados possuem um apelo maior frente aos patrocinadores para alcançar a captação de recursos. Percebe-se que, majoritariamente, os projetos enquadrados no artigo 18 da Lei nº 8.313/91 têm mais chance de serem apoiados, em virtude da dedução de 100% do valor investido (dentro dos limites estabelecidos na legislação). Os projetos que visam à realização de exposições e restauração (do acervo ou do imóvel) também costumam ter maior apoio, talvez pela visibilidade das ações para o público em geral.

Fatores como a ausência/insuficiência de equipe técnica especializada, as dificuldades na captação de recursos para os projetos, a seleção por parte dos patrocinadores do tipo de propostas a serem beneficiadas de acordo com o apelo comercial/marketing, a visibilidade das

ações pelo maior número de pessoas, entre outros, são alguns empecilhos para que instituições busquem o mecanismo de renúncia fiscal para custear seus projetos.

Observa-se também que o tipo de projeto que conseguiu captação, seja ela parcial ou total, consiste na restauração/reforma de imóveis para abrigar museus, seguida da realização de exposições.

Entre os anos de 2014 e 2018, o Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand – MASP apresentou projetos na Lei Rouanet para realização de seus planos anuais que, sozinhos, ultrapassam o valor captado de 53 milhões de reais. Essa tem sido uma realidade para grandes museus como os Museus de Arte do Rio de Janeiro, Museu do Amanhã, Museu Judaico, Museu da Arte Brasileira, Museu de Arte Moderna, entre outros museus de médio e grande porte, considerando os valores solicitados.

A elevada arrecadação para área dos museus se dá majoritariamente e/ou exclusivamente para esse tipo de museus e tem se tornado cada vez mais comum para os mesmos museus localizados em sua maioria nas regiões Sul e Sudeste. Essas instituições têm, na continuidade dos planos, a garantia no desenvolvimento das ações museológicas, desde a preservação do acervo à manutenção das instalações, mas infelizmente alcançam um reduzido número de instituições.

Desses valores, podemos inferir que ações de preservação do acervo museológico estão sendo desenvolvidas por estas instituições, diferente do inexpressivo valor de 33 milhões captados pelos museus da região Nordeste nos 25 anos de vigência da Lei Rouanet. Observamos ainda, nas análises de cada estado da Região, que é muito frequente a apresentação de propostas (muitas delas com captação), cujas atividades se realizem em outras regiões do país ou na mesma localidade, mas na realização de atividades sem nenhuma proximidade com a instituição e/ou museu proponente.

A pesquisa “Museus e a dimensão econômica: da cadeia produtiva à gestão sustentável” (IBRAM, 2017), se baseou na prestação de contas de 45 projetos na área dos museus. Desses, 21 tinham por objeto a realização de planos anuais, no valor total de 122 milhões captados, no período de 2008 a 2012. Uma média de 2,7 milhões por projeto, com os maiores gastos voltados às áreas expositivas e de recursos humanos.

Como também já vimos, são inúmeros os fatores que se relacionam com essas desastrosas estatísticas, mas algo de bom pode ser observado: se esses proponentes têm conseguido captação, significa que têm algum valor simbólico frente aos seus patrocinadores.

Estudos sociológicos sobre museus, como o realizado por Bourdieu e Darbel e por Schnapper, caracterizaram o valor dos museus enquanto “capital simbólico”, tendo como

referência o público visitante (no caso do estudo de Bourdieu e Darbel, os museus de arte europeus abertos para determinados segmentos da população) que se utiliza da visita a museus para melhorar sua posição social. Portanto, os museus seriam instituições que promoveriam distinção social, uma construção mantida no imaginário da população e que reforça o seu capital cultural e de negociação com as empresas patrocinadoras.

Tirar proveito do público para despertar o interesse das empresas pode amenizar a situação de concentração dos recursos, além de ampliar o público e intensificar a missão das instituições. Os museus podem encarar o marketing da mesma forma que deveria ser utilizado pelas empresas, como efeito de uma ação socialmente responsável e não como meta desvinculada da sua missão institucional, sujeita a comercialização imposta pelo mercado.

O patrimônio nacional é tema essencial nas políticas culturais e os museus sempre fizeram interface com essas políticas por serem considerados instrumentos de preservação e conservação essenciais na manutenção e sustentação da memória e da diversidade cultural brasileira. Esse é outro valor agregado a essas instituições, que deve ser colocado como ganho ao próprio patrocinador.

Menezes (2016), sobre o período de 2010 a 2014 conclui que o Nordeste recebeu pouco mais de 5% dos incentivos no Brasil, um total de R\$318,6 milhões e que no mesmo período recebeu a menor parcela per capita dos gastos tributários do Governo. Além de representar

[...] em torno de 13% da economia nacional e cerca de 30% da população, recebeu apenas 9% dos gastos, sendo que aproximadamente 90% dessas despesas foram realizadas nos estados de Pernambuco, Bahia e Ceará. (MENEZES, 2016)

Mesmo com a excessiva concentração, na atualidade, o que tem sido destacado como o “melhor” na criação de museus, tanto pelo valor aportado quanto pela qualidade apresentada, só foi possível com os recursos do IF. Característica encontrada em todas as regiões, inclusive entre as que menos receberam recursos.

Ao falarmos dos estados da Região Nordeste, não estamos falando de cenários e realidades sócio-político-econômicas heterogêneas. Apesar de alguns estados figurarem entre os mais carentes na captação de recursos via IF, como no caso do Maranhão, que no ano de 2010, do valor total de R\$18.375,090 solicitados (somente o projeto de implantação da Casa do Maranhão, no centro histórico de São Luís, solicitou o valor de R\$3 milhões), atingiu a captação de R\$ 10.206,014, o que equivale a um aproveitamento de 55,54%, muito acima da média nacional. Para termos uma ideia, nesse mesmo ano, o valor total de projetos aprovados

no Brasil, foi de R\$5,09 bilhões, com captação de R\$1,17 bilhão, o que dá uma média de 22,91% de êxito na captação (MENEZES, 2016).

Os estados que mais receberam recursos, são Bahia, Ceará e Pernambuco, respectivamente, com R\$77,8 milhões, R\$52,4 milhões e R\$47,0 milhões cada, o que contabiliza um valor total de R\$251,1 milhões, correspondente a quase 80% do valor captado na Região. Somados, os estados de Alagoas, Paraíba e Sergipe captaram, no mesmo período, R\$13,5 milhões.

Entre os anos de 2014 e 2017, o Formulário de Visitação Anual – FVA, realizado pelo Ibram, apresenta os 100 Museus mais visitados nesses anos por Região. O Nordeste aparece com 15 instituições ao todo, entre elas: Memorial Irmã Dulce, Museu à Céu Aberto das Tartarugas Marinhas, na Bahia; Centro Cultural Banco do Nordeste, no Ceará; Centro Cultural Banco do Nordeste, na Paraíba; Espaço Ciência, Instituto Ricardo Brennand, Museu Paço do Frevo, Museu Cais do Sertão Museu do Cangaço, Museu do Gonzagão, Caixa Cultural Recife, no estado de Pernambuco; Museu Oceanário de Aracaju e Museu da Gente Sergipana Governador Marcelo Déda, em Sergipe. Desses espaços, quatro apresentam captação de recursos via IF, fato que consideramos determinante para que essas instituições tenham se destacado.

5. Conclusão

Tendo em vista os aspectos observados desde a Introdução dessa pesquisa, percebe-se que existe uma ideia recorrente, de que o setor museal tem sido fomentado por uma ordem de investimentos crescente junto à trajetória de valorização da área museológica projetada com o lançamento da PNM e continuada com a criação do Ibram.

É inegável a atuação do órgão no desenvolvimento e capacitação do setor, bem como na ampliação dos instrumentos de gestão disponibilizados para que este se relacione com o Governo. No entanto, ao analisarmos a série histórica desses investimentos, verificamos se tratar de recursos, em sua maioria, advindos do Incentivo Fiscal. E, conforme apontado por Borges (2017), o viés publicitário do único órgão exclusivo para o setor, não conseguiu manter o mesmo protagonismo que o DEMU, nos resultados da captação de recursos junto às empresas patrocinadoras. O baixo aproveitamento de recursos para o setor museal pode ser decorrente do não entendimento estratégico em aproximar uma política de incentivo ao uso dos museus a uma política de incentivo ao patrocínio dos mesmos.

O Programa Ibram de Fomento aos Museus lançou em 2011 dez editais, “com a finalidade de proporcionar às instituições museológicas brasileiras igualdade de acesso aos meios de financiamento”, que não tiveram continuidade por falta de recursos. Impactando negativamente nas ações estratégicas de alcance das metas e diretrizes estabelecidas na PNM, no PNSM e até mesmo no próprio PNC, entre outras políticas públicas nacionais para a cultura e os museus.

Não estamos negando o aumento considerável dos recursos diretos via MinC, principalmente entre os anos de 2002 a 2010, porém o maior aumento tem se dado por meio do IF. Instrumento que, como vimos além de insuficiente para as necessidades do setor, já se comprovou não condizente às desigualdades regionais e características dos museus. Vimos que a importância dos museus nordestinos no cenário nacional, não tem sido autossuficiente para atrair os financiadores.

Os museus fazem parte de um segmento cultural que requer maior intervenção estatal na ajuda financeira, pois em sua maioria não apresentam o perfil comercial almejado pelas empresas e, em um mercado de concorrência pela captação, não garantem a visibilidade esperada.

Apontamos também, que o IF não é política pública para cultura e muito menos para os museus, assim, não pode ser considerado o melhor mecanismo para o desenvolvimento dos

mesmos. Na prática, esse instrumento tem se mostrado efetivo na execução dos planos anuais de poucos museus. A maioria deles de grande porte, e ínfimo para os pequenos e médios museus, em especial os que estão fora das regiões Sul e Sudeste, mais precisamente fora das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo.

Essa transformação de uma lei de incentivo fiscal, na principal política pública à cultura, senão a única, contraria o entendimento comum de uma política pública de Estado, que intervém nos diferentes contextos sociais. Além de restrita tanto para os proponentes quanto para os patrocinadores, ou seja, ofertantes e demandantes, não atende aos graves problemas citados ao longo deste trabalho nos mostrando a fragilidade e vulnerabilidade em contar apenas com esse mecanismo pouco democrático e concentrador.

As dificuldades encontradas para selecionar os museus que serviram de objeto nesse estudo, nos mostra o baixo quantitativo das instituições proponentes e um número ainda menor, no que concerne aos museus que obtiveram captação na região Nordeste. Um desdobramento do baixo aproveitamento na captação dessas propostas pode ser responsável por um ciclo negativo de influência, uma espécie de “espelho” aos museus que desistem de dar continuidade na apresentação das propostas e os que nem as apresentam pelos mesmos motivos, falta captação.

Investigar quais as motivações para a pouca representatividade dessas propostas indica desde um histórico secular de exclusão até ao pouco alcance de público nessas localidades. Justificativas postas à prova quando esses mesmos espaços recebem recursos para realizar atividades similares às desenvolvidas em outras regiões e alcançam o mesmo número de público visitante. É preciso responsabilizar o poder público pela distorção criada na mentalidade dos patrocinadores e, conseqüentemente, na distribuição dos recursos e parar de buscar respostas apenas nos hábitos culturais e capacidade dos profissionais fora da região Sudeste. É preciso admitir que a Lei os conduziu pela lógica do mercado e não estimulou o interesse pela cultura.

Notamos que muitas das ações construídas pelo DEMU foram continuadas pelo Ibram. O modelo de gestão baseado em três instrumentos focais, a saber: institucionais, fomento e democratização foram mantidos, mas dos dispositivos de fomento previstos para revitalização dos museus, apenas o IF se mantém em vigor (IBRAM, 2010).

Não é que IF não seja adequado à área dos museus, mas a pesquisa evidencia que não é democrático o suficiente para alcançar os museus. É preciso garantir à PNM novas fontes de financiamento (direto e indireto) que garantam a continuidade de um programa reconhecidamente exitoso (Programa de Editais), que assegure outras fontes de manutenção e

sustentabilidade desses espaços. Apesar de todos os avanços não chegamos ao século XXI com uma política cultural que integre os poderes federal, estadual e municipal e muito menos as agências de fomento às áreas.

O setor museal carece de políticas de fomento que ultrapassem o IF. Mas, enquanto o governo não reage em atendimento ao setor cultural como um todo ou assuma as responsabilidades do Incentivo, que permanece nas mãos do empresariado, a utilização desse mecanismo continua associada ao que foi e é melhor desenvolvido pelos museus brasileiros nos últimos anos.

Como visto, os relatórios de gestão se satisfazem com o crescimento (quantitativo) dos museus no país, mas não avaliam como esse crescimento se dá, não dando conta de apontar quais ações podem ser implementadas para fomentar os pequenos e médios museus. Satisfazem-se com os valores aprovados divulgando-os como se fossem efetivamente captados – estes, na verdade, infinitamente inferiores – o que por si já torna o aporte financeiro real diferente dos gastos atribuídos à área. Ou, ainda, alardeiam vultuosos valores captados sem mencionar que estão concentrados em um número reduzido de museus.

Esses dados costumam ser mascarados e aparentam elevados saldos, apesar da baixa quantidade de projetos inscritos, aprovados e com captação. A pesquisa aponta que o IF é a maior fonte de valores investidos na área, mas as unidades atingidas são tão restritas, que os índices de concentração se agravam para além dos reconhecidos. A desigualdade na distribuição dos recursos não permite que a maioria dos museus nordestinos mantenha o grau de atratividade dos que estão localizados na região Sudeste, por exemplo.

Não é possível desconsiderar como estão distribuídos os museus e onde estão os seus principais consumidores. Também não é fácil equilibrar a pressão do eixo Rio - São Paulo pela distribuição de recursos, já que eles possuem os maiores museus (e uma das maiores concentrações de instituições), a maior mídia e, conseqüente, alcançam uma maior repercussão. Mas, democratizar a cultura é um problema que extrapola os museus. A desigualdade no acesso precisa ser enfrentada pelas instituições, mas em especial pelas políticas do setor para pensar estratégias de fomento aos museus que estejam para além do IF.

Embora o extenso recorte temporal da pesquisa permita filtrar uma grande parcela das propostas apresentadas pelos museus do Nordeste, não podemos afirmar que seu alcance tenha sido total, uma vez que o principal sistema utilizado na coleta de dados se baseia no endereço cadastrado pelo proponente e não no local de sua realização.

Quanto aos gastos efetivos dos projetos, não foi possível verificar as prestações de contas, tendo em vista que a maior parte delas ainda se encontra pendente de análise no

passivo do MinC, provocando uma incapacidade em apreciar os relatórios entregues. Esses foram os aspectos que limitaram o aprofundamento do presente trabalho.

Apesar das constantes críticas sofridas pelos ‘gastos’ com a Lei Rouanet e a ausência de participação do Estado, a sua importância é inquestionável. É preciso reforçar que o Estado se faz presente, uma vez que todos os projetos aprovados (passíveis de captação) são previamente analisados pelo MinC. O IF ajudou na profissionalização do setor cultural, promoveu a continuidade e autonomia nos recursos dos projetos de médio e longo prazo; garantiu o ineditismo do status de indústria alcançado pela cultura brasileira, colocando-a em espaços até então não disputados.

Também foi por conta do IF que o salto quantitativo dos gastos despendidos pela União não afetarem os orçamentos do Governo. Isso porque estamos falando de recursos captados pela área da cultura brasileira que não representa nem 1% do valor incentivado pelo Estado. Diferente do setor automobilístico, que emprega menos que a cultura, mas recebe subsídios de incentivos e financiamentos mais vultosos, conforme Coelho (2007). Além de ser o menos incentivado entre os setores, o valor pouco atrativo disponibilizado nunca é utilizado integralmente.

Reconhecemos que são necessárias medidas eficazes para melhor distribuir os orçamentos viabilizados pela Lei. A diminuição da autonomia dos patrocinadores e a regulação pelo Estado foram alguns dos caminhos apontados por pesquisadores para diminuir a desigualdade provocada pela iniciativa privada. Também, os valores previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), já nascem concentrados para região Sudeste em todas as áreas de Governo, incluindo a Cultura. Menezes (2016) mostra dados que comprovam a utilização de recursos privados, com uma participação tímida, mas segundo ele, provocada pelo investidor de projetos no artigo 26 ou pelo volume de recursos renunciados.

Contudo, durante a pesquisa pudemos verificar a importância do mecanismo (mecenato) na continuidade das ações de sistematização do campo. Infelizmente, nem o MinC e nem o próprio campo dispõem de métodos de avaliação das práticas desenvolvidas pelos museus para melhor avaliarmos os sucessos e fracassos dos projetos realizados.

De acordo com MinC, nos últimos 20 anos, a captação de recursos via Lei Rouanet, apresentou crescimento de quase 100 vezes atingindo um total de 16 bilhões captados, nos 25 primeiros anos de vigência. Desse total pouco mais de 33 milhões de reais estão associados aos museus do Nordeste validados pelo filtro desta pesquisa.

A partir dos dados obtidos, é possível diagnosticar o baixo quantitativo de projetos beneficiados e o ínfimo valor aportado nos museus da Região.

Verificamos ainda, que mesmo após a construção de uma política específica para a área, grande parte desses recursos continua sendo direcionada à velha política preservacionista de salvaguardar “pedra e cal”, de edificações tombadas.

É nesse recorte que os IF's têm alcançado os museus do Nordeste. E o patrimônio musealizado, em sua essência simbólica inquestionável, não tem encontrado amparo que justifique o investimento na sua preservação. O patrimônio não reconhecido por uma agência estatal e sem discurso oficializado continua relegado. Devido ao déficit, a escolha tem sido pela manutenção das instituições, priorizando que continuem “de pé”. Ainda assim, não podemos deixar de mencionar que foram criados, modernizados e mantidos alguns museus da Região.

Poucas as alterações beneficiaram os museus diretamente, a principal delas foi demandada pelo Ibram⁵³ com proposta de criação de uma nova área “museus e memória” a ser incluída na Portaria 116/2011, que regulamenta as áreas e segmentos previstos no §3º, art. 18 e no art. 25 da Lei nº 8.313/91. Assim, os museus ganharam status de área na IN nº 01/2017. Mas, desde a criação da Lei, se constituem como segmento, museu, dentro da área de patrimônio cultural. A referida área se destaca entre as maiores captações no IF, provavelmente pelos valores aportados na recuperação do patrimônio arquitetônico.

Passados 25 anos de existência da Lei Rouanet, o IF a ‘engoliu’, passou a ser confundido com a própria Lei e alcançou dotação orçamentária superior a do próprio MinC. Não estamos falando de novos recursos, afinal, são valores que já comporiam o orçamento do governo por meio do IR, mas que não seriam direcionados no incentivo à cultura. E, apesar do aparente esgotamento da Rouanet, ainda não contamos com nenhum outro mecanismo que possa suprir a sua injeção de recursos na área.

Em verdade, sozinho, o IF não garantirá sustentação à diversidade dos museus brasileiros. O Fundo Nacional de Cultural se mostrou incapaz de equilibrar essa balança, pois além de insuficiente, se mostrou concentrador nos estados de maior poder econômico, distribuído sem critérios para amenizar as desigualdades do Incentivo.

Foi criada uma cadeia de atuação em torno do IF, que passou a normatizar o setor cultural nacional, de acordo com as suas exigências. Os recursos para fomentar a área têm sido cada vez mais restritos e todos os caminhos continuam a apontar para o mecenato.

⁵³ Em nota técnica nº 03/2013, elaborada pelas museólogas Ana Carolina de S. Cruz e Rafaela Caroline N. Almeida, servidoras públicas do Ibram, para melhor atender às necessidades do campo museológico e assegurar conformidade com as políticas públicas.

Teriam os museus que mudar as suas práticas para atender à “espetacularização” esperada pelos departamentos de marketing das empresas financiadoras ou as empresas precisam estar atentas ao potencial da missão dessas instituições independente da sua localidade?

O aprimoramento das estratégias de marketing institucional deve enfatizar os acervos museológicos dentro dessas estratégias, a fim de alcançar recursos que possam suprir as exigências de grandes investimentos na modernização e dinamização dos seus espaços para melhor atender ao público visitante.

Mesmo sem possuir uma política instituída, a área das artes cênicas é uma das mais beneficiadas e se destaca anualmente na captação de recursos, devido à constatada visibilidade da marca do patrocinador. Nesse aspecto, os pequenos museus, museus regionais, dentre outros não comerciais e sem apelo de marketing, não tem fôlego para persuadir o patrocinador.

No decorrer dessa pesquisa, em dezembro de 2016, foi aprovada no Senado a PEC 241, mais conhecida como “PEC do teto”, que prevê o congelamento por 20 anos com gastos em áreas essenciais no serviço público, entre elas a Cultura. Em setembro de 2017, foi aberta Consulta Pública (SUG 49/2017), de autoria do Programa e-Cidadania⁵⁴, Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – pedindo revogação da Lei Rouanet e, conseqüentemente, a extinção da dedução no IR, nas áreas atendidas. Apesar da rejeição pela Comissão, em 13/06/2018, em acompanhamento ao Relatório da Senadora Marta Suplicy, a consulta pública teve votação popular final de 13.463 votos favoráveis à revogação da Lei e 8.209 contra.

Gostaria de encerrar essas considerações com apontamentos sobre possibilidades de adequações/ajustes ao mecanismo, que pudessem atender às especificidades dos museus da região Nordeste, objeto de estudo dessa pesquisa. São muitas as constatações, a radiografia da situação traz pouco consenso mas, frente a tramitação das Medidas Provisórias nº 850 e 851, que preveem a extinção do Ibram e criação de fundos patrimoniais com recursos de longo prazo, o cenário é de tristeza.

Estamos falando do Estado diminuir a sua participação em serviços básicos, nas áreas de educação, saúde e cultura; de instituições privadas gerirem a captação de recursos para seu funcionamento e de o doador definir onde os recursos serão aplicados. Portanto, o interesse

⁵⁴ Portal criado em 2012 pelo Senado Federal com o objetivo de estimular e possibilitar maior participação dos cidadãos nas atividades legislativas, orçamentárias, de fiscalização e de representação do Senado. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/sobre>. Acesso em: 02 nov. 2018.

privado sobrepõe mais uma vez ao público e por isso mesmo, a criação de um fundo aparentemente benéfico não é a maneira adequada de fazer política pública.

A redução da atuação da PNM ao projeto piloto de uma agência privada fadada ao fracasso e, frente à ausência de perspectivas e os rumos na atual conjuntura política, com o resultado das eleições presidenciais de 2018, que apontam para a fusão do MinC com outras pastas, os percursos ora frágeis e desiguais assinalam para uma total extinção de todas as áreas da cultura e a pouca ou nenhuma sobrevivência dos museus.

6. Referências

ABREU, Regina. A Cultura do Mecenato no Brasil: uma utopia possível. *In*: NASCIMENTO JUNIOR, José do (org.). **Economia de Museus**. Brasília: Ibram, 2010. p. 164-201.

AMAZONAS, Archimedes Ribas. Políticas de Museus do Governo Lula da Silva. *In*: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 4., 2010. [Trabalhos apresentados]. Salvador: Faculdade de Comunicação; Universidade Federal da Bahia, 2010. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/wordpress/24387.pdf>. Acesso em: 21 de maio de 2016.

BARACHO, Maria Amarante Pastor; RADDI, Rafael. O Incentivo Fiscal à cultura no Brasil: breve exame dos estados brasileiros. *In*: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 4., 2008. Salvador: UFBA, 2008. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2008/14389.pdf>. Acesso em: 21 mai. 2016.

BARBALHO, Alexandre. Políticas Culturais no Brasil: primórdios (1500 – 1930). *In*: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 5., 2009. Salvador: UFBA, 2009. Disponível em: http://www.guiacultural.unicamp.br/sites/default/files/barbalho_a_politicas_culturais_no_brasil_primordios.pdf. Acesso em: 21 mai. 2016.

_____. Políticas Culturais no Brasil: identidade e diversidade sem diferença. *In*: RUBIM, Antonio Albino Canelas; _____. (org). **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 37 – 60.

_____. Política cultural. *In*: RUBIM, Linda (org.) **Organização e produção da cultura**. Salvador, EDUFBA, 2005. p. 33-52.

BARBOSA, Frederico. O consumo cultural das famílias brasileiras. *In*: BRASIL. Ministério da Cultura; INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS. **Economia e política cultural: acesso, emprego e financiamento**. Brasília: MinC, 2007. p. 17-56.

_____. Considerações para a construção de indicadores culturais. *In*: CALABRE, Lia (org). **Políticas Culturais: reflexões sobre gestão, processos participativos e desenvolvimento**. São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2009.

BORGES, Priscila Rodrigues. **A Política Nacional de Museus de 2009 a 2015: uma análise a partir da Coordenação Executiva Intragovernamental**. Brasília: Universidade Cândido Mendes, 2017.

BOTELHO, Isaura. **Dimensões da Cultura: políticas culturais e seus desafios**. São Paulo: Sesc, 2016.

_____. **Romance de Formação: FUNARTE e Política Cultural. 1976-1990**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas: introdução, organização e seleção de Sergio Miceli**. São Paulo: Perspectiva, 1996. (Coleção Estudos).

BRANT, Leonardo. Diversidade cultural e desenvolvimento social. *In*: BRANT, Leonardo (org). **Políticas Culturais**. Barueri, SP: Manole, 2003. p. 3 – 14.

_____. **Mercado Cultural**: panorama crítico com dados e pesquisas e guia prático para gestão e venda de projetos. 3. ed. São Paulo: Escrituras Editora, 2002.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 5 out. 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm Acesso em: 20 out. 2018.

_____. **Decreto nº 5.264, de 5 de novembro de 2004**. Institui o Sistema Brasileiro de Museus e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5264.htm Acesso em: 20 out. 2018.

_____. **Decreto nº 5.520, de 24 de agosto de 2005**. Institui o Sistema Federal de Cultura(SFC) e dispõe sobre a composição e o funcionamento do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) do Ministério da Cultura, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5520.htm Acesso em: 20 out. 2018.

_____. **Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_no_25_de_30_de_novembro_de_1937.pdf. Acesso em: 24 nov. 2018.

_____. Ministério da Cultura. **Bases para a Política Nacional de Museus: Memória e Cidadania**. Brasília: MinC, 2003.

_____. _____. **Cultura em números**: anuário de estatísticas culturais 2009. Brasília: MinC, 2009.

_____. _____. **Economia e Política Cultural**: acesso, emprego e financiamento. Texto de Frederico A. Barbosa da Silva. Brasília: Ministério da Cultura, 2007b. 308 p. (Coleção Cadernos de Políticas Culturais; 3).

_____. _____. **Instrução normativa nº 1, de 20 de março de 2017**. Estabelece procedimentos para apresentação, recebimento, análise, aprovação, execução, acompanhamento, prestação de contas e avaliação de resultados de projetos culturais, relativos ao mecanismo Incentivo a projetos culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura - Pronac. Disponível em: http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset_publisher/OiKX3xlR9iTn/content/instrucao-normativa-rouanet-2017/10883. Acesso em: 24 nov. 2018.

_____. _____. **Instrução normativa nº 01, de 24 de junho de 2013**. Estabelece procedimentos para apresentação, recebimento, análise, aprovação, execução, acompanhamento e prestação de contas de propostas culturais, relativos ao mecanismo de incentivos fiscais do Programa Nacional de Apoio à Cultura – Pronac. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/documents/10937/924524/Instru%C3%A7%C3%A3o+Normativa+>

[01+de+24+de+junho+de+2013/879556a9-bc08-46a0-8ccb-f14a3e0509f3](#). Acesso em: 24 nov. 2018.

_____. _____. **As metas do Plano Nacional de Cultura**. Brasília: Minc, 2012.

_____. _____. **Política Cultural no Brasil 2003 – 2006**: acompanhamento e análise. Texto de Frederico A. Barbosa da Silva. Brasília: Ministério da Cultura, 2007. (Coleção Cadernos de políticas culturais).

_____. _____. **Política Nacional de Museus**. Organização e textos de José do Nascimento Júnior, Mario de Souza Chagas. Brasília: MinC, 2007a.

_____. **Lei nº 7.287 de 18 de dezembro de 1984**. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de museólogo. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17287.htm Acesso em: 20 de outubro de 2018.

_____. **Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991**. Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8313cons.htm. Acesso em: 24 nov. 2018.

_____. **Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009**. Cria o Instituto Brasileiro de Museus, cria 425 (quatrocentos e vinte e cinco) cargos efetivos do Plano Especial de Cargos da Cultura, cria Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Funções Gratificadas, no âmbito do Poder Executivo Federal, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11906.htm Acesso em: 20 out. 2018.

_____. **Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009**. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111904.htm Acesso em: 20 out. 2018.

_____. **Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013**. Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, e da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus – Ibram. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8124.htm . Acesso em: 20 out. 2018.

_____. Câmara dos Deputados. **Legislação sobre museus**. 2. ed. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2013. (Edições Câmara).

CALABRE, Lia. **Política Cultural no Brasil**: um histórico. Rio de Janeiro. Edições Casa de Rui Barbosa, 2005.

_____. Políticas Culturais no Brasil: balanço & perspectivas. *In*: RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre (org). **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 87 – 108.

_____. (org). **Políticas Culturais**: reflexões sobre gestão, processos participativos e desenvolvimento. São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2009.

_____. **Políticas Culturais no Brasil**: dos anos 1930 ao século XXI. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

_____; DUARTE, Renata. A fiscalização da Lei Sarney. SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS CULTURAIS, 6., 2015. [Anais.]. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2015. Disponível em:

<http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2015/05/Anais-do-VI-Semin%C3%A1rio-Internacional-de-Pol%C3%ADticas-Culturais.pdf>. Acesso em: 21 mai. 2016.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas Híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: EDUSP, 1997.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. **Orientações para Gestão e Planejamento de Museus**. Florianópolis: FCC, 2014. (Coleção Estudos Museológicos, v.3).

CANTARELLI, Rodrigo. Inspetoria de Monumentos de Pernambuco (1928-1933). [Site da] **Fundação Joaquim Nabuco**. 2014. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>. Acesso em: 21 mai. 2016.

CAZES, Leonardo. Lei Rouanet completa 25 anos sob fogo cruzado. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, publicado em 13/03/2016, às 06:00. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/lei-rouanet-completa-25-anos-sob-fogo-cruzado-18862523#ixzz5JlvUyYR6>. Acesso em: 21 mai. 2016.

CERAVOLO, Suely M. Criando um passado e musealizando um patrimônio: o Museu do Estado da Bahia (1918-1959). SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26. São Paulo: ANPUH, 2011.

_____. A Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais do estado da Bahia: do discurso à ação (1927-1938). In: MAGALHÃES, Aline Montenegro; BEZERRA, Rafael Zamorano. (org.). **90 anos do Museu Histórico Nacional**: em debate. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2014. v. 1. p. 122-142.

_____. Delineamentos para uma teoria da Museologia. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v.12, p. 237-268, jan./dez. 2004.

CESNIK, Fábio de Sá. Incentivo Público à Cultura. In: BRANT, Leonardo (org). **Políticas Culturais**. Barueri, SP: Manole, 2003. v. 1. p. 99-102.

CERVO, Amado Luiz. **Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CHAGAS, Mario. **A imaginação museal**: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: Ibram, 2009.

_____. **Há uma gota de sangue em cada museu:** a ótica museológica de Mario de Andrade. Chapecó: Argos, 2006.

COELHO, José Teixeira. Da opinião ao dado. *In: Observatório Itaú cultural/OIC nº 01.* São Paulo, SP: Itaú Cultural. 2007.

_____. **Dicionário crítico de política cultural.** São Paulo: Iluminuras; Fapesp, 1997.

_____. Museus, Assunto sério demais para a Cultura. **Revista Interesse Nacional.** 2014. Disponível em: <http://ptdocz.com/doc/538236/newton-lima---revista-interesse-nacional>. Acesso em: 19 nov. 2018.

COMITÊ BRASILEIRO DO ICOM. [Carta enviada ao **Ministro da Cultura**]: proposta para uma Política Nacional de Museus. Destinatário: José Aparecido Oliveira. 1985. 1 carta.

CORRÊA, Sandra Rafaela Magalhães. **O Programa de Cidades Históricas (PCH):** por uma política integrada de preservação do patrimônio cultural – 1973/1979. Brasília, 2012.

DECRETO 5264/2004. *In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Política Nacional de Museus: Relatório de Gestão: 2003/2006.* Brasília: Iphan, 2006. p. 128.

DÓRIA, Carlos Alberto. **Os federais da cultura.** São Paulo: Biruta, 2003.

DULTRA, Karyna; VIEIRA, Márcia Polignano. A Institucionalização do Patrimônio Cultural. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, v. 4, n. 1, mar. 2014. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/moci/article/view/2325>. Acesso em: 19 nov. 2018.

DURAND, José Carlos. Cultura como objeto de política pública. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v.15, n.2, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000200010 Acesso em: 1 nov. 2018.

ÉBOLI, Evandro. Juca Ferreira: Lei Rouanet transgride o interesse público. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, publicado em 04/02/2016, às 14:59. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/juca-ferreira-lei-rouanet-transgride-interesse-publico-18608578> . Acesso em: 21 mai. 2016.

ESTUDO do modelo de financiamento da cultura: o caso Brasil. São Paulo, 2002. Disponível em: https://www.inesul.edu.br/site/documentos/estudos_modelo_financiamento_cultural.pdf. Acesso em: 22 nov. 2018.

FALCÃO, Joaquim Arruda. **Política Cultural e Democracia:** a preservação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. São Paulo: DIFEL, 1984.

FINAGEIV FILHO, Vicente. **Lei Rouanet:** 23 anos de incentivo à cultura. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública, 2014.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Iphan, 2005.

FRANCO, Luiza. Dinheiro da cultura é concentrado diz secretário do MinC. **Jornal Folha de São Paulo**, publicado em 11/11/2015, às 13:06. Disponível em: www.folha.uol.com.br/ilustrada/2015/11/1704887-dinheiro-da-cultura-e-concentrado-diz-secretario-do-minc.shtml. Acesso em: 21 mai. 2016.

FREIRE, Alberto. **Política Cultural e Financiamento do Setor Cultural**. Rio de Janeiro. Edições Casa de Rui Barbosa, 2007.

_____. Política Cultural e Financiamento do Setor Cultural. ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 6., 2008. [**Trabalhos apresentados**]. Salvador: Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia, 2008. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2008/14368.pdf> . Acesso em: 21 mai. 2016.

_____. Política Cultural no Brasil: do estado ao Mercado. ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 3., 2007. [**Trabalhos apresentados**]. Salvador: Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia, 2007. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2008/14368.pdf> . Acesso em: 21 mai. 2016.

_____. O Financiamento como recursos fundamental das políticas culturais. *In*: RUBIM, Antonio Albino Canelas; ROCHA, Renata (org). **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 49 – 66.

GIL, Gilberto. Uma nova política cultural para o Brasil. **Revista Rio de Janeiro**, n. 15, p.103-110, 2006.

_____. Os museus no Brasil estão bem vivos. *In*: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Política Nacional de Museus**: relatório de gestão 2003-2006. Brasília: Iphan, 2006. p. 6-7.

GALIZA, Flávia Gomes de; MESQUITA, Angélica Salazar Pessôa. Produção Cultural e teatro: os reflexos da Lei Rouanet no período de 1996 a 2006. *In*: RENNÓ, Lucio (org.). **Coletânea de políticas públicas de cultura**: práticas e reflexões. Brasília: Universidade Católica de Brasília/Ministério da Cultura, 2011. p. 59-92.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de empresas**, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

GRUMAN, Marcelo. Estado Moderno, políticas públicas e democracia cultural: o caso brasileiro. *In*: RENNÓ, Lucio (org.). **Coletânea de políticas públicas de cultura**: práticas e reflexões. Brasília: Universidade Católica de Brasília/Ministério da Cultura. 2011. p. 19-58.

REVISTA DO INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, CULTURA: Museus à beira de um ataque de nervos. Ano 4. Edição 33 - 10/4/2007. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1151:repositoragens -materias&Itemid=39. Acesso em: 24 nov. 2018.

HENKIN, Helio, PAES, Lucas; VALIATI, Leandro. Mapeamento do Sistema Federal de Incentivo. *In*: VALIATI, Leandro; MOLLER, Gustavo (org.). **Economia criativa, cultura e políticas públicas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sistema de informações e indicadores culturais 2003**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. Departamento de Difusão, Fomento e Economia dos Museus. Coordenação de Estudos Socioeconômicos e Sustentabilidade em Museus. **Investimentos no Campo Museal 2014**. Brasília: Ibram, 2015.

_____. **Guia dos Museus Brasileiros**. Brasília: Ibram, 2011a.

_____. **Museus e a Dimensão Econômica: da cadeia produtiva à gestão sustentável**. Brasília: Ibram, 2017.

_____. **Museus em Números**. Brasília, 2011b. 2 v.

_____. Departamento de Difusão, Fomento e Economia dos Museus. Coordenação de Estratégias e Sustentabilidade. Divisão de Estudos e Economia dos Museus. **Levantamento dos Investimentos Públicos Federais em Instituições Museais 2015**. Brasília: Ibram, 2016. Disponível em: https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2013/06/Investimentos_SetorMuseal2015.pdf . Acesso em: 3 jul. 2018.

_____. **Política Nacional de Museus: Relatório de Gestão 2003/2010**. Brasília: Ibram, 2010a.

_____. **Plano Nacional Setorial de Museus: 2010/2020**. Brasília: Ibram, 2010b.

INSTITUTO CULTURAL CIDADE VIDA. **Perfil de empresas patrocinadoras: 50 dicas de marketing cultural**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTORICO E ARTISTICO NACIONAL. **Política Nacional de Museus: Relatório de Gestão 2003/2004**. Brasília: Iphan, 2005.

_____. **Política Nacional de Museus: Relatório de Gestão 2003/2006**. Brasília-DF: Iphan, 2006.

_____. **Proteção e revitalização do patrimônio cultural do Brasil: uma trajetória**. Publicações da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1980. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Protecao_revitalizacao_patrimonio_cultural\(1\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Protecao_revitalizacao_patrimonio_cultural(1).pdf). Acesso em: 24 nov. 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA. **Indicador de desenvolvimento da Economia da Cultura (IDECULT)**. Brasília: Ipea, 2010.

INSTITUTO JOAQUIM NABUCO DE PESQUISAS SOCIAIS. **Subsídios para implantação de uma política museológica brasileira**. Recife: Fundaj, 1976. (Série Documentos, 5).

LUBISCO, Nídia Maria Lienert; SANTANA, Isnaia Veiga; VIEIRA, Sônia Chagas. **Manual de estilo acadêmico**: monografias, dissertações e teses. 4. ed. rev. e ampl. Salvador: EDUFBA, 2008.

MACHADO, Mario Brockmann. Notas sobre política cultural no Brasil. *In*: MICELI, Sergio. (org.). **Estado e Cultura no Brasil**. São Paulo: Difel; Difusão Editorial, 1984.

MARCHIORI, Gisele (org.). **Teorias e políticas da cultura**: visões multidisciplinares. Salvador: EDUFBA, 2007.

MEDEIROS, Janann Joslin; OLLAIK, Leila Giandoni. O uso da renúncia fiscal na área de museus. **Revista do Serviço Público**, v. 62, n.4, Brasília, p. 425-447, out/dez 2011.

MENEZES, Henilton. **A Lei Rouanet**: muito além dos fatos. [Brasil]: Editora FONS SAPIENTIAE, 2016.

MICELI, Sergio (org.). **Estado e Cultura no Brasil**. São Paulo: Difel, 1985.

MIRANDA, Danilo Santos de. Democratizar a cultura, democratizar as culturas. *In*: BRANT, Leonardo (org.). **Políticas Culturais**. Barueri, SP: Manole, 2003. v. 1. p. 29 – 33.

MORAES, Nilson Alves de. **Museologia e Patrimônio**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 54, a. 1, jan/jun de 2009. p. 54 – 69. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus>. Acesso em: 19 nov. 2018.

MORAES, Nilson Alves de. Museus e poder: enfrentamentos de um incômodo de pensar e fazer. *In*: GRANATO, Marcus; SANTOS, Cláudia Penha dos; LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus. **O Caráter Político dos Museus**. Rio de Janeiro: MAST, 2010.

MUSEUSBR: rede nacional de identificação de museus. Disponível em: <http://museus.cultura.gov.br/>. Acesso em: 24 nov. 2018.

NASCIMENTO JUNIOR, José do. O rumo da Política nacional de museus. *In*: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Política Nacional de Museus**: relatório de gestão 2003-2006. Brasília: Iphan, 2006.

_____. (org.). **Economia de museus**. Brasília: Ibram, 2010.

_____; COLNAGO, Ena. Economia da Cultura. *In*: NASCIMENTO JÚNIOR, José do (org.). **Economia de museus**. Brasília: Ibram, 2010. p. 203 – 234.

NEVES, José Luis. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de pesquisas em administração**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 2, 1996. Disponível em: http://ucbweb.castelobranco.br/webcaf/arquivos/15482/2195/artigo_sobre_pesquisa_qualitativa.pdf Acesso em: 21 mai. 2016.

NUSSBAUMER, Gisele Marchiori. (org.). **Teorias e políticas da cultura**: visões multidisciplinares. Salvador: EDUFBA, 2007.

OLIVEIRA, Silvio L. **Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisa, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses.** São Paulo: Pioneira, 1997.

OLLAIK, Leila Giandoni. **A implementação da Política Nacional de Museus e a democratização de acesso: estudo comparativo de três instrumentos governamentais.** Brasília, 2012. 248 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (Face) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **A imaginação a serviços do Brasil.** São Paulo, 2002. Disponível em: <http://www.pt.org.br/site/assets/cadernocultura.pdf>. Acesso em: 21 mai. 2016.

PEREIRA, Kátia dos Santos. **A Lei Rouanet e seus mecanismos de incentivo à cultura.** Consultoria Legislativa da área XV. Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia. Brasília: Câmara dos Deputados, 2009. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/estudos-e-notas-tecnicas/publicacoes-da-consultoria-legislativa/areas-da-conle/tema11/2009_2562.pdf. Acesso em: 22 nov. 2018.

PRIMO, Judite. A museologia como instrumento estratégico nas políticas culturais contemporâneas. **Revista MUSAS**, Brasília, n. 2, 2006. p. 87 – 93.

RANGEL, Marcio Ferreira. Políticas públicas e museus no Brasil. *In*: GRANATO, Marcus; SANTOS, Cláudia Penha dos; LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus. (org.). **O Caráter Político dos Museus.** Rio de Janeiro: MAST, 2010.

_____. Museologia e patrimônio: encontros e desencontros. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Ciências Humanas. v.7, n.1, p.103 – 112, jan – abr, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v7n1/a08v7n1.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2018.

REIS, Ana Carla Fonseca. **Marketing cultural e financiamento da cultura: teoria e prática em um estudo internacional comparado.** São Paulo: Pioneira, 2003.

_____. Museus e mercados de arte como agentes econômicos: um diálogo entre cultura e economia. *In*: NASCIMENTO JÚNIOR, José do (org.). **Economia de museus.** Brasília: Ibram, 2010. p. 115 – 142.

RENNÓ, Lucio (org). **Coletânea de políticas públicas de cultura: práticas e reflexões.** Brasília: Universidade Católica de Brasília; Ministério da Cultura, 2011.

RUBIM, Antonio Albino Canelas; ROCHA, Renata (org). **Políticas Culturais.** Salvador: EDUFBA, 2012.

_____. Panorama das políticas culturais no mundo. *In*: RUBIM, Antonio Albino Canelas; ROCHA, Renata (org). **Políticas Culturais.** Salvador: EDUFBA, 2012. p. 13 – 28.

_____. Políticas culturais no Brasil: passado e presente. *In*: RUBIM, Antonio Albino Canelas; ROCHA, Renata (org). **Políticas Culturais.** Salvador: EDUFBA, 2012. p. 29 – 48.

_____. Políticas culturais do governo Lula / Gil: desafios e enfrentamentos. **Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 183-203, 2008.

_____; BARBALHO, Alexandre (org). **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007.

_____. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. *In*: RUBIM, Antônio; BARBALHO, Alexandre (org). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 11-36.

_____. Políticas culturais do governo Lula. **Galaxia**, n. 15, São Paulo, EDPUC, p. 56-67. 2008.

_____. **Cultura e Políticas Culturais na Bahia**. Itajaí, SC, 2016.

SALICNET: Sistema de apoio às leis de incentivo à cultura. Disponível em: <http://sistemas.cultura.gov.br/salicnet/Salicnet/Salicnet.php>. Acesso em: 24 nov. 2018.

SANTOS, Fernando Burgos Pimentel. Política Cultural no Brasil: histórico de retrocessos e avanços institucionais. **ENCONTRO DA ANPAD**, 33., 2009. São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/APS3105.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2018.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Museus Brasileiros e Política Cultural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 19, n. 55, p. 53 – 72, 2004.

_____. Políticas da Memória na Criação dos Museus Brasileiros. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, v. 19, n. 19, p.99 – 120, 2002.

_____. Por uma sociologia dos museus. **Cadernos do CEOM**, ano 27, n. 41, 2014. p. 47 – 70.

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. **Encontros museológicos reflexões sobre a museologia, a educação e o museu**. Rio de Janeiro: Iphan, 2008.

SARKOVAS, Yacoff. Caminhos e descaminhos culturais do governo FHC. **Revista Eletrônica Cultura e Mercado**. 13 de janeiro de 2003. Disponível em: <http://www.culturaemercado.com.br/site/pontos-de-vista/caminhos-e-descaminhos-culturais-do-governo-fhc/>. Acesso em: 2 nov. 2018.

_____. Cultura: o Incentivo Fiscal no Brasil. **Teoria e Debate**, n. 62, São Paulo, 2005, p.58-62. Disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria-e-debate/edicoes-antiores/cultura-o-incentivo-fiscal-no-brasil> Acesso em: 1 nov. 2018.

_____. O Incentivo Fiscal à cultura no Brasil. Do Mercado. Da Cultura de Mercado. **Revista D'art**. 2005. p. 22 - 28. Disponível em: http://www.centrocultural.sp.gov.br/revista_dart/pdfs/dart12%20o%20incentivo%20fiscal%20%C3%A0%20cultura%20no%20brasil.pdf. Acesso em: 19 nov. 2018.

SARNEY, José. [Site] **José Sarney**: o presidente da democracia. [2018]. Disponível em: <http://www.josesarney.org/o-politico/presidente/politicas-do-governo/lei-sarney-de-incentivo-a-cultura/>. Acesso em: 24 nov. 2018.

SCHWARCZ, Lilian Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870 – 1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHEINER, Teresa. Sociedade, cultura, patrimônio e museus num país chamado Brasil. Apontamentos, memória e cultura. **Revista do Mestrado em Administração de Centros Culturais**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 14-34, 1994.

SEVERINO, J. R. Transformar pela cultura: universidade e políticas culturais na Bahia. *In*: RUBIM, Albino. **Cultura e Políticas Culturais na Bahia**. Itajaí, SC, 2016. p. 13 – 16.

SILVA, Andréa Gomes da. Leis de Incentivo à Cultura: considerações sobre o mecenato e sobre as leis municipais de incentivo à cultura. ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 4. Salvador: UFBA, 2008. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2008/14520.pdf>. Acesso em: 21 mai. 2016.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. Métodos de pesquisa. *In*: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SIMIS, Anita. A política cultural como política pública. *In*: RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre (org). **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 133 – 156.

SOUZA, Celina. Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas. *In*: HOCHMAN, G.; ARRETICHE, M.; MARQUES, E. (org.). **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007. p. 65- 86.

SOUZA, Celina. Estado do campo da pesquisa em políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 15-20, 2003.

TOLENTINO, Átila. O Sistema Brasileiro de Museus e outros sistemas: uma análise comparativa. **Revista MUSAS**, n. 2, p.106-115. 2006.

_____. Governança em rede: o caso do Sistema Brasileiro de Museus. *In*: RENNÓ, Lucio (org.). **Coletânea de políticas públicas de cultura: práticas e reflexões**. Brasília: Universidade Católica de Brasília/Ministério da Cultura. 2011. p. 179-225.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Comissão de Patrimônio Cultural. **Guia de Museus Brasileiros: Uspiana Brasil 500 anos**. São Paulo: USP, 2000.

ZENONE, Luiz Cláudio. **Marketing Cultural desenvolvido pelas empresas: o valor cultural e mercadológico dessa aproximação**. 2005. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.